



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Isabelle Germano Coelho Bezerra

**A crítica da economia política da fome**

Rio de Janeiro

2024

Isabelle Germano Coelho Bezerra

**A crítica da economia política da fome**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosangela Nair de Carvalho Barbosa

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B574 Bezerra, Isabelle Germano Coelho.  
A crítica da economia política da fome / Isabelle Germano Coelho Bezerra. –  
2024.  
238 f.

Orientadora: Rosangela Nair de Carvalho Barbosa.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Fome - Brasil - Teses. 2. Agricultura e Estado - Brasil - Teses. 3. Teoria do trabalho como base do valor - Brasil - Teses. 4. Serviço social - Brasil - Teses. I. Barbosa, Rosangela Nair de Carvalho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 342.7

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Isabelle Germano Coelho Bezerra

### **A crítica da economia política da fome**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 24 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Nair de Carvalho Barbosa (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Fernanda Escurra  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Ornellas Mauriel  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, à minha querida orientadora Rosangela Nair de Carvalho Barbosa com quem tanto aprendi nestes últimos dois anos. Quis muito ser orientada por você acreditando que estaria em boas mãos, mas minhas expectativas foram ultrapassadas. Eu esperei pelo rigor teórico, pela competência e comprometimento com o processo de orientação, mas recebi muito mais do que isso. Por você fui acolhida, ouvida e aconselhada com afeto em muitos momentos difíceis, inclusive naqueles que ultrapassaram os limites do mestrado, impulsionando meu amadurecimento pessoal e acadêmico.

Agradeço às professoras Maria Fernanda Escurra e Ana Paula Mauriel, que compuseram uma banca tão solícita abraçando esta pesquisa no exame de qualificação, e que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço à minha família que com amor me nutriu durante todo esse processo, um amor que inspira confiança e me impulsiona a seguir em frente, principalmente nos momentos em que duvidei de mim mesma. À minha mãe Carla por me dar colo incondicional, ao meu pai por me fazer rir e aos meus irmãos Junior e Gustavo que completam minha existência. Sem vocês eu nada seria. Agradeço, em memória, aos meus tios Hilda e Gilson que me criaram com tanto amor e dedicação e que me ajudaram a entender que a educação seria o melhor caminho a ser seguido.

Às minhas amigas que tanto amo, agradeço o apoio e a paciência com minhas ausências. À Giulia por me dar esperança e ser exemplo; à Rayssa pelas décadas de amizade sincera, profunda, leve e inabalável e pelo presente que é a Juliana; à Bruna pelo seu amor, amizade leve e nossa sintonia de tantos anos; à Jenifer por todas nossas conversas intermináveis; à Michelle pelo incentivo, apoio e confiança; e a Natália pelas importantes trocas e acolhimento.

Agradeço em especial à minha querida amiga de turma Marcela, minha companheira das aulas e do metrô na volta para casa. Que o fim deste ciclo não encerre o que construímos!

Por fim, mas não menos especial, agradeço ao Isac que nem sequer por um segundo duvidou de que seria possível, por me apoiar e me incentivar em todas as empreitadas que me aventurei desde o primeiro instante, por torcer e investir em mim. Obrigada, Zaquinho, pelo abraço apertado que estanca as dores e interrompe as tempestades.

## RESUMO

BEZERRA, Isabelle Germano Coelho. **A crítica da economia política da fome**. 2024. 238 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-explicativa com técnicas e fontes de base bibliográfica e documental. Apresenta investigação sobre o fenômeno da fome e sua relação com o desenvolvimento do agronegócio, a partir da crítica da economia política, evidenciando as implicações do desenvolvimento do capitalismo e de seu atual regime de acumulação financeirizado, a partir dos anos 1970, e, seus desdobramentos sobre a questão agrária. Para tanto, aborda-se a fome como resultado imanente das relações sociais capitalistas, verificando a captura pelo capital da necessidade do ser vivo de se alimentar, cotejando a teoria marxiana e marxista sobre as determinações e fundamentos que estruturam a sociedade capitalista e estão refletidas na teoria do valor de Marx. Também elenca-se determinações peculiares à formação social brasileira que incidem sobre o fenômeno social da fome, especialmente, a questão agrária, a condição de capitalismo dependente do país ao centro capitalista, a função da especialização produtiva no fornecimento de matérias-primas na divisão internacional do trabalho e seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora. Os resultados da pesquisa mostram que a manifestação da fome ganha contornos socialmente disruptivos no atual estágio de desenvolvimento, com a financeirização e a neoliberalização do capitalismo, na medida em que, essas dinâmicas, não superam a reprodução entravada do valor, o que assevera seu caráter destrutivo sobre a vida humana e a natureza, no seu movimento compulsivamente crescente. Por fim, a dissertação evidencia outro alcance da pesquisa, especificamente, o alimento-mercadoria como uma chave de leitura importante sobre a realidade que envolve a produção de valor no campo brasileiro, desnudando o caráter socialmente violento do agronegócio sobre o ato de se alimentar e sobre a qualidade da alimentação, na medida em que a produção de alimentos para o abastecimento interno é subordinada à demanda do mercado internacional, criando constrangimento à necessidade básica de se alimentar para vastas camadas classe trabalhadora.

Palavras-chave: fome; questão agrária; teoria do valor; formação social brasileira; agronegócio.

## ABSTRACT

BEZERRA, Isabelle Germano Coelho. **Criticism of the political economy of hunger**. 2024. 238 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis employs a qualitative, exploratory-explanatory study design utilizing bibliographical and documentary techniques and sources. It presents an investigation into hunger and its relationship with agribusiness development based on the critique of political economy. It highlights the implications of the development of capitalism and its current regime of financialized accumulation, which began in the 1970s, and the consequences of this accumulation for the agrarian question. To conduct this investigation, we consider hunger an inherent consequence of capitalist social relations. This entails verifying the capture by capital of the fundamental and biological need of living beings to feed themselves. Furthermore, it involves comparing the Marxian-Marxist theory on the determinations and foundations that structure capitalist society, which is reflected in Marx's Theory of Value. In addition, it identifies specific characteristics of the Brazilian social formation that influence the social phenomenon of hunger, particularly the agrarian question, the country's status as a dependent capitalism nation within the global capitalist system, and the function of productive specialization on the supply of raw materials in the international division of labor and its implications for the working class. The findings indicate that the manifestation of hunger has acquired socially disruptive characteristics at the current stage of development due to the financialization and neoliberalization of capitalism. As these dynamics do not succeed in overcoming the impeded reproduction of value, it asserts its destructive impact on human life and nature in its compulsively growing movement. Ultimately, this thesis additionally identifies another area of investigation, namely the role of food-commodity as a way of understanding the underlying realities of value production in the Brazilian countryside. Considering that the international market's interests shape food production for domestic supply, this work reveals the socially destructive impact of agribusiness on both the act of eating and the quality of food by generating constraints on the fundamental need to eat for significant segments of the working class.

Keywords: hunger; agrarian question; value theory; Brazilian social formation; agribusiness.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição segundo a situação de (in)segurança alimentar existente no domicílio, brasil 2004-2023 .....	22
Gráfico 2: Distribuição da insegurança alimentar moderada à grave* por domicílios nas macrorregiões brasileiras, 2004-2023.....	31
Gráfico 3: Incidência da segurança e da insegurança alimentar nas regiões urbana e rural brasileiras, 2004-2023. ....	33
Gráfico 4: Incidência de (in)segurança alimentar pelo sexo da pessoa de referência do domicílio, 2004-2023.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de <i>Agribusiness</i> /Agronegócio
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina.
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PMNME	Programa Nacional de Merenda Escolar
PNA	Plano Nacional de Alimentação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMPC	Salário-mínimo per-capita
STAS	Serviço Técnico de Alimentação Social
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
VIGISAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A FOME E O ALIMENTO-MERCADORIA</b> .....	17
1.1 A (in)segurança alimentar: aspectos de definição da bomba da fome.....	17
1.2 A fome mordaz no Brasil nos últimos vinte anos.....	21
1.3 A fome em revista: o ‘estado da arte’ da produção acadêmica sobre a fome no Serviço Social.....	46
1.4 Alimento-mercadoria: a necessidade humana capturada pelo capital.....	55
<b>2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA FOME NO CAPITALISMO</b> .....	65
2.1 A forma mercadoria, o trabalho e o processo de produção de mais-valor.....	65
2.2 A origem da perda dos meios de trabalho: expropriação originária e a renda da terra.....	88
2.3 O processo de acumulação do capital: a dominação abstrata por cima das necessidades úteis.....	95
<b>3 A CONFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: O NOVO ESTÁGIO DA MERCADORIZAÇÃO DO ALIMENTO</b> .....	104
3.1 A organização da produção no Brasil-colônia no domínio do capital comercial.....	105
3.2 O capitalismo dependente e a conservação do modelo agroexportador latifundiário: o jogo combinado do velho e do novo.....	114
3.3 A questão agrária reproduzida no ciclo da industrialização brasileira.....	128
3.4 A questão agrária no ciclo da modernização conservadora da agricultura.....	141
<b>4 A SOBRE-INCINDÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E DO AGRONEGÓCIO NO ENRAIZAMENTO DA FOME</b> .....	160
4.1 A financeirização como mais impulso à abstração do valor.....	161
4.2 A centralidade do dinheiro e a fome hoje.....	169
4.3 A inserção do Brasil na mundialização: financeirização e questão agrária.....	182
4.4 A hegemonia do agronegócio na era financeirizada e neoliberal do capital.....	187
4.5 O agro é valorização de valor: a dramática reprodução da fome no Brasil.....	196
<b>CONCLUSÃO</b> .....	208
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	213

**ANEXO A** – Quadros de perguntas da EBIA utilizados pelo IBGE e pela Rede PENSSAN

.....220

**APÊNDICE A** – Relação de artigos, dissertações e teses selecionados para a leitura no levantamento bibliográfico.....

222

## INTRODUÇÃO

As tramas que percorremos em nossas vidas por vezes soam apenas como um emaranhado de acasos e coincidências desconexas. Entretanto, um olhar mais atento à nossa história nos faz perceber a relação dos acontecimentos com o caminho que escolhemos seguir. A escolha do caminho investigativo dessa pesquisa foi assim.

De início, acreditei que esta investigação havia surgido apenas pela minha inserção na pesquisa sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil como bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, entre os anos de 2016 e 2020, com o projeto de pesquisa “Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil” coordenado pela Professora Dr.<sup>a</sup> Katia Cilene Tabai na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especificamente, na época, investigação concentrada na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e na efetivação da compra de gêneros alimentares oriundos da agricultura familiar nos municípios da Baixada Fluminense. Período de muito aprendizado, mas também de confronto com os limites do Serviço Social no estudo desta temática, naquele contexto acadêmico.

No entanto, enquanto escrevia as páginas que seguem neste trabalho, rememorei diversos acontecimentos de minha vida que foram costurados anteriormente à minha trajetória na pesquisa, mas que acredito que foram fundamentais para o despertar do meu interesse como pesquisadora.

Ainda criança ouvia muitas histórias de minha família sobre um passado não tão distante de momentos difíceis de fome e pobreza enfrentados: a dor da comida que faltou à mesa, o desespero da falta de emprego e da busca incansável por melhores condições de vida. Uma realidade da qual não participei, mas que sempre me tocou profundamente por perceber as cicatrizes deixadas naqueles que amo.

No ensino fundamental, aprendi sobre os boias-frias e os trabalhadores rurais sem-terra, e, numa atividade escolar, conheci um assentamento do MST. Com pouca idade e ainda muito envolvida pelo universo lúdico, tenho a nítida lembrança do quanto isso me marcou. Talvez tenha sido essa a primeira vez que senti indignação pelas injustiças de um mundo que eu ainda não compreendia. No ensino médio, a sorte de ter bons professores que me ajudaram a dar o pontapé inicial para entender melhor tanto a minha indignação, quanto o mundo, e entre acasos e descaminhos, ingressei na primeira turma do curso de Serviço Social na UFRRJ, o único em uma universidade pública na Baixada Fluminense, mas de uma universidade vinculada às questões do campo, onde enfim conheci a professora Kátia ainda no primeiro dia de aula, e com

ela conheci me inseri neste universo de pesquisa, ainda numa época em que o debate da fome não estava tão acalorado como ocorreu durante a pandemia.

Com a Pandemia da Covid-19 (2020-2023) e a questão da fome *reaparecendo* nas discussões públicas, solidificou-se também a minha vontade de compreender este fenômeno de forma mais crítica e aprofundada, o que não tive oportunidade durante a graduação.

Foi neste sentido que a interface entre as relações de produção no campo e a fome passou a compor minhas reflexões contemporâneas por conta do contraste entre o discurso da importância do agronegócio para a economia brasileira e a paradoxal elevação dos níveis da fome, no país. Conhecer mais de perto essa contradição parecia-me de fundamental importância para o Serviço Social, já que a profissão está cotidianamente atendendo às manifestações da *questão social*, especialmente quando a fome está se apresentando de forma tão dura e incisiva na realidade da classe trabalhadora.

Foi neste sentido que ao longo do desenvolvimento da pesquisa percebi que a maior contribuição deste trabalho seria a possibilidade de adensar o debate da fome, fundamentado na teoria social crítica, uma vez que os dados descritivos da fome no Brasil, dada a sua espetacularização nos últimos anos, já foram largamente divulgados. Além disso, não gostaríamos de nos deter na sua quantificação, mas sim de avançar em sua compreensão a partir das determinações da sociabilidade capitalista. Isso porque, em geral, a fome aparece descolada das determinações sociais e históricas, da inserção do país na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas às grandes economias, o que mantém e aprofunda o modelo agroexportador e sua essência destrutiva à vida humana e à natureza. A conservação da estrutura agrária e da superexploração do trabalho ganha proeminência nesse campo de reflexão, especialmente, com o regime dominado pela esfera financeira, alavancando o avanço do capital no campo, num novo estágio da valorização do valor que reproduz severamente o fenômeno da fome, como desdobramento da *questão social*, e sobretudo, como manifestação da *questão agrária* brasileira.

O esforço investigativo empreendido nesta pesquisa, portanto, foca na *relação contraditória entre a persistência do fenômeno da fome e o desenvolvimento do agronegócio no Brasil*, buscando compreender a manifestação fenomênica da fome nas relações capitalistas de produção, mas avançando para compreender sua legalidade a partir da crítica da economia política e da teoria do valor, abarcando ainda a totalidade parcial da formação social brasileira e do desenvolvimento do agronegócio, sobretudo no regime financeirizado da acumulação de capital.

Desse modo, localizamos o problema da pesquisa conectando o fenômeno da fome e sua relação com o desenvolvimento do agronegócio, a partir da crítica da economia política e da teoria do valor marxiana, buscando evidenciar as implicações do desenvolvimento do capitalismo e de seu atual regime de acumulação financeirizado, a partir dos anos 1970 e seus desdobramentos sobre a velha questão agrária no país. O que foi feito a partir da problematização dos fundamentos do alimento como produto do trabalho humano e sua transformação em mercadoria, na gênese e no desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir da forma capitalista de propriedade da terra; do exame dos determinantes particulares da formação social brasileira que conformam o país como exportador de *commodities*, na divisão internacional do trabalho. Nesse movimento tornou-se fundamental orientar a investigação para as determinações da expansão destrutiva do capital e do aprofundamento com a financeirização e, de fato, o achado principal da pesquisa é fundamentar essa relação do regime de acumulação, nas últimas cinco décadas, com o processo global de aprofundamento da fome e, especialmente, no Brasil, por conta do acirramento da questão agrária.

Como uma pesquisa social e, essencialmente uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2007), de caráter exploratório-explicativo, pudemos realizar uma aproximação com o fenômeno da fome, identificando as suas determinações sociais e as dinâmicas de aprofundamento na atualidade (Gil, 2008).

No que tange os procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como documental, de natureza bibliográfica e de consulta a documentos governamentais e da mídia. Como fontes bibliográficas foram referenciados livros, teses, dissertações e artigos científicos – de acesso virtual e físico – preferencialmente vinculados à tradição marxiana e marxista e/ou que discutissem as temáticas relacionadas ao objeto, de acordo com o caminho metodológico adotado, ancorado na perspectiva do desvendamento do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento particular no campo e na formação social brasileira que provocam a questão agrária desdobrada em fome, sobretudo no contexto de crise e financeirização.

Recorremos, ainda, a dados secundários como recurso de aproximação da realidade social recortada com a finalidade de apreender a manifestação da fome como resultado do processo de aprofundamento das relações de produção agropecuárias a partir da condução de uma análise que levasse em consideração os aspectos conjunturais e estruturais que determinam o fenômeno da fome, como os inquéritos de (in)segurança alimentar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os Inquéritos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e

Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)<sup>1</sup> realizados nos últimos vinte anos tendo em vista que esses documentos apresentarem similaridades na forma de investigação e mensuração da (in)segurança alimentar no Brasil. Também recorreremos aos dados apresentados em trabalhos científicos acerca dos principais aspectos da questão agrária atual referentes à expansão capitalista no campo e a apropriação da terra e dos recursos naturais.

A exposição dos resultados da pesquisa segue apresentada numa estrutura que privilegia a abertura da dissertação com o dimensionamento da fome e a potencial subnutrição da população brasileira, visando impactar o leitor, num primeiro momento, com a exposição de um retrato descritivo junto com o debate técnico e político a respeito dos números. Depois do espanto com a descrição da superfície dessa realidade, levamos o leitor aos fundamentos essenciais desse quadro. Assim sendo, no primeiro capítulo, são apresentados os resultados encontrados acerca do flagelo social da fome nos inquéritos de (in)segurança alimentar realizados pelo IBGE e pela Rede PENSSAN nos últimos vinte anos. Em seguida, são expostos os resultados do levantamento bibliográfico realizado acerca da temática da fome que justifica a escolha teórico-metodológica deste trabalho e por fim, alguns elementos introdutórios da compreensão do fenômeno da fome, que são o ponto de arranque de nosso investimento investigativo, refletindo sobre o alimento enquanto produto do trabalho humano e necessário à reprodução do ser social e sobre as especificidades do atendimento à necessidade humana de se alimentar nas relações sociais capitalistas de produção pela transformação do alimento em mercadoria provocando, então, a fome.

No segundo capítulo, adentramos a dimensão intelectual de maior abstração com a teoria social crítica de Marx, evidenciando as determinações da generalização da forma mercadoria, da resignificação do trabalho e da terra por meio das expropriações sociais de modo a elucidar que no modo de produção do capital, o alimento, a força de trabalho e a terra se tornam mercadorias, e sob esse quadro social, a fome está medularmente vinculada à lógica deste modo de produção, compulsivamente voltado para ampliar o valor (trabalho abstrato) contido nas mercadorias. A expropriação social, exploração do trabalho e a subsunção do conjunto da classe trabalhadora à dinâmica da acumulação, estruturam aquela compulsão ilimitada, forjando uma sociabilidade em que nem mesmo o alimento está garantido a todos.

---

<sup>1</sup> A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), foi criada em 2012 sendo formada por pesquisadores, profissionais e estudantes em âmbito nacional, imbricada na pesquisa independente e autônoma em relação aos governos, interesses privados e organismos sejam nacionais ou internacionais (Rede PENSSAN, 2020).

Isto porque nas relações sociais capitalistas o acesso às coisas úteis, como, alimento, se dá através de relações de troca no mercado, imperando como medida das trocas o *quantum* de trabalho contido em cada mercadoria a ser trocada. Veremos que o trabalho abstrato, um *quantum* em tempo, impera sobre a qualidade útil, concreta do trabalho como substância de *valor*, sendo o dinheiro a mercadoria que assume a função de equivalente universal do *valor*. E pela necessidade impulsiva de valorização do valor, o alimento-mercadoria se torna objeto de negociação capitalista.

No terceiro capítulo, abordamos a formação social brasileira, a partir de determinados nexos históricos vinculados ao aprofundamento da questão agrária a fim de problematizar os fundamentos da escassez de alimentos gerando a fome no Brasil, que é um país historicamente caracterizado como fornecedor de produtos primários para o centro capitalista desde a colonização. Neste momento da exposição da pesquisa, apontamos as modificações técnicas do processo de industrialização no país, em concomitância com a manutenção de práticas arcaicas de exploração e apropriação de trabalho e terra, sob domínio da produção do capital especialmente a partir da década de 1960 e final de 1980, com rebatimentos na histórica questão agrária.

No quarto e último capítulo, a exposição segue de forma a possibilitar a compreensão da crise como estrutural e seus desdobramentos sobre a fome e, portanto, sobre a questão agrária. Afinal, a partir da década de 1970, o capital se defronta com limites à sua reprodução ampliada e recorre ao aprofundamento de processos regressivos e barbarizantes, impactando o conjunto da vida social e à natureza. Assim, a apresentação dos resultados corre pelas determinações teóricas e históricas do regime de acumulação em vigor nas últimas cinco décadas, pelo processo de inserção do Brasil no circuito financeirizado e mundializado, que reorganizam sua função na divisão internacional do trabalho e reverberam fundamentalmente no agravamento da questão agrária no país, pelo aprofundamento do papel primário-exportador com adensamento das expropriações sociais primárias e secundárias, nos termos de Fontes (2010) conforme avança o agronegócio.

A espinha dorsal da dissertação é a exposição das principais determinações categoriais da fome, com base na crítica da economia política e da teoria do valor de Marx por esse caminho aludido acima. Para além, da indignação com o quadro alarmante de famintos, evidenciamos o paradoxo da constituição histórica de um modo de produção que deixa incerto o atendimento de uma necessidade humana vital que é o acesso ao alimento (de qualidade), portanto estamos

diante de um modo de produção que se realiza de costas para as necessidades úteis, por isso, uma bomba que precisa ser desarmada.

## 1 A FOME E O ALIMENTO-MERCADORIA

*A tontura da fome é pior que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago – Carolina Maria de Jesus*

No capítulo que dá início a nossa dissertação objetiva-se demonstrar aspectos descritivos do fenômeno social da fome no Brasil, nos últimos anos, resgatando e problematizando a abordagem técnica da chamada segurança alimentar, explicitando a forma de mensuração adotada no Brasil e, com isto feito, resgatar os inquéritos de (in)segurança alimentar realizados pelo IBGE e pela Rede PENSSAN nos últimos vinte anos, com destaque para os principais marcadores sociais. Diante desse quadro, em seguida, nos aproximamos do Serviço Social apresentando os resultados do levantamento bibliográfico realizado acerca da temática da fome, constatando a ainda incipiente discussão da área, o que fortaleceu, bem verdade, a escolha por esta pesquisa. Por fim, apontamos alguns elementos teóricos introdutórios como ponto de partida de nosso empreendimento investigativo, quando refletimos sobre o alimento enquanto produto do trabalho humano e necessário à reprodução do ser social, assinalando as especificidades do atendimento à necessidade humana de se alimentar nas relações sociais capitalistas de produção, pela transformação do alimento em mercadoria. O capítulo está, portanto, dividido em quatro itens: *a (in)segurança alimentar: aspectos de definição da bomba da fome; a fome mordaz no Brasil nos últimos vinte anos; a fome em revista: o ‘estado da arte’ da produção acadêmica sobre a fome no Serviço Social; e alimento-mercadoria: a necessidade humana capturada pelo capital.*

### 1.1 A (in)segurança alimentar: aspectos de definição da bomba da fome

As medidas técnicas sobre a fome, hoje, são paramentadas pela forma de mensuração adotada por duas instituições de pesquisa estratégicas sobre o tema, e que escolhemos recorrer na investigação. A orientação para abordagem do tema é a definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que possui certa amplitude de possibilidades analíticas, incidindo sobre ele, diferentes aspectos como as áreas de conhecimento prevalentes e visão político-ideológica dos argumentistas. Essa ressalva é importante, ainda que não a tratemos aqui na medida em que

nossa perspectiva nesse trecho introdutório é apenas escanear os dados nacionais sobre o dimensionamento da fome no país para depois seguirmos em nossa perspectiva interpretativa.

O relatório da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 (IBGE, 2020) destaca o caráter multidimensional da identificação e da mensuração da segurança alimentar e nutricional (SAN). Em primeiro lugar, a SAN está relacionada com a oferta de alimentos para a população, vinculada à produção e/ou importação de alimentos. Em segundo, também está relacionada com o acesso físico e econômico aos alimentos, ou seja, sua obtenção em quantidade suficiente e em qualidade nutricional adequada, considerando aspectos culturais e sociais em relação aos preços e à renda familiar. Uma terceira dimensão diz respeito ao aproveitamento biológico dos alimentos pelos seres humanos e as condições sanitárias de produção e consumo, referindo-se a segurança microbiológica do alimento, os hábitos e as escolhas sociais. Por fim, a quarta dimensão envolve a estabilidade, perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos, envolvendo a sustentabilidade social, econômica e ambiental, demandando planejamento e ações públicas e familiares diante de problemas que possam romper o acesso de forma crônica, sazonal ou passageira (IBGE, 2020).

A definição de SAN, assim como a defesa do direito humano à alimentação adequada (DHAA), no Brasil, estão instituídos em legislações próprias e relativamente recentes, já no século XXI. Em 2010 ocorrem a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) aprovada desde 2006, e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) assim como a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 64 de 2010.

A lei nº 11.346 de setembro de 2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) visando assegurar o direito humano à alimentação adequada, definindo a alimentação adequada em seu 2º artigo como

direito fundamental do ser humano inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Brasil, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional é definida no artigo 3º desta lei nos seguintes termos:

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

O IBGE nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Orçamento Familiar e PNAD Contínua assim como a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), nos dois Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 (VIGISAN) adotam uma escala psicométrica do acesso familiar aos alimentos, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA é uma versão adaptada e validada de uma escala elaborada pelo departamento de Agricultura dos Estados Unidos na década de noventa. Sua validação foi conduzida por grupos de pesquisadores de universidades de todas as regiões brasileiras e coordenação do departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sendo incorporada ao suplemento de Segurança Alimentar da PNAD em 2004, ano de primeiro diagnóstico brasileiro sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar com abrangência nacional. E, a partir de seus dados confirmou-se a relação da Insegurança Alimentar com outros fatores socioeconômicos, dentre os quais destacamos: sexo e raça, vínculo de trabalho, nível de instrução da pessoa de referência do domicílio, renda domiciliar e área de residência. A partir desse entendimento, passou a ser adotada pelo IBGE em 2009 e 2013 nas PNADs, em 2017-2018 na POF e, em 2023, na PNADC (IBGE, 2020).

A EBIA toma como referência a experiência dos domicílios nos últimos noventa dias com relação ao acesso a alimentos, quando diante da escassez de dinheiro e sobre a visão do responsável pelas refeições ou de outro adulto morador(a) que entenda a dinâmica alimentar da casa. Esse levantamento aponta graus de *(in)segurança alimentar* na seguinte escala: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. O dimensionamento na pontuação final, resultante de respostas afirmativas à aplicação de um questionário de catorze perguntas – como é o caso das pesquisas realizadas pelo IBGE na PNAD, na POF e na PNAD Contínua – ou de um questionário adaptado de 8 perguntas como é o caso do VIGISAN realizado pela Rede PENSSAN<sup>2</sup> (IBGE, 2020; Rede PENSSAN, 2022).

Para os estudos do IBGE a classificação de acordo com a pontuação se dá pelo somatório das respostas afirmativas a 14 perguntas, baseado em referências acerca da segurança alimentar

---

<sup>2</sup> Os quadros de perguntas das pesquisas do IBGE e da Rede PENSSAN encontram-se nos anexos deste trabalho. (Anexo 1)

em que a classificação dos graus de insegurança alimentar possui pontuações diferentes para domicílios com ou sem menores de 18 anos<sup>3</sup>.

Os VIGISAN coletam informações a partir de questionários similares e com metodologia semelhante aos estudos do IBGE, além de também concentrarem atenção em aspectos como renda e experiência familiar sobre a pandemia da Covid-19; experiência do/a entrevistado/a e das famílias frente à Covid-19; segurança e insegurança alimentar no domicílio; segurança e insegurança hídrica no domicílio; acesso às políticas públicas, apoio social e indicadores de alimentação<sup>4</sup> (Rede PENSSAN, 2022).

Ainda de acordo com a EBIA, em situação de **segurança alimentar** (SA) a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente sem que isso comprometa o acesso a outras necessidades essenciais. Em **insegurança alimentar leve** (IA leve) há a preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada de alimentos que pode ser resultado de estratégias de sobrevivência que comprometem a quantidade de alimentos. Já em situação de **insegurança alimentar moderada** (IA moderada) vivencia-se a redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos no domicílio. Já na **insegurança alimentar grave** (IA grave), ela fica evidenciada pela ruptura com padrões de alimentação em razão da falta de dinheiro para comprar alimentos (IBGE, 2020; Rede PENSSAN, 2023).

As perguntas da EBIA e a estratificação dos *níveis de insegurança alimentar* não deixam sobrar dúvidas acerca de como um direito fundamental, e antes disso, uma necessidade humana básica, deve ser atendida na sociabilidade capitalista: por intermédio do dinheiro. Este aspecto em si, revela a fome resultado de um conjunto de determinações sociais.

Apesar de seguirmos o critério e a avaliação desses institutos de pesquisa sobre a fome, consideramos que os termos de *insegurança alimentar leve, moderada, grave*, devem ser considerados com certa cautela, pois podem velar a situação da fome e da degradação das

---

<sup>3</sup> Em domicílios com menores de 18 anos, a Segurança Alimentar não pontua, a Insegurança Alimentar leve pontua de 1-5; A Insegurança Alimentar moderada de 6-9, Insegurança Alimentar Grave, de 10-14 e entre os domicílios sem menores de 18, respectivamente, 0; 1-3; 4-5; 6-8 (IBGE, 2020).

<sup>4</sup> Os VIGISANs não dividiram os domicílios entre com ou sem menores de 18 anos, não incluindo no questionário de oito perguntas as perguntas referentes aos moradores com menos de 18 anos. Desta forma, a pontuação ficou da seguinte forma: Segurança Alimentar não pontua, Insegurança Alimentar leve pontua de 1-3; Insegurança Alimentar moderada pontua de 4-5, e Insegurança Alimentar grave de 6-8.

condições de vida e de reprodução da classe trabalhadora<sup>5</sup>. Ter incerteza da possibilidade de se alimentar em um futuro próximo, reduzir a qualidade dos alimentos ou ter a quantidade de alimentos reduzida pela falta de dinheiro já configuram um cenário degradante, e sobretudo desumano para aqueles que o vivenciam e para uma sociedade civilizada. Não é só ultrajante e humilhante socialmente, a fome também detona verdadeiras bombas sociais, pois implica no comprometimento do desenvolvimento e na saúde física dos seres humanos podendo culminar em mortes, como população sobrando descartável.

### **A fome mordaz no Brasil nos últimos vinte anos**

Os resultados da pesquisa documental sobre os inquéritos de Segurança Alimentar realizados ao longo dos últimos vinte anos, merece nossa atenção aqui. O objetivo é apresentar nossa aproximação da realidade do flagelo da fome no Brasil, recorrendo aos dados de pesquisas que consultamos, não nos limitando aos aspectos quantitativos numéricos, mas buscando, mais à frente na dissertação, os compreender qualitativamente, para ultrapassar a mera constatação dos dados e construir uma reflexão crítica em diálogo com outros autores que discutem a temática da fome.

Recorremos, para tanto, aos inquéritos sobre a Segurança Alimentar realizados pelo IBGE e pela Rede PENSSAN nos últimos vinte anos, a saber, as PNADS (2004, 2009 e 2013), a POF (2017-2018), os VIGISAN (2020 e 2021-2022) e a PNADC (2023), pois este recorte temporal engloba a primeira e a última pesquisa sobre o tema nos marcos da mensuração da EBIA e com metodologias de pesquisas similares.

A coleta e análise de dados se deu em dois momentos. No primeiro, cotejamos os dados até o ano de 2022, em junho de 2023, e, no segundo, os dados de 2023, em abril de 2024. Além dos dados gerais, foram analisados aqueles referentes aos marcadores sociais como: sexo e raça, vínculo de trabalho, nível de instrução da pessoa de referência do domicílio, renda domiciliar e área de residência inclusos nestes inquéritos.

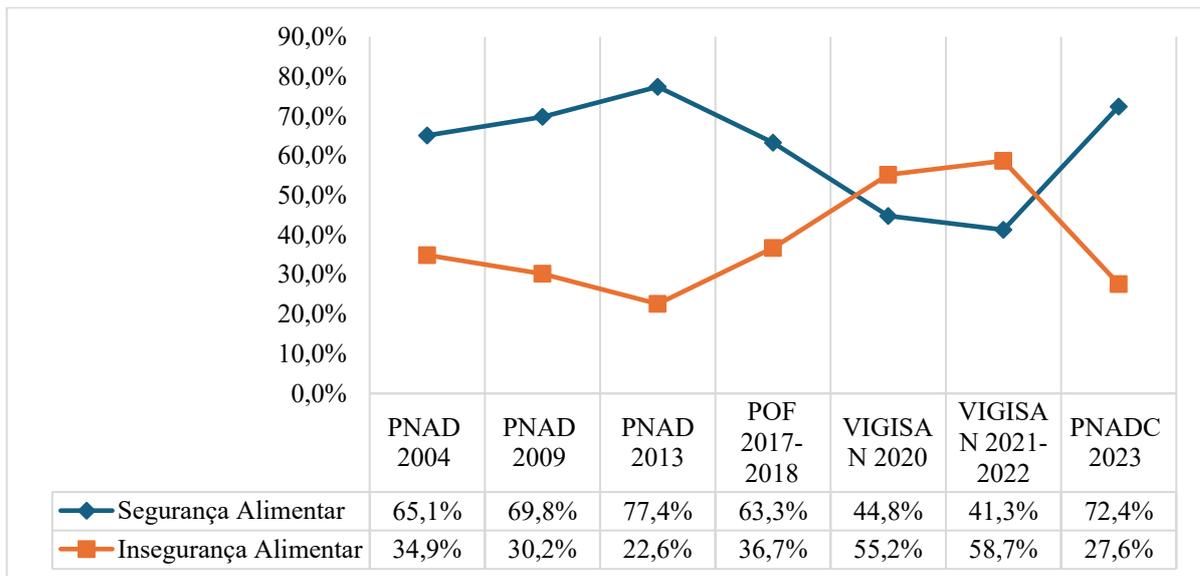
---

<sup>5</sup> O alcance desses institutos de pesquisa, a regularidade, padronização e comparação histórica são possibilidades de investigação que permitem dimensionar mais amplamente a escala do problema da fome e da insegurança alimentar.

As informações foram sistematizadas no programa *Microsoft Excel*, de acordo com os marcadores sociais possibilitando a elaboração dos gráficos e a apresentação dos dados, como a seguir.

O gráfico abaixo expõe a situação da fome no Brasil ao longo das últimas duas décadas, e seu agravamento, dentro deste recorte temporal, a partir de 2018.

Gráfico 1: Distribuição segundo a situação de (in)segurança alimentar existente no domicílio, Brasil 2004-2023



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009, 2013; IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018; Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, 2021, 2022. Elaboração própria.

Os dados dos dois VIGISAN realizados em 2020 e 2021 revelam, de fato, o agravamento da insegurança alimentar no país, chegando a afetar mais da metade (58,7%) dos domicílios no Brasil em 2021. No entanto, o agravamento da insegurança alimentar já é percebido na POF de 2017-2018, atingindo 84,8 milhões de pessoas, sendo o flagelo da fome vivida por 10,2 milhões (IBGE, 2020).

É importante mencionar que a partir de 2020 a escalada da fome passa a ser mais intensa e rápida considerando o espaço temporal de realização entre os inquéritos, visto que de 2018 para 2020, o exército de famélicos praticamente dobrou, chegando a 19 milhões e a insegurança alimentar, em seus variados níveis, atingiu 116,8 milhões de pessoas (Rede PENSSAN, 2021). Segundo a Rede PENSSAN, tal acentuação (Gráfico 1), se vincula à crise política e social que se desenvolve a partir de 2016 com o golpe jurídico-parlamentar de Dilma Rousseff e o

recrudescimento neoliberal encaminhado nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

No entanto, a retomada do cenário da fome não pode ser totalmente creditada a ascensão política de governos que assentiram aos interesses do mercado de forma mais aberta, a qualquer custo, incluindo a vida de milhões de pessoas. No grande período petista, os Governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) optaram em não construir saídas mais certeiras para o problema da pobreza e da fome, conservando medidas emergenciais ou paliativas, ao passo que também fortaleciam o segmento do agronegócio, dando-lhes ainda mais poder econômico e político, adensando a tendência da economia primário-exportadora para o país, em acordo com o que já vinha sendo construído anteriormente na década de 1990 e no início dos anos 2000 com o *boom das commodities*<sup>6</sup> (Delgado, 2010), o que veremos mais adiante no quarto capítulo deste trabalho.

Monerato, Silva e Gomes Júnior (2023) destacam que em 2007-2008 estoura a crise mundial dos alimentos pela elevação dos preços das *commodities*, acompanhado pelo preço do petróleo<sup>7</sup>, o que alavanca ainda mais o cultivo das *commodities* no Brasil, garantindo um superávit primário<sup>8</sup> ao país e permitindo a expansão de programas sociais associado à expansão do cultivo de cana, da soja e do milho, com redução da produção de alimentos para o consumo interno. No entanto, esse circuito sofre uma brusca queda com o evento da crise financeira mundial de 2008 e seus rebatimentos no país especialmente a partir de 2012, com a queda do preço das *commodities*.

Contraditoriamente, é neste período (2000-2010) que as principais políticas sociais de combate à fome bem como a construção do arcabouço legal da *Segurança Alimentar* são implementadas no Brasil e que mais tarde, em 2014, resultaram na chamada saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, a história irá comprovar o caráter emergencial e superficial de tais ações, na medida em que as políticas sociais de

---

<sup>6</sup> A palavra *commodity* traduzida do inglês significa literalmente mercadoria. Na economia, o termo é designado para as mercadorias em estado bruto, matérias-primas e produtos primários, por exemplo.

<sup>7</sup> Os autores abordam a fome no Brasil pela dimensão da geopolítica mundial, destacando que a hegemonia dos Estados Unidos e a busca por petróleo incidem tanto na conformação da modernização conservadora da agricultura quanto no desenvolvimento da produção de *commodities* no Brasil a partir dos anos 2000.

<sup>8</sup> Resultado positivo entre receitas e despesas do governo utilizado para o pagamento de juros da dívida pública (LAPYDA, 2023). Em momentos de expansão do superávit é possível que programas e políticas sociais também se expandam, no entanto, em momentos de queda ou déficit, recorre-se a adoção de políticas de austeridade fiscal (cujo corte de despesas resulta supressão de políticas sociais) para que haja a garantia do pagamento da dívida pública.

combate à fome e à pobreza, aqui englobando às de incentivo à produção agrícola, não eram capazes de alterar a estrutura fundiária do país, que é o nó górdio do acesso à terra e da produção saudável de alimentos.

Em 2003, quando Lula assume pela primeira vez a Presidência da República defendeu em seu discurso ser sua prioridade acabar com a fome, dada a avalanche de iniquidades sociais da era neoliberal anterior, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). É fruto desse compromisso com a sociedade brasileira a criação do Programa Fome Zero em 2003 e depois adaptado e alocado junto ao Programa Bolsa Família. Em seu segundo mandato, todo o arcabouço legal de Segurança Alimentar e Nutricional foi estruturado entre 2006 e 2010, e é perceptível neste período o avanço da segurança alimentar na população brasileira, o que se estende até 2013 quando se verifica a maior prevalência (77,4%) mas que logo viria a derruir.

Inerente à estruturação de ações de *combate à fome*, em 2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) que como se sabe, é um programa de transferência de renda que integrou ações de educação, saúde e proteção social, extinguindo os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação<sup>9</sup> e Auxílio-Gás, travestindo o recém-criado programa em carro chefe dos governos petistas. É preciso abrir um breve parêntese sobre o assunto, pois o PBF é avaliado por alguns estudiosos, como por exemplo, Silva (2006) e Guimarães e Silva (2020) como uma transmutação da forma de combate à fome pela priorização do repasse monetário sem mobilizar mudanças efetivas na estrutura da desigualdade tanto de renda quanto de acesso à terras que marcam a história do país, prevalecendo o viés assistencialista e emergencial<sup>10</sup>.

De acordo com Guimarães e Silva<sup>11</sup> (2020) a instituição do programa provocou uma perda de espaço político para o combate à fome na agenda do governo, focando num programa de renda mínima. Evidentemente, que pobreza e fome são intimamente relacionadas, no

---

<sup>9</sup> Programa que visava garantir recursos financeiros ou alimentos em espécie às pessoas em situação de insegurança alimentar.

<sup>10</sup> Foge ao escopo deste trabalho, cujo objetivo não é a discussão de políticas sociais, mas é necessário destacar que a transformação os programas de transferência de renda ganham proeminência como um processo geral e próprio do desenvolvimento das políticas sociais no âmbito da sociabilidade capitalista. Essa discussão de forma geral, pode ser encontrada em trabalhos como o de Boschetti (2016) e Mota (2010; 2015), que de formas distintas, mas a nosso entender, complementares, avaliam que este é um processo vinculado com o esgotamento das oportunidades de trabalho, implicando em uma hipertrofia da política de assistência social.

<sup>11</sup> O artigo dos autores é interessante para pensar a intersetorialidade, ou a falta dela, entre a Segurança Alimentar e o Programa Bolsa Família. Guimarães e Silva (2020) também realizam importante levantamento dos marcos legais do percurso histórico das políticas alimentares e nutricionais no Brasil.

entanto, esta estratégia não foi capaz de superar a reprodução da pobreza e tampouco da fome a longo prazo, pois sua capacidade de melhorar as condições de vida e o acesso monetário aos alimentos nos moldes da sociabilidade capitalista vem há tempos se esgotando.

No que tange a conjuntura macrossocial, com o fim do ciclo das *commodities* em 2015, a tendência dos governos do PT de aliar o sistema de exportação de *commodities* com o financiamento de políticas sociais foi à ruína. De acordo com Monerato, Silva e Gomes Júnior (2023) são desdobramentos do fim desse ciclo o golpe jurídico-parlamentar contra a então presidente Dilma Rousseff em 2016 e o dismantelamento das políticas sociais que se sucederam no governo de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) não só remontando o cenário devastador da fome, como aprofundando-o.

É neste contexto que a partir de 2016, há um recrudescimento do neoliberalismo no Brasil, com aparatos como a PEC 241 do Senado Federal que impôs um teto de gastos públicos que incide diretamente em direitos sociais como saúde e educação; as contrarreformas consumadas como a reforma trabalhista em 2017 e a reforma da previdência em 2019 que exprimem significativas perdas para a classe trabalhadora, aumentando as possibilidades de exploração e maior apropriação de valor através da flexibilização das relações de trabalho e da dificuldade de acesso à aposentadoria. Também é emblemático do governo funesto antes mesmo da crise sanitária, a extinção do CONSEA como um dos primeiros atos de Bolsonaro como Presidente, enfraquecendo a agenda, já bastante esvaziada, de *combate à fome*.

Cabe aqui evidenciar que no que se refere à relação da *insegurança alimentar* e o acesso às políticas sociais e a direitos do trabalho, O II VIGISAN deixa perceber que a regulação pública de direitos sociais e do trabalho é positiva sobre os dados da insegurança, revelando proporções menores de fome entre aqueles domicílios onde havia algum morador aposentado. O contrário foi verificado entre as famílias nas quais havia algum idoso ou pessoa com deficiência que recebia o BPC. Pelo recorte de renda do benefício ser menor ou igual que  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, a fome se fez mais presente entre aqueles que recebiam o benefício (60,3%) em relação àqueles que não recebiam (48,7%) (Rede PENSSAN, 2022).

Considerando o critério de renda para acesso à benefícios sociais, o segundo inquérito investigou sua relação com a insegurança alimentar por três recortes: referente a todos os domicílios do estudo; domicílios com renda familiar per capita igual ou menor que  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo para a elegibilidade do PBF ou Auxílio Brasil<sup>12</sup> e igual ou menor que  $\frac{1}{4}$  salário-mínimo.

---

<sup>12</sup> O auxílio Brasil foi um programa instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, em substituição ao PBF, junto com a instituição do Programa Alimenta Brasil em substituição ao PAA, as vésperas do último ano

Assim, segundo a Rede PENSSAN (2022), as famílias que recebiam esses benefícios, pela baixa renda familiar per capita já enfrentam dificuldades em atender outras necessidades básicas, o que pode influenciar à distribuição do valor do benefício entre tantas outras necessidades que não só a alimentação. Desta forma, recebimento do benefício não impactou significativamente na insegurança alimentar. Entre aqueles que receberam o benefício, por exemplo, na faixa de renda familiar per capita inferior ou igual à  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, a incidência fome (insegurança alimentar grave) entre aqueles que receberam algum dos benefícios foi de 32,7% enquanto aqueles que não receberam foi de 29,4%. Já entre aqueles com renda familiar per capita igual ou inferior à  $\frac{1}{4}$  a incidência da fome foi de 44,3% entre aqueles que recebiam e 56,7% entre aqueles que não recebiam (Rede PENSSAN, 2022).

O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>13</sup>, que é considerado a política de SAN mais antiga do Brasil, assim como outros programas e ações de *combate à fome*, passou por graves ameaças sob o governo Bolsonaro. Durante a pandemia da Covid-19, a manutenção prolongada da modalidade remota de ensino nas escolas, fez com que o programa atendesse os alunos por meio de entrega de alimentos ou cartões de alimentação. Segundo a Rede PENSSAN (2022) a falta de orientações para Estados e Municípios para utilizarem os recursos do PNAE neste período resultou em prejuízos significativos, especialmente para as crianças<sup>14</sup>, que é o público-alvo do programa, no período pandêmico, especialmente aquelas famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, verificou-se prevalência da fome em 37%.

---

do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), o que parece ter sido uma medida, entre tantas outras, de tentativa de reeleição do então presidente.

<sup>13</sup> O PNAE foi instituído ainda no ano de 1955, é regulamentado pela Lei nº 11.947 de junho de 2009. De forma sintética, o programa se constitui pelo repasse financeiro federal, do FNDE para atender estudantes de toda educação básica, incluindo instituições filantrópicas e sem fins lucrativos de estados, municípios, distritos e da rede federal. O repasse é feito para as Secretárias de Educação Estaduais e Municipais e se tratando de escolas federais, o repasse é feito para as unidades gestoras da instituição federal de ensino responsável, que descentraliza o recurso. O valor total do repasse é calculado com base no número de alunos matriculados, número de dias letivos no ano junto aos valores per capita que variam de acordo com segmento escolar, tempo de permanência na unidade escolar. Para mais detalhes, ver: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

<sup>14</sup> A reportagem “Fome e má alimentação na pandemia vão ter impactos nas gerações futuras, dizem especialistas” do G1, aborda a dificuldade de compra de alimentos pela falta de dinheiro no período pandêmico e reforça a necessidade de uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada no período da infância, segundo especialistas. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/16/fome-e-ma-alimentacao-na-pandemia-va-ter-impacto-nas-geracoes-futuras-dizem-pesquisadores.ghtml>. Acesso em: abr. 2021

Já quanto ao acesso aos restaurantes populares<sup>15</sup>, fundamentais na oferta de alimentação adequada e a preços acessíveis verificaram que considerando o recorte de renda entre as menores rendas familiares *per capita* igual ou menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e igual ou menor que  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, a segurança alimentar foi maior entre aqueles que frequentavam esses equipamentos, porém, o relatório também problematiza o fato de que os restaurantes populares não são acessíveis a grande parte da população mais suscetível à fome já que via de regra são instalados nas áreas urbanas de maior densidade populacional, mas distante das periferias das cidades (Rede PENSSAN, 2022).

Outro benefício de transferência de renda importante foi o Auxílio Emergencial, instituído no contexto da pandemia, ainda em 2020, pela Lei nº 13.982, objetivando minimizar os impactos econômicos da crise sanitária com a diminuição do fluxo econômico e de mobilidade das pessoas em razão do relativo isolamento social empreendido. O auxílio caracterizava-se pelo repasse de R\$ 600, e R\$ 1.200 para mães solo, por cinco meses somadas à quatro parcelas de R\$ 300 e R\$ 600 respectivamente. Em 2021, o benefício foi prorrogado para mais sete parcelas de em média R\$ 250 e R\$ 375%.<sup>16</sup>

A proposta governamental, inicialmente de R\$200, recebeu forte pressão da Câmara dos Deputados e do Senado para ser aumentada, mas os louros do benefício ficaram com o Governo Federal, que inclusive cresceu em popularidade no período de vigência do benefício (2020-2021), o que induziu a solução assistencialista para a reeleição: a extinção do PBF<sup>17</sup>, e sua substituição pelo Auxílio Brasil, e do PAA pelo Alimenta Brasil. Essas mudanças buscavam contornar a perspectiva adotada, durante quatro anos de governo sobre benefícios de

---

<sup>15</sup> Os restaurantes populares são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que integram o SISAN que objetivam ampliar a oferta de alimentação adequada e saudável com preços acessíveis à população de baixa renda, geralmente instalados em municípios maiores e com grande número de pessoas em situação de pobreza. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-restaurante-popular>

<sup>16</sup> O benefício era concedido entre outros critérios de elegibilidade aos trabalhadores(as) que não tivessem emprego ativo, não tivessem outro benefício previdenciário ou assistencial ou de transferência de renda com exceção do PBF, com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos e limitado à dois membros da mesma família. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm)

<sup>17</sup> A MP nº 1061/2021 extinguiu o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos e criando os programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil como substitutos.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.061%2C%20DE%209%20DE%20AGOSTO%20DE%202021&text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.061%2C%20DE%209%20DE%20AGOSTO%20DE%202021&text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,Brasil%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: ago. 2021 A MP foi revertida com a posse de Lula em seu terceiro mandato (2023) quando recria o Consea e o PBF.

transferência de renda e, nos últimos anos de seu mandato, sobre o acirramento do quadro cruel da fome entre os brasileiros e brasileiras.

Se por um lado, Bolsonaro dizia que “*não existe fome no Brasil da forma como era falado*”<sup>18</sup> desacreditando pesquisas de instituições respeitadas nacionalmente, por outro lado, buscava mascarar a situação desoladora da fome pela encomenda de documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que alegava seu duvidoso abrandamento como efeito da expansão do Auxílio Brasil<sup>19</sup>. O documento intitulado “Auxílio Brasil: uma reflexão preliminar” foi assinado apenas pelo diretor do instituto Erik Alencar de Figueiredo, publicado em agosto de 2022. Engana-se quem acredita que esses discursos soam contrários. Na verdade, são complementares. Além de afirmar que o fantasma assombroso da fome não nos assolava, também afirma que em sua incidência ínfima e contrária a todos os apontamentos de estudos, pesquisas e estimativas estaria sendo combatida em seu governo por um programa de transferência de renda “*como nenhum outro na história do país*”.

No entanto, seus esforços para mistificar a realidade sombria não corrigida com o auxílio emergencial não foi suficiente para a superação dos altos índices de fome durante a pandemia. Os VIGISANs demonstram que, em 2020, entre aqueles que solicitaram e receberam o auxílio, 28% permaneceram convivendo com *insegurança alimentar de moderada à grave*<sup>20</sup>. E apenas 34,3% em segurança alimentar. Já em 2022, a relação entre a insegurança alimentar e a solicitação e recebimento do auxílio emergencial pelas famílias mais vulneráveis, com renda familiar per capita inferior a ¼ salário-mínimo, revela que a fome foi maior nos domicílios que

---

<sup>18</sup> As investidas de Bolsonaro contestando os resultados da Rede PENSSAN foram amplamente divulgadas na época da pandemia. “Bolsonaro Volta a duvidar dos 33 milhões de famintos e diz que não há fome para valer no Brasil”. Carta Capital, 26 de agosto de 2022. Acesso em ago. 2022. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-duvidar-dos-33-milhoes-de-famintos-e-diz-que-nao-ha-fome-para-valer-no-brasil/> Acesso em: ago. 2022.

<sup>19</sup> A encomenda do relatório do IPEA foi dura e amplamente criticada dentro e fora do instituto. “Técnicos veem como eleitoreiro estudo do IPEA sobre auxílio Brasil”. reportagem de Flávia Said publicada pelo Metrôpoles, 19 de agosto de 2022 <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/tecnicos-veem-como-eleitoreiro-estudo-do-ipea-sobre-auxilio-brasil> Acesso em: ago. 2022

“Nota de repúdio ao relatório assinado pelo presidente do IPEA sobre a fome no Brasil. Associação Brasileira de Saúde Coletiva” – ABRASCO, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-de-repudio-ao-relatorio-assinado-pelo-presidente-do-ipea-sobre-a-fome-no-brasil/67916/> Acesso em ago. 2022.

<sup>20</sup> Cabe destacar que em alguns dados, os institutos recorrem a apresentação das informações de insegurança alimentar moderada e grave em conjunto, como é neste caso. Entendemos essa conjunção pela similaridade da categorização entre os dois níveis de insegurança alimentar, sendo uma diminuição quantitativa de alimentos e o outro a ruptura dos padrões de alimentação no domicílio pela falta de alimentos e/ou falta de dinheiro para sua aquisição.

solicitaram o benefício e não receberam o auxílio (63%) comparado aos que solicitaram e receberam (47,5%), o que revela a insuficiência do benefício em atender amplamente aqueles que dele necessitaram (Rede PENSSAN, 2021; 2022).

Chegando em 2023, a retomada do poder político pelo Partido dos Trabalhadores para o terceiro mandato presidencial de Lula iniciado, colocou o *combate à fome* novamente na agenda política nacional. Neste mesmo ano, o governo federal lançou o Plano Brasil Sem Fome<sup>21</sup> com as estratégias principais divididas em três eixos: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; alimentação adequada e saudável da produção ao consumo e mobilização para o combate a fome por meio da valorização do salário-mínimo e do novo bolsa família, passando ainda pelos incentivos à produção de alimentos voltada ao abastecimento interno e fortalecimento do SISAN.

A melhora nos índices de segurança alimentar recentemente publicados pelo IBGE parecem demonstrar o impacto da retomada das já conhecidas políticas sociais e ações governamentais – que incidem principalmente sobre a capacidade de compra de alimentos – em rebaixar a incidência da *insegurança alimentar* e o exército de famintos diminuído para 8,7 milhões. Comparado ao último inquérito da Rede PENSSAN (2022) significa uma retirada de mais de 24 milhões de pessoas deste inglório pelotão, até então formado por 33 milhões de pessoas.

Os dados foram recebidos em misto de surpresa e espanto pela mudança tão expressiva alcançada em aproximadamente um ano, o que tem levado a busca de explicações outras que também determinem a discrepância entre os dados das pesquisas dessas duas instituições. Ainda que seja um assunto extremamente recente, são apontados aspectos como distinções metodológicas, conjuntura de realização de ambas as pesquisas<sup>22</sup> e até mesmo erro em comparação de dados pelo governo federal em anúncios que deveriam ter tido como referência os dados da POF 2017-2018<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: set. 2023.

<sup>22</sup> A reportagem por Marcelo Roubicek publicado no Nexo, em abril de 2024 pontua algumas possíveis causas para a diferença nos dados da fome. Mas destaca que de acordo com Representante da Rede PENSSAN, que a instituição se baseou nas recomendações metodológicas do IBGE. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/04/25/por-que-ha-tanta-diferenca-nos-dados-sobre-a-fome-no-brasil>. Acesso em: mai. 2024.

<sup>23</sup> O artigo jornalístico “O milagre da multiplicação de alimentos” de Jean Marc Von Der Weid, publicado pela A Terra é Redonda em 2024, tece críticas contundentes acerca da inabilidade do governo federal até então, de operar mudanças efetivas na produção e oferta de alimentos e busca entender que tipo de alimentação é consumida pelos brasileiros, tendo em vista a produção de alimentos básicos no Brasil vem sofrendo queda enquanto a produção de *commodities* avança, questionando a capacidade de sustentação deste cenário sem

O que nos interessa evidenciar a respeito dessa aparente virada abrupta no cenário da fome é que a receita assistencial para lidar a fome não é nova, pelo contrário, segue o padrão de iniciativas públicas dos governos petistas que aposta todas as fichas em medidas emergenciais<sup>24</sup>, paliativas e compensatórias sem operar transformações efetivas de erradicação da fome no país, o que só seria possível a partir de transformações estruturais consistentes nas desigualdades de renda e terra, pois já adiantamos que essas continuam se perpetuando mesmo na aparência de um Brasil menos faminto.

As críticas tanto à forma de condução do *combate à fome*, quanto à política econômica adotada e posteriormente, à ruína das políticas de Segurança Alimentar e dos direitos sociais e de trabalho de forma ampla, ganham ainda mais concretude quando se observa que durante todo o período temporal de realização das pesquisas, a fome continuou e continua se manifestando por meio de desigualdades diversas, seja entre as macrorregiões, entre as regiões urbanas e rurais e tantos outros marcadores sociais que logo abordaremos.

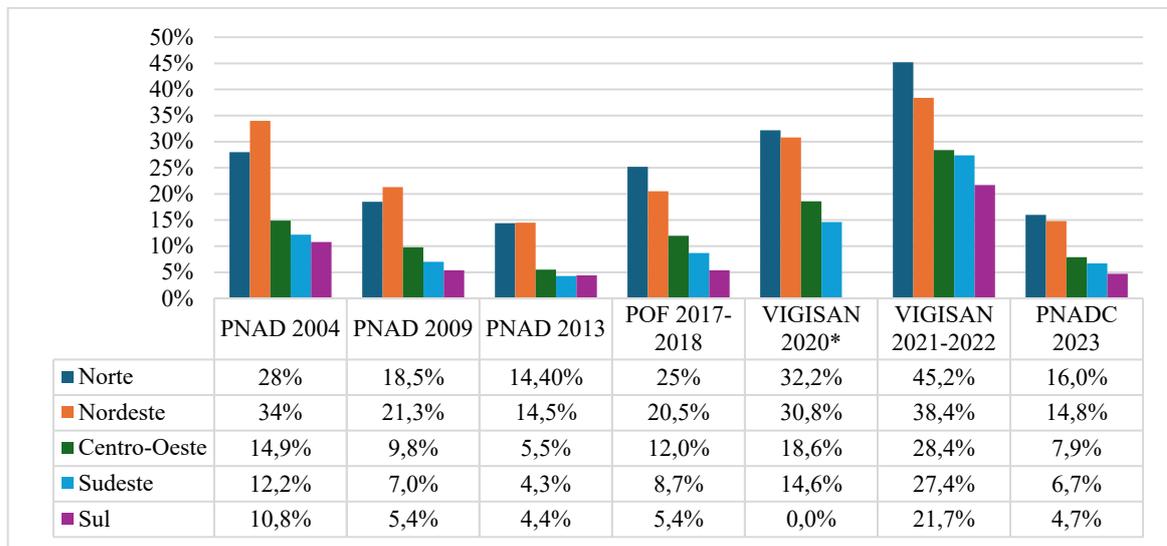
A série histórica dos inquéritos de (in)segurança alimentar demonstra que, apesar de serem apresentadas como um grande ponto a favor da compreensão e da transformação da realidade brasileira, os programas sociais dos governos petistas, não conseguiram, nem mesmo durante os anos de melhores índices de Segurança Alimentar modificar as condições de emprego e acesso à terra. Em acréscimo, é possível perceber acintosa desigualdade regional, pois em todas as pesquisas, a insegurança alimentar, em todos os graus, mas com destaque à moderada e à grave, foi em média três vezes maior nas regiões Norte e Nordeste do que nas Regiões Sul e Sudeste (Gráfico 2).

---

modificar a questão agrária nacional. Weid também critica a comparação governamental dos dados do IBGE com os dados da Rede PENSSAN (2022). Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/o-milagre-da-multiplicacao-dos-alimentos/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR2ELiUKYfWjhiFWdOnROCoR3cpUYOQYIbCPWKp\\_2bRwIrfb7Ey6a7n8jj8\\_aem\\_Aa0U-4LE4w2TF2aZ9BQ9aYYtWkYSRDeCGqNLFF\\_xpJLC\\_b\\_jP-g6nVYMe7DR36Twz4k37HeNRZLGQOnCRfIRZG7](https://aterraeredonda.com.br/o-milagre-da-multiplicacao-dos-alimentos/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR2ELiUKYfWjhiFWdOnROCoR3cpUYOQYIbCPWKp_2bRwIrfb7Ey6a7n8jj8_aem_Aa0U-4LE4w2TF2aZ9BQ9aYYtWkYSRDeCGqNLFF_xpJLC_b_jP-g6nVYMe7DR36Twz4k37HeNRZLGQOnCRfIRZG7) Acesso em: mai. 2024.

<sup>24</sup> Na divulgação oficial dos dados pelo governo federal, o Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, Wellington Dias destaca que este grande feito foi alcançado pelo amplo conjunto de políticas e programas sociais reunidos no Plano Brasil Sem Fome lançado em 2023, além da retomada da economia, e da valorização do salário-mínimo. O combate à fome deve continuar operando pela inclusão dessas 8,7 milhões de pessoas famintas em políticas de transferência de renda. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/no-primeiro-ano-de-governo-24-4-milhoes-deixam-de-passar-fome-no-brasil> Acesso em: mai. 2024

**Gráfico 2:** Distribuição da insegurança alimentar moderada à grave\* por domicílios nas macrorregiões brasileiras, 2004-2023



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009, 2013; IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018; Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, 2021, 2022. \*Elaboração própria, utilizando a soma dos percentuais de insegurança moderada e grave.

Mesmo quando há avanço da SA no Brasil, os índices nas Regiões Norte e Nordeste são os menores em crescimento, como é possível observar no gráfico 2. E essas regiões apresentam maior proporção de população rural em situação de insegurança alimentar, ou fome, ao contrário das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde são as áreas urbanas que apresentam maiores proporções de precariedade alimentar (Rede PENSSAN 2022).

O primeiro VIGISAN realizado em 2020, mostra essas desigualdades regionais no país pelos rendimentos mensais das famílias nas distintas regiões, revelando dados alarmantes, pois respectivamente, em 25,7% e 24,2% dos domicílios do Norte e Nordeste sobrevivia-se com rendimento familiar *per capita* de até de  $\frac{1}{4}$  salário-mínimo, enquanto nas regiões Sul/Sudeste<sup>25</sup> e Centro-Oeste, essa proporção foi três vezes menor respectivamente 8,6% e 7,3%.

Essas regiões mais empobrecidas também são as que mais sofrem com a falta ou falha de fornecimento de água potável, além de possuírem os maiores números de moradores por domicílio somado a maior proporção de pessoas pretas e pardas responsáveis pelo domicílio, denotando com precisão a condição racial da fome. O Nordeste também apresentou a maior proporção de pessoas responsáveis pelo domicílio sem escolaridade ou nível fundamental

<sup>25</sup> Para Macrorregiões, o I VIGISAN (2020) contabilizou as Regiões Sul e Sudeste juntas.

incompleto, num claro movimento de representação de fracasso civilizatório<sup>26</sup>. E são nas regiões Norte e Nordeste que se apresentaram as maiores proporções de impacto negativo da pandemia nas condições de vida e trabalho, expressas em perda de emprego de membro da família (20%) redução da renda (53,4% e 59,6%) necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo (36,8% e 37,1%) endividamento dos moradores (37% e 34,9%), cortes de gastos em despesas essenciais (61,4% e 55,3%) e não essenciais (55% e 61,9%) (Rede PENSSAN, 2021). Essas inferências expõem o imbricamento da desigualdade socioespacial na constituição do exército de famintos.

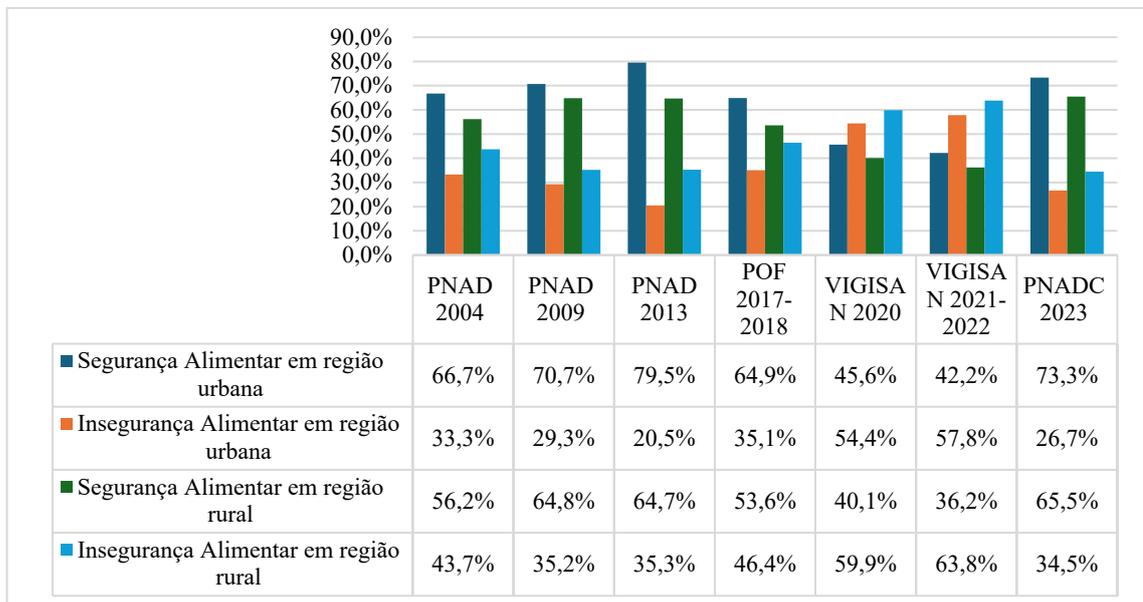
A política econômica adotada de privilegiamento do agronegócio também se desdobra historicamente na incidência da insegurança alimentar e da fome na área rural do país. Em todas as pesquisas, o campo aparece com maior incidência da fome (Gráfico 3). Estamos tratando aqui de dados percentuais, que são proporcionais à condição de segurança alimentar, e que, evidentemente, pela densidade dos centros urbanos, o número absoluto de pessoas famintas nessas áreas é maior. Por exemplo em 2022 o exército de famintos no campo era de 5 milhões, contra 27 milhões nas áreas urbanas (Rede PENSSAN, 2022)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Em detalhes, os dados em ordem decrescente de proporção em: **água potável com fornecimento irregular:** Nordeste (40,2%), Norte (38,4%), Centro-Oeste (14%) e Sudeste/Sul (13,2%); **densidade domiciliar (nº de cômodos per capita) em até um cômodo** Norte (46,5%), Nordeste (35%), Sudeste/Sul (30%) e Centro-Oeste (28,7%); e **nível de escolaridade, sem escolaridade e nível fundamental incompleto:** Nordeste (39,3%), Centro-Oeste (30,8%), Sudeste/Sul (31,35%) e Norte (28,7%).

<sup>27</sup> Evidenciamos que como os inquéritos são realizados tendo como referência os domicílios, a população em situação de rua não é incluída nas pesquisas. O trabalho de Oliveira e Alcântara (2021) mostra que essa população enfrentou o agravamento de sua dura realidade cotidiana, enfrentando dificuldade na escolha do que e onde comer, condições inadequadas de alimentação, formas inadequadas de preparo de alimento, desconhecimento sobre a procedência do que comiam, medo da proibição da circulação de doações de alimentos, além do comprometimento do atendimento de outras necessidades essenciais.

**Gráfico 3:** Incidência da Segurança e da Insegurança Alimentar nas Regiões Urbana e Rural Brasileiras, 2004-2023.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009, 2013; IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018; Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, 2021, 2022. Elaboração própria.

A população rural é compreendida pelas comunidades ribeirinhas, quilombolas, os/as indígenas e os/as trabalhadores/as rurais, os/as agricultores/as familiares, historicamente mais expropriados, explorados e mais empobrecidos. As condições de infraestrutura local são importantes pois, os VIGISANs (Rede PENSSAN, 2021; 2022) revelam que a proporção de domicílios em *insegurança alimentar grave* dobrou quando houve falta adequada de água para a produção de alimentos e quase dobrou quando não houve água suficiente para o consumo pelos animais, ou quando houve dificuldade na comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores.

O II VIGISAN destaca que a agricultura familiar foi especialmente afetada, com 38% dos domicílios nesse segmento com as formas mais severas de *insegurança alimentar*, ou seja, na iminência da fome ou convivendo com ela (22%), em 2022. Ainda de acordo com o inquérito, essa incidência ainda mais trágica entre aqueles que produzem a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros se deve aos desmontes das políticas públicas voltadas à pequena produção entre 2016 e 2022. Neste aspecto, também se sobrepõe as desigualdades

regionais, já que a insegurança alimentar no campo é proporcionalmente maior nas regiões Norte e Nordeste<sup>28</sup> (II VIGISAN, 2022).

Além da desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos e da formação de estoques públicos de alimentos, um bom exemplo do desamparo orquestrado contra a agricultura familiar no governo de Bolsonaro é trazido por Luciano e Correa (2022) que destacam o contraste entre as medidas tomadas em favor do agronegócio frente às tomadas em favor da agricultura familiar durante a pandemia<sup>29</sup>. Além das diferenças orçamentárias dos Planos Safra entre grandes produtores e agricultura familiar, foi criada a Lei nº13.986/2020<sup>30</sup>, a Lei do Agro, que facilitava ainda mais o acesso a créditos e desoneração de contribuições à Seguridade Social e abertura do financiamento do setor com capital estrangeiro.

No mesmo momento, movimentos sociais lutavam para construção do Projeto de Lei nº 735/2020<sup>31</sup> que previa medidas emergenciais de amparo aos pequenos produtores para minimização dos impactos da pandemia, com intuito de autorizar a União a prover fomento, crédito e renegociação de dívidas e acesso ao auxílio emergencial para os/as agricultores. Apesar de aprovado, o PL, transformado na Lei 14.048<sup>32</sup>, foi vetado quase de forma integral

---

<sup>28</sup> A reportagem de Murilo Pajolla publicada pelo Brasil de Fato em 2022 esboça o infortúnio da fome na região Norte do País trazendo o relato dos agricultores e especialista responsável pelo Inquérito sobre a dificuldade de comprar alimentos devido à alta dos preços, o desestímulo à produção pelo desmonte das políticas públicas e a relação da fome com a falta de água para a produção, o avanço do agronegócio na região e as tentativas de superação do flagelo da fome pela solidariedade. A reportagem pode ser lida na íntegra em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/12/sob-bolsonaro-produtores-de-alimentos-passam-fome-na-amazonia> Acesso em: mai. 2024.

<sup>29</sup> Com isso não estamos dizendo que somente o governo Bolsonaro induziu ações para o agronegócio. Pelo contrário, essa é uma constante nos diferentes governos. O peculiar é que nos governos petistas essa colaboração ao agronegócio é associada com o subsídio à agricultura familiar, ainda que continue como dois pesos e duas medidas, se consideramos a permanência da perversa estrutura agrária.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020. Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13986.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13986.htm). Acesso em: mai. 2024.

<sup>31</sup> BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei nº 735, de 18 de março de 2020. Fica criado o abono destinado a feirantes e agricultores familiares que se encontram em isolamento ou quarentena em razão da pandemia de Covid-19. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2239605>. Acesso em: mai. 2024.

<sup>32</sup> BRASIL. Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. Brasília: Presidência da República, 2020c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/14048.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20emergenciais%20de,provid%C3%A0ncias%20\(Lei%20Assis%20Carvalho\).gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14048.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20emergenciais%20de,provid%C3%A0ncias%20(Lei%20Assis%20Carvalho).gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14048.htm). Acesso em: mai. 2024.

por Bolsonaro, voltando a tramitação pela PL nº823<sup>33</sup>, aprovado apenas em junho de 2021. Somente em dezembro do mesmo ano que o projeto se transformou na Lei nº 14.257, mas somente com grande luta para sua implementação (Luciano & Correa, 2022).

Em 2023, a incidência da *insegurança alimentar* na região rural apresentou queda na pesquisa recém-divulgada pelo IBGE (2024a), no entanto, vale lembrar que no que tange às ações governamentais de combate à fome e incentivo à agricultura familiar, reestabelecidas no terceiro mandato de Lula (2023) o foco é a perspectiva emergencial de compras agrícolas e de crédito à agricultura familiar, sem enfrentamentos à questão agrária da concentração de terras.

Como já adiantamos brevemente, a fome também se vincula com outras desigualdades como entre sexo e raça/cor<sup>34</sup>, evidenciando que em todos os anos de realização da pesquisa, a fome atingiu mais os domicílios chefiados por mulheres e as pessoas pretas ou pardas. Nos estudos, observou-se que quanto maior o número de moradores, maior a incidência de *insegurança alimentar*, e proporcionalmente esta é maior se o domicílio for chefiado por mulheres, o que se mantém quando são considerados ainda, a inclusão de moradores menores de 18 anos, ou seja, a incidência de SA é inversamente proporcional ao número de moradores e a idade dos moradores que compõem o domicílio (IBGE, 2004; 2009; 2013; 2020; 2023; Rede PENSSAN, 2021; 2022).

Como é possível demonstrar pelo gráfico 4 que considera a *insegurança alimentar* em seus graus mais severos (moderada e grave) nos lares em que as mulheres eram as responsáveis, enquanto o país conseguia manter uma agenda mais ou menos estável de *combate à fome*, entre 2004 e 2013 houve uma redução dessa desigualdade, mas que logo voltou a crescer a partir de 2018 e, sobretudo, no período pandêmico, apresentando queda em 2023. Vale destacar que, de acordo com o IBGE (2024b), em 2022, mulheres em geral tiveram taxa de ocupação menor que homens, mas se tratando de mulheres com crianças de até 6 anos observa-se que essa taxa se eleva. O que impacta decisivamente sobre as condições de vida e alimentação. Os níveis são ainda maiores para mulheres pretas ou pardas em ambos os casos. Ou seja, a decomposição da incidência da fome pelos marcadores sociais mostra um retrato para mulheres negras no quadro

---

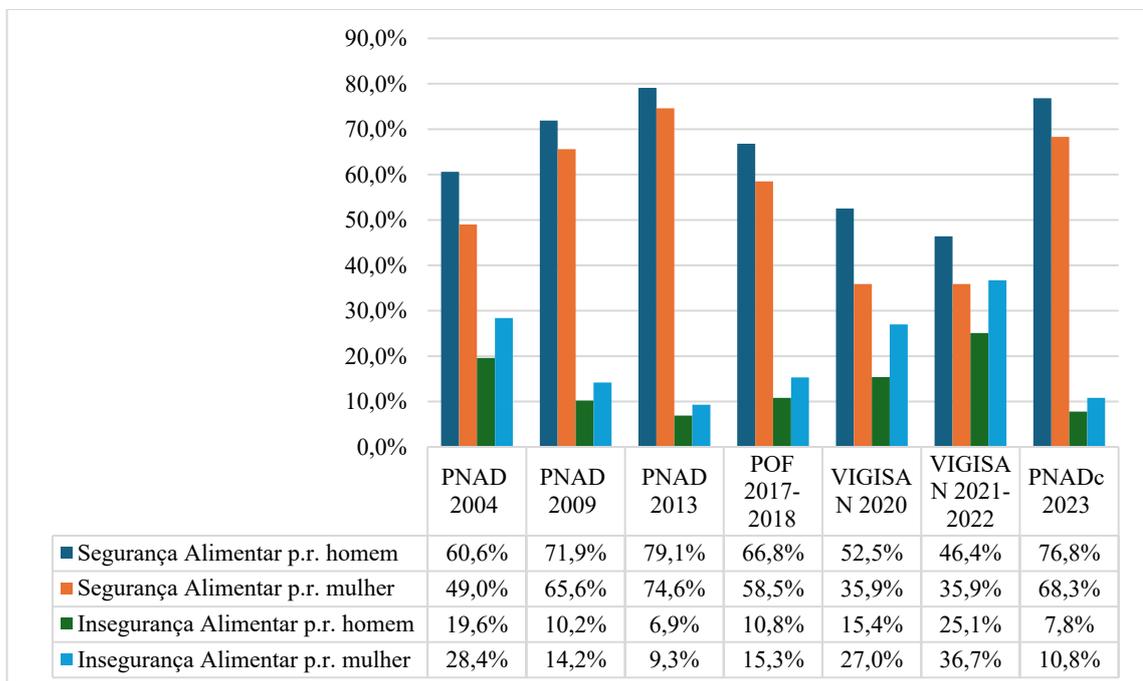
<sup>33</sup> BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei nº 823, de 10 de março de 2021. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo os agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. Brasília: Câmara dos Deputados. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2273510>. Acesso em: mai. 2024.

<sup>34</sup> Categorias utilizadas pelos Institutos de pesquisa.

geral da classe subalterna, de modo que a sexualização e a racialização, efetivamente, tem repercussão sobre a dura experiência famélica.

Cabe destacar que durante a pandemia de Covid-19, o desemprego afetou especialmente mulheres, muitas por conta do isolamento social tiveram de optar pelo desemprego por não ter outra alternativa frente a manutenção dos cuidados a crianças e idosos. De acordo com o IBGE (2024b), a participação de mulheres no mercado de trabalho é historicamente menor, sobretudo se possuem filhos, além de apresentarem uma taxa maior de informalidade laboral e em tempo parcial, recebendo salários inferiores aos dos homens. Destaca-se também, sem caráter de surpresa, que mulheres gastam quase o dobro de tempo nos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, ou seja, trabalho não remunerado. Somando trabalho remunerado e não remunerado, as mulheres dispendem mais horas semanais do que homens. Tudo isso torna a existência social dessas mulheres uma experiência repleta de inseguranças e precariedade, quando a fome completa o duro teatro de horrores.

**Gráfico 4:** Incidência de (in)segurança alimentar pelo sexo da pessoa de referência do domicílio, 2004-2023.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009, 2013; IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018; Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, 2021, 2022. Elaboração própria.

Quando o recorte do tema é racial, mais uma vez a brutalidade da fome se soma às desigualdades históricas de nosso país. Desde os insubmissos estudos de Josué de Castro tudo

mudou, mas parece não sair do lugar<sup>35</sup>. Em todos os anos de realização dos inquéritos, a *insegurança alimentar* foi proporcionalmente maior para famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas e conseqüentemente, a SA – ou seja, o acesso quantitativo e qualitativo adequado de alimentos – foi menor nesses domicílios, em alguns anos, essa diferença chegou a mais do que o dobro, como em 2009, quando a *insegurança alimentar* moderada ou grave em domicílios, por pessoas pretas foi de 16,4% enquanto naqueles chefiados por pessoas brancas foi de 6,6%, ou em 2013, 11% contra 4,1%, ou próximo disso, como no contexto da pandemia, ficando 38,8% contra 20,9% em 2020 (IBGE, 2010; IGBE, 2014; Rede PENSSAN, 2021).

Com efeito, a histórica clivagem racial se manifesta na racialização da vida e a fome continua à sombra do terror, movida pelo expansionismo compulsório do capital nos últimos cinco séculos, conforme desejamos mostrar mais à frente, nesta dissertação.

Nos anos de 2017-2018 e 2023, o IBGE (2020; 2024) dividiu as expressões racializadas em preta e parda quando nas outras pesquisas abordava-se em conjunto, com isso demonstraram maior incidência de *insegurança alimentar* em todos os níveis entre autodeclarados pardos, que ficou acima de 50% em 2018 e 2023, sendo a incidência da fome (*insegurança alimentar grave*) de 58,1% nestes dois anos. No que se refere aos lares chefiados por pessoas autodeclaradas pretas, a fome foi respectivamente nesses anos de 15,8% e 16,5% (IBGE, 2020; 2024a).

Entendemos que essa separação na apresentação dos dados pode mistificar as desigualdades vivenciadas pela população negra. Ainda que em 2023, o IBGE (2024a) apresente melhora nos índices de *insegurança alimentar*, levando em consideração que somente 42% dos domicílios são chefiados por pessoas brancas (que historicamente apresenta maior segurança alimentar) a magnitude da desigualdade racial ganha maior concretude, evidenciando que mais da metade dos lares no Brasil os chefiados por pessoas pretas e pardas, estão mais suscetíveis à fome.

Esses dados sugerem que a pobreza preta compõe os fundamentos do capitalismo dependente brasileiro, pois a racialização foi determinante aqui para a produção e reprodução do capital, sendo esses os termos em que o racismo e a nadificação do ser negro precisa ser enfrentada e não como mero mito da diferença racial. Ao contrário, resulta da sociabilidade predatória do capitalismo que provoca a constituição de exércitos de não-ser, corpos de um

---

<sup>35</sup> Josué de Castro foi um médico, professor, e importante ativista reconhecido internacionalmente do combate à fome.

excedente populacional submetido a trabalho degradante, segregados, violentados e exterminados pela fome.

É importante destacar que o suplemento do VIGISAN produzido pela Rede PENSSAN (2023), apresentando aspecto de intersecção entre a discriminação de gênero e raça evidencia que as famílias chefiadas por mulheres pretas e pardas apresentam um nível ainda maior de desigualdade relativa ao acesso a alimentos. Comparando grau de escolaridade e condições de trabalho, mesmo que estejam na mesma condição que pessoas brancas, a *insegurança alimentar* entre os lares chefiados por mulheres pretas e pardas é proporcionalmente mais elevada, esclarecendo que em 2022, 6 a cada 10 lares conviviam com algum nível de insegurança alimentar, sendo a fome também mais frequente nos lares chefiados por pessoas pretas (20,6%) em comparação com pardos (17%) e brancos (10,6%). Considerando a localidade dos domicílios, a fome também é maior nos domicílios chefiados por pessoas de cor de pele preta na área rural<sup>36</sup>.

Evidenciamos antes que, segundo dados do IBGE (2024b), mulheres trabalham mais horas semanais, mas quando racializamos a interpretação desses dados, como faz o instituto, em se tratando de mulheres pretas ou pardas o dispêndio de tempo de trabalho é ainda maior, sendo a remuneração proporcionalmente ainda menor. Em escala crescente, tempo de trabalho e remuneração caminham em sentidos inversos para mulheres, homens de cor da pele preta e mulheres também de cor da pele preta.

Apesar das mulheres, de forma geral, apresentarem maior taxa de conclusão de estudo especialmente a partir do ensino médio, homens brancos ainda conseguem estudar mais que mulheres e homens pretos ou pardos. Acima dos 25 anos, apenas 10,3% dos homens pretos ou pardos possui ensino superior e 14,7% de mulheres pretas ou pardas possuem, contra 24,9% para homens brancos e 29% para mulheres brancas, uma diferença que entre mulheres se aproxima da metade. Indicadores como os de emprego, renda e escolaridade desnudam a complexidade do caráter social da fome e seus determinantes estruturais numa formação social marcada pela outrora escravização de pessoas pretas, concentração fundiária e uma estrutura social racista.

---

<sup>36</sup> Pardos e pretos são grupos raciais que compõem o conjunto da população negra segundo os critérios do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288 de julho de 2010) e os critérios de raça/cor do IBGE, que por sua vez, baseiam-se na autodeclaração pessoal entre preta, parda, branca, amarela ou indígena. Importa destacar que o conceito de raça utilizado e defendido é não é de cariz biológico, mas sim social que envolve o conjunto de discriminação, preconceitos e violências aos quais essa população é historicamente submetida.

O trabalho de Duran, Sousa e Silva (2022) vai ao encontro dessa discussão. A partir dos dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), evidencia a fome no mundo como um problema maior nos países da África e da América Latina. Os autores relacionam essa maior incidência pelas consequências deixadas pelo colonialismo europeu de *drenagem* tanto do potencial humano quanto dos recursos naturais complementado pela recente ascensão recrudescida do conservadorismo e do neoliberalismo nesses continentes que conservam e revigoram o passado escravocrata e imperialista no mundo, quando buscam a todo custo retroceder e negar direitos humanos fundamentais em favor do mercado. Numa palavra, o terror da fome nesses continentes está estreitamente vinculado a sanha do capital representada por processos expropriatórios do colonialismo e do imperialismo, que são retomados a um nível maior e mais complexo no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo marcado pelo neoliberalismo e pela financeirização, como será abordado adiante.

Como já antecipamos, outros aspectos de relevância para compreender o retrato hediondo da fome são o nível de escolaridade e o tipo de ocupação da pessoa de referência no domicílio e a renda familiar *per capita*. A tendência apresentada em todos os inquéritos foi de maior incidência de *insegurança alimentar* nos domicílios em que os responsáveis possuíam baixa escolaridade. Em 2023, os dados dão conta de mostrar que, já em um cenário de aparente recuperação da segurança alimentar no país, a insegurança alimentar atingiu 52,7% daqueles que tinham somente o ensino fundamental completo (IBGE, 2024a). Junto aos indicadores de sexo, cor ou raça, as pesquisas revelam que os lares chefiados por mulheres pretas ou pardas com baixa escolaridade conviviam em maior proporção com a fome, superior inclusive à média nacional, totalizando 76,2% relativos aos dados de 2021-2022 (Rede PENSSAN, 2023). Isso induz a reflexão de que mesmo nesse infortúnio de muitos, para o acesso à alimentação, aqueles que menos estudaram figuram como presas mais fáceis ao exército de famintos.

Quanto às faixas de rendimento mensal, baseada em múltiplos do salário-mínimo *per capita*, a fome é maior nos domicílios com os menores rendimentos, diminuindo expressivamente a partir de 1 salário-mínimo *per capita*. Apesar das pesquisas também apontarem para o impacto que a formalização do emprego pode trazer para a segurança alimentar em um domicílio e isso em si ser uma verdade quando comparamos as proporções entre empregados formais e informais, em 2023, dos domicílios em segurança alimentar, apenas 22,8% representavam o responsável empregado formalmente, sendo esse o maior índice entre todas as categorias de ocupação deste ano. Quando se trata da *insegurança alimentar*, os “outros casos” que englobam os responsáveis sem ocupação chega-se 48,2%.

De acordo com os inquéritos de segurança alimentar realizados nos últimos vinte anos, as maiores incidências da fome apontam historicamente para trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, agricultores familiares/produtores rurais, trabalhadores informais e desempregados. O que não significa, sobremaneira, que os trabalhadores empregados formalmente alcancem altos índices de segurança alimentar, visto que nos últimos anos, a segurança alimentar nesta categoria vem diminuindo a partir de 2018, sendo de 67,3% em 2004, 71,4% em 2009, 79,9% em 2013, 58,9% em 2018, 53,80% em 2020, 22,8% em 2023, como vimos. (IBGE, 2006; 2010; 2013; 2020; 2024; Rede PENSSAN, 2021; 2022).

Ainda assim, também sublinhamos de acordo com os dados da PNAD Contínua de 2012-2021 (IBGE, 2022) que de forma geral, entre a população ocupada, a proporção de pessoas ocupadas com vínculo formal de trabalho diminuiu, saindo de 50,8% em 2012 para 48% em 2021, ao contrário da população sem vínculo formal, que se manteve mais estável saindo de 19,8% em 2012 para 18,7% em 2021, ou aumentado quando se tratando dos trabalhadores por conta própria, de 22,4% em 2021 para 26,8 em 2021. Além disso, o país vem registrando queda no nível de ocupação entre 2014 e 2021 e principalmente em 2020, quando se vivenciava a pandemia de Covid-19. Mesmo voltando a uma dinâmica econômica mais aguerrida em 2021, chegando a 52,1% de ocupação, a taxa ainda é baixa quando comparada ao ano de 2012 quando era de 58,1%. Não obstante, a taxa de desocupação neste mesmo período dobrou, saindo de 7% em 2012 para 14% em 2021<sup>37</sup>. Em 2022 e 2023 a economia apresentou aumento no nível de ocupação, ficando em 56% e 57,6% respectivamente, com taxa de informalidade similar entre os anos e queda na desocupação, sendo 9,6% em 2022 e 7,8% em 2023.<sup>38</sup>

A crescente precarização do emprego com enfraquecimento dos direitos e dos salários tem levado o trabalhador a acessar uma cesta de consumo mais minguada e possivelmente tem contribuído para o aumento dos níveis de *insegurança alimentar*, pois as pesquisas evidenciam que o vínculo empregatício formal e o salário não viabilizam a reprodução do trabalhador e de sua família, ou seja, nem mesmo para aqueles que ainda contam com essa possibilidade de

---

<sup>37</sup> Entre essas duas categorias, também é calcula-se a taxa de subutilização da força de trabalho – “percentagem das pessoas subocupadas por insuficiência de horas soadas às pessoas desocupadas e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada”(IBGE, 22, p.151) – que chegou a 28,5% em 2021, tendo seu menor percentual em 2014, com 15,9%.

<sup>38</sup> Dados disponíveis em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39206-pnad-continua-trimestral-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-cai-em-26-ufs> Acesso em mai. 2024.

emprego, tem rendimentos suficientes para garantir sua reprodução, mesmo a nível elementares, como a alimentação.

Como bem destaca Teixeira (2022), a cesta básica é um indicador para pensar a relação capital-trabalho e a exploração do trabalhador, pois é um parâmetro de avaliação da capacidade de aquisição de alimentos e da situação de fome. Essa reflexão nos provoca a compreender a forma-salário na sociedade capitalista e a superexploração nas formações sociais dependentes como o Brasil, junto à função desempenhada pelo país na divisão internacional do trabalho e do estabelecimento de relações desiguais e de forte submissão estabelecidas com os países do centro capitalista.

No mais, esses dados são reveladores da precarização das condições de vida até mesmo quando existe emprego, o que corrobora com a crítica realizada por Barbosa (2023) quando afirma que a precarização imperante no atual estágio do desenvolvimento do capital não pode ser superada com a volta da quimera da sociedade salarial, pois apesar de ter no desemprego e no subemprego as formas mais aparentes, também se estende a todo o conjunto da vida social, no desmantelamento dos direitos sociais, regressão das políticas sociais e seu subfinanciamento, e outras ações públicas que configuram um conjunto de expressões que aumentam os riscos impostos à existência humana.

Veremos com a devida atenção essas determinações mais adiante, nos próximos capítulos deste trabalho, mas consideramos interessante neste ponto, refletir sobre o salário-mínimo no Brasil e sua capacidade de atender às necessidades da classe trabalhadora. Afinal, essa renda é o parâmetro mínimo para o trabalhador que vende sua força de trabalho em mercado regulado juridicamente, que chamamos de mercado formal de trabalho.

O salário-mínimo foi instituído pelo decreto Lei nº 399 de abril de 1938, regulamentando a Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936, como remuneração devida a qualquer trabalhador, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço capaz de satisfazer às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, transporte e higiene. A partir de estudos realizados a pedido do governo Getúlio Vargas, antes do decreto, as Comissões de Salário-Mínimo, realizaram um levantamento dos alimentos consumidos e suas respectivas quantidades por região<sup>39</sup> respeitando as respectivas culturas alimentares e chegando a uma

---

<sup>39</sup> O decreto dividiu o Brasil em três regiões, sendo essas: Região 1: Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região 2: Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão. Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do

média nacional, possibilitando a formação do que conhecemos como cesta básica de alimentos<sup>40</sup> que correspondem ao necessário para alimentar um trabalhador em idade adulta por 30 dias. Os alimentos que compõem a cesta são: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo, manteiga. (Brasil, 1938; DIEESE, 2016).

Ainda de acordo com o decreto, a composição do salário-mínimo deve ser representada pela soma dos gastos normais do trabalhador/a com suas necessidades normais, ou seja, alimentação + habitação + vestuário + transporte + higiene = 100% do salário-mínimo. A parte que corresponde à alimentação não poderá ter valor inferior ao custo da Cesta Básica Nacional (Brasil, 1938, art. 6º § 1º; DIEESE, 2016)

A Constituição Federal de 1988 também estabelece como direito dos trabalhadores/as urbanos e rurais o salário-mínimo fixado em lei e unificado nacionalmente, que seja capaz de satisfazer às necessidades vitais básicas do trabalhador e de se sua família, como “moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (Brasil, 1988, art nº7, IV).

Com base nessas legislações, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) acompanha mensalmente, pela pesquisa de Cesta Básica de Alimentos, o valor dos produtos de alimentação e calcula as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha o salário-mínimo para adquiri-los, e, considerando que a parte do salário referente à cesta de alimentos não pode ser menor do que o valor da cesta básica de alimentos, tendo por base uma família composta por quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) calcula o salário mínimo necessário para prover as necessidades da família.<sup>41</sup>

---

Sul. Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional. (Brasil, 1982; DIEESE, 2016).

<sup>40</sup> Decreto-lei nº399 de 30 de abril de 1938

<sup>41</sup> De forma sintética, o cálculo do custo mensal e horas de trabalho para adquirir a cesta básica pelo DIEESE é feito de acordo com as seguintes etapas: coleta de preços; cálculos dos preços médios dos produtos por estabelecimento; multiplicação dos preços pelas quantidades definidas no Decreto nº 399/1938 para indicação do gasto mensal do trabalhador com cada produto, seguido da soma dos produtos para chegar ao custo mensal da cesta básica. Tendo o valor da cesta básica, se calcula as horas que o trabalhador que ganha um salário-mínimo precisa empreender para adquirir a cesta de alimentos. O que é feito pela divisão do salário-mínimo vigente pela jornada de trabalho legal de 220 horas por mês, estabelecida na Constituição Federal. Já para o salário mínimo necessário, o DIEESE considera uma família composta por quatro pessoas, sendo duas adultas e duas crianças, tendo como hipótese que duas crianças equivalem à um adulto; utilizam o valor da maior cesta de alimentos entre as 27 capitais brasileiras e multiplica por três, obtendo o gasto alimentar de uma família; considerando que a parcela orçamentária destinada à alimentação de uma família de baixa renda corresponde à 35,75% das despesas totais, infere o orçamento total capaz de suprir também as outras necessidades. (DIEESE, 2016) Para

Em nota publicada em março de 2024, o DIEESE afirmou que o custo do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 14 das 17 capitais brasileiras, nas quais é realizada a pesquisa Nacional de Cesta Básica de alimentos. Isso significou em fevereiro, um tempo médio de trabalho de 107 horas e 38 minutos apenas para adquirir os produtos da cesta básica no Brasil. Ou aumento de 1h em relação ao ano de 2023 e em média o comprometimento de 52,9% do rendimento do piso salarial nacional. O Departamento calcula o salário necessário para a reprodução de uma família de quatro pessoas em torno de R\$ 6.996,36 ou, seja quase cinco vezes o salário-mínimo do país que é da ordem de R\$ 1.412,00, neste ano (DIEESE, 2024).<sup>42</sup>

Essa diferença entre o salário-mínimo nominal e o salário-mínimo necessário não é inédita e, ao contrário, é verificada ao longo das pesquisas do departamento. Sob essas condições de reprodução, as famílias são obrigadas a adotarem estratégias que garantam a aquisição do mínimo para garantir a sua sobrevivência, o que inclui variados cuidados, além da alimentação. No que se refere às pesquisas de Segurança Alimentar, apenas em 2013 e 2018 houve preocupação do IBGE em reconhecer quais eram as estratégias adotadas pelas famílias para superar a fome ou o impacto das despesas com alimentação, de acordo com os níveis de *insegurança alimentar*.

Em 2013, o IBGE averiguou quais eram as estratégias adotadas nos domicílios para driblar a fome, figurando entre as principais artimanhas adotadas comprar fiado (43%) e pedir alimentos emprestados à amigos/as e familiares (27,8%). No entanto, houve também aqueles que deixaram de comprar alimentos supérfluos (7,2%), pediram dinheiro emprestado (5,0%), comeram menos carne (3,5%) e comeram menos frutas e legumes (1,3%), configurando saídas que no máximo conseguem diminuir a severidade da *insegurança alimentar*, sem efetivamente superá-la.

Por outro caminho, a POF de 2017-2018 investigou despesas com alimentação e revelou que as famílias em situação de insegurança alimentar em todos os níveis, e sobretudo aquelas que conviviam com a fome, ganhavam menos e gastavam proporcionalmente mais com a alimentação, que na época, era cerca de 23,4% do orçamento. Enquanto domicílios em segurança alimentar ganhavam mais e gastavam cerca de 16,3%. O rendimento médio dos

---

maiores informações, e acesso detalhado dos cálculos realizados, ver:  
<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em: em jul. 2024.

<sup>42</sup> As dezessete capitais brasileiras em que o DIEESE realiza a pesquisa são: Aracaju, Recife, João Pessoa, Natal, Salvador, Fortaleza, Belém, Goiânia, Belo Horizonte, Curitiba, Vitória, Brasília, Campo Grande, Florianópolis, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Somente Florianópolis, Goiânia e Brasília apresentaram reduções no valor

domicílios em segurança alimentar neste período ficou em R\$4.484,96 enquanto os de *insegurança alimentar grave*, que expressa a fome, foi de R\$1.799,90. O rendimento médio em domicílios rurais foi ainda menor tanto em relação ao Brasil, quanto ao urbano (R\$ 1924,68), sendo de R\$1.345,73 para domicílios com insegurança alimentar grave, com 30,9% destinados a despesas em alimentação (IBGE, 2020).

A pesquisa também identificou que conforme aumentavam os níveis de insegurança alimentar, diminuía-se a maioria dos gastos entre os grupos de alimentos, sobretudo no grupo de frutas, carnes e leites e pescados. Dados que se coadunam com as estratégias apresentadas em 2013, o que ocorreu inversamente nos grupos de alimentos cereais, leguminosas e oleaginosas, composto pelo arroz, feijão, aves e ovos, sendo as despesas maiores nos domicílios em insegurança alimentar. Há também diminuição nos gastos com alimentos preparados, com a despesa maior em domicílios em segurança alimentar e menor nos insegurança alimentar (IBGE, 2020).

O II VIGISAN (2022) também buscou verificar o impacto da pandemia de Covid-19 nas famílias brasileiras e as estratégias para o enfrentamento da fome durante esse período. Os domicílios em *insegurança alimentar moderada ou grave* tiveram maior proporção no corte de despesas essenciais e não essenciais (43,6% e 39%), além de também apresentarem as maiores proporções em todas as estratégias de enfrentamento como endividamento de moradores (49,1%), utilização de reservas financeira familiar (36,6%), venda de bens ou equipamentos trabalho (48,7%), pausa nos estudos de pelo menos um/a moradora/a (55,2%) e, ainda, necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo/a (36,9%).

O inquérito também investigou se os/as moradores tiveram a sensação de vergonha, tristeza ou constrangimento para garantir a alimentação, o que foi relatado por 8,2% dos domicílios no Brasil. Se tratando dos domicílios que conviviam com a fome (IA moderada ou grave) isso significou um percentual de 24,3%, o que significou 15,9 milhões de pessoas que tiveram de se submeter a estratégias social e humanamente inaceitáveis para a garantirem sua alimentação <sup>43</sup> (Rede PENSSAN, 2022).

---

<sup>43</sup> A situação no mínimo degradante vivenciada pelas pessoas que buscavam alternativas para contornar a fome ganharam a mídia nacional no período pandêmico. Entre as situações mais vexaminosas e desumanas estavam as filas para coletar ossos de animais em açougues/mercados e em caminhões de lixo, como podem ser verificadas nas reportagens “Moradores coletam comida em caminho de lixo em Fortaleza, de 2021, publicada pelo G1, disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/18/moradores-coletam-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>. (Acesso em: nov. 2021) e “Caminhão de ossos no Rio é disputado por população com fome” Publicada pela Folha de São Paulo em 2021 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml> (Acesso em nov. 2021). A ainda em “Arroz quebrado, bandinha de feijão e ossos de boi vão para o

O II VIGISAN também tenta objetivar a experiência da fome quando revela que em pelo menos 1/3 dos domicílios havia, no mínimo, um morador que não realizou 3 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar. Também observou a relação entre a alteração na compra de alimentos pelas famílias, destacando a alteração na compra de alimentos básicos e a relação com a situação de *insegurança alimentar*. O inquérito investigou se, no período dos últimos três meses que antecederam a pesquisa houve redução, aumento, se não houve mudanças ou se não houve compra de alimentos. A segurança alimentar foi mais presente nas famílias que não modificaram o consumo de feijão, arroz, carne, frutas e vegetais, enquanto a fome (insegurança alimentar moderada ou grave) atingiu as famílias que não conseguiram manter a compra de alimentos de forma regular (Rede PENSSAN, 2022).

Essa investida da Rede PENSSAN reitera o entendimento do alimento que assume a forma mercadoria pois quem não compra, não come. Para aqueles que não compraram alimentos nos últimos três meses, a barbárie da fome se apresentou com mais voracidade, chegando a 70,4% entre aqueles que não compraram carne, 63,6% em vegetais e 64% entre os que não compraram frutas. Cabe observar que o II VIGISAN também verificou relação entre restrições no acesso à água (insegurança hídrica) e a relação com a *insegurança alimentar*, verificando que 12% da população Brasileira vivia com restrição de acesso a água, desses, 42% além de sede e condições de vida insalubres, também conviviam com a fome.

De forma sintética, o que se observa nos dados sobre a fome ao longo dos últimos vinte anos é que ela não anda só, mas sim relacionada às tantas outras desigualdades que atravessam a história e a realidade do nosso país e, acompanhada pelo desenvolvimento do capitalismo e o avanço de seu caráter destrutivo, vem submetendo grande parcela da população brasileira a esse trágico e potencialmente mortal destino.

O que se avalia diante dos dados é que determinados segmentos da sociedade, dadas as próprias características sociais e históricas nacionais são ainda mais propensas a adensar a fileira (as vezes maior, as vezes um pouco menor, mas sempre constante) dos famélicos. São esses que formam a camada mais empobrecida da população, sujeita às piores condições de

---

prato de um Brasil que empobrece” publicada pelo El País em 2021. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/arroz-quebrado-bandinha-de-feijao-e-ossos-de-boi-vao-para-o-prato-de-um-brasil-que-empobrece.html> (Acesso em out. 2021). Seguindo a lógica do capital, tão logo essas doações de resto pareceram lucrativas, se tornaram passíveis de venda em supermercados de todo país, como pode ser exemplificado em matéria publicada pela Carta Capital acerca do acionamento do Procon contra a venda de ossos em Santa Catarina, em 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/desumano-procon-sc-pede-que-ossos-de-boi-sejam-doados-nao-vendidos/> Acesso em: nov. 2021.

vida e trabalho, com os menores rendimentos e com menos acesso à serviços e políticas públicas como a educação; condições que se expressam significativamente na população das Regiões Norte e Nordeste, na população rural – aqui incluindo ribeirinhos, indígenas, quilombolas e a agricultura familiar –, nas pessoas do sexo feminino, sobretudo negras.

Se entendemos que o Serviço Social, enquanto profissão está cotidianamente atendendo e se confrontando com manifestações da *questão social* intimamente vinculadas ao quadro social da fome, a reflexão crítica sobre esse flagelo parece ser fundamental ao conjunto profissional, o que coloca a produção de conhecimento sobre a temática da fome como essencial. Por isso, além da pesquisa se aproximar desse dimensionamento da fome no país, se interessou também por compreender o pensamento do Serviço Social a esse respeito.

### **1.3 A fome em revista: o ‘estado da arte’ da produção acadêmica sobre a fome no Serviço Social**

A produção do conhecimento do Serviço Social acerca da temática da fome e da segurança alimentar foi examinada nessa pesquisa por meio de levantamento bibliográfico a partir de buscas em nove revistas da área (publicações digitais), que possuem boa classificação (Qualis) pela Capes, sendo elas: *Katálysis*, *Temporalis*, *Ser Social*, *O Social em Questão*, *Praia Vermelha*, *Textos & Contextos*, *Políticas Públicas* e *Em Pauta*. Em adição, somamos à investigação a produção da pós-graduação brasileira, por meio da Plataforma Sucupira para Dissertações e Teses, no mês de julho de 2023.

Realizou-se a busca pelos seguintes descritores: “*Fome*”; “*Segurança Alimentar*”; “*Alimentação*”; e, “*Alimentos*”. A seleção dos artigos para este levantamento decorreu da leitura dos títulos e dos resumos dos artigos para a identificação da correlação com o tema em questão. Preferenciou-se não realizar recorte temporal tendo em vista o interesse em ampliar o leque de busca, já que este tipo de limite poderia induzir a resultados restritos à trabalhos que tangenciassem assuntos de maior destaque em determinado período, já que o tema é bastante associado às políticas públicas relacionadas ao tema e sua instituição é relativamente recente.

Foram selecionados para a leitura artigos que minimamente fazem interface com a temática da fome e/ou (in)segurança alimentar, fosse pela realização de debate teórico, conceitual ou histórico sobre o tema, ou que discutissem a temática a partir da conformação de políticas e programas sociais ou, ainda, por meio de relatos de experiências ou estudos de casos.

Foram desconsiderados as entrevistas e os artigos que só abordassem programas sociais sem tangenciar a temática selecionada nesta investigação<sup>44</sup>.

A partir da leitura dos artigos, de maneira geral, é possível afirmar que os trabalhos possuem certa unidade em compreender a fome como uma manifestação da *questão social*, ou seja, como um fenômeno social, histórico, produto das relações sociais capitalistas, mesmo que isso não seja tão bem explicitado em todos os trabalhos. Também é possível perceber a presença do pensamento de Josué de Castro em grande parte dos trabalhos o que aproxima a área profissional da tradição do debate crítico brasileiro, tendo em vista que o geógrafo representa um marco de ruptura teórica na compreensão da fome. A questão da fome e/ou da (in)segurança alimentar é abordada pela maioria dos trabalhos a partir das políticas públicas específicas havendo volumosa menção à importância da agricultura familiar, da agroecologia e da necessária sustentabilidade socioambiental para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A compreensão sobre as políticas sociais de combate à fome e/ou promoção de Segurança Alimentar pode variar de acordo com o ano de publicação do trabalho. Quanto mais próximos das iniciativas do primeiro governo petista (2003-2011), com o Programa Fome Zero e as ações específicas de combate à fome, os artigos tendem a defender as ações pelo seu caráter inovador. Com o avançar dos anos, a tendência é de crítica a essas ações por terem se tornado emergenciais e paliativas, principalmente com o desmonte do Programa Fome Zero e sua substituição pelo Bolsa Família. Os principais programas de promoção de SAN geralmente apontados são o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Alimentação Escolar, pois eles privilegiam a agricultura familiar.

Nos trabalhos mais recentes, a questão da pandemia da Covid-19 é compreendida como um agravante para o problema da fome no Brasil e no Mundo, atrelada às crises econômica, política e social que já a antecediam, assim como o desmonte das políticas e programas sociais, iniciados em 2016 e correlativamente o crescimento do desemprego e das desigualdades, com o avanço dessa fase do capitalismo, com matiz neoliberal.

Na revista *Katálisis*<sup>45</sup>, vinculada à graduação e a pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) obtivemos como resultado 17 artigos e destes,

---

<sup>44</sup> As relação dos artigos, teses e dissertações encontram-se dispostas no Apêndice A deste trabalho.

<sup>45</sup> <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis>

10 foram selecionados, sendo todos correspondentes a um mesmo número da revista intitulado *Desigualdade, fome e produção de alimentos*, de 2022.

Nestes artigos, é perceptível o esforço de reflexão teórica para pensar a alimentação e a fome a partir da teoria do valor e a das particularidades no contexto brasileiro, recorrendo a teoria marxista da dependência em alguns casos e relacionando-a com a produção de alimentos. A expropriação social também aparece em alguns trabalhos como categoria analítica da questão alimentar e da fome. Neste sentido, os trabalhos apresentam reflexões sobre o alimento como uma necessidade humana básica, transformada em mercadoria no modo de produção capitalista e adquirida por meio da venda da força de trabalho; as expropriações sociais envolvem a produção de alimentos e a inserção dependente do Brasil na dinâmica capitalista voltando sua produção alimentar para a exportação de *commodities*, a concentração de terra e renda e a destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Também fazem parte dos artigos selecionados relatos de experiência de programas de extensão universitária que envolvem temas correlatos como agroecologia, sustentabilidade e agricultura familiar.

A revista de Políticas Públicas<sup>46</sup>, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi a revista com o maior volume de artigos no levantamento. Obtivemos como resultado 66 artigos, dos quais 10 foram selecionados para leitura. Justamente pelo eixo central da revista ser as políticas públicas, os trabalhos selecionados são mais dedicados à reflexão neste contexto, principalmente envolvendo alguns programas como o Programa Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, o que, em alguns casos, exigiu a abordagem da constituição de políticas e ações de combate à fome mais amplas. Alguns temas como o racismo, a produção de alimentos e questões relacionadas ao campo também aparecem relacionados à temática. A teoria da dependência também é exposta em reflexões das particularidades brasileiras em alguns trabalhos.

Chama a atenção que apesar da revista ser coordenada pela área do Serviço Social – ainda que seja interdisciplinar –, apenas dois artigos selecionados são de autoria do Serviço Social. Outro aspecto importante, é a distribuição temporal dos artigos selecionados, pois foram publicados ao longo de 11 anos, o que permite ilustrar que a questão da fome e da alimentação já era um tema perene nos estudos antes de sua agudização recente pela pandemia da Covid-19

---

<sup>46</sup> <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>

e veio acompanhando a trajetória histórica da instituição do direito à alimentação, bem como as políticas e programas relacionados.

Já na Revista Serviço Social & Sociedade<sup>47</sup>, vinculada à Cortez Editora, obtivemos como resultado 5 artigos, dos quais foram selecionados 3 para a leitura. De forma geral, os trabalhos discutem a Segurança Alimentar relacionada com a Política de Assistência Social, sendo que em um artigo se estabelece uma relação entre a fome e o benefício eventual das cestas básicas e em outro associa-se o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a intersetorialidade com o programa Bolsa Família, além de outro artigo que discute o Direito Humano à Alimentação adequada, relacionando-o com o argumento de que a pobreza e a desigualdade social que obstaculizam a concretização do referido direito.

Na Revista Textos & Contextos<sup>48</sup>, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), do quadro de 11 artigos encontrados, 6 foram selecionados. Em geral, os artigos discutem a experiência brasileira em torno das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, em que a Segurança Alimentar é relacionada com a fome, a má alimentação/obesidade, a pobreza e a desigualdade social. Um estudo em especial (Flores, 2021) realiza uma crítica mais contundente à produção de alimentos na América Latina, orientada à dinâmica de produção capitalista e outro (Gomes Jr e Ramos, 2013) discute a disputa em torno do conceito de soberania alimentar vinculado à discussão de gênero e dos movimentos sociais do campo. Também nos chamou a atenção o volume maior de autores fora da área do Serviço Social discutindo a temática.

Na revista Ser Social<sup>49</sup>, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), do resultado de 9 artigos, 4 artigos foram selecionados, sendo 3 do número da revista intitulado *Alimentação, abastecimento e crise*, de 2021. Estes artigos discutem mais precisamente a insegurança alimentar e o direito à alimentação no contexto da pandemia da Covid-19, situando-a como uma questão mais complexa e anterior a esse período e vinculada com questões como a produção, distribuição/abastecimento e consumo de alimentos, ingerência governamental e outras crises econômicas, políticas e sociais preexistentes. Já o texto de Faleiros (2003) tem um enfoque maior na pobreza e discute as ações de combate a fome como instrumento de superação da pobreza no Brasil.

---

<sup>47</sup> <https://www.scielo.br/j/ssoc/>

<sup>48</sup> <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass>

<sup>49</sup> [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social)

Já na revista *O Social em Questão*<sup>50</sup>, vinculada ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) o único artigo que obtivemos como resultado, discute as ações de combate à fome no Brasil e os conceitos que sustentam essas ações, além de analisar o processo histórico que transforma o combate à fome em prioridade entre os anos 1990 e 2000. O artigo é de um número da revista intitulado *Terra, trabalho escravo e fome no Brasil* de 2005. Entretanto, no que tange à questão da fome, além do artigo mencionado, a revista continha 4 entrevistas que foram desconsideradas para este levantamento pois envolviam a temática da implementação do Programa Fome Zero., o que fugia ao interesse investigativo da dissertação.

Na revista *Praia Vermelha*<sup>51</sup>, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), obteve-se como resultado 5 artigos, dos quais foram selecionados 3. Dois desses são relatos de experiências oriundas de projetos de extensão universitária envolvendo a agricultura familiar e sua produção como promotoras de segurança alimentar, principalmente no período pandêmico. O terceiro, discute o direito humano à alimentação explorando o conceito de soberania alimentar.

Na revista em *Pauta*<sup>52</sup>, vinculada à faculdade e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), obtivemos um resultado que não se aplicava à temática envolvida, pois averiguava as representações sobre a solidariedade Sem Terra no espaço virtual do Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

Em suma, dos 37 artigos selecionados para a leitura, apenas 17 eram da área do Serviço Social. A produção se concentrou nas regiões sudeste e Sul, (14) especialmente no Rio de Janeiro, na UFF (3), na PUC-Rio (2) e UFRJ (1) e São Paulo, com a PUC-SP (1) e a Unifesp (1). No Sul, a discussão se concentrou entre a PUCRS (2), a UFSC (3) e a UCPEL (1). As Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte contribuíram com apenas 1 artigo cada.

Nos últimos 20 anos, a abordagem acompanha as discussões nacionais sobre a fome e a segurança alimentar no Brasil, ou seja, da primeira publicação em 2003 até 2016, a abordagem se deu majoritariamente sobre a questão das políticas sociais e do direito humano à alimentação. Isto porque esse período coincide com o período de implementação das políticas de Segurança Alimentar no Brasil (2003-2010) e da inclusão da alimentação como direito social na

---

<sup>50</sup> <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

<sup>51</sup> <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha>

<sup>52</sup> <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta>

Constituição Federal em 2010, as exceções são Schappo (2021) e Costa (2016) que se voltam, mesmo que de maneiras distintas, para a produção de alimentos. Entre 2017 e 2020 há um hiato nas publicações sobre a fome pelo Serviço Social, que voltam a reaparecer em 2021, o que pode ser explicado pelo robusto reaparecimento da fome na cena social e da retomada dessa discussão na sociedade, na imprensa e na política. Nota-se que os artigos, se concentram apenas em duas revistas, a saber, a *Ser Social* e a *Katalysis*, que como já foi mencionado, organizaram dois números que discutiam a temática, sendo eles respectivamente *Alimentação, abastecimento e crise de 2021*, e *Desigualdade, fome e produção de alimentos*, de 2022, que concentram mais da metade das publicações da área em revistas.

Desta forma, podemos considerar que o Serviço Social ainda não possui grande afinidade com a discussão da fome. Apesar do volume significativo de artigos encontrados, menos da metade foi produzido por pesquisadores e profissionais da área e mais da metade foi elaborada no cenário recente de avanço da fome no País e no Mundo, mesmo que a fome seja um problema persistente na história do país.

Se considerarmos os artigos que buscam evidenciar a persistência da fome com base nas características especificidades da produção de alimentos capitalista, o volume é ainda menos significativo e se afirma como uma discussão ainda incipiente no Serviço Social.

No que tange ao levantamento e seleção de dissertações e teses, a busca por dissertações e teses na Plataforma Sucupira/CAPES – no catálogo de dissertações e teses – seguiu o mesmo padrão utilizado na busca dos artigos pelos seguintes descritores: “*Fome*”, “*Segurança Alimentar*”, “*Alimentação*” e “*Alimentos*”. A diferença foi a inclusão de filtros próprios da plataforma: grande área de ciências sociais aplicadas; área de conhecimento Serviço Social e área de avaliação Serviço Social.

Não foi possível mensurar um resultado objetivo quanto ao volume de trabalhos entre teses e dissertações. No período de realização desse levantamento, a Plataforma Sucupira apresentava bastante inconsistência na apresentação de resultados para os mesmos descritores, dificultando, assim, a seleção de trabalhos<sup>53</sup>.

Diante desta dificuldade, buscamos, a priori, selecionar aqueles trabalhos que apresentavam algum envolvimento com a temática da fome e da segurança alimentar que estão divididos entre aqueles anteriores à existência da plataforma sucupira, ou seja, não há

---

<sup>53</sup> A plataforma apresentava constantes erros no sistema que demandavam reiniciar o processo de busca, e quando o feito, apresentava resultados diferentes em números de trabalhos, resultando na ocultação de alguns trabalhos.

informações sobre eles disponíveis na plataforma e aqueles em que há disponibilidade de informação. A finalidade dessa primeira seleção foi de mensurar e compreender os trabalhos e seus objetos. Assim, identificou-se a partir do título, que a maioria dos trabalhos localiza a análise de políticas e programas sociais e/ou de experiências/estudos de casos regionais/locais.

A seleção de dissertações e teses para a leitura<sup>54</sup> passou por um refinamento maior. Devido ao grande número de trabalhos, privilegiou-se aqueles que não analisassem políticas e programas sociais específicos e estudos de caso, assim, foi possível a leitura de trabalhos mais vinculados a concepção da fome e da segurança alimentar e o processo de institucionalização de políticas de combate a fome no Brasil de forma mais ampliada. Este refinamento passa pela finalidade de apreender concepção de fome e de segurança alimentar adotada no âmbito do Serviço Social. Esse reconhecimento se mostrou fundamental para essa pesquisa em razão da explícita ascendência da teoria marxista na profissão o que poderia auxiliar a nossa formulação crítica sobre os determinantes sociais da fome.

Dos 35 trabalhos previamente selecionados, 5 foram selecionados para a leitura do resumo, introdução e considerações finais. São esses Santos (2020), Teixeira (2015) Gomes (2012), Hirai (2009), Gomes Júnior (2007). Vale ressaltar que a disponibilidade de informações sobre o trabalho na plataforma, não garantiu necessariamente a disponibilidade do arquivo na mesma, por esse motivo, houve a necessidade de busca documental nos acervos próprios das universidades.

Observamos que a produção de conhecimento entre 2003 e 2011, anterior à plataforma sucupira, envolveu a temática a partir de análise da Política de Assistência Social e de seus programas como Fome Zero e Bolsa Família e a Política de Segurança Alimentar. Já em 2012 a temática aparece vinculada à reforma agrária, agricultura familiar, questões de gênero e a institucionalização do direito à alimentação. O que demonstra, de alguma forma, um acompanhamento da constituição destas políticas e programas e da inclusão do direito à alimentação como direito social na Constituição Federal no ano de 2010 pela emenda nº 64.

A partir de 2013, quase metade dos trabalhos selecionados se voltou para o estudo do Programa Nacional de Alimentos, seja relacionado à agricultura familiar, à alimentação orgânica e/ou sua implementação em municípios ou à nível nacional e internacional. Também podemos observar, dentro de uma perspectiva histórica das políticas sociais que, em 2011, o PNAE passa por mudanças legais, sendo incluída a obrigatoriedade de destinação de pelo

---

<sup>54</sup> Foi realizada a leitura do resumo, da introdução e das considerações finais dos trabalhos

menos 30% do orçamento disponibilizado pelo FNDE para compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar local e regional.

A produção de conhecimento acerca da temática da fome e/ou da segurança alimentar no que diz respeito as dissertações e teses é semelhante ao cenário da produção em revistas, pois se concentram principalmente nas regiões Sudeste (15) e Sul (9), seguido de Nordeste (6) e Centro-Oeste (5) e nenhuma produção da Região Norte. Contraditoriamente, a temática tem interesse menor nas regiões historicamente mais atingidas pela fome, conforme os dados apresentados anteriormente.

No que diz respeito aos programas, as produções se dividem entre 15 programas, com número maior de publicações na UFF (4), UnB (4), PUCRS (4), UFMA (3), UCPel (3) e EMESCAM (3). Todos esses programas são voltados para a área de Política Social/ Políticas Públicas com exceção da PUCRS, voltada para a área do Serviço Social. Também é notável, para essa pesquisadora, a ausência de produções do Programa de Pós-Graduação da UERJ sobre a temática, demarcando que esta dissertação inaugura a referida especialização investigativa.

Seguindo o critério de área, é possível observar que do volume de 35 produções, 19 são da área de política social/ políticas públicas / direitos humanos / cidadania e 16 vinculados ao Serviço Social e Política Social.

Partindo para os apontamentos sobre os trabalhos escolhidos para a leitura, é possível afirmar que a compreensão sobre a fome é de que esta é um fenômeno social, enraizado no Brasil por sua história, marcadamente estruturado na concentração de renda e de terra, como produto das relações de produção e reprodução capitalistas e que requerem atuação do Estado. As ações estatais já efetuadas são compreendidas como emergenciais e paliativas.

Gomes Júnior (2007) e Gomes (2012) trabalham com uma perspectiva de Segurança Alimentar ampliada, ou seja, para além de ações de combate à fome, à pobreza e à miséria em caráter emergencial, enquadram a questão no arcabouço do direito à alimentação, no marco das necessidades humanas básicas. Para Gomes Júnior (2007) essa concepção implica na compreensão de que as ações de SAN deveriam ocorrer em diversas políticas de conteúdos distintos e, dessa forma, a SAN seria um eixo norteador para a garantia ao direito à alimentação. Gomes (2012) destaca a importância da reforma agrária como fundamental para a garantia da Soberania e da Segurança Alimentar. No entanto, apontam os dois autores, que o caminho que vem sendo construído é de favorecimento dos interesses econômicos, do agronegócio e

enfraquecimento da agricultura familiar e da soberania alimentar, reforçando que está em voga uma concepção restrita da Segurança Alimentar.

Hirai (2009) destaca o caráter social, econômico e cultural da insegurança alimentar, reconhecendo que sua perpetuação é dada pelas políticas de superação da fome e da miséria, pois as ações são de cunho paliativo, limitadas ao acesso quantitativo dos alimentos, mantenedoras da ordem do capital. Deste modo, há um enfraquecimento da soberania alimentar, já que as políticas agrícolas favorecem o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Afirma que o direito à alimentação ainda precisa ser conquistado, posto que na data de publicação de sua tese, como verificamos, a alimentação ainda não constava como direito social na Constituição Federal.

Santos (2020) segue linha de reflexão semelhante aos demais autores ao afirmar que a FAO adota uma perspectiva de mero gerenciamento da fome no mundo, pois suas soluções sempre estão alinhadas às necessidades de desenvolvimento do capital, sendo a entidade parte integrante da agência multilateral de gestão internacional.

Teixeira (2015) tem como objeto o valor da fome entre as necessidades humanas e a reprodução do capital, analisando, adicionalmente, a organização da política de combate a fome no Brasil no período dos governos petistas. O valor é apreendido tanto em seu aspecto econômico como em seu aspecto ontológico-social que orienta a ação dos seres sociais em sua produção/reprodução. Afirma que a fome é desvalor para os seres humanos e um valor para o capital a partir dos seguintes aspectos relacionados à reprodução do capital: os problemas com a obesidade; a fome como instrumento de dominação; a fome como arma comercial e; a fome como instrumento político-ideológico. No que se refere à organização das políticas, a autora afirma que o combate à fome submetido ao combate à pobreza, por um lado, garante o consumo alimentar via Programa Bolsa Família e, por outro, mantém a estrutura agrária intocável, subsumida à acumulação do capital e aos interesses dos grandes latifundiários. A autora conclui que a fome é fundamental ao modo de produção capitalista como arma de dominação e como consequência do padrão de desenvolvimento fundado no sistema agroindustrial.

Considerando as publicações em revista, em dissertações e em teses, podemos inferir que a discussão sobre a fome e a segurança alimentar tem se dado, na maior parte das vezes, de forma tangencial a partir da discussão das políticas sociais que a envolvem. Enquanto nos artigos, por vezes essas políticas sociais aparecem de forma mais generalizada, num resgate histórico de sua constituição, nas dissertações e teses, na maioria das vezes, são estudadas políticas e ou casos específicos regionais e locais.

Pela leitura das produções é possível perceber uma unidade na compreensão da fome de orientação crítica, que busca compreendê-la a partir das determinações sociais postas pelo modo de produção capitalista. Mas, na maioria dos casos, essa compreensão não é aprofundada e em poucos trabalhos busca-se o desvelamento dessas determinações relacionando-as com a produção de alimentos.

Acreditamos que o favorecimento da análise da segurança alimentar e da fome a partir das políticas públicas, todavia, pode ocorrer em detrimento de uma reflexão teórica mais aprofundada acerca das relações capitalistas e suas especificidades no campo especialmente nos artigos. Tal aspecto determina que a discussão sobre a fome se vincule mais ao acesso aos alimentos pela classe trabalhadora, aspecto principal – mas não único – das políticas de segurança alimentar e nutricional, do que às relações de produção no campo e seu lugar na organização econômica e política brasileira.

Estes aspectos reforçam a necessidade de apreender a persistência do fenômeno da fome tendo como fio condutor de análise a produção de valor no campo, no contexto das particularidades brasileiras, haja vista que a pesquisa social crítica deve ser orientada para a supressão da subsunção da vida humana ao capital de forma efetiva e não a mero gerenciamento das manifestações da *questão social* e/ou da *questão agrária*.

As dissertações e teses escolhidas para a leitura se aproximam da discussão sobre a fome no âmbito da reprodução das relações capitalistas, abordando aspectos que consideramos centrais para a discussão, como a formação social brasileira, a concentração fundiária e a economia do agronegócio, vinculando-a à questão agrária e aos limites das políticas de combate à fome no âmbito da sociedade capitalista. No entanto, apesar da qualidade das produções, são ainda poucos trabalhos, impondo a necessidade de aprofundamento desse debate na produção do conhecimento do Serviço Social. Por isso mesmo, essa tarefa da pesquisa reforçou nossa perspectiva de colocar mais um grão neste debate por meio da presente dissertação, especialmente, buscando estruturar sínteses com maior solidez teórica para apreensão da realidade da fome e suas determinações sociais.

#### **1.4 Alimento-mercadoria: a necessidade humana capturada pelo capital**

“Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca é uma fome diversa da fome que devora carne crua com a mão, unha e dente”. (Marx, 2011, p.66).

Na história da humanidade vemos respostas diferentes para essa condição básica que é se alimentar e nesses modos distintos revela-se a própria cultura e não um mero ato biológico, ainda que também o seja. Teixeira (2015) diz que abordar o tema da fome implica em relacionar seu par dialético, a necessidade humana de alimentação, construindo um caminho teórico-reflexivo extremamente caro a este trabalho, pois assevera que o gênero humano desenvolverá ao longo da história diferentes formas de se alimentar, processo que envolve a história da agricultura, da cozinha e do ato de cozinhar.

À luz, especialmente, de considerações de Marx, Engels e Lukács, Teixeira (2015) desenvolve sua reflexão reafirmando, de acordo com o aporte teórico-metodológico destes autores, que o atendimento das necessidades humanas se dá por construções sociais, sendo o atendimento da necessidade de se alimentar, efetivamente, envolto em processos sociais que criam, transformam e recriam necessidades sociais. Sublinhamos, em acordo com a autora, que a necessidade de se alimentar é insuperável, ou seja, mesmo sofrendo modificações em sua forma de satisfação ao longo da história, sempre será repostada em essência, pela fome.

As necessidades humanas, dentre elas a necessidade de se alimentar, são atendidas por uma relação mediada com a natureza e com outros seres humanos, pelo trabalho. “No ato do trabalho o homem cria produtos orientados para a satisfação de suas necessidades humanas e se constitui como Ser Social” (Teixeira, 2015, p.59). O processo encerrado, portanto, é duplo: “o homem se transforma em Ser Social, posto que é transformado pelo ato de trabalho, desenvolvendo potências que nele estavam latentes e transformando a natureza sobre a qual atua, como objeto exterior, sujeitando suas formas ao seu domínio” (Teixeira, 2015, p.60). Com base nos estudos lukacsianos, diz a autora que o Ser Social se constitui por meio de um salto ontológico<sup>55</sup>, superando sua forma natural por formas cada vez mais sociais. Nesse sentido, o Ser Social pode ser definido como o sujeito que trabalha e se transforma pelo trabalho, dando respostas às suas necessidades (Teixeira, 2015). Deste modo,

Esse processo de encontrar respostas para solucionar suas necessidades é realizado de forma crescentemente mediatizada. O elemento mediador dessa relação é o complexo do trabalho, da linguagem e da consciência. Ainda que a produção material da vida dependa das condições que os homens encontram para realizá-la, ao fazê-la, os instrumentos utilizados e a própria necessidade levam a outras necessidades – a

---

<sup>55</sup> O salto ontológico, significa uma mudança de caráter substantivo “qualitativa e estrutural do modo de ser e que não se dá por continuidade – uma ruptura uma negação do momento anterior” (p.60). Essa ruptura se dá sem que seja possível determinar com precisão o seu momento exato, sendo um processo, sem vinculação com a necessidade de evolução biológica ou genética. (Teixeira, 2015).

produção dessas necessidades é o primeiro ato histórico humano, como espécie que se reproduz consolidando relações sociais (Teixeira, 2015, p. 61).

Portanto, os seres humanos produzem e reproduzem a sua vida pelo trabalho, bem como a de outros seres humanos pela reprodução da espécie. “A produção da vida aparece, agora, sob uma dupla relação: por um lado, como uma relação natural, por outro, como uma relação social – social no sentido em que se estende à ação conjugada de vários indivíduos” (Teixeira, 2015, p.61)

O trabalho, por sua vez, se diferencia de todas as atividades naturais de acordo com Marx (2017) por ser um processo controlado, mediado e regulado pelo ser humano que se constitui por um processo metabólico entre gênero humano e a natureza. Ao agir sobre a natureza e a modificar, o gênero humano simultaneamente modifica a si mesmo, isto marcado pela capacidade teleológica, que orienta as ações humanas para alcançar um resultado previamente projetado. Marx explica que o processo de trabalho, o objeto de trabalho humano se conforma em valor de uso. Neste sentido, o trabalho atende a um número ilimitado de necessidades e sendo feito de formas também ilimitadas (Teixeira, 2015).

Na perspectiva lukacsiana, sistematizada por Teixeira (2015), sendo o alimento um valor de uso, produzido pelo gênero humano como resposta à sua necessidade de se alimentar - que ao longo da história avança no sentido de reduzir determinações naturais conforme avançam e se reforçam os elementos sociais -, o modo como será satisfeita a necessidade de se alimentar (ou o acesso ao alimento) será produto histórico das relações sociais que formam a sociedade dos trabalhadores livres (Teixeira, 2015). Ou seja, decorre do tecido social da forma mercadoria e da contradição entre valores de uso e valores, instaurados pelas relações de produção, marcadas pela apropriação privada dos meios de trabalho, e de produção, e dos produtos do trabalho. Pensar a fome hoje, pois, significa pensar a produção, envolvendo a distribuição e o consumo, na dinâmica da sociabilidade capitalista (Teixeira, 2015). Seguir esse caminho de reflexão significa entender o cerne das coisas não expresso diretamente nos dados de insegurança alimentar, tratados nos dois primeiros itens deste capítulo. Significa atravessar a superfície da descrição para encontrar as fundamentais daquele estado de coisas.

No modo de produção capitalista, há uma forma específica de produzir alimentos e suprir a necessidade elementar de se alimentar, pois a forma das relações sociais determina a forma de realização das atividades humanas desde as mais básicas. Assim, ao mesmo tempo que atende às necessidades humanas, o alimento também atende, no capitalismo, primordialmente às necessidades do capital e estas últimas se sobrepõem as primeiras. Isto

porque o alimento é valor e a sua produção está orientada em primeira instância para a valorização e realização de valor.

Nesta sociabilidade, alimentação está estreitamente vinculada à capacidade de comprar o alimento em sua forma social de mercadoria. Dessa forma, a necessidade humana de alimentação, se vincula diretamente às relações capital-trabalho, à subsunção do trabalho ao capital, às expropriações que separam os produtores diretos dos meios de produzir às condições de vida que criam os trabalhadores livres (Marx, 2017) que condicionam a exploração de homens e mulheres para drenar sobretrabalho (Mota e Lara, 2022; Silva Filho; 2022).

O alimento na forma mercadoria é dotado de duas dimensões indissociáveis: o valor de uso e valor. Sua qualidade útil, a de alimentar - abstraindo todas as determinações sociais e culturais que envolvem esse processo - se expressa, pois no valor de uso. Valores de uso aparecem em qualquer forma social, mas na sociedade capitalista, também constituem os suportes materiais do valor de troca, que aparece como uma relação quantitativa, proporcional, em que valores de uso são trocados; o que é permitido pelo seu caráter comum e inerente de serem fruto de trabalho humano abstrato, equação social na qual aparece a forma *valor*.

Veremos todas essas categorias com a devida atenção no próximo capítulo. Aqui, importa destacar que a generalização dos processos de troca e da forma mercadoria ocorrem simultaneamente pelo desenvolvimento social da divisão do trabalho e da propriedade privada que forja a separação do trabalhador dos meios e instrumentos de trabalho e produtos produzidos pelo trabalhador coletivo. As relações sociais estabelecidas pela propriedade privada capitalista imprimem novos e específicos contornos ao acesso às coisas, dependendo das relações de troca no mercado, entronizando como medida de troca o *quantum* de trabalho contido em cada mercadoria, prevalecendo o caráter abstrato do trabalho, seu *quantum* em tempo, como substância de valor. Ou seja, na sociedade determinada pela relação de trocas de mercadorias, o caráter abstrato do trabalho impera sobre seu caráter útil, concreto, tendo em vista que o valor, ou o *quantum* de trabalho - socialmente determinado - é aquilo que permite que as mercadorias sejam comparadas e trocadas entre si, com o dinheiro sendo a mercadoria que assume a função de equivalente universal de valor (Marx, 2017). Apesar de aparecer como fenômeno natural e a-histórico (Barbosa, 2023), em verdade, essas relações sociais determinam a centralidade do dinheiro para o atendimento das necessidades úteis.

Compreender a fome de forma crítica no seio das relações sociais capitalistas consiste em eliminar de perspectiva qualquer possibilidade de conformação da fome simplesmente pela natureza. Josué de Castro foi o pensador social que primeiro expôs essa crítica sobre o Brasil,

contestando abertamente teorias filiadas ao capital que colocavam a fome ora como fenômeno natural, vinculada às impossibilidades da natureza em ofertar alimentos para toda a população; ora como um fenômeno de ordem moral, como era tratado na teoria de Malthus e seus seguidores contemporâneos - os neomalthusianos, que enxergavam os pobres famintos como indolentes, preguiçosos, que deveriam ser deixados à mingua e ter sua reprodução controlada<sup>56</sup>.

Teixeira (2015) destaca que para Malthus o problema da fome era um problema de excesso de pessoas que eram incapazes de se alimentar. Os famélicos não deveriam receber nenhum tipo de auxílio, pois isso implicaria diretamente na demanda por alimentos e o consequente aumento de seu preço, o que diminuiria a capacidade de compra por parte dos trabalhadores que conseguiam se alimentar pela venda de sua força de trabalho. Pelo excesso de população e pela carência de alimentos, a solução seria o controle dos casamentos de pobres e a moralização da relação sexual.

Engels de acordo com a autora direcionará crítica severa à teoria da população de Malthus, e afirmará que o que produz fome no capitalismo é a dinâmica desse modo de produção. Portanto, a crítica à teoria Malthusiana demonstra a argumentação ideológica do caráter violento e desumano do capital que leva a população excedente às necessidades da economia deve ser suprimida seja pela morte violenta, ou pela fome, paulatinamente (Teixeira, 2015).

A morte “branda” e paulatina da fome já colocada por Engels em crítica a Malthus, de certa maneira é recuperada nas preocupações e nos estudos de Josué de Castro quando explica que a fome é um fenômeno complexo e variado, e cheio de matizes que vão desde a *fome total* – completa inanição – que transforma suas vítimas em “verdadeiros espectros vivos” (1955, p.59) até os tipos mais discretos das *fomes ocultas* ou *específicas*, atuando sorrateiramente sob o corpo e mente dos indivíduos.

---

<sup>56</sup> Malthus foi um matemático e pastor do século XVIII, que no seio das transformações sociais e de produção e de distribuição de riquezas produzidas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, ficou conhecido por ter escrito o Ensaio Sobre a População em 1798, notadamente que servia aos interesses do capital, no qual defendia que a pobreza e a fome eram resultados de um excesso populacional, estando sua tese servindo aos interesses do capital, o pastor afirmava que enquanto os meios de subsistência cresciam em progressão aritmética, a população aumentaria em progressão geométrica, relacionando convenientemente o excesso de pobres ao seu ‘crescimento populacional desordenado’, desviando-a da centralidade da produção e distribuição material capitalista. O chamado autor, como se sabe, apresentou barreiras/estratégias ao crescimento populacional, sendo uma barreira moral e outra natural, respectivamente, a abstinência sexual e a fome e as doenças. Malthus foi duramente criticado por diversos pensadores e estudiosos, dentre eles Engels, como vimos, e o próprio Marx (2017) que evidenciou o caráter plagiador de seu ensaio, e revelou que a lei da população de sua teoria correspondia a lei de população do sistema de produção capitalista, da superpopulação relativa, como é possível ver no primeiro volume d’O Capital (Souza & Previdelli, 2017).

A fome total, quando aguda, possui caráter social mais espetacular, pois nos remete a um tipo de fome coletiva que se vincula a catástrofes e às guerras, que nos dirige ao imaginário de multidões famintas, destruídas pela inanição, reduzindo o quadro social, como se fosse o único tipo de fome existente (Castro, 1964[2022], 1955).

No entanto, a *fome oculta*, que é menos espetacular se coloca mais frequentemente, sendo, inclusive mais grave em consequência numérica por atingir massas humanas maiores podendo atuar de *forma permanente, crônica* atuando como uma epidemia. A fome oculta atinge grupos inteiros, geração após geração, condenados a morrerem lentamente apesar de comerem um pouco todos os dias, espectro no qual se encaixa a subalimentação e a má alimentação. Entendemos que este tipo de fome, se coloca indubitavelmente como produzido amiúde pelas relações sociais capitalistas (Castro, 1955; 2022).

Para falar da fome, Josué de Castro (1955) também fala do alimento como o fermento vivo do corpo, o combustível para a vida e a realização de qualquer trabalho, mas não só o alimento e qualquer alimento, e sim todo o conjunto de substâncias, nutrientes, vitaminas e minerais que o compõem são necessários ao metabolismo do corpo. E são nas carências dessas substâncias que reside a fome oculta, seus tipos específicos que degradam o corpo e as suas potencialidades na vida social. Inclusive, o médico é enfático ao dizer que a fome não atinge somente a matéria, mas sim a alma humana.

não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos, degradando-lhes o tamanho, mirrando-lhes as carnes, roendo-lhes as vísceras e abrindo-lhes chagas e buracos na pele, que a fome aniquila o homem, é também atuando sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral (Castro, 1995, p.95)

A fome, levada às últimas consequências, possui um caráter desagregador e degradante da personalidade humana, destaca Castro (1955).

Sob a ação avassalante da fome, dá-se ao homem o apagamento ou mesmo a absoluta supressão de todos os outros desejos e interesses vitais, e o seu pensamento concentra-se ativamente em descobrir o alimento por quaisquer meios e à custa de quaisquer riscos.

[...]

Anulando outras forças condicionadora do comportamento humano, a fome desagrega a personalidade, apaga ou mesmo inibe suas relações normais e todas as outras solicitações do meio ambiente alheias a satisfação do instinto da alimentação. Nesta desintegração mental progressiva, desaparecem as atividades de autoproteção e de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral (Castro, 1955, p.96-7).

Jean Ziegler<sup>57</sup> (2013, p.32) também aborda esses mecanismos e afirma que a subalimentação permanente (fome crônica), pode levar à morte e provoca

um sofrimento agudo e lancinante do corpo. Produz letargia e debilita gradualmente as capacidades mentais e motoras. Implica marginalização social, perda de autonomia econômica e, evidentemente, desemprego crônico pela incapacidade de executar trabalho regular.

O autor ainda destaca que o reestabelecimento da alimentação em adultos tende a não deixar sequelas no corpo; no entanto, se tratando de fetos e crianças de até quinze anos, a fome provoca seus efeitos mais sombrios e perversos levando a comprometimentos permanentes na saúde pelo resto da vida dos indivíduos que consigam sobreviver. Podemos ter dimensão da destrutibilidade violenta da fome quando Ziegler (2013, p.31) afirma que, dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação “é o mais constante e maciçamente violado em todo o planeta” sendo a principal causa de morte mundialmente, atingindo em especial, os pobres do campo, os pobres urbanos e as vítimas de catástrofes<sup>58</sup>. Reitera-se que a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora a coloca em permanente risco potencial de sucumbir ao quadro socio-sanitário famélico, em especial as frações que vivem no rés do chão da superpopulação excedentária às necessidades do capital.

Com efeito, como abordaremos mais à frente, esse potencial tem sido crescentemente aumentado ao passo que os limites desse modo de produção em regular a produção material e a reprodução da vida vem se colocando cada vez mais proeminentes, impondo ao capital a adoção de medidas cada vez mais bárbaras, violentas e destrutivas para realizar a valorização do valor.

Macedo (2019, p.283-284) afirma que a sanha destrutiva do capital acelerada pela crise estrutural atinge todo o mundo das mercadorias, mas se concentra no processo de destruição da

---

<sup>57</sup> O escritor foi relator para o direito à alimentação de 2000 a 2008 e membro do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Ziegler parte de uma compreensão da fome vinculada à organização da produção, distribuição e acessos dos alimentos no mundo de grande aproximação com Josué de Castro. Ao longo do livro, retrata o que viu sobre as mazelas da fome pelo mundo no período em que esteve na ONU.

<sup>58</sup> Ainda que seja surpreendente a necessidade de estabelecimento jurídico do direito ao suprimento desta necessidade básica, o berço do direito humano à alimentação é o cenário devastador do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, incluindo a economia alimentar do continente, donde são criadas a Organização das Nações Unidas (ONU) e demais entidades vinculadas a agência multilateral de gestão internacional. Ziegler (2013) apesar de reconhecer esse momento histórico como fundamental, assevera sobre as limitações da ONU e o papel desempenhado atualmente dada a configuração dos Estados e do próprio desenvolvimento do capitalismo, em escala mundializada.

força de trabalho. Este fenômeno para o autor possui duas dimensões, categorizadas como sistêmica e específica

A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral de acumulação) que é responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

A dinâmica de degradação dos hábitos alimentares opera, segundo Macedo (2019) na substituição dos alimentos vivos, ricos em nutrientes, por *mercadorias que apresentam forma de alimento*, mas que debilitam a saúde dos indivíduos porque são ricas em agrotóxicos, realçadores de sabor, gorduras, sal e açúcares, em suma, um conjunto de químicas que favorecem o marketing dos alimentos e que são a expressão mais acabada da industrialização da alimentação e tudo que a implica, em termos de produtividade e barateamento dos seus custos, relativamente independente de sua qualidade.

o complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, enquanto verdugo, mata preferencialmente aos poucos, destruindo em massa a vitalidade dos trabalhadores. Tais populações estão vivas, em muitos casos se alimentam com rotina diária; porém, famintas de nutrientes ausentes, embora abarrotadas de calorias e de substâncias pouco nutritivas ou, de tudo, tóxicas. Pelo acúmulo dessas e ausência daquelas, são convertidos em potenciais mortos, que seguem sua trágica história aquém túmulo, perambulando pelas ruas mundo afora, na condição de mortos vivos (Macedo, 2019, p.287).

Este complexo abre as portas para doenças epidêmicas crônico-degenerativas, o que para Macedo (2019) muito se assemelha à um genocídio. Com isso, o autor se aproxima do pensamento de Ziegler (2013) que também aborda a fome como mecanismo de *destruição em massa*, bem como de outros autores que também enxergam a fome neste sentido, como vimos em Teixeira (2022) e em Silva Filho (2022).

O caráter destrutivo dos alimentos ultraprocessados pela indústria se apresenta na alta concentração de gorduras, sal e açúcar que estão altamente vinculados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão, obesidade e diabetes, o que para Silva Filho (2022) caracteriza o problema da má alimentação no atual estágio do desenvolvimento do capitalismo. Especifica a manifestação em duas faces contraditórias, mas não estanques: o desenvolvimento das doenças crônicas se dá acompanhado do desenvolvimento da subnutrição

e da fome. Isso leva o autor a dizer que se trata de uma alimentação suicida, o que para nós reforça a argumentação sobre genocídio, pois é oferecido tanto aos famintos quanto aos que comem, uma alimentação de péssima qualidade que conduz a outro revés: as doenças crônicas.

O desenvolvimento das mercadorias que parecem comida, ou os alimentos ultraprocessados, são de grande importância para a indústria alimentícia por se adequarem mais ao objetivo fim do sistema capitalista, a valorização e realização do valor, não só pela sua durabilidade, mas por terem uma produção que engloba diferentes elos da complexa cadeia de valor da produção de alimentos, diferente da *comida de verdade*, dos alimentos *in natura* e minimamente processados. Silva Filho (2022) destaca um dado importante quando alerta que são exatamente os alimentos ultraprocessados aqueles que vêm sendo mais direcionados às populações empobrecidas<sup>59</sup>.

Esse campo de preocupações não é perceptível diretamente nos dados apresentados no início deste capítulo, de modo que não é possível desenvolver um conhecimento crítico sobre a fome se não descermos aos porões das determinações, como fez a nossa pesquisa, de modo introdutório, e que será apresentado nos próximos capítulos. De toda forma, aqueles dados sobre a fome - e o incipiente debate do Serviço Social nesse campo - configuram o entusiasmo dessa pesquisa pelo maior alcance teórico acerca dos fundamentos que ligam os aspectos descritivos da superfície ao modo de ser do capitalismo e de sua mediação pela totalidade parcial da formação social brasileira em que sucumbiram e ainda sucumbem, tendo só ar no estômago, tantas Carolinas Marias de Jesus<sup>60</sup>.

Com o desenvolvimento expansivo e destrutivo do capitalismo, e conseqüentemente o desenvolvimento da produção de alimentos sob seu comando, cria-se a contradição entre a abundância de alimentos-mercadoria propiciada pelos altos níveis de produtividade alcançados e o flagelo da fome que vem consumindo um volume agigantado de pessoas no mundo inteiro, seja pela fome disfarçada por meio de uma alimentação vazia em nutrientes potencialmente

---

<sup>59</sup> O tema tem ganhado destaque como *nutricídio*, com fortes vínculos com a relação ainda imperialista e colonizadora entre os países do Norte e Sul global, implicando na morte especialmente da população negra e pobre. O artigo “Nutricídio, mas também pode chamar de fome” de Edda Ribeiro (2020) é uma interessante leitura sobre o tema e está disponível em <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/11/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome/>. Um dos múltiplos exemplos que pode ser dado sobre o assunto é a diferença da composição de fórmulas de alimentos oferecidos à bebês e crianças, como é o caso do Mucillon e do Ninho da Nestlé <https://ojoioeotrigo.com.br/2024/04/nestle-piores-produtos-para-bebes/>

<sup>60</sup> Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra, escritora, poetisa que ficou conhecida pela publicação de seu livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada, no qual relatava a dureza de sua realidade sempre acompanhada pela sua amarga, fiel e amarela amiga: a fome.

desencadeadora de uma enorme variedade de doenças, seja pela ausência de qualquer tipo de alimentação.

No caso do Brasil, a fome ainda deve ser pensada enfocando também a própria dinâmica internacional, da divisão internacional do trabalho, por onde podemos ver o país assumindo historicamente o lugar de fornecedor de matérias-primas agro exportáveis e das relações de produção historicamente baseadas na superexploração da força de trabalho, sustentadas numa estrutura agrária de latifúndios e monoculturas para exportação, que reproduz como sina a questão agrária, restringendo o acesso à alimentação, como veremos nos próximos capítulos.

## 2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA FOME NO CAPITALISMO

*O que tem fome e te rouba  
O último pedaço de pão, chama-o teu inimigo  
Mas não saltas ao pescoço  
Do teu ladrão que nunca teve fome – Bertolt Brecht*

O impulso primordial da pesquisa foi a desnaturalização da fome e a afirmação de sua contextualização histórica, pois sob o domínio do capital se alteram as formas de atendimento das necessidades humanas, como a de se alimentar e interagir com o meio ambiente. Se antes do modo de produção capitalista a subsistência alimentar era resolvida por meio do trabalho útil e pelo processo metabólico do ser humano com a natureza de forma direta – controle, mediação e regulação desse processo para a criação de valores de uso – na sociedade capitalista, o atendimento das necessidades passa a ser mediado pelo mercado e pela forma mercadoria, o que nos coloca a necessidade de analisar as determinações e a estrutura desse modo de produção.

O capítulo apresenta, então, essa aproximação teórica da pesquisa com a totalidade social capitalista, elevando o nível de abstração, para, assim, apresentar o tecido teórico para a compreensão da fome nessa forma de sociedade. Para tanto, o capítulo se divide em três itens abordando o pensamento marxiano e seu elenco categorial sobre as determinações lógicas da sociedade capitalista: *a forma mercadoria, o trabalho e o processo de produção de mais-valor; a origem da perda dos meios de trabalho: expropriação originária e a renda da terra; e, o processo de acumulação de capital: a dominação abstrata por cima das necessidades úteis.* Vejamos.

### 2.1 A forma mercadoria, o trabalho e o processo de produção de mais-valor

O ponto de partida para entender a sociedade capitalista deita raízes no fato de que “*A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar*” (Marx, 2017, p.113). De imediato, vemos que a mercadoria é um objeto externo aos seres humanos, uma coisa que por suas características e propriedades satisfaz às necessidades humanas, sejam elas

do corpo ou do espírito, sejam mercadorias para fruição ou indiretamente para produção de outras mercadorias. Marx (2017), por esse caminho, conduz o leitor à análise da mercadoria como uma célula básica de duas dimensões indissociáveis, que são as dimensões constitutivas do valor, a saber valor de uso e valor de troca.

A utilidade e as qualidades que conformam características específicas de uma coisa, farão dela um valor de uso realizável no seu uso ou consumo. Os valores de uso – como o dos alimentos – constituem o conteúdo material da riqueza independente de qualquer forma social. No entanto, destaca-se, que na sociedade capitalista, os valores de uso também constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca.

Marx (2017) demonstra que o valor de troca, inicialmente, aparece como uma relação quantitativa, proporcional em que os valores de uso diferentes são trocados. Essa relação quantitativa se modifica de acordo com as diferentes relações de troca que se estabelecem, a depender do tempo, lugar e proporção em que as trocas se realizam. Dessa forma, de acordo com o autor, o valor de troca aparece tanto como algo acidental, causal e puramente relativo, e ao mesmo tempo, como um valor de troca intrínseco à mercadoria. Em uma maior aproximação analítica, vemos que Marx percebe que o que realmente permite à troca entre valores de uso distintos como equivalentes – com o desfecho de que o elemento que todas as mercadorias compartilham entre si é o fato de serem frutos de trabalho humano –, diz respeito ao dispêndio de força e energia humanas.

Por isso, Marx (2017) abstrai o valor de uso das mercadorias, deixando-as apenas com a propriedade comum, expressa na condição de serem fruto do trabalho humano. Assim, ao suspender toda a sua utilidade e suas qualidades sensíveis também suspende o caráter útil, diferenciado do trabalho incorporado nas mercadorias e suas diferentes formas concretas restando apenas o trabalho humano igual, portanto, abstrato – a substância do valor. Nesse sentido, o elemento comum que se apresenta em todas as relações de troca, ou no valor de troca das mercadorias é o seu *valor*. No capitalismo, um valor de uso só possui valor por nele estar objetivado trabalho humano abstrato. O valor, por isso, em grandeza, é medido pela quantidade trabalho incorporado em determinado valor de uso que será medido por seu tempo de duração laboral para a produção de mercadoria.

Para a medida de grandezas de valor – ou a quantidade de trabalho abstrato contido nas mercadorias –, se considera o trabalho socialmente necessário para produção delas que é determinado por condições de produção normais de uma sociedade em grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. Portanto, as mercadorias como valores são medidas que são

determinadas pelo tempo de trabalho necessário cristalizado em sua produção, mas reconhecido socialmente, no contexto da troca mercantil.

Marx (2017) reforça que a grandeza de valor de uma mercadoria se modifica de acordo com mudanças que ocorrem na força produtiva do trabalho, que é determinada por múltiplas circunstâncias como pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a organização do processo de produção, dentre outros fatores. Assim, apresenta como lei geral que “*a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho*” (Marx, 2017, p.118). Dessa forma, a troca se realiza entre valores de uso diferentes e valores de troca iguais, relativamente, e, assim, trocamos cinco cadeiras por uma mesa, na medida em que se comparou o tempo de trabalho contido em cada uma dessas mercadorias, tendo como referência o tempo médio requerido socialmente para a produção.

A análise dos aspectos qualitativos e quantitativos do trabalho é semelhante à análise das mercadorias. Esse duplo aspecto do trabalho se desdobra em trabalho útil e trabalho abstrato, como dimensões também indissociáveis do trabalho na realidade. O primeiro se refere ao caráter qualitativo do trabalho, pois se relaciona a utilidade do objeto demonstrando o valor de uso contido na mercadoria e o segundo se vincula ao aspecto quantitativo, com o tempo de duração que expressa grandeza de valor a partir da quantidade de trabalho humano, abstraído de sua utilidade, portanto trabalho abstrato (Marx, 2017).

Sendo o trabalho útil uma atividade produtiva determinada a um fim e referente à utilidade do trabalho como o próprio nome sugere, representado no valor de uso de seu produto, este é para Marx a condição de existência da vida humana, necessidade natural de mediação da relação entre o ser humano e a natureza. Assim, à medida que o ser humano, a partir do trabalho, cria respostas às suas necessidades se relacionando com a natureza, surge um conjunto de valores de uso cada vez mais diversos, e com isso, também um conjunto diverso de trabalhos úteis: uma *divisão social do trabalho*.

A divisão social do trabalho é a condição de existência da produção de mercadorias, pois nesse modo de produção em que os produtos assumem genericamente a forma mercadoria, produzidas de modo independente por trabalhos qualitativamente distintos, surge um sistema complexo de intercâmbio para o atendimento de necessidades sociais e individuais, dentre quais está inserida a alimentação (Marx, 2017).

Da suspensão do caráter especial do trabalho orientado a um fim específico, resta o fato de ser dispêndio produtivo de força de trabalho humana simples – trabalho abstrato (valor). Nessa equação, o próprio trabalho complexo, explica Marx (2017), é trabalho simples potenciado, de modo que uma quantidade de trabalho complexo tem por referência uma quantidade de trabalho simples, multiplicando-se o volume.

Como o dispêndio de força de trabalho necessário à produção de uma mercadoria varia de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, Marx mostra o caráter antitético desse duplo caráter do trabalho, pois o aumento da força produtiva irá interferir na diminuição do valor produzido na medida em que o tempo de produção individual de determinado produto será diminuído, mesmo que a quantidade de valores de uso aumente, pois o valor contido nele, singularmente, diminui. Isso significa que em um mesmo espaço de tempo a mesma grandeza de valores é produzida enquanto se produz uma massa maior de valores de uso. Assim, a grandeza de valor que é resultado do dispêndio produtivo da força de trabalho é repartida em uma maior quantidade de mercadorias, contendo menos valor singularmente e vice-versa: se uma massa menor de valores de uso tem um tempo de trabalho socialmente necessário maior, seu valor será maior.

Marx parte das relações de troca das mercadorias afim de seguir o valor que nelas está oculto e a exigência da mediação do dinheiro no mercado. Assim, afirma que “as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as diversas formas naturais que apresentam seus valores de uso tal forma de valor em comum é a forma-dinheiro” (Marx, 2017, p.125).

Na análise do autor, nessa forma de valor as mercadorias serão representadas apenas como massas amorfas do trabalho humano. Não importa aqui os valores de uso. A relação entre as mercadorias aqui é puramente como valores, dispêndio de força humana de trabalho. Assim, para Marx, forma de valor universal fornece ao mundo das mercadorias a forma de valor equivalente social e universal, pois na medida em que todas as mercadorias que pertencem a essa forma com exceção de uma, são excluídas da forma de valor universal.

Marx trata, finalmente, da transformação da forma de valor universal para a forma dinheiro, mas não deixa de evidenciar que a forma de equivalente universal poderia ser expressa em qualquer mercadoria. Uma mercadoria só se torna equivalente universal quando sua exclusão se dá definitivamente a um tipo específico de mercadoria validada socialmente. Essa mercadoria será a mercadoria-dinheiro; sua função social é desempenhar papel de equivalente universal e, como se sabe, historicamente, a mercadoria que ocupou esse lugar foi o ouro.

A forma-dinheiro não se diferencia da forma de valor, visto que apenas ocorre a mudança na mercadoria equivalente geral, a qual o ouro representa<sup>61</sup>. Marx (2017) demonstra que a forma-mercadoria simples é o germe da forma-dinheiro, pois a forma de valor universal pode ser reduzida novamente a forma simples em que o ouro<sup>62</sup> é colocado no polo de equivalente de qualquer mercadoria ( $x$  quantidade de qualquer mercadoria =  $y$  quantidade de ouro).

Em suma, o dinheiro representa o valor que decorre das relações sociais entre os trabalhos dos seres humanos, mas aparece como se o dinheiro em si é que fosse dotado de valor. É neste sentido que Marx revela o caráter fetichista da mercadoria e a reificação das relações sociais. Nas palavras do autor, (2017 p.147)

o caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.

Concomitante ao aumento da divisão social do trabalho, cresce o fetiche da mercadoria, pois conforme a troca ganha importância social suficiente, as coisas úteis serão produzidas apenas com destino para a troca. Seu valor de uso é subvertido pelo seu valor de troca. Assim os trabalhadores privados assumem um duplo caráter social: como trabalho útil devem atender a determinadas necessidades sociais, como parte da divisão sócio-técnica do trabalho e podendo ser comparável pela redução como trabalho humano abstrato, tornando seu trabalho útil permutável. No entanto, essa permuta entre os diferentes trabalhos como trabalho humano não é percebida pelos seres humanos quando a realizam, pois o interesse prático da relação de troca

---

<sup>61</sup> Marx analisa o desenvolvimento da expressão do valor das mercadorias em sua forma simples até a forma dinheiro, no que concerne ao desenvolvimento da mercadoria socialmente reconhecida como valor a partir da lógica interna do modo de produção capitalista. O autor afirma que toda forma de valor reside na forma simples: relação de troca entre quantidades diferentes de duas mercadorias distintas ( $x$  mercadoria relativa =  $y$  mercadoria equivalente)

<sup>62</sup> Os metais preciosos vão exercer a função social de equivalente universal. Marx explica que em grande parte isso ocorre pelo fato do ouro e da prata possuírem características naturais que as permitem ser divididas e reunidas novamente, podendo expressar grandezas de valores diferentes e variadas acompanhando a grandeza de valor, ou a materialidade do trabalho abstrato das mercadorias que são variáveis. Decorre disso que a mercadoria-dinheiro, aqui se tratando dos metais preciosos, tem uma duplicação de seu valor de uso. Ou seja, ela adquire um novo valor de uso formal socialmente determinado sem que haja a perda de seu valor de uso particular.

está na proporção em que os produtos podem ser trocados apresentados pelo dinheiro (Marx, 2017).

Nesse sentido, para Marx (2017), o processo de troca é uma relação social estabelecida entre os seres humanos e a relação entre mercadorias se dá quando seus possuidores estabelecem relações uns com os outros pela vontade que residem nas próprias coisas que lhes são alheias. Há interesse no valor de uso de outrem e para a realização da troca o possuidor de uma mercadoria se aliena de sua mercadoria (transfere a outro, à troca, à venda) com o firme propósito de obter a outra mercadoria que deseja. Essa relação se estabelece pela vontade comum entre os indivíduos envolvidos que se reconhecem como proprietários privados de mercadorias. Essa é uma relação voluntária ou jurídica que tem seu conteúdo dado por uma relação econômica.

Os produtos do trabalho só se tornam mercadorias quando são comparados entre si, portanto o dinheiro se torna necessário com a expansão e o aprofundamento histórico da troca que desenvolve a oposição entre valor de uso e valor. Assim surge também a necessidade de que essa oposição seja expressa de forma externa à mercadoria; sua forma independente terá como resultado a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. “Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro” (Marx, 2017, p. 162).

Marx deixa explícito que somente a ação social pode tornar e validar uma determinada mercadoria como equivalente universal de todas as outras. Se o processo de troca é uma relação social, a necessidade de uma mercadoria que sirva de equivalente universal para outras mercadorias também o é. Esta relação social se coloca pela intensificação e aprofundamento histórico do processo de troca e se desenvolve com a variedade crescente de mercadorias que se insere nesse processo de circulação. Essa forma de equivalente universal irá se fixar especificamente em algumas mercadorias ou será cristalizada na forma dinheiro.

Desmitificando o dinheiro, de sua áurea reluzente, Marx (2017) revela que o fetiche do dinheiro é o fetiche da mercadoria. O dinheiro se torna a mercadoria universal e todas as mercadorias se relacionam com ele como mercadorias particulares, pois o dinheiro reflete numa única mercadoria as relações entre todas as outras mercadorias. Mas *o dinheiro não é fonte de valor, e sim forma de expressão do valor nas relações de troca*, por isso expressa valor de modo relativo em seu confronto com outras mercadorias. Seu valor é determinado, assim como qualquer outra mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. No entanto, o que aparece na superfície é que as mercadorias expressam seu valor no dinheiro

fazendo desaparecer o movimento mediador do dinheiro nas relações de troca. Assim, seu caráter mágico é fruto da reificação das relações sociais, que se apresentam independentemente das consciências e das ações individuais; de início, na assunção universal dos produtos do trabalho humano como mercadorias, acentuado nessa mercadoria específica, que apenas representa o valor.

Marx (2017) ainda analisa detidamente a circulação de mercadorias, demonstrando o processo em que o dinheiro medeia a troca, apresentando as funções sociais do dinheiro e afirmando que, em todas as situações, o dinheiro opera como mediador de relações sociais. Vejamos.

A primeira função da mercadoria-dinheiro é servir como medida de valores. Ou seja, o ouro, ao ocupar a função de representante de valor, funcionando como medida universal dos valores, torna-se inicialmente dinheiro. O dinheiro só pode expressar e comensurar o valor das mercadorias por elas serem trabalho humano objetivado e assim serem comensuráveis entre si. “As mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro [...] O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (Marx, 2017, p.169).

Marx explica que o ouro como medida de valor e padrão de preços desempenha dois papéis completamente distintos: é medida de valor por ser encarnação de trabalho humano e é padrão de preços por ser um peso metálico estipulado. Como medida de valor, ele serve para transformar diversas mercadorias em preços, em quantidades representadas de ouro, como padrão de preços ele mede essas quantidades de ouro. Pela medida de valor se medem as mercadorias como valor, já pelo padrão de preços, ao contrário, quantidades de ouro pelo peso de outra quantidade.

Para o padrão de preços é preciso que determinado peso de ouro seja fixado como unidade de medida. O ouro só pode servir como medida de valor porque ele é fruto do trabalho humano e, portanto, um valor que pode ser alterado. “O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias tal como sua forma de valor em geral é distinto de sua forma corpórea real e palpável, ou seja, é uma forma apenas ideal ou representada” (Marx, 2017, p.170).

A função do dinheiro como meio de circulação, Marx trata como metabolismo social da relação de troca, evidenciando todo o seu processo que envolve a metamorfose das mercadorias, segundo a forma M-D-M. Explica que é possível ver uma divisão de fases na circulação, expressa em duas partes pelo dinheiro. Ou seja, o processo de troca de mercadorias, M-M, é mediado pelo dinheiro, como na equação: M-D-M. A primeira parte é venda (M-D) e a segunda

é a compra (D-M). Os atos de compra e venda são partes opostas e complementares da circulação – o que tem mercadoria a vende para ter dinheiro e o que tem dinheiro compra a mercadoria. Na realidade, ocorrem infinitos atos de compra e venda simultâneos; disto decorre que o processo de circulação é um conjunto de muitas compras e vendas em que o dinheiro aparece como equivalente geral e meio de circulação.

Na circulação, os produtos servem como valor de troca por outros produtos num processo socialmente determinado em que o que se obtém pela troca é o equivalente universal de sua mercadoria: o dinheiro. Ou seja, um possuidor de mercadorias necessita primeiro realizar a venda para, então, comprar. No entanto, como o processo é bilateral, a viabilização da venda, há sempre a realização da compra. Assim, a venda também representa a compra e M-D é igual D-M. Esses momentos se configuram a partir dos polos ocupados pelo possuidor de mercadoria e, pelo possuidor de dinheiro, dependendo de suas perspectivas na relação de troca no mercado.

Marx (2017) diferencia a troca direta entre produtores do processo de circulação justamente no fato de que o último nunca se estingue com a troca de valores de uso. No processo de circulação, “a substituição de uma mercadoria por outra sempre faz com que o dinheiro acabe nas mãos de um terceiro” (p.186). A metamorfose total da mercadoria envolve quatro extremos e três atores em que o dinheiro é ponto de chegada na venda (M-D) e ponto de partida na compra (D-M) Assim, na metamorfose das mercadorias, o vendedor do primeiro polo (M-D) se torna comprador no segundo (D-M) se confrontando com um terceiro possuidor de mercadoria que atua como vendedor. Assim, a circulação de mercadorias aparece como circulação do dinheiro<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Marx ainda nos revela que a quantidade de dinheiro, meio de circulação, é determinada pela soma dos preços das mercadorias em circulação considerando a velocidade média do curso das metamorfoses, seu volume também está determinado pelo seu próprio valor. Assim, contesta a ideia de que os preços das mercadorias são estabelecidos pela quantidade material do dinheiro, pois este argumento apaga as relações sociais do processo de troca de mercadorias. A moeda, por sua vez, diz Marx, é uma derivação da função do dinheiro como meio de circulação. A determinação do padrão de preços, bem como a cunhagem de moedas é papel do Estado. No processo de circulação o conteúdo material e o conteúdo nominal do ouro iniciam um processo de separação, pois pelo desgaste, mudança de peso, passam a ter valores diferentes. O ouro, como dinheiro se torna diferente do ouro como padrão de preços, deixando de ser um equivalente efetivo das mercadorias, da vinculação real entre o trabalho socialmente necessário às suas produções. Desta forma, o ouro vai se separando de seu valor, isto é, deixa de ser importante o quanto de trabalho foi necessário para produzi-lo. Assim, o que passa a interessar é sua capacidade socialmente reconhecida de representar valor em geral, trabalho humano em geral. Desta separação do conteúdo real e do conteúdo nominal surge a possibilidade de substituição por qualquer signo que o represente: moedas de outro material ou qualquer outro signo. Deste modo, coisas sem valor algum podem funcionar como moeda no lugar do ouro. Para Marx, a expressão do signo de valor em papel moeda torna ainda mais evidente o caráter simbólico do dinheiro, pois este só pode ser signo de valor na medida que representa quantidades de ouro que é uma mercadoria como todas as outras, sendo também quantidades de valor. A substituição do ouro pelo papel moeda é possível, explica Marx, pela sua autonomização, no processo em que é isolado em sua função como moeda, se fixando como única forma de valor de troca.

Seguindo para outra função do dinheiro, tratando do entesouramento que se dá pela retirada do dinheiro da circulação, Marx assinala que a partir do desenvolvimento da circulação de mercadorias, também se desenvolve inicialmente um desejo de reter o produto da primeira metamorfose (M-D), não comprando novas mercadorias. Aqui, o dinheiro se paralisa e o vendedor se torna entesourador. Assim, a expansão da circulação de mercadorias tem como resultado o crescimento do poder do dinheiro, que aparece como conteúdo material da riqueza, o tornando objeto de cobiça.

O dinheiro como meio de pagamento emerge do desenvolvimento da circulação de mercadorias em que surgem condições que permitem que a alienação da mercadoria seja separada temporalmente da realização do seu preço. Essa situação é resultado das condições de produção da própria mercadoria, mas também das transações entre as pessoas. Com esse lapso temporal, “um possuidor de mercadorias pode se tornar vendedor sem que haja um comprador” (Marx, 2017 p.208) e que “um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro” (idem, p.208). Temos dessa relação que o vendedor se converte em credor e o comprador em devedor; mudando também a metamorfose da mercadoria: o dinheiro passa a ter a função de meio de pagamento e aqui não participa da mudança do processo e sim o conclui.

A última função do dinheiro que Marx explica é a sua função como dinheiro mundial e que se refere ao dinheiro que deixa a esfera da circulação de um país e assim, seu padrão de medidas de preço e de moeda simbólica de valor; o dinheiro pois, se reconfigura a sua forma de barra de metal precioso. Marx ressalta que é somente no mercado mundial que o dinheiro funciona ao mesmo tempo como mercadoria em forma natural e forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano abstrato. No mercado mundial o ouro e a prata servem como medida de valor. E funcionam, como dinheiro mundial, como meio universal de pagamento, de compra e materialidade social da riqueza universal, mas tem como função principal, de acordo com autor a estabilidade da balança internacional.

Marx descortina, então, a relação entre funções dos tesouros, que além de serem necessários na circulação interna, também o são para os países como dinheiro mundial, mas nesse último em sua forma corpórea de ouro ou prata. Há um movimento duplo do ouro e da prata que atenção; ele se espalha pelo mercado mundial sendo absorvido nas esferas nacionais da circulação e cumpre suas funções como moeda, tesouro ou serve como matéria em mercadorias de luxo. E por outro lado, também está sempre fluindo entre as nações. Por fim, os tesouros de países de produção burguesa são limitados minimamente ao cumprimento de suas

funções específicas pois um grande entesouramento significa estagnação do processo de circulação.

Nos interessa, neste ponto, a análise de Marx da transformação do dinheiro em capital, tendo como ponto de partida a circulação de mercadorias. Até aqui, ainda não tratamos do capital, pois a generalização da produção e da circulação de mercadorias que são os pressupostos históricos para o surgimento do capital a partir do século XVI, constituindo a história moderna do capital.

O dinheiro é a primeira forma de manifestação do capital<sup>64</sup>. Isso é dado a partir da abstração realizada por Marx do conteúdo da circulação de mercadorias, considerando apenas as formas econômicas. O produto da circulação de mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital em que o dinheiro assume função de representação de valor para iniciar o ciclo do capital. Assim, “todo novo capital entra em cena – isto é, no mercado, seja ele de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro – como dinheiro, que deve ser transformado em capital mediante um processo determinado” (Marx, 2017, p.223).

Em primeira análise, a distinção entre o dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital se dá apenas pela forma diferente que assume sua circulação, pois a forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas, ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital. (Marx, 2017, p.233)

Marx demonstra que a circulação D-M-D apresenta duas fases antitéticas sendo: D-M, a compra, e M-D, a venda. Essas fases são partes de um movimento inteiro que tem como resultado a troca de dinheiro por dinheiro D-D. Aí se coloca uma contradição em termos quantitativos pois esse processo não teria sentido se os valores trocados, de dinheiro por dinheiro, se mantivessem iguais. E é nesse sentido que há a necessidade do exame das distinções entre as duas formas dos ciclos M-D-M e D-M-D para que se revele a diferença de conteúdo que existe entre elas.

---

<sup>64</sup> Marx (2017) analisa a transformação do dinheiro em capital e ao explicar a fórmula geral do capital, continua sua exposição sobre a circulação de mercadorias pois afirma que o ponto de partida do capital é a circulação de mercadorias e que a produção e a circulação de mercadorias foram os pressupostos históricos para o surgimento do capital a partir do século XVI, constituindo a história moderna do capital. A análise marxiana não inclui a retomada de todo o percurso histórico da transformação do dinheiro em capital, pois, para Marx, compreendendo a reprodução material do presente se entende o que se constitui como mais determinante desse processo.

Como primeira diferença há que a circulação simples de mercadorias inicia com a venda e se encerra com a compra, já a circulação do dinheiro como capital, é o seu inverso: inicia pela compra e se encerra pela venda. Em seguida temos que o ponto de partida e chegada da primeira é a mercadoria, na segunda é o dinheiro. E por fim, o que medeia a primeira é a dinheiro e na segunda, a mercadoria, ou seja, “na compra da mercadoria, ele [possuidor de dinheiro] lança dinheiro na circulação, para dela retirá-lo novamente por meio da venda da mesma mercadoria. Ele liberta o dinheiro apenas com a artilosa intenção de recapturá-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado” (Marx, 2017, p.225).

Outra fundamental diferença exposta por Marx (2017) entre os fluxos está no fato de que no ciclo M-D-M, a mercadoria comprada é retirada da esfera da circulação e seu valor de uso se realiza na esfera do consumo, já no ciclo D-M-D, os extremos se retomam, portanto, sua força motriz é o valor de troca. Desta forma, o ciclo do dinheiro como capital só tem sentido de existência se ao seu fim, houver uma diferença de grandeza entre a quantia que inicia o ciclo e a que termina. Assim, a fórmula geral do capital precisa ser D-M-D' na qual  $D'=D + \Delta D$ , ou seja, a quantia adiantada inicialmente depende de mais um incremento, que será denominado por Marx de mais-valor.

Desta forma, o valor se torna valor em processo, dinheiro em processo e assim, capital. O caminho do dinheiro é cíclico. Ele sai da circulação aumentado e inicia novamente o mesmo ciclo D-D', “dinheiro que cria dinheiro é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas” (Marx, 2017, p.231).

Marx explica que mesmo que o capitalista compre todas as mercadorias por seu valor e, também, as venda pelo seu valor, ainda assim terá mais-valor que o pertencerá. Daí o autor apresenta a contradição de que o mais-valor precisa nascer e não nascer na esfera da circulação. Pois, se simplesmente se compra mais barato e se vende mais caro, os valores só são trocados de mãos - há transferência de valor, mas não produção de mais-valor.

Mesmo assim, a transformação do dinheiro em capital precisa ser explicada a partir das leis da troca de mercadorias. É a diferença está no primeiro ato, D-M, ou seja, na compra, mas a diferença tem se constituir não do valor, mas sim de seu valor de uso. É o consumo de uma mercadoria específica que deve proporcionar a criação de valor. O possuidor de dinheiro encontra essa mercadoria peculiar no mercado, que Marx aborda como *força de trabalho*, definindo-a como um complexo de capacidades físicas e mentais que um ser humano vivo é dotado e que são colocadas em movimento na produção de valores de uso.

A transformação do dinheiro em capital pressupõe a existência do *trabalhador livre*<sup>65</sup> em dois sentidos: como pessoa que dispõe de sua força de trabalho como mercadoria, e livre também no sentido de estar separado de todas as condições necessárias para realização de sua força de trabalho, isto é, separado dos meios de produção. Como possuidor da força de trabalho, o trabalhador livre deve se relacionar com ela como uma mercadoria da qual ele é proprietário oferecendo seu consumo por um período determinado, sem perder seus direitos de propriedade sobre ela (Marx, 2017).

A compra da força de trabalho se dá como a compra de qualquer outra mercadoria em termos formais, em que se pressupõe uma igualdade entre comprador e vendedor, como proprietários de distintas mercadorias. O comprador tem direito de fazer o que quiser com a mercadoria que comprou, pois o vendedor se aliena de seu valor de uso pelo valor de troca ao vendê-la. Essa relação de compra e venda da força de trabalho é uma relação social que é produto do desenvolvimento histórico de muitas revoluções econômicas e da destruição de formas de produção social anteriores, como veremos neste capítulo.

Analisando o valor da força de trabalho como mercadoria, temos que seu valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção que corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência de seu possuidor em quantidades suficientes que o mantenha vivo. E, nesse quesito, há necessidades que são naturais, sociais e culturais (Marx, 2017).

Além do valor da mercadoria força de trabalho assumir um caráter histórico e moral, a quantidade de meios de subsistência também tem que incluir os meios de subsistência dos filhos, perpetuando a oferta da força de trabalho no mercado, ou seja, garantindo a reprodução social da força de trabalho. Os próprios custos de formação escolar e técnica também entram no valor da força de trabalho. Numa palavra, o valor da força de trabalho é dado pelo valor total de seus meios de subsistência e de sua família, que são acessados por intermédio do mercado, incluindo ainda os custos para sua formação conforme o grau social de especialização do trabalho (Marx, 2017).

Assim, o *salário* é a forma que assume o valor da força de trabalho para atender a essas necessidades mencionadas acima. Marx afirma que a forma salário aparece como preço do trabalho, como se determinada quantidade de dinheiro pagasse determinada quantidade de

---

<sup>65</sup>Marx critica o liberalismo e a sua ideia de liberdade que pressupõe trabalhadores e capitalistas como vendedores e compradores em pé de igualdade, dentro de uma perspectiva formal legal em que todos aparecem como proprietários de coisas para intercâmbio, força de trabalho e dinheiro, representante do capital.

trabalho objetivado. Mas como já vimos, a mercadoria que é vendida é a força de trabalho quando o possuidor de dinheiro se confronta com o trabalhador que vende sua capacidade de trabalhar. Pois, “o trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor nenhum” (Marx, 2017, p.607).

O que se vende é a capacidade de trabalho por um determinado período e o que é pago, na forma-salário, é o valor da força de trabalho determinado pelos bens necessários à subsistência do trabalhador, e isso nada tem a ver com o tempo de duração em que se coloca a força de trabalho em funcionamento. No entanto, a forma-salário não permite que isso seja percebido e oculta que o valor da força de trabalho é menor que o produto entregue, assim como oculta a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho. De acordo com o autor, é preciso entender a transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma salário:

Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar (Marx, 2017, p.610).

O trabalhador adianta o valor de uso de sua força de trabalho ao capitalista, pois a entrega ao consumo antes mesmo de receber o pagamento de seu preço. Dá ao capitalista um crédito já que a força de trabalho só é paga depois de ter sido consumida por tempo determinado em contrato.

Além disso, o valor de uso fornecido antecipadamente pelo trabalhador ao capitalista é na verdade um determinado trabalho útil, e que esse mesmo trabalho seja criador de valor não é algo que seja tangível nesse processo. Para o trabalhador o valor de sua força de trabalho é pago pelo total de sua jornada de trabalho, enquanto o capitalista arranca o máximo de trabalho pela menor quantidade de dinheiro, fazendo crer que é a compra abaixo do valor e a venda acima dele a fonte de seu lucro (Marx, 2017).

No processo de transformação de dinheiro em capital são compradas três mercadorias: matéria-prima, meios de trabalho e força de trabalho. E, o que se compra não é o mesmo que é vendido posteriormente. O capitalista compra as mercadorias necessárias para a realização do processo produtivo e vende o produto desta produção: uma nova mercadoria. É no processo de consumo da força de trabalho que se dá simultaneamente o processo de produção de uma nova mercadoria e, portanto, do mais-valor. É assim que Marx revela o segredo da produção do mais-valor: mesmo que a mercadoria força de trabalho seja encontrada e comprada na circulação, o seu consumo se dará fora dela, notadamente, na esfera da produção.

Para compreender a produção de mais-valor em termos absolutos, Marx (2017) aborda o processo de trabalho e o processo de valorização da produção capitalista. No que se refere ao processo de trabalho, o autor diz que como valores de uso da produção não se modifica por estar sob o controle de produção do capital. No entanto, as particularidades desse processo no modo de produção capitalista determinam a totalidade social, sobre a irradiação da valorização, da produção de mais-valor.

O trabalho para Marx é uma atividade unicamente humana que se estabelece no processo metabólico entre o ser humano e a natureza. O ser humano controla, medeia e regula esse processo e, conforme age sobre a natureza a modificando, simultaneamente modifica a si mesmo. O processo de trabalho é marcado pela capacidade teleológica do ser humano que o permite orientar suas ações para o alcance de um resultado projetado idealmente. Isso significa que além das forças físicas, o trabalho exige o movimento de suas forças mentais.

Como partes que constituem o processo de trabalho, temos o próprio trabalho, seu objeto e seus meios. A terra é o objeto universal do trabalho humano. Isso significa dizer que os objetos de trabalho são tudo aquilo que o trabalho separa de sua conexão imediata com a terra e que o objeto já é filtrado por trabalho, conformam a matéria prima. O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho, que lhe servem de guia para a sua atividade sobre esse objeto, possuindo propriedades materiais (físicas, químicas, entre outras dimensões) e permitindo-o atuar sobre as coisas de acordo com seu propósito. O objeto apoderado imediatamente pelo ser humano, é meio de trabalho, mas que, em sentido mais amplo, também as condições objetivas necessárias a realização do próprio processo de trabalho.

Ao fim do processo de trabalho, há a transformação do objeto do trabalho na finalidade estabelecida desde o início do processo. O produto conclui o processo de trabalho, e é, portanto, um valor de uso. Ao fim do processo de trabalho, o trabalho é incorporado ao objeto, portanto, está “objetivado” e o objeto está “trabalhado” (Marx, 2017, p.258). Assim, considerando o processo inteiro do ponto de vista do produto, conclui-se que o meio e o objeto do trabalho aparecem como meios de produção e o trabalho como trabalho produtivo.

O processo produtivo implica o consumo produtivo de mercadoria<sup>66</sup>, como manipulação de frutos de trabalhos anteriores. De modo que, o valor de uso resultado de um processo de

---

<sup>66</sup>De acordo com Marx (2017), o consumo produtivo se diferencia do consumo individual, pois o consumo é o meio de subsistência do indivíduo, e no processo de trabalho, o produto consome a força de trabalho; no

trabalho, também abarca os meios de produção que são incorporados no processo produtivo como valores de uso, produtos de trabalhos anteriores<sup>67</sup>.

O “aspirante a capitalista”, diz Marx, como comprador da mercadoria força de trabalho, põe o trabalhador a consumir os meios de produção com seu trabalho. Este processo de trabalho que se dá a partir do consumo da força de trabalho revela dois fenômenos específicos: o trabalho é exercido pelo trabalhador sob o controle e direção do capitalista e o produto de seu trabalho é propriedade deste último.

A partir do momento que entra na oficina, o trabalhador se aliena do valor de uso da sua força de trabalho, que pertence agora ao capitalista como qualquer outra mercadoria que este possui. A força de trabalho é o “fermento vivo” incorporado pelo capitalista aos elementos mortos, frutos de trabalhos passados, que lhe pertencem igualmente. Ou seja, “o processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (Marx, 2017, p.263)

Assim, o processo de trabalho no capitalismo é subvertido pela forma de produzir mais-valor que de fato é o objetivo do processo de produção. Mesmo que o produto do processo de trabalho que é propriedade do capitalista seja um valor de uso, a ele só interessa que este seja “substrato material, suporte para valor de troca” (Marx, 2017, p.263). Interessa, portanto, a produção de algo que seja vendável, uma mercadoria que necessariamente deve possuir um valor maior do que a soma das mercadorias necessárias à sua produção ou seja, dos meios de produção e da força de trabalho, nas quais o dinheiro foi adiantado. A produção tem de ser não só de um valor de uso, mas de um valor, arrancado do processo: mais-valor (Marx, 2017).

Sendo a mercadoria unidade de valor de uso e valor, o seu processo de produção necessariamente também é uma unidade entre o processo de trabalho e o processo de formação de valor. Marx (2017) explica que o processo de trabalho capitalista tem a dupla função de produzir e transferir valor. O que produz valor é o consumo da força de trabalho por meio da realização do trabalho na produção de uma mercadoria. Mas ao produzi-la, simultaneamente é transferido a ela o valor dos meios de produção.

---

consumo produtivo, consome-se os meios para a existência do trabalho e que tem como resultado um produto distinto do consumidor

<sup>67</sup> Um ponto importante que merece destaque é que Marx evidencia que um valor de uso pode parecer como matéria prima ou como meio de trabalho, ou como produto final. Tudo dependerá da sua função e posição no processo de trabalho e a mudança dessa posição também muda as determinações de seu valor de uso.

Mas, se entendemos que todas as mercadorias envolvidas no processo de trabalho, incluindo a força de trabalho, estão sendo pagas pelo seu valor, o produto final conterá apenas o valor da soma dos valores de todas as mercadorias consumidas durante o processo produtivo que é igual ao valor adiantado pelo capitalista, não existindo, desta forma, mais-valor. Então, como ele é produzido? A resposta desta questão está na diferença entre o custo da força de trabalho e o seu dispêndio diário, portanto na contradição entre seu valor de troca e o seu valor de uso.

Seu custo diário representa seu valor de troca e seu dispêndio diário, sua capacidade de trabalho, que representa seu valor de uso. Como valor de uso, a força de trabalho tem como característica ser fonte de valor e de mais valor do que ela mesma possui. É isso que o capitalista deseja consumir desta mercadoria específica e isto é algo que é resguardado pela lei de troca de mercadorias (Marx, 2017). Todo vendedor se aliena do valor de uso de sua mercadoria pelo seu valor de troca, e não é diferente para quem vende sua força de trabalho e como o comprador paga pelo período de um dia, ou seja, por uma jornada inteira de trabalho, tem direito ao seu uso por um dia inteiro, mesmo que seu custo seja, por exemplo, a metade disto. Desta forma o processo de valorização se dá pela extensão do processo de formação de valor além de certo ponto, o da reposição do valor da força de trabalho pago pelo capital e o mais-valor advém do tempo de trabalho não pago à força de trabalho na jornada contratada. Ironicamente, Marx (2017) afirma que a lei de troca de mercadorias, neste caso, garante a vantagem para o comprador da força de trabalho sem que se configure como injustiça para o vendedor.

Marx comprova, a partir das leis de troca de mercadorias, que o capitalista consegue comprar e vender tudo pelo seu valor, trocando equivalente por equivalente e ainda assim produzir mais-valor e confirma que a transformação do dinheiro em capital se dá no interior do processo de circulação e ao mesmo tempo fora dele, na esfera da produção, pois é determinado pela compra da força de trabalho, a consumindo no processo de produção ao retirar a mercadoria da circulação por um período determinado.

O capitalista transforma trabalho passado, mercadorias compradas por ele, em capital, *valor que se valoriza*, com a incorporação da força viva de trabalho empregada para além do valor necessário à sua reprodução. O mais-valor, portanto é resultado do excedente quantitativo de trabalho, ou seja, do prolongamento de sua duração, além do salário. Assim, entendemos que a forma capitalista de produzir mercadorias se constitui na unidade dos processos de trabalho e de valorização.

Os meios de produção e a força de trabalho vão determinar e compor valor final da mercadoria produzida, de acordo com seus papéis distintos no processo de produção atuando de formas diferentes na composição do valor.

Marx (2017) explica que a transferência do valor dos meios de produção ao produto ocorre pelo caráter duplo do trabalho que ao mesmo tempo cria valor novo e conserva o valor anterior dos meios de produção, os transferindo ao novo produto: “por meio da adição meramente quantitativa de trabalho, um valor novo é adicionado; por meio da qualidade do trabalho adicionado, os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto” (idem, p.278). Pensando em condições invariáveis de produção, o trabalhador conserva valor na mesma proporção em que adiciona<sup>68</sup>.

Examinando o processo de produção e o processo de valorização, Marx mostra que existem diferenças objetivas entre os processos, pois o meio de produção pode atuar inteiramente como elemento do processo de trabalho ou apenas como fração na formação de valor. E os meios de produção só podem perder ou transferir no processo de trabalho aquilo que é o seu próprio valor: o tempo de trabalho socialmente necessário requerido anteriormente em sua produção. Seu valor é determinado pelo processo de trabalho do qual resulta e não no qual está inserido, pois sua inserção, nesse caso, é como valor de uso.

No que se refere à ação da força de trabalho, sabendo que o processo de trabalho pode durar mais tempo que o necessário para a sua reprodução, não apenas reproduzirá seu valor, como também criará valor excedente. Assim,

O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado. Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, não são mais do que diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao se despojar de sua forma-dinheiro e se converter nos fatores do processo de trabalho. (MARX, 2017, p.286)

Dessa forma, Marx denomina essas formas de existência do capital original como capital constante e capital variável. A parte que não tem a alteração de grandeza de valor no processo de produção, convertida em meios de produção - matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho - é a parte constante enquanto a parte do capital que paga a força de trabalho, que

---

<sup>68</sup> Marx (2017) evidencia que no processo de trabalho, à medida que um valor de uso é transformado, ele perde juntamente seu valor de troca, pois o cede ao novo produto como meio de produção. Entretanto, destaca que os meios de produção se comportam de diferentes modos no processo de trabalho para a transferência de valor, como por exemplo, enquanto a matéria-prima tem sua forma modificada assim como as matérias auxiliares já as máquinas durante seu tempo de vida continuam com a mesma forma, ainda que percam bem paulatinamente seu conteúdo.

resulta não só em reprodução de valor, mas também na criação de mais-valor é a parte variável a depender das suas condições de consumo, inclusive, do valor que excede a troca por salário representado na taxa de mais-valor, expressão do grau de exploração da força de trabalho.

Até aqui esperamos que esteja clara nossa investigação teórica sobre os determinantes da sociedade do capital, dando conta de que o possuidor da força de trabalho aliena o seu valor de uso ao capitalista por determinado, duração de tempo; entrega sua capacidade de trabalho ao possuidor de dinheiro e dos meios de produção de mercadorias. Nesse sentido, o volume de mais-valor produzido depende das condições de consumo da força de trabalho, que é responsável pela reprodução e criação desse excedente. Por isso, somos impelidos à pensar na exploração da força de trabalho durante a jornada de trabalho. Vejamos.

Marx (2017) distingue a jornada de trabalho em dois momentos denominados como, de um lado, tempo de trabalho necessário – formado pela parte da jornada de trabalho necessária à produção do valor da força de trabalho que o capitalista acredita ter adiantado como capital variável e que para ele aparece como reprodução de valor – e, de outro lado, em tempo de trabalho excedente, o trabalho exercido além dos limites do trabalho necessário. Ao trabalho dispendido nesse último período, denomina-se mais-trabalho; sobretrabalho que gera mais-valor.

No entanto, essa divisão do tempo em que ocorre tanto o trabalho necessário como trabalho excedente não é perceptível na realidade. Marx demonstra que esses dois momentos são inseparáveis durante o processo de trabalho, formulando dura crítica à tentativa dos capitalistas e dos economistas burgueses tentarem justificar as extensas jornadas de trabalho com base no argumento de que o lucro do capitalista estaria na última hora da jornada, pois as horas anteriores serviriam apenas para a reposição do capital adiantado. Para ele, a jornada de trabalho é a soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, sendo isso a chave para a produção do mais-valor absoluto, ponto de disputa entre capitalistas e trabalhadores sobre âmbito do tempo de trabalho.

Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho é comprada e vendida pelo valor determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Pensando o tempo de trabalho necessário para sua reprodução e o tempo de mais-trabalho para a criação de mais-valor, Marx (2017) expõe que a jornada de trabalho é, contudo, variável; tem uma parte determinada pelo

tempo de trabalho necessário, mas sua grandeza total varia de acordo com a duração do mais trabalho<sup>69</sup>.

Os limites alcançáveis se dão pela limitação física da força de trabalho, em razão das necessidades biológicas e fisiológicas do ser humano, mas, sobretudo, reconhece-se também o limite social e moral, construído historicamente, que leva em consideração o tempo para o indivíduo saciar suas necessidades sociais e intelectuais. Em vista disso, por serem construídos de forma histórica, cultural e social, esses limites são de natureza elástica, variando no tempo e nos diferentes contextos geográficos.

A lei de trocas das mercadorias – relação compra, venda e consumo da força de trabalho – carrega em si uma contradição entre o direito do capitalista e o direito do trabalhador, que fundamentará a luta de classes em torno dos limites da jornada de trabalho. O capitalista que comprou a mercadoria força de trabalho por seu valor de troca de um dia inteiro tem o direito de usufruir de seu valor de uso por esse tempo, mas dentro dos limites naturais, portanto por menos do que um dia natural. É em torno deste gradiente de horas de trabalho que a luta de classes se organiza, ainda que a ideologia do contrato de trabalho esconda a exploração imanente. O trabalhador que necessita e tem o direito de usufruir de tempo para si mesmo, aparece furtando o capitalista daquilo que ele comprou.

Ao apresentar os marcos da legislação fabril do período do século XIV ao século XIX, Marx expõe aspectos importantes da disputa pelo tempo da jornada de trabalho, demonstrando a árdua luta travada por mais de 300 anos para a consolidação da regulamentação da jornada de trabalho. A trajetória dessas legislações é realçada, pelo autor, como parte de uma arena de enfrentamento, marcada pelo avanço compulsório do prolongamento na jornada de trabalho pelos capitalistas para além dos limites morais e naturais, durante séculos, com a ajuda proeminente do poder estatal, no período embrionário da formação do capital como lógica social. O encurtamento da jornada se dá a partir do século XIX, quando o Estado começa a

---

<sup>69</sup> Destacamos do estudo do autor, que o capital não inventou o mais-trabalho. Porém, há que se considerar que em sociedades onde se predomina o valor de uso dos produtos, o mais-trabalho depende das necessidades, mas não surge do próprio caráter da produção, como ocorre quando o que se predomina é o valor de troca como nas sociedades capitalistas em que o mais-trabalho se intensifica draconianamente, a ponto de levar os trabalhadores à morte. Como o trabalhador, para o capitalista, representa apenas tempo de trabalho personificado, este último cria diversas estratégias para o maior aproveitamento de seu valor de uso. O autor utiliza relatórios de médicos e fiscais ingleses do trabalho, resultantes de inspeções que ocorriam em nome do Estado para assegurar o cumprimento de leis que regulamentavam a jornada de trabalho, que revelam as condições dos trabalhadores nas fábricas, demonstrando as condições insalubres, o alto grau de exploração, o trabalho exaustivo, o adoecimento e a morte de trabalhadores adultos e crianças.

intervir aos poucos, principalmente, no controle da exploração de crianças no trabalho, mas sempre com muita resistência do capital, ávido por mais-trabalho.

O recurso à exposição história serve para Marx demonstrar que o modo de produção capitalista, em seu processo de amadurecimento, se constitui a partir da larga exploração e da subordinação dos trabalhadores independentemente do ramo da indústria. Mesmo reconhecendo resistências, o que o autor expõe é a violência da exploração e a inconsistência da suposta igualdade entre vendedores e compradores de força de trabalho.

Pensando, portanto, a massa de mais-valor que pode ser produzida, Marx expõe que ela é determinada pois dois fatores relacionados: a taxa de mais-valor (grau de exploração da força de trabalho) e a grandeza de capital variável (determinada pelo número de trabalhadores ocupados). A massa de mais-valor pode ser dada pela multiplicação da grandeza do capital variável pela taxa de mais-valor ou pela relação entre o número de forças de trabalho simultaneamente exploradas pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual.

A massa do mais-valor está relacionada diretamente com a grandeza do capital variável, ou seja, com a massa de trabalhadores explorados pelo capitalista em dado grau de exploração<sup>70</sup>. Assim, por exemplo, a diminuição do número de trabalhadores acarreta um aumento no grau de exploração extensiva do trabalho com o prolongamento da jornada de trabalho. Mas como a jornada de trabalho possui limites absolutos de tempo, impondo também limites a sua possibilidade de extensão e, portanto, ao grau de exploração extensiva do trabalho, tem-se o desenvolvimento de técnicas de exploração intensiva do trabalho.

Por essas limitações ao grau de exploração extensiva, temos a produção de mais-valor relativo, desenvolvida por formas de encurtamento do tempo de trabalho necessário, prolongamento do trabalho excedente e da taxa de mais-valor pelo aumento da produtividade do trabalho a partir do revolucionamento técnico da organização da força de trabalho e dos meios de trabalho, para ampliar a valorização do valor. Ou seja, com essa observação, Marx chega ao mais-valor relativo que corresponde à forma como o capital vai ampliar sua valorização mesmo com a imposição de limites objetivos como tempo da jornada de trabalho e tempo de reposição da força de trabalho. Aqui se trata não mais da duração da jornada de

---

<sup>70</sup> Marx contesta a ideia da economia clássica de que o emprego de maior capital constante e menos capital variável resulte em mais-valor, pois, como vimos, a massa de mais-valor vincula-se à massa de trabalhadores. A massa de mais-valor é aumentada em razão do aumento do número de trabalhadores e de extensão da jornada tratado como mais-valor em forma absoluta.

trabalho, agora entendida como constante, e sim, de sua divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho ou trabalho excedente.

Marx (2017) mostra que para a redução do valor da força de trabalho e assim, ter como resultado uma alteração entre as partes da jornada de trabalho, aumentando a excedente, o desenvolvimento das forças produtivas é fundamental em ramos industriais da produção correspondentes às mercadorias necessárias a reprodução da força de trabalho. Sendo o valor da força de trabalho determinado pelo valor do conjunto de mercadorias necessárias a sua produção, o barateamento dessas últimas provocado pelo desenvolvimento de forças produtivas, também barateia a força de trabalho. Assim, na produção capitalista, o desenvolvimento da força produtiva cumpre a função de encurtar a parte da jornada de trabalho necessário em favor da ampliação da parte excedente<sup>71</sup>.

Dessa percepção de Marx, desdobra-se a importância de compreender o surgimento da maquinaria e da grande indústria pelo seu caráter revolucionário tanto sobre os meios de produção, que convertem ferramentas em máquinas, como sobre a força de trabalho. Segundo Marx (2017), enquanto a ferramenta era controlada pelo trabalhador, a máquina em si, já constitui seu motor e seu movimento, de modo que na maquinaria o trabalhador passa assumir o papel de apêndice da máquina, que dita os movimentos a serem executados em tempo e ordem determinadas por ela, ou seja, a máquina exerce controle sobre o trabalhador. O processo que era realizado numa sequência por trabalhadores parciais e suas ferramentas no interior da manufatura, passa a ser executado por uma máquina, um conjunto complexo e mecânico de ferramentas, que se emancipa do trabalhador e dita o ritmo e a forma de trabalho.

Ao examinar o processo de introdução da maquinaria no processo de trabalho, Marx verifica que a máquina assume um modo de existência material, pelo uso racional da ciência se promove a substituição da força humana. Em comparação com a manufatura que ainda é dotada de uma articulação entre os trabalhadores, subjetivamente, a grande indústria com o sistema de maquinaria aciona a organização da produção de modo totalmente objetivo – quando na cooperação manufatureira a socialização do trabalho ainda aparecia como acidental –, em certa medida, na maquinaria, o trabalho socializado se torna uma necessidade técnica ditada pelo meio de trabalho, a máquina.

---

<sup>71</sup> Como a concorrência é inerente à esse modo de produção, o desenvolvimento das forças produtivas será necessário e se estenderá a todos os ramos industriais.

Destaca-se ainda, que o revolucionamento provocado pela maquinaria e pelas fábricas, que supera as bases técnicas da manufatura, também irá incidir sobre os trabalhadores, e no lugar da hierarquia característica da manufatura, surge uma tendência à equiparação dos trabalhadores, que exercem função, principalmente, de auxiliares das máquinas. Uma massa de trabalhadores desqualificados ganha expressão, e como já observado anteriormente, se tem como consequência a desvalorização da força de trabalho e o aumento da autovalorização do capital e do mais-valor relativo. Além disso, ainda como consequência desse processo, o poder de barganha dos trabalhadores também tende a diminuir, pois aumenta-se o número de trabalhadores supérfluos para o capital, que irão exercer pressão disciplinar sobre os trabalhadores ocupados, pois como a grande massa de trabalhadores é desqualificada, passa a ser também facilmente substituível. Com o saber do trabalho capturado pelas máquinas, parte do exército de trabalhadores se torna supérflua às necessidades de valorização do capital, portanto, passível de descarte aumentando o pelotão dos famélicos.

Tratando dos efeitos da produção mecanizada sobre o trabalhador, Marx (2017) destaca que ao passo que há a liberação de uma parte significativa de trabalhadores, que são substituídos pelas máquinas, também há permissão da entrada de mulheres e crianças nas fábricas, operando a desvalorização da força de trabalho, de modo que a maquinaria lança todos os membros da família no mercado de trabalho para fornecer mais-trabalho ao capitalista, pois como já vimos, o valor da força de trabalho até então, também tinha correspondência com a reprodução dos demais membros do trabalhador. Esses efeitos já nos conduzem a perceber a densidade da violência exploratória desse modo de produção e a questionar a aparência formal da liberdade do trabalhador, principalmente pela utilização de trabalho infantil submetida aos impulsos de valorização do valor.

O prolongamento da jornada de trabalho é justificado pelo capital com o argumento burguês de reposição do preço das máquinas, por meio da maximização do uso, evitando que sejam desligadas, pois como produtividade da máquina é inversamente proporcional a grandeza da parcela de valor por ela transferida ao produto, e quanto mais tempo funciona, maior é a massa de produtos em que se reparte o valor por ela adicionado. Dessa forma, com o prolongamento da jornada de trabalho, amplia-se a escala da produção enquanto o capital investido permanece o mesmo resultando não só no crescimento do mais-valor como na diminuição dos gastos necessários para sua extensão. Marx (2017, p.478) afirma que o desenvolvimento da produção por intermédio da maquinaria “fixa uma parte sempre crescente

do capital numa forma em que ele, por um lado, pode ser continuamente valorizado e, por outro, perde valor de uso e de troca tão logo seu contato com o trabalho vivo seja interrompido”.

No entanto, como já mencionado anteriormente, o prolongamento da jornada de trabalho provoca a reação da classe trabalhadora, ameaçando as raízes e o funcionamento do modo de produção capitalista pela fixação de uma jornada de trabalho limitada legalmente, mas com isso, desenvolve-se o fenômeno da intensificação do trabalho. Assim, grandeza extensiva do trabalho é transformada em grandeza intensiva de trabalho. O grau de intensidade do trabalho só é compatível com a diminuição da jornada de trabalho, que tem fundamento tanto na experiência acumulada dos trabalhadores quanto na velocidade aumentada provocada pelo advento da maquinaria.

No que se refere à transferência de valor da maquinaria ao produto, Marx verifica que a maquinaria atua na produção de mercadorias sob dois aspectos: formadora de produto onde entra por inteira no processo de trabalho e como formadora de valor onde entra apenas em parte na medida que se desgasta. Como valor, a maquinaria não desaparece com sua utilização, mas o transfere ao produto pela sua depreciação, na medida em que ela se deprecia pelo valor do trabalho, assim, seu valor é proporcionalmente transferido ao valor do produto em pequenas parcelas por um longo período, o que também depende da grandeza de valor própria da maquinaria. “dada a proporção em que a maquinaria transfere valor ao produto, a grandeza dessa parcela de valor depende da própria grandeza de valor da maquinaria” (2017, p.463) desta forma, “quanto menos trabalho ela contém em si, tanto menor é o valor que ela agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, mais produtiva ela é e mais seu serviço se aproxima daquele prestado por forças naturais” (2017, p.463).

Importa destacar que Marx revela uma contradição imanente ao incremento da maquinaria no processo de produção, que dá indícios das possibilidades de crise do modo de produção capitalista. Essa contradição do processo de produção capitalista com o desenvolvimento das forças produtivas é a redução da parte variável do capital, responsável única pela criação de valor, e com isso a criação e o aumento do exército industrial de reserva. Além do desemprego – que joga no martírio extensa população trabalhadora, impedida de suprir a subsistência – o crescente aumento de capital constante (máquinas) diminui o valor e torna incerto os ganhos do capital, abrindo curtos-circuitos sobre sua própria natureza social.

Assim sendo, os danos e as inseguranças sociais decorrentes desse quadro colocam a necessidade da superação dessa realidade pela classe trabalhadora, pois “o desenvolvimento

das contradições de uma forma histórica de produção constitui, todavia o único caminho histórico de sua dissolução e reconfiguração” (Marx, 2017, p.558).

O pensamento marxiano exposto no primeiro livro d’O Capital possibilita que nos aproximemos dos aspectos essenciais da produção e valorização do valor, indiciando a forma violenta de subsunção e exploração da classe trabalhadora aos seus ditames e reiterada conforme avançam e se revolucionam as forças produtivas sob domínio do capital. As necessidades de valorização do valor transformam paulatinamente as coisas úteis da vida em mercadorias, portanto objetos de negócio capitalista, baseados na universalização do trabalho (abstrato), produtos de valor. Esse é o rumo das barreiras ao acesso ao alimento, na sociedade capitalista e a base para pensarmos criticamente a fome.

## **2.2 A origem da perda dos meios de trabalho: expropriação originária e a renda da terra**

Vimos que a sociedade capitalista se estrutura e se organiza para a produção e valorização do valor. As condições para a transformação do dinheiro e da mercadoria em capital – valor que se valoriza – é a existência de duas classes de possuidores de mercadorias diferentes, que em contato entronizam a dinâmica dessa dominação econômica peculiar: de um lado, os possuidores de dinheiro, meios de subsistência e produção em busca da valorização de seu dinheiro e do outro, trabalhadores *livres*, vendedores de sua própria força de trabalho. É dessa polarização no mercado que são dadas as condições fundamentais da produção capitalista e essa polarização está fundamentada na separação entre os produtores e a propriedade das condições de produção (Marx, 2017).

A separação entre produtores e a propriedade das condições de trabalho é dada por um processo revolucionário de aproximadamente quatro séculos ao qual Marx aborda, ironicamente como *acumulação primitiva*, marcado fundamentalmente pela expropriação dos produtores rurais de suas terras, de seus meios de subsistência e de suas relações sociais para a constituição de uma classe de trabalhadores *livres como pássaros*<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> É importante destacar, que Marx realiza um levantamento das transformações históricas nesses quatro séculos vinculadas estreitamente à consolidação do modo de produção capitalista, no entanto, isso não significa afirmar que a acumulação primitiva ou melhor, as expropriações sociais, se findam ao final desse período. Marx mesmo afirma que o fundamento do modo de produção capitalista é a expropriação originária e para além dela, a expropriação em um processo continuado, que encarna novas formas.

A gestação da sociedade capitalista se dá na decadência e na ruína das estruturas da sociedade feudal com base na expropriação do trabalhador da terra, ou seja, a cisão entre o trabalhador e seus meios de vida, transforma as relações sociais de produção, contando com seguidas iniciativas estatais extremamente sanguinárias e violentas. Ou seja,

o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e por outro converte em produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ela aparece como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2017, p.786)

É a dissolução da sociedade feudal iniciada no século XIV que libera os elementos fundamentais para a sociedade capitalista, e a expropriação da terra é a base de todo esse processo, com a transformação do servo em trabalhador assalariado, ainda que a história de expropriação dos meios de produção do produtor, aparece somente como libertação da servidão e da coação.

Marx (2017) narra sobre diversos movimentos de expropriação da terra, inicialmente ocorridos na Inglaterra, o que, posteriormente, estenderam-se paulatinamente para outros países. Estes movimentos ocorreram por meio dos senhores feudais travestidos em “novo burguês”, pela reforma protestante e o roubo das terras da Igreja Católica, além usurpação de terras comuns e estatais. Esse processo social provocou a expulsão de camponeses e o fim dos contratos vitalícios e o uso comum da terra. Tais movimentos, de início ilegais e privados, logo passaram a ter também o Estado como veículo de legalização da usurpação. Como métodos da chamada acumulação primitiva criam para a indústria urbana uma massa de proletários inteiramente *livres*, além de liberar o campo para a agricultura capitalista, incorporando o solo ao capital.

Historicamente, a violência perpetrada pelo roubo de terras durante os séculos XV e XVI efetuava-se de modo individual e há registros de legislações que as combateram inutilmente durante um longo período de 150 anos. Mas já no Século XVIII a lei se torna veículo do roubo de terras, mesmo que a violência privada não deixe de existir em paralelo. Neste sentido, Marx destaca as leis para o cercamento de terras comunais, os decretos em que os proprietários fundiários presenteavam a si mesmos com terras que pertenciam ao povo, transformando-as em fazendas de capital e liberando a população rural para a indústria como proletário. Em síntese,

O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso

terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada e moderna, foram outros tantos métodos idílicos de acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2017, p.804).

No entanto, essa população totalmente livre não foi absorvida pela indústria com a mesma rapidez com que foi liberada, e tampouco conseguia se ajustar à disciplina da nova situação que lhe cabia, assim, surgiram os mendigos, assaltantes, vagabundos, o que explica o surgimento, nos fins do século XV e longo do século XVI, *da legislação sanguinária contra a vagabundagem*. Tais leis permitiam açoites, mutilações, trabalho forçado, execução, prisão dos chamados vagabundos e desocupados. Esse ambiente social obrigava a população rural, por meio do terrorismo, a se submeter à disciplina do trabalho assalariado, revelando o caráter bárbaro deste processo social de formação do capitalismo (Marx, 2017).

É importante destacar, de acordo com o autor, que na gênese da produção capitalista, a burguesia, recém-criada, se utilizou da força do Estado para impor e regular o salário por baixo, dentro de limites que favorecessem a produção de mais-valor, bem como a ampliação da jornada de trabalho de forma que mantivesse o trabalhador como dependente. Este é um ponto essencial dessa *acumulação primitiva* destacado por Marx, pois com o tempo e o desenvolvimento do modo de produção esse martírio vai se tornando cada vez mais naturalizado, com a formação de uma classe trabalhadora habituada, educada e condicionada ao trabalho, sem condições de resistência, processo que é intermediado pela coerção oculta das relações econômicas que, a partir da criação da superpopulação relativa e da lei da oferta e demanda de trabalho, conduzem os salários às necessidades de valorização do capital.

Marx (2017) destaca ainda que a destruição das propriedades comunais e a expropriação dos trabalhadores da terra para o monocultivo criam o arrendatário capitalista, que pressupunha, logicamente, o trabalhador livre. Da destruição da forma de vida existente baseada na economia doméstica que transforma o camponês em assalariado, ainda se presume a garantia de seus meios de subsistência pelo salário, o que revela a formação do mercado interno de consumo. Portanto, a expropriação de uma parte da população rural libera trabalhadores para o capital industrial e, com ela, se libera também os meios de subsistência e seu material de produção, que são transformados em mercadorias.

Apesar de fazer a análise dos fenômenos históricos da acumulação primitiva, especialmente na Inglaterra, Marx também analisa alguns países da Europa que passaram por momentos semelhantes como Espanha, Portugal, Holanda, França. Isso, pensando principalmente sua relação com a origem do sistema colonial, do sistema tributário, sistema da

dívida pública e do sistema protecionista; sistemas também baseados na violência e que se utilizaram do poder do Estado para impulsionar o processo de transformação do modo de produção em capitalista.

O sistema colonial na América, Ásia e África foi um momento fundamental da acumulação primitiva para a construção de tesouros que, posteriormente, foram investidos como capital, produzindo valor. Os resultados dos espólios, saques, extermínio, escravização e do latrocínio que retornavam à metrópole eram ser transfigurados em capital e subsídios que impulsionavam guerras entre nações pela dominação de territórios. Além disso, o sistema colonial atuou como forma de expansão do mercado garantindo destino à produção em larga escala, viabilizando as trocas (Marx, 2017).

Wood (2001) ao defender a tese do surgimento do capitalismo na Inglaterra sobre bases agrárias<sup>73</sup>, nos fornece importantes elementos para pensarmos os processos sociais que transformam a relação do ser humano com a natureza e com a terra, no bojo da transformação das relações de propriedade no campo, e, portanto, da relação e da forma de atendimento das necessidades materiais. Nas sociedades pré-capitalistas, ainda que os seres humanos se dividissem em classes – aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho alheio – os camponeses, produtores, tinham acesso direto aos meios de sua reprodução. Aquilo que se apropriava eram os excedentes da produção pelos donos da terra, de forma extraeconômica. A diferença básica entre as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo é dada, portanto, “*com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria ou na agricultura*” (Wood, 2001, p.77).

Wood afirma que o surgimento do capitalismo não foi “uma simples extensão do trabalho do escambo e da troca, e necessitou de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de rompimento com antiquíssimos padrões de interação

---

<sup>73</sup> Wood (2001) defende que o capitalismo surge na Inglaterra e no campo, explicando que as condições materiais de organização de um Estado centralizador de poder, com economia nacional de base material na agricultura, e população nacional de volume significativo, permitem o surgimento do *capitalismo agrário*, que com princípios e leis de movimentos diferentes do que já havia prevalecido até então em todas as sociedades, estabelece as condições para o desenvolvimento do capitalismo maduro baseado na exploração em massa de trabalhadores assalariados. Esse processo se desenvolve, para a autora, porque a aristocracia, classe que exercia o controle sobre extensões de terra já concentradas, com as possibilidades diminuídas de exploração extraeconômica sobre suas terras, impulsionaram os arrendatários a buscar meios de aumentar a produtividade, pois a renda da terra agora seria proporcional a produtividade alcançada pelos arrendatários – verdadeiros produtores. Não nos interessa aqui, discutir a origem do capitalismo em si, mas sim captar as transformações sociais que ocorreram no campo no período histórico da acumulação primitiva, no sentido de entender a transformação da terra em propriedade privada por meio das expropriações sociais originárias, compreendendo que, como processo reposto na reprodução do capital, essa relação social ainda ocorre resguardadas às particularidades de cada território e tempo histórico.

humana com a natureza” (2001, p.77). Desta forma, o desenvolvimento da agricultura capitalista não se estabelece por mero desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, pela destruição e substituição das relações sociais que se estabeleciam no campo, que retiram dos produtores o acesso direto à terra, pelo roubo das terras comunais e destruição dos direitos vitalícios ao uso da terra. Esse processo se estabelece com a centralidade do mercado na mediação das relações entre o capital e o trabalho - “*a emergência do mercado como determinante na reprodução social, pressupôs sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento*” (Wood, 2001, p. 78).

Esse processo envolveu as condições materiais específicas dos latifundiários que impulsionavam e pressionavam os arrendatários de terras a aumentarem a produtividade, já que a renda dos primeiros, sob forma de renda da terra, passava a ser proporcional à produtividade. Os arrendatários foram sujeitados não só às pressões dos proprietários como aos imperativos do mercado, que os obrigavam a aumentar a produtividade. Neste período também crescia a forma de arrendamento por aluguel, fixado pelas condições de mercado (Wood, 2001).

O arrendamento de terras envolve três classes distintas, fundantes do modo de produção capitalista, como destaca Wood (2001) ancorada no pensamento marxiano: os possuidores latifundiários – que vivem da renda capitalista da terra; os arrendatários capitalistas que viviam do lucro e os trabalhadores que viviam do salário. Marx (2010) explica que a propriedade fundiária capitalista nada mais é do que um poder de monopólio sobre um bem natural, com latifundiário emprestando ao arrendatário. A renda da terra é fruto desse poder. A propriedade capitalista da terra, transforma-a em *mercadoria especial*, passível de negócios, e como já evidenciado, esse poder monopólico se constitui com o roubo de terras comuns, pela expropriação dos produtores diretos.

A renda da terra é uma importante categoria da economia política para compreender o desenvolvimento do capital no campo e a produção reiterada das expropriações sociais, base social desse sistema. Sobre ela, influem aspectos naturais como a fertilidade do solo, sua localização e transformações sociais resultantes da ação humana como o melhoramento do solo, aumento da produtividade e incremento de estradas (Marx, 2010).

De acordo com a análise marxiana sobre a renda da terra, a economia política burguesa a entende como referente à propriedade do solo. De acordo com Monerat (2020), Marx demonstra em sua análise, que em verdade, a renda da terra resulta do monopólio de vantagens sobre o solo, mas porque estas possuem capacidade de aumentar a produtividade do trabalho, tendo como pressuposto a produção de mercadorias, ou seja, tendo a produção agrícola

orientada para a produção de valor. Desta forma, se está falando que parte do mais-valor produzido, não apropriado pelo arrendatário capitalista, se transmuta em renda da terra. Como forma de lucro extraordinário, é resultante de uma vantagem proporcionada por recurso natural, que sempre possuirá um caráter diferencial tendo em vista que é uma questão relacional entre condições de produção (Monerat, 2020).

De forma sintética e sem pretensão de esgotar a análise, a renda diferencial desdobra-se em Renda Diferencial I e Renda Diferencial II. Monerat (2020) analisando dedicadamente a explicitação marxiana, destaca que a Renda Diferencial I resulta de duas causas: das diferenças entre fertilidades naturais dos solos e a diferença de suas localizações, sendo relativas ao desenvolvimento e às mudanças espaciais, que podem reforçar condições naturais ganhando importância de acordo com a historicidade das “vantagens ou desvantagens naturais que se relacionam com o desenvolvimento sociotécnico alcançado pela sociedade” (Monerat, 2020, p.94).

A Renda Diferencial II, ocorre quando o esgotamento da fertilidade natural e da quantidade de terra disponível impulsionam uma posição mais ativa do capital na produção agrícola, sua origem se dá na “aplicação sucessiva no mesmo solo de diferentes capitais e apresentando produtividades também diferentes. Trata-se, portanto, de uma fertilidade “artificialmente aumentada” (Monerat, 2020, p.99). Neste tipo, de acordo com o autor, evidencia-se o capital como elemento decisivo no cultivo. No entanto, ainda assim, a tendência é escolha de terras com maior fertilidade para a aplicação de capital, já que estas apresentariam maiores rentabilidade. Desta forma, é possível apreender que a renda diferencial II se comporta de acordo com as diferenças de fertilidade da renda diferencial I, sendo o solo o principal regulador.

No entanto, Monerat (2020) também nos diz que os piores solos são também arrendados e o que explica isso ser possível - dada a não possibilidade da extração da renda diferencial de acordo com a fertilidade natural do solo - é a própria existência da propriedade fundiária, que implica a renda fundiária absoluta, paga pelo arrendatário a partir da venda de sua mercadoria por um preço superior ao preço de produção<sup>74</sup>.

Nessa direção, sublinha Monerat (2020) que os fundamentos da renda fundiária são, portanto: a condição capitalista da agricultura com a produção de valor; e, a condição de

---

<sup>74</sup> Desdobrando a explicação, vemos que o preço de produção é formado pelo preço de custo da mercadoria – o que inclui o capital constante e o capital variável empregados na sua produção – acrescido da taxa média de lucro (Monerat, 2020).

monopólio do solo que permite que parte do valor social seja apropriado como renda fundiária. Reside nesses elementos fundamentais uma irracionalidade apontada por Marx como a inserção do elemento extraeconômico, o monopólio da terra, na determinação da dinâmica econômica. Essa irracionalidade se explicita tratando-se da renda absoluta, fundamentada não na diferença entre fertilidades de solo, mas simplesmente no monopólio da propriedade fundiária (Monerat, 2020).

O estudo da renda fundiária permite compreender, frisa Monerat (2020), o caráter expansivo do capital na agricultura de forma contraditória, desigual e combinada, pois o avanço desigual pela incorporação de solos com diferentes fertilidades é fundamental para o avanço sobre novas áreas. Há uma tendência de incorporação de novos solos na escala temporal além da ampliação de investimentos do capital sobre a terra. Assim, para o autor, independentemente da dinâmica, o caráter expansivo do capital é seu fundamento e implica diretamente na diminuição do uso comum da terra e da agricultura familiar. Ou seja, o caráter fundamental expansivo do capital se impõe, em permanente expropriação, o que torna a subsistência alimentar crescentemente insegura e isso se deve não à biografia individual, mas ao modo como a sociedade está estruturada.

O acirramento da concorrência entre capitais agrários e não agrários é movido pela existência já de um limite social imposto pela propriedade fundiária. A sua superação é tentada pelos capitalistas para novas inversões de capital, que permitam a elevação da produtividade do solo, elevando sua composição.

Se anteriormente o investimento capitalista no solo era preterido por reverter-se ao proprietário fundiário, contraditoriamente agora ele ganha uma escala que lhe permite atuar como elemento de superação daquele mesmo limite social representado pela propriedade fundiária (Monerat, 2020, p.106).

O autor explica que a elevação da composição orgânica altera a produtividade de modo que a renda fundiária deixa de ser um limite com qual o capital precisa lidar. O investimento capitalista não abole a renda e, tampouco, a propriedade da terra, mas buscam superá-la dessa forma.

Diante do exposto até aqui, evidenciamos, portanto que, as transformações atrozetas que entrelaçam as relações sociais do modo de produção e reprodução material e social, envolvem a transformação da relação entre os seres humanos e desses com a natureza. A propriedade capitalista da terra determina fundamentalmente a alteração no atendimento das necessidades sociais desde as mais básicas e insupríveis, como a alimentação.

O processo de expropriação social que demarca a conformação das relações sociais capitalistas, expressas no monopólio de um bem natural que assume a forma de um tipo de mercadoria especial, a terra, influi diretamente sobre a mercadorização do alimento e das demais necessidades humanas, sendo fundante, inclusive, da necessidade de venda da força de trabalho pelos seres humanos livres e despossuídos, agora subsumidos aos ditames da exploração capitalista e à insegurança do acesso à subsistência básica.

### **2.3 O processo de acumulação do capital: a dominação abstrata por cima das necessidades úteis**

O desenvolvimento do capital, com as dinâmicas da concorrência e da elevação da composição orgânica, no campo ou na cidade, atua a favor da maior produção de valor, aumentando a população dos sem-emprego e sem-terra, entregues à uma brutal degradação de suas condições de vida frente à subordinação ao capital, como veremos.

Marx (2017) nos mostra o processo de acumulação do capital como processo de produção e reprodução da vida material, deixando claro, no entanto, que sua aparência encobre os reais sentidos, devendo a verdadeira ciência revelar suas determinações ocultas<sup>75</sup>. Assim, processo de produção e reprodução do capital se expressa nas linhas de Marx como valor que se valoriza compulsoriamente, estruturado no processo de (re)produção de classes antagônicas – subordinação da classe trabalhadora à classe capitalista que a explora - dinamizado em torno do trabalho abstrato, o que provoca reiteradas espoliação e expropriação.

Se o processo de acumulação de capital deve ser contínuo, assim, todo processo de produção de capital é também processo de reprodução. Marx em sua exposição, primeiramente, compreende o consumo de todo mais-valor produzido como consumo próprio do capitalista, individualmente, como renda ou fundo de consumo. Isto é importante no momento inicial da análise para demonstrar que se somente ocorresse a reprodução em sua forma simples, ainda assim, com a repetição desse processo, se estabelece determinadas relações fundamentais.

---

<sup>75</sup> Merece ser destacado que, na análise de Marx, a aparência não é uma inverdade, mas sim a forma como se apresenta a realidade, sem que deixe ver seu conteúdo. O desvelamento do conteúdo implica apreender a coisa em si, os seus fundamentos e fios invisíveis que ligam a superfície ao todo social.

Em primeiro lugar, demonstra que o salário não é custo de produção e não pertence ao fundo pessoal do capitalista. O salário é produzido pelos próprios trabalhadores em processos de produção anteriores. Assim

a classe capitalista entrega constantemente à classe trabalhadora, sob a forma-dinheiro, títulos sobre parte do produto produzido por esta última e apropriado pela primeira. De modo igualmente constante, o trabalhador devolve esses títulos à classe capitalista e, assim, dela obtém a parte de seu próprio produto que cabe a ele próprio. A forma-mercadoria do produto e a forma-dinheiro da mercadoria disfarçam a transação (Marx, 2017, p.643).

Desta forma, como já vimos anteriormente, o salário não é o pagamento pelo trabalho realizado, é fundo de consumo do trabalhador que recebe o necessário à sua autoconservação e sobrevivência, e que é constantemente devolvida à classe capitalista. Marx revela ainda, que o mais-valor produzido não é produzido por capital adiantado pelo capitalista, mas pelos trabalhadores no interior do processo de produção, reproduzindo não só o valor adiantado na forma da compra da sua força de trabalho, como também aquele referente aos meios de produção.

Marx também desvela a aparência do confronto entre possuidor de dinheiro e possuir de mercadoria força de trabalho dado ao acaso, pois mesmo que “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a força subjetiva do trabalho, era, portando, a base efetivamente dada, ponto de partida do processo capitalista de produção” (2017, p.645). Na continuidade e na reprodução desse processo, esses aspectos são reafirmados, pois se reproduz continuamente a riqueza material em capital, os meios de produção como propriedade capitalista, e o trabalhador, espoliado dos meios de produção, como força de trabalho. Em miúdos, processo de produção e reprodução capitalista produz e reproduz a classe capitalista e a classe trabalhadora.

Dessa forma, mesmo que o trabalhador tudo produza, a ele nada pertence, seu salário garante apenas o consumo dos meios para sua autoconservação temporária, e, assim, ele deve voltar a vender sua força de trabalho para que possa acessar o fundo de consumo novamente. Assim, o autor diz: “o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital” (Marx, 2017, p.647), ou seja, é o consumo individual que reproduz o mais importante e indispensável meio de produção do capitalista: o próprio trabalhador. O consumo do trabalhador se desdobra em um caráter duplo ao garantir tanto a vida do trabalhador quanto a vida do capitalista, em seu consumo individual garante sua existência, em seu consumo produtivo a existência do capitalista.

Desse modo, Marx torna visível as correntes que prendem o trabalhador ao processo de produção capitalista e a reprodução simples do capital também é produção e reprodução de relações sociais capitalistas. O processo de produção capitalista é processo de produção de mercadorias, de mais-valor, mas não só isso. É também o processo de que produz e reproduz as relações sociais de subordinação e exploração da classe trabalhadora.

Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado, como comprador e vendedor. É o beco sem saída característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converte seu próprio produto no meio de compra nas mãos do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo, pela mudança de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho (Marx, 2017, p. 652).

A reprodução ampliada de capital, ou seja, a *transformação do mais-valor em capital - mais-valor* que produz mais-valor -, a reprodução do capital em escala progressiva e reiterada consiste no ciclo da reprodução simples acontecendo continuamente em escala sempre ampliada. Tal como um círculo vicioso, a finalidade da produção é sua própria produção de forma contínua e crescente, em que desde o início, todo o mais-valor é produto de trabalho alheio não pago, dando origem aos meios de produção, ao salário e, inclusive à propriedade privada que mascara essa relação, pois “a propriedade do trabalho pretérito não pago se manifesta agora como única condição para a produção do trabalho não pago, em escala cada vez maior. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais ele poderá acumular” (Marx, 2017, p.658).

Retomando a relação de troca entre equivalentes, Marx (2017) desvela que é preciso suplantar a aparência já que até parte do capital que é destinada a ser trocada por força de trabalho é fruto de trabalho alheio apropriado pelo capitalista sem equivalente e que, ao reiniciar o processo de valorização, o produtor de valor, o trabalhador, não só tem que repor esse valor adiantado, como também criar o excedente. Daí, a mistificação entre forma e conteúdo da relação de troca de equivalentes entre capitalista e trabalhador que pertence ao processo de circulação: o capitalista sempre troca uma parte de trabalhado alheio, que aparece como sua propriedade na forma de dinheiro, já objetivado em uma quantidade maior de trabalho vivo alheio (Marx, 2017).

Marx dilui por completo a narrativa dos direitos iguais entre possuidores individuais de mercadorias que se confrontam como iguais, com a alienação decorrendo da apropriação da

mercadoria força de trabalho, pelo consumo de seu valor de uso, em consequência da estrutura jurídica que considera as relações postas somente entre indivíduos iguais. Agora, é possível enxergar que a propriedade do capitalista aparece como possibilidade de se apropriar de trabalho alheio não-pago e de seu produto, e, do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto: “a cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que aparentemente tinha origem na identidade de ambos” (Marx, 2017, p.659). O trabalhador, assim, produz e reproduz toda a riqueza alheia e sua própria pobreza, num modo de produção em que a centralidade do trabalho assume uma forma que priva o trabalhador da fruição da riqueza socialmente produzida. Mais que isso, por conta da dinâmica compulsiva do valor a estrutura social nega a realização plena das capacidades humanas e deixa ao léu a possibilidade de subsistência daqueles que personificam a força de trabalho, reproduzindo a insegurança social pelo devir, cotidianamente.

Assim, ao ser desvelado o conteúdo das relações estabelecidas entre classes, poderíamos supor que o capitalista viola as leis de troca para a produção de mercadorias, no entanto, isso não ocorre. Marx (2017) explica que essa é uma contradição imanente da relação valor de uso e valor. O trabalhador, como vimos, sempre é pago, supostamente, pelo valor de troca da força de trabalho, mas o que se consome no processo produtivo é seu caráter útil de produzir valor e mais-valor, e isso não altera as leis de troca de mercadorias que só exige a igualdade quanto aos valores de troca.

Mesmo assim, sendo respeitadas as leis econômicas da produção, o resultado obtido é sempre um produto que pertence ao capitalista dotado e acrescido de valor às custas do trabalhador que é reinserido neste processo sempre vendendo novamente sua força de trabalho. A reprodução ampliada, nos diz Marx, é apenas a repetição da compra e venda da força de trabalho sem que haja violação nas leis econômicas. É a repetição compulsória e periódica da produção de mais-valor. Assim, “na mesma medida em que, de acordo com suas próprias leis imanescentes, ela se desenvolve até se converter em produção capitalista, as leis de propriedade que regulam a produção de mercadorias se convertem em leis da apropriação capitalista” (Marx, 2017, p.662).

Até aqui, Marx considerou primeiro o mais-valor somente como fundo de consumo do capitalista e posteriormente somente como fundo de acumulação. Mas, o mais-valor cumpre as duas funções ao mesmo tempo, sendo uma parte consumida pelo capitalista como renda e a outra aplicada como capital. Considerando a massa do mais-valor, uma parte será maior tanto

quanto menor for a outra e o capitalista, proprietário do mais-valor, exercendo sua função de enriquecer, tem ânsia pela acumulação, pois é movido pela valorização do valor (Marx, 2017).

A avidez e a busca pela valorização devem ser consideradas, de acordo com Marx, como um mecanismo social, pois o desenvolvimento da produção capitalista supõe a necessidade de aumento do capital investido e a concorrência entre capitalistas individuais impõe que se amplie o capital com fim de conservá-lo e ele só pode o fazer ampliando-o por meio da acumulação progressiva.

Nessa linha, o exame da redução forçada dos salários merece atenção, pois desempenha a função de transformar o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista que tem seu valor e volume determinado, de acordo com Marx, pelos seguintes fatores: grau de exploração da força de trabalho; aumento da força produtiva do trabalho; diferença crescente entre capital aplicado e capital consumido e grandeza de capital adiantado, independente da divisão proporcional do mais-valor em capital e renda assumida.

Sob esse prisma, Marx (2017) deixa de considerar o salário como igual ao valor da força de trabalho, entendendo que sua redução cumpre importante papel de transformar, dentro de certos limites, o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital. O aumento do grau de exploração da força de trabalho tanto de forma intensiva quanto extensiva somada à redução de salários, permitem o aumento do mais-produto e do mais-valor sem aumento proporcional do capital variável.

O aumento do grau de produtividade também aumenta a massa de produtos, assim, mesmo que se mantenha inalterada a divisão do mais produto em renda e capital adicional, o consumo do capitalista pode aumentar sem que haja diminuição no fundo de acumulação, podendo, inclusive, a grandeza do fundo de acumulação crescer às custas do fundo de consumo pois esse processo promove o barateamento das mercadorias tanto as necessárias à produção, como as disponíveis ao consumo do capitalista. Assim, o mesmo valor de capital variável põe em movimento mais força de trabalho e o mesmo valor de capital constante se representa em mais meios de produção, permitindo que o valor do capital adicional, mesmo se mantendo constante ou decrescente, permita uma acumulação acelerada (Marx, 2017).

O desenvolvimento das ciências e das técnicas exerce um papel importante de potenciação da ampliação do capital em funcionamento, independentemente da grandeza determinada que o capital alcançou. Essa potência reage ao mesmo tempo sobre a parte do capital original que ingressou em seu estágio de renovação, pois “em sua nova forma, o capital

incorpora gratuitamente o progresso social realizado por detrás de sua forma antiga” (MARX, 2017, p.684).

Marx, evidentemente, discorda da economia política clássica que enquadra o capital social como uma grandeza fixa. As ilações marxianas mostram que é possível revelar a capacidade elástica do capital, que flutua constantemente na divisão do mais-valor em renda e capital adicional. E que mesmo com uma dada grandeza de capital em funcionamento, a força de trabalho, a ciência e a terra neles incorporados constituem potências elásticas do capital que dentro de certos limites deixam a ele uma margem de ação independente de sua própria grandeza.

Para o autor, considerar o capital social como uma grandeza fixa serve de apoio para considerar o capital variável como fixo, o fazendo parecer contido por barreiras naturais insuperáveis. E assim, retira do trabalhador o direito de partilha na riqueza social, que é transformada, em parte, em meios de produção e em parte em meios de fruição para a classe capitalista. Também destaca que somente em casos muito específicos e favoráveis, é tolerável que o trabalhador tenha seu fundo de trabalho ampliado às “custas” dos mais ricos.

O destino e as tendências da classe trabalhadora, sob a influência do aumento do capital – que tem como fator determinante a composição do capital e suas alterações no processo de acumulação –, deve ser considerada em dois sentidos: sob o aspecto do valor em sua repartição em capital constante e capital variável (composição de valor) e sob o aspecto da matéria, ou seja, sua repartição entre meios de produção e força viva de trabalho (composição técnica). A relação que se estabelece entre a composição de valor e a composição técnica do capital, Marx (2017) chama de composição orgânica ou composição de capital. Primeiro, o autor analisa as consequências mantendo-se a composição do capital constante e em seguida, aumentando-se a parte de capital constante.

Examinando a situação em que a composição do capital se mantém constante, Marx (2017) conclui que esta é uma situação que, em tese, favorece a classe trabalhadora, pois crescendo o capital inicial, crescem proporcionalmente suas partes constante e variável, esta última, aumenta a demanda por força de trabalho, permitindo um aumento do emprego, o que também proporciona um aumento do poder de barganha da classe trabalhadora por aumento de salários. Entretanto, esse cenário afeta a taxa de lucro capitalista, pois a quantidade de mais-valor produzido se mantém o que coloca a possibilidade do surgimento de crises.

Para que haja um aumento do mais-valor produzido, que garanta a taxa de lucro crescente é necessário que se mude a base técnica do processo de produção. Ou seja, para o

avanço da acumulação se torna necessário empregar mais capital constante e menos capital variável e ainda que na composição orgânica do capital se aumente o capital variável, relativamente, o capital constante cresce mais, essas são condições próprias do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da acumulação para Marx, de modo que para ele, por meio dessa relação, se escreve o destino trágico da classe trabalhadora, pois assim se reduz relativamente a demanda por força de trabalho.

Assim, há o aumento o desemprego, a perda de poder de barganha da classe trabalhadora e, mesmo que nesse processo não mude o valor da força de trabalho, seu preço diminui, resultando na redução de salários. Ou seja, o aumento das forças produtivas funciona como alavanca da acumulação e da concentração, pois essa permite que uma menor quantidade de trabalho forneça uma maior quantidade de mais-produto, já que ancora o aumento da exploração intensiva do trabalho, provocando uma maior produtividade sem que seja alterado o tempo para seu exercício.

Marx analisa um segundo movimento do capital em reprodução em escala ampliada, a centralização, que tem como alavancas o desenvolvimento da concorrência e do crédito. Primeiro, porque capitalistas detentores de maior concentração de capital, conseguem ser menos afetados pela concorrência, enquanto os outros se enfrentam, e nesse processo, uns são derrotados e absorvidos pelos grandes capitais, produzindo a centralização de capitais em grandes corporações – uma nova forma de expropriação social.

Em segundo lugar, para dar início ao processo de produção capitalista, o capital inicial necessário passa a ser cada vez maior, o que movimenta o crédito e o acesso a ele tende a ser mais possível ao capital centralizado. Importa destacar ainda, que a centralização por reforçar e acelerar os efeitos compulsórios da acumulação, também incide na composição de capital, aumentando os níveis de desigualdade relativa entre capital constante e capital variável e por consequência, diminuindo a demanda relativa por força de trabalho.

É dessa forma que Marx evidencia como o processo de acumulação capitalista produz de maneira constante uma população trabalhadora relativamente excedente que é excessiva às necessidades de valorização. De acordo com Marx (2017, p. 706), a lei da população, peculiar ao modo de produção capitalista, se configura da seguinte forma: “a acumulação de capital, produzida pela classe trabalhadora e apropriada pela classe capitalista, produz em volume crescente os meios que tornam a primeira supranumerária”.

Marx se ocupa, principalmente de analisar a população excedente da classe trabalhadora e seus efeitos como tendências objetivas abordando as condições que a mantém subsumida ao

domínio do fetiche do capital. Assim, evidencia que mesmo com o crescimento do volume do capital total, a demanda de trabalho é sempre vinculada a seu componente variável, que diminui em relação à grandeza do capital total, que direciona uma parte maior ao capital constante. A vinculação entre capital total e sua parte variável não é absoluta e sim relativa, assim, “ao aumentar o capital global, também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor” (Marx, 2017, p.705).

A população trabalhadora excedente se revela como um produto necessário da acumulação, pois ela se converte em uma importante alavanca de acumulação capitalista e em condição de existência deste modo de produção. O exército industrial de reserva que ela constitui e que pertence ao capital atende sempre às necessidades variáveis de valorização com a disponibilidade de material humano pronto para ser explorado, que independe dos limites do aumento populacional absoluto, pois parte da transformação de uma parte da população trabalhadora em desempregada ou semiempregada<sup>76</sup>.

Em tempos de retração por exemplo, a classe capitalista impõe um nível maior de exploração, seja intensiva ou extensiva da parte ocupada da classe trabalhadora, engrossando ainda mais a parte sobrando que, ao mesmo tempo, exerce uma pressão sobre a parte ocupada forçando-a ao sobretrabalho, e a submissão aos imperativos do capital. Assim, de acordo com o autor, temos que os movimentos gerais do salário regulados com exclusividade pelo exército industrial de reserva, envolvem expansões e contrações regidas pelas alternâncias periódicas do ciclo industrial capitalista.

A respeito da oferta e demanda de trabalho e suas influências nos salários, Marx entende que a lei da oferta e da demanda não representa nada além do despotismo do capital, que controla a força de trabalho de acordo com seus interesses, portanto, encobrindo que não consegue absorver a todos que foram historicamente expropriados dos meios de vida.

Devemos destacar ainda que o exército industrial de reserva é diferente de superpopulação relativa tendo em vista que não é toda a população relativa que se encontra apta a ser exército de reserva. A superpopulação relativa é integrada por todo trabalhador desocupado de forma parcial ou integral e assume diferentes formas: flutuante, referente aos trabalhadores ora repelidos, ora atraídos em maior volume pelo capital ainda que em menores proporções em relação a escala de produção; latente, caracterizada pelo avanço da produção

---

<sup>76</sup> Marx destaca, inclusive, que esse processo tem sua importância reconhecida pela economia política que entende a população supranumerária necessária aos ciclos de produção e suas necessidades ocasionais, envolvendo os momentos de expansão e de contração do capital.

capitalista no campo, desencadeando o processo de repulsão dos trabalhadores sem ser ele acompanhado de efetivos empregos nos centros urbanos, colocando os trabalhador rural a um passo do abismo do pauperismo; e, a forma estagnada, que se refere a parte do exército de trabalhadores ativos com ocupações irregulares, na qual o capital consegue extrair uma quantidade maior de tempo de trabalho, com renda incerta e rebaixada. (Marx, 2017)

Na esfera do pauperismo, Marx - abstraindo o lupemproletariado, considerado o peso morto do exército industrial de reserva - identifica três categorias da superpopulação relativa, aqueles aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes, e os incapacitados para o trabalho. O pauperismo, portanto, em suas palavras (2017, p.719)

constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade, na necessidade dela, e juntos formam a existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos custos mortos da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média

Marx então, apresenta a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (2017, p. 719-720).

É revelada assim a contradição essencial, antagônica e irreconciliável deste modo de produção, da subsunção da força de trabalho à dinâmica da acumulação de riqueza em concomitância à degradação moral e possível rebaixamento material do consumo, podendo envolver, inclusive, formas perversas de escravidão, brutalização e barbárie. No modo de produção capitalista, à medida que a acumulação avança, ampliam-se as consequências sórdidas à classe trabalhadora, totalmente subsumida a esse modelo de produção estranhado. Esse quadro de fundamentos, no extremo, coloca a fome como produto direto da economia capitalista, superando qualquer ilação a supostas causas externas, de catástrofe naturais, por exemplo. Vejamos as determinações do contexto brasileiro, seguidamente.

### 3 A CONFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: O NOVO ESTÁGIO DA MERCADORIZAÇÃO DO ALIMENTO

*Quando um agregado solta  
O seu grito de revolta,  
Tem razão de reclamar.  
Não há maior padecer  
Do que um camponês viver  
Sem terra pra trabalhar.*

*O grande latifundiário,  
Egoísta e usurário,  
Da terra toda se apossa  
Causando crises fatais  
Porém nas leis naturais  
Sabemos que a terra é nossa.*

– Patativa do Assaré

A partir dos fundamentos mais gerais do capital, podemos considerar a totalidade parcial da formação social brasileira, com destaque à conformação do agronegócio no Brasil, concentrando a análise, especialmente no processo de industrialização da agricultura brasileira considerando as particularidades a partir do final da década de 1960 e final de 1980, resgatando os aspectos de sua modernização conservadora. Esse movimento analítico permite evidenciar as suas transformações técnicas, à conservação da estrutura agrária e da superexploração do trabalho, com seus rebatimentos na histórica questão agrária e na divisão internacional do trabalho. Para tanto, recorreremos ao resgate de alguns períodos históricos do Brasil, bem como às principais discussões da teoria crítica sobre transformações históricas e a questão agrária com o fim de problematizar os fundamentos da escassez da alimentação que gera a fome. O capítulo está dividido em quatro itens, a saber, *a organização da produção no Brasil-colônia no predomínio do capital comercial; o capitalismo dependente e a conservação do modelo agroexportador latifundiário: o jogo combinado do velho e do novo; a questão agrária reproduzida no ciclo da industrialização brasileira; e a questão agrária no ciclo da modernização conservadora da agricultura.*

### 3.1 A organização da produção no Brasil-colônia no predomínio do capital comercial

As conformações e determinações da economia capitalista no Brasil, desde suas origens, como destaca Ianni (2004), é marcada pelo campo, pela produção agropecuária. Ou seja, participamos da divisão internacional do trabalho com um papel específico, voltado para o fornecimento de produtos agropecuários e minerais ao centro dinâmico do capitalismo. Os ciclos da economia, salvo o do ouro, são basicamente agrários: pau-brasil, cana-de-açúcar, borracha, café ou cacau. Portanto, os vários ciclos econômicos são internalizados como ciclos de expansão da agropecuária; até mesmo o ciclo da industrialização acelerada, como veremos, que se realiza em certa medida com os recursos decorrentes do campo.

O início efetivo da exploração extensiva e intensiva da terra e do trabalho se dá no século XVI com o início da ocupação e povoamento português, no Brasil, amargava duras invasões francesas ao território. Até então, Portugal mantinha atenções voltadas ao oriente (de maior interesse pelo comércio já desenvolvido) quando resolve iniciar o povoamento efetivo do Brasil. Como se sabe, essa não foi uma empreitada fácil, dada a dificuldade de encontrar interessados em formar a população além-mar. A solução, conhecida, foi dar àqueles que se dispusessem a colonizar o Brasil poderes soberanos. A costa brasileira foi, então, dividida em 12 setores de variados tamanhos – entre 30 e 100 léguas chamados capitânicas, doadas aos titulares para usufruírem de regalias e poderes como recebimento de taxas e impostos sobre suas terras, bem como sua distribuição e nomeação de pessoal administrativo, arcando com todas as despesas de transporte e abastecimento dos povoados (Prado Junior, 2012).

O processo histórico de início da ocupação e exploração do Brasil enquanto uma colônia ocorre no período de florescimento do mercantilismo, fase inicial do modo de produção capitalista que vinha se desenvolvendo nas ruínas do regime de produção Feudal na Europa. Nesse sentido, Guimarães ([1963] 2005) e Fernandes (2008) defendem que para o desenvolvimento da colonização foi necessário importar as características, instituições e forma de organização, ou seja, o modo de vida do antigo regime feudal como forma de perpetuação do domínio da classe senhorial, entrelaçando, para isso, a grande propriedade, o regime de trabalho servil e a expropriação colonial. No entanto, por mais que a produção em si, estivesse imersa em formas pré-capitalistas de produção, os negócios capitalistas já se realizariam no âmbito da circulação das mercadorias produzidas nas colônias, incluindo do tráfico humano, como veremos.

Justamente pela orientação capitalista no âmbito da circulação de mercadorias, o grande negócio empreendido no período colonial foi a cana-de-açúcar, mercadoria de grande valor comercial na Europa. As condições climáticas e a qualidade do solo, mesmo que desconhecida, eram favoráveis em toda a costa da então colônia.

A produção da cana-de-açúcar foi estruturada sobre três grandes pilares socialmente devastadores: a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo. A produção com base nessas características se manterá única, sustentando a economia brasileira por mais de um século, sendo imponente inclusive internacionalmente, na medida em que o Brasil, no século XVII era o maior produtor mundial de açúcar (Prado Junior, 2012), que além de um alimento em si, era um importante conservante da alimentação, em geral.

As justificativas para esses pilares, encontramos no trabalho de Caio Prado Junior (2012), que identifica que o regime de propriedade alodial<sup>77</sup> se colocava objetivamente pela necessidade da cultura da cana demandar grandes faixas territoriais para que surtisse efeito econômico – dada a demanda internacional –, desde o desbravamento da terra, ou melhor, da destruição da mata nativa, passando pela plantação, colheita, transporte e transformação da cana em açúcar.<sup>78</sup> Nesse sentido, é evidente que esse domínio econômico e político determinava que o empreendimento nas terras brasileiras era interessante a latifundiários e não a pequenos produtores. Os donatários distribuíam as terras sempre em grandes extensões aos colonos.

Assim, a grande propriedade é acompanhada da monocultura em correlação e derivada das mesmas causas. Isto é explicado pelo fundamental objetivo desta produção: a produção de gêneros de grande valor comercial com a concentração de todos os esforços no interior da colônia para este fim. Nesta mesma linha de raciocínio, o trabalho escravo era uma necessidade, levando em consideração os baixos índices populacionais portugueses (Prado Junior, 2012).

É conhecido que, de início, o trabalho de indígenas foi considerado como uma possibilidade e a escravidão de povos indígenas, no Brasil, ainda que um objetivo certo, foi marcada por luta e resistência contra os colonos, desdobrando-se na dizimação de grande contingente dessa população originária. Além dos conflitos, os indígenas eram vistos como maus trabalhadores para os empreendimentos da colonização, profundamente marcado pelo extrativismo intenso que requer trabalho duro, O obstáculo em questão será resolvido pela

---

<sup>77</sup> Neste caso o termo de propriedade alodial é usado para designar a posse e o direito absoluto sobre a terra.

<sup>78</sup> As grandes propriedades, eram verificadas, nesse período, em grande parte das colônias da América Latina.

escravização de povos negros do continente africano que vinha se constituindo em importante área da economia portuguesa (Prado Junior, 2012).

Os portugueses já se mostravam preparados para a substituição da investida sobre os povos originários, visto que, desde o século XV, já traficavam pessoas negras como escravas, provenientes da costa da África e introduzidos no Reino Europeu nas mais diversas ocupações, destacadamente, no serviço doméstico e na agricultura. No século XVI, os africanos já eram numerosos no Brasil e a substituição dos indígenas pelos negros ocorre de forma acentuada, primeiro, em Pernambuco e na Bahia – principais núcleos produtores de açúcar – sendo mais lenta ou quase inexistente na região da Amazônia. No século XIX, se acentua na região sudeste, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O regime escravista, o tráfico de negros africanos e a relação com a terra são pontos que merecem um pouco mais de nossa atenção para compreendermos de que forma a colônia se inseria nas relações capitalistas neste período, e a análise de Martins ([1979] 2010) se torna fundamental para desvendarmos essa relação, por vezes oculta em nossa história.

Para além do atendimento da demanda econômica da exploração da colônia, como examina Prado Junior (2012), o regime escravista se conforma com a hegemonia do comércio nas relações de produção e com a profunda relação com o uso da terra. Martins (2010) observa que durante o período de vigência do regime escravista, a terra ainda pertencia à Coroa Portuguesa e não dependia da relação de compra e venda mercantil – o que ocorrerá somente em 1850 com a Lei de Terras, como veremos mais adiante. Assim, a renda capitalizada, o capital imobilizado estava na *propriedade do escravo* e somente com a crise do trabalho servil é que o objeto da renda capitalizada passará do escravo para a terra.

A economia colonial, para além do primado da circulação, ressalta Martins (2010), inseria o escravo no processo de circulação como uma mercadoria. Antes de ser produtor direto, o escravo era objeto de comércio, como item traficado no comércio internacional. Produzia lucro antes mesmo de começar a produzir mercadorias na colônia (como o açúcar, o café, o ouro, entre outros), ou seja, antes de começar a trabalhar com a terra.

Neste sentido, para Martins (2010), as relações de produção estabelecidas entre senhor e escravo produziam um capitalista específico, em que a sujeição do trabalho ao capital se baseava no monopólio do próprio trabalho transfigurado em renda capitalizada e não principalmente no monopólio dos meios de produção.

O trabalhador produzido nessas relações também era de um tipo específico, pois sua gênese não era mediada por uma troca de equivalentes, mas sim pela desigualdade derivada da

condição tributária de renda capitalizada, de uma sujeição produzida previamente pelo comércio. “A escravidão definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador-mercadoria, ao capital comercial” (Martins, 2010, p.31).

A especificidade do trabalhador escravo é evidente no fato de, diferentemente do trabalhador assalariado que tem sua força de trabalho precificada no regime de trabalho assalariado - de acordo com o trabalho necessário para a aquisição de bens que garantam a sua reprodução como trabalhador (como já vimos no capítulo anterior) -, o trabalho escravo, além desse tempo de trabalho necessário a sua reprodução carece de antecipação de uma parte do excedente de seu trabalho que pague ao traficante a sua incorporação à produção para atuar como produtor de valor (Martins, 2010).

Do mesmo modo que na renda territorial capitalizada, o proprietário espera extrair de seu escravo um rendimento econômico que é medido pelo lucro médio, que deve ao menos equivaler ao rendimento que seu dinheiro lhe daria se fosse aplicado em outro negócio. A exploração do escravo no processo produtivo já está, pois, precedida de parâmetros e relações comerciais que a determinam. Essa exploração não abrange apenas o lucro médio de referência de um capitalista puro, mas também a conversão de capital em renda capitalizada, a parcela do excedente que o escravo pode produzir e que é antecipadamente paga ao mercador de escravos, o fundamento não capitalista da reprodução do capital. A coerção do cativo encarrega-se de transferir para o próprio escravo o ônus desse trabalho, fazendo do fazendeiro um comerciante residual da escravidão. Desse modo, o regime escravista apoia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, seu cativo não representa uma forma pré-capitalista de renda - trata-se efetivamente de renda capitalizada, de uma forma capitalista de renda, renda que se reveste da forma de lucro. Exatamente por isso é que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um arrecadador e consumidor de rendas (Martins 2010, p. 31-32).

Como se sabe, o escravo era expropriado de qualquer propriedade incluída a propriedade de sua força de trabalho, de seu próprio corpo, diferentemente do que ocorre quando a produção é organizada pelo capital e a única propriedade preservada pelo trabalhador é sua força de trabalho.

O latifúndio era constituído por um conjunto de bens construídos por um trabalho de tipo específico: o trabalho compulsório, regulado pelo mercado do tráfico de povos africanos. “Portanto, os mecanismos reguladores da organização econômica da fazenda não dependiam imediatamente da oferta e procura dos bens por ela produzidos, café ou açúcar, mas da oferta e procura de trabalhadores cativos” (Martins, 2010 p.40). A Coroa Portuguesa terá sua contribuição nesse processo e se tornará sócia maior do regime escravista, arrecadando tributos do tráfico, consolidando essa forma de rentismo que imobilizava o capital no escravo. O

dinheiro era antecipado ao traficante de negros apenas com base na possibilidade de ganho futuro sobre esta mercadoria viva e de risco.

Com as relações de comércio e produção organizadas sob essas características, a terra não possuía nenhum valor em termos econômicos, só se tornava valiosa se houvesse quem nela trabalhasse – o escravo. Um exemplo disso são as hipotecas que nesse período eram afiançadas pelos escravos e não pelas propriedades das fazendas (Martins 2010).

O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (nome reservado aos emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café) ou dos bancos o capital necessário, seja ao custeio seja à expansão de suas fazendas. O escravo era o penhor do pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente todo o capital de custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria das fazendas (Martins, 2010 p.41)

O intercâmbio de mercadorias entre metrópole e colônia se dava, portanto, não só na fundamental produção e exportação de gêneros de alto valor comercial, mas também na importação, através do tráfico de uma mercadoria valiosa e fundamental: o escravo; que servirá não só para a constituição de riquezas dos fazendeiros e colonos, mas também como determinante do financiamento do desenvolvimento das metrópoles<sup>79</sup>.

Sob essas condições, a organização da produção nas grandes propriedades açucareiras será mais ou menos a mesma desde o início, com o ajuntamento de um conjunto de indivíduos – em sua maioria escravos – sob a direção imediata do proprietário ou seu preposto, com a exploração da terra e do trabalho forçado em larga escala e em áreas extensas, constituída como uma única organização coletiva do trabalho e da produção final, oposta à pequena exploração realizada diretamente por arrendatários ou proprietários – aquela sim representada pelo estabelecimento dos grandes engenhos<sup>80</sup> (Prado Junior, 2012).

A partir dessa breve caracterização e elucidação teórica, sublinhamos que o caráter geral da economia brasileira já se inaugura tendo como característica fundamental *o fornecimento de*

---

<sup>79</sup> Gonçalves e Costa (2020), seguindo Marx, analisam de forma breve a questão do colonialismo pela sua relação com a expansão do capitalismo industrial na Europa para o processo de acumulação do capital, destacando que o capital acumulado na exploração colonial e no tráfico de escravos financiou construções iluministas e o desenvolvimento da maquinaria na Europa, a partir do que chamam de comércio trilateral de navios entre África, Américas e Europa. Essa observação nos leva a ver que o capitalismo se faz como totalidade social, com expressões desiguais no território mundial, mas conectadas como um todo.

<sup>80</sup> Estabelecimentos complexos com diversas instalações e aparelhos mecânicos para o processo produtivo do açúcar. Outras instalações da grande propriedade eram a casa grande, a senzala dos escravos e as instalações acessórias como oficinas. As terras eram divididas entre a plantação dos canaviais, as pastagens de animais de trabalho, as culturas alimentares e as matas para o fornecimento de lenha e madeira para construção. “A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela de humanidade” (Prado Junior, 2012, p.37).

*alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica para a exportação*, nos termos de Prado Junior (2012). Esse processo secundariza outras práticas, destinadas a amparar e tornar possível a realização desse objetivo central. A economia de subsistência é um bom exemplo, pois, por regra, os gêneros de consumo local eram produzidos nos domínios das grandes lavouras e fazendas, por trabalhadores que a habitavam e nela trabalhavam, e, também pelo trabalhador escravizado. Dessa forma, a população rural, quase na totalidade da colônia, provia alimentos suficientes para subsistência, com dedicação subsidiária, e sem necessidade de recorrer a produtos externos à fazenda.

A população urbana, pequena e dedicada especialmente a atividades de administração e ao comércio era abastecida, em parte, com os excessos das grandes propriedades, quando raramente existiam. O que abre espaço para a formação de um tipo de exploração rural diferente, separada da grande lavoura e de organização diversa; pequenas propriedades que se aproximam do tipo camponês europeu em que o próprio proprietário da terra trabalha com poucos auxiliares, geralmente familiares e raramente trabalho escravo. A produção era geralmente de mandioca, base da alimentação vegetal na colônia, e, o milho, que também servia de forragem animal, além do arroz e do feijão. Adicionalmente, se cultivavam verduras, poucas, e grande variedade de frutas, tanto nativas quanto introduzidas e disseminadas pela colonização (Prado Junior, 2012).

Não poderia deixar de ser mencionado que o papel secundário da agricultura de subsistência, determinou, segundo Prado Junior (2012) um grande problema de abastecimento alimentar em núcleos de povoamento mais denso, impondo a regra da insuficiência alimentar, questão que aparecerá mais séria no século XVIII, quando os centros urbanos já tomavam maior importância. Apesar do estabelecimento de medidas que impunham a plantação de mandioca e outros alimentos à grandes proprietários, nada surtiu efeito, pois as atenções estavam no açúcar e seu lucro, no nascente capitalismo com sua força centrífuga. A população colonial, especialmente a urbana, viverá em estado crônico de subnutrição, de acordo com o autor.

As importantes consequências deste fato, que podem ser avaliadas sem necessidade de maior insistência na matéria, justificam suficientemente só por si a necessidade de distinguir na economia brasileira aqueles 2 setores em que se dividem suas atividades produtivas: o da grande lavoura e o da subsistência. Se não, não se explicaria esse quadro característico da vida colonial: de um lado a abundância, prosperidade e grande atividade econômica; de outro a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população a fome (Prado Junior, 2012, p.44).

Ainda no período colonial, as batalhas travadas entre os países colonizadores a procura de território trouxeram mudanças no trato administrativo e político da colônia como afirma Prado Junior (2012). A exemplo disto, está o período de dominação do reino português pelo

reino da Espanha e pela tomada por este último de muitos territórios dominados pelo primeiro (1580-1640)<sup>81</sup>, crescentemente o Brasil se transforma em ponto central do interesse de Portugal.

De um lado, a existência do reino português e sua prosperidade passariam a depender desta colônia, e por outro, o empobrecimento de Portugal dada a perda do comércio asiático, influenciará no êxodo de portugueses para as colônias especialmente a partir de meados do século XVII, tendo como consequência a expansão da colonização e crescimento, em termos de extensão, da população, o que em certos aspectos surtiu efeitos para o desenvolvimento do país, mas por outro lado, grandes conflitos entre os já estabelecidos na colônia e os recém-chegados. Alguns dos embates referiam-se à concentração da administração local pelo poder real e a consequente subordinação dos donatários das capitanias (Prado Junior, 2012).

De acordo com Prado Junior (2012), tais medidas administrativas terão efeito no surgimento de uma nova política economia derivada desse poder do sistema administrativo concentrador. De uma política metropolitana liberal, com exceção do monopólio do pau-brasil, os colonos tinham seu comércio livre, especialmente no primeiro século de colonização, mas ao longo dos séculos XVII e XVIII o comércio brasileiro e o direito de se estabelecer no país será reservado exclusivamente aos portugueses.

O liberalismo do passado substituíam um regime de monopólios e restrições destinados a dar maior amplitude possível a exploração e ao aproveitamento da colônia, e canalizar para o reino o resultado de todas suas atividades. Procura-se compensar assim o que se perdera no setor oriental, no qual holandeses, ingleses e pouco depois franceses tinham para sempre desbancado os portugueses. O que esses aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudesse vencer com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial. E tal objetivo ela alcançaria plenamente embora mantivesse o Brasil, para isso, sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país (Prado Junior, 2012, p.55).

Vale destacar que o processo expropriatório e colonizador português, durante quase um século entre os séculos XVII e XVIII centrou suas atenções no ouro, colocando as outras atividades em decadência, como o próprio açúcar que por mais de um século havia representado a espinha dorsal da colônia fora desprezado com o novo surto produtivo na Holanda. O ouro foi extraído crescentemente em Minas Gerais, até meados do século XVIII, considerado o auge da mineração (Prado Junior, 2012).

É a partir da segunda metade do século XVIII que a agricultura volta a se desenvolver, tanto pelo declínio da mineração como a extensão dos mercados para os produtos agrícolas,

---

<sup>81</sup> Estes eventos podem ser verificados em maiores detalhes no capítulo “Nono sistema político e administrativo na Colônia” de *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior (2012).

decorrência do desenvolvimento da população europeia e o incremento das atividades econômicas já no prenúncio da Revolução Industrial, dependendo de matérias-primas e de alimentos baratos para a legião de trabalhadores. Os principais gêneros exportáveis nesse período são, o algodão, a cana de açúcar, o arroz, o anil e o café, que já na última parte do século começava a ser cultivado em grande escala (Prado Junior, 2012).

Esse período de retomada e desenvolvimento da agricultura é mais de extensão quantitativa do que de qualificação. Sem progresso técnico até princípio do século XIX repetia-se os mesmos processos que datavam do início da colonização: *“processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da colonização, mas que começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores”* (Prado Junior 2012, p. 87).

O esgotamento e empobrecimento do solo, que não recebia nenhum tipo de tratamento como adubação e fertilizações naturais eram resolvidos com o abandono do local por anos consecutivos; as matas dos novos espaços eram devastadas pelo fogo para que dessem lugar às monoculturas e para o consumo de lenha, especialmente nos engenhos de açúcar. O atraso técnico leva Prado Junior (2012) a afirmar que nesta época ainda não se cogitava utilizar o bagaço da cana como combustível como já era de costume em colônias francesas e holandesas.

O processo de lavra do solo permanecia arcaico, ineficiente e de baixo nível técnico. Práticas costumeiras eram a queimada, a roçada e a coivara. Não se fazia nada além de covas ou regos no solo para o lançamento de sementes e o instrumento agrícola mais utilizado era a enxada. Nem mesmo a água era utilizada como força motriz apesar do maior rendimento com relação ao da propulsão animal, *“das fontes de energia então reveladas ao conhecimento humano, não se utilizavam aqui, em escala apreciável senão as mais rudimentares, as que primeiro impuseram àquele conhecimento: a força do homem e do animal”* (Prado Junior, 2012, p. 90). Esse atraso se explica, para o autor, pela natureza social do colono português e no regime político e administrativo imposto à colônia de isolamento do resto do mundo, pois interessava apenas viver de rendimentos e tributos.

A colonização impôs um tipo novo de agricultura comercial extensiva e baseada em processos irracionais e destrutivos dos recursos naturais de terras virgens, pois devido à fartura de terras a serem explorados, não era necessário nenhum tipo de preocupação referente ao seu esgotamento – o que só começa a ocorrer no ciclo do café (Prado Junior, 2012). De modo que é possível perceber o cariz destrutivo da economia capitalista também nos países tecnologicamente atrasados, parecendo que a pilhagem dos recursos era parte da forma de ser.

Esses são alguns fatores que conformam a situação precária da economia brasileira no final do século XVIII e início do século XIX, já em contexto internacional de liberdade e livre concorrência com países e colônias muito mais aparelhados e preparados. A salvação para o colapso e a derrota será a produção de café, que, como veremos, só alcançou algumas regiões do país. De forma sintética, Prado Junior (2012, p. 118) afirma o seguinte:

a natureza geral da colonização, empresa mercantil exploradora dos trópicos e voltada inteiramente ao comércio internacional, em que, embora peça essencial, não figura senão como simples fornecedora de gêneros de sua especialidade. Nos diferentes aspectos e setores da economia brasileira constatamos repetidamente o fato, que pela sua importância primordial merece tal destaque, pois condicionou inteiramente a formação social do país. Observamo-lo no povoamento, constituído ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outras raças dominadas e escravizadas, índios e negros africanos, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, ouro, e diamantes que pediam os mercados europeus. O mesmo se deu na distribuição daquele povoamento, condensando-se exclusivamente onde era possível produzir aqueles gêneros e se pudessem entregá-los com mais facilidade ao comércio internacional. Na organização propriamente econômica, na sua estrutura, organização da propriedade e do trabalho, encontramos ainda, dominante aquela influência. E finalmente, nesse quadro que sumaria as correntes do comércio colonial, e com elas a natureza de nossa economia (...).

Ocorre que enquanto o capital comercial privilegia a metrópole e seus comerciantes pelo pacto colonial e através do monopólio comercial, o avanço industrial não se estruturava, pois, de fato, não participa do monopólio, não tira dele benefício algum, ao contrário, o monopólio cria obstáculos a suas relações mercantis e ao acesso aos mercados, “para o industrial – naturalmente, o industrial desta primeira fase –, só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja por quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados mundiais” (Prado Junior, 2012, p.124). Assim, os monopólios comerciais, conforme avança o capital industrial, foram sendo minados ao longo da segunda metade do século XVIII.

Como os impérios coloniais ibéricos desenvolveram pouco suas atividades industriais, girando sua economia em torno exclusivamente do comércio, com os conflitos internacionais se agravando já nos fins do século XVIII, essas monarquias irão se degradando suscitando a independência das colônias americanas, estabelecendo nova ordem no mundo em geral. Além disso, internamente, Prado Junior (2012) também avalia que Portugal já vinha apresentando esgotamento em sua capacidade colonizadora, visto que o reino se tornara um simples “parasita” de sua colônia. Pelo monopólio comercial se impunha apenas como intermediário nas transações na exportação pois não era consumidor dos produtos produzidos pela colônia, que eram destinados a outros mercados, como nas importações, pois não forneciam a maior parte dos itens consumidos no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa apurou que a exploração colonial se vincula, de fato, às necessidades do nascente modo de produção capitalista desde o capitalismo mercantil. A estrutura colonial favoreceu a exaustão da natureza e da população negra em torno da mercantilização de monoculturas de alimentos, em grandes latifúndios, resumindo a reprodução humana - fora das economias centrais - em atos minguados de subsistência.

A degradação da colônia que começa pelo fim do monopólio comercial, chegará aos privilégios políticos e sociais, à estrutura de classes e ao regime de trabalho escravo e, assim, descolará toda a estrutura econômica produtora-exportadora orientada pelo interesse da metrópole. Nas contradições desse período é que serão geradas as transformações que possibilitaram a transformação da colônia em uma nação (Prado Junior, 2012).

### **3.2 O capitalismo dependente e a conservação do modelo agroexportador latifundiário: o jogo combinado do velho e do novo**

O modelo colonial se manteve como força propulsora do Brasil, inclusive, após a emancipação de Portugal, configurando-se como nação subordinada ao imperialismo, que ganhava expressão com o capitalismo amadurecido.

Como se sabe, já no século XIX, o confronto entre França e Inglaterra resultou na vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, devido as investidas napoleônicas para forçar Portugal a aderir ao bloqueio continental contra Inglaterra, invadindo seu território. Portugal, na figura de D. João foge para o Brasil, o que é considerado o acontecimento precursor da futura independência do Brasil, rompendo laços do Brasil com a metrópole. O rei regente, ao desembarcar no Brasil abre os portos a todas as nações, tornando-o livre ao comércio internacional. A corte fica no Brasil por treze anos (1808-1821) (Prado Junior, 2012).

De início, essa será uma medida de caráter provisório dada as condições do momento de interrupção do comércio ultramarino português. A Inglaterra, por sua vez, atuou de forma a manter Portugal sob seu domínio, oferecendo-lhe auxílio e proteção. O país buscava compensar as derrotas no continente – como a invasão napoleônica à Portugal, pela conquista das colônias na América. No Brasil, isto é feito sem grandes constrangimentos, pois Portugal aceita proteção da guarda naval britânica que permanecerá no Rio de Janeiro. Na Europa, os ingleses também se incumbiram da luta contra as invasões francesa e no Brasil irá cuidar também da preservação da liberdade de seu comércio.

Disso, no plano econômico resultam mudanças significativas que vão colocando fim aos limites a outras atividades econômicas; o fim da política de restrições comerciais e abertura dos portos (1812-1822) e o estímulo ao contato com outros países aceleram as necessidades de consumo para além das capacidades da então colônia brasileira, o que desencadeou um grave e crônico desequilíbrio econômico, tornando o comércio internacional permanentemente deficitário entre os anos 1821 e 1860. Os déficits no balanço de pagamentos serão compensados com vultuosos empréstimos públicos, franqueando o país ao exterior com essa solução que hipotecava o problema ao futuro com o pagamento de juros, dividendos, amortizações na busca pelo equilíbrio da balança comercial (Prado Junior, 2012).

Nota-se com isso que o país, enquanto uma nação ainda em estado embrionário, já era dependente do afluxo de capital estrangeiro. Também é notória sua fraqueza comercial, pois o país se manterá como produtor de gêneros exportáveis, o que se dá tanto pelo atraso dos séculos de colônia quanto pela nova configuração econômica estabelecida nesse período de privilégios concedidos à Inglaterra, que lhe asseguravam certo monopólio nas importações brasileiras, mostrando a liderança que a mesma assumira no domínio internacional do capital.

O Brasil já com tantas dificuldades para sair desse sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação [...] Essa situação tenderá sempre a se agravar com o correr dos anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da indústria europeia e conseqüente barateamento e melhoria dos seus produtos (Prado Junior, 2012, p.135)

Para Prado Junior (2012), todos esses percalços expressam e resultam do desacordo entre a economia da colônia e as novas necessidades de um país livre, provocando uma evolução contraditória, com a ampliação considerável das nossas forças produtivas e o progresso material acentuado e rápido, a partir do suporte financeiro internacional, em especial da Inglaterra. A isso se adiciona o desenvolvimento técnico do século XIX, que respingará no Brasil, com a navegação a vapor, a mecanização das indústrias, a construção de estradas de ferro e a ampliação das atividades agrárias. Todavia, essa espetacular trama social seria ainda condicionada a outro tipo de domínio e a outro tipo de colonização.

Florestan Fernandes (2008) realiza fundamental análise desse período e da metamorfose da colonização em que o Brasil estivera inserido. Para o autor, mesmo que no período da vinda da corte para o Brasil, a abertura dos portos e a elevação do Brasil à reino já colocassem a necessidade de os negócios de exportação se realizarem segundo critérios econômicos, é só com a emancipação e a criação de um Estado independente (1822 a 1834) que isso se concretizaria

de fato, pois exigia o funcionamento de novas instituições econômicas. Assim, a independência, para o sociólogo (2008) tem um significado ambíguo no plano econômico, pois ocorre sem maturação interna anterior, com a aderência às instituições capitalistas de modo desordenado e intenso, constituindo um setor econômico novo e moderno, mas dirigido por interesses estrangeiros.

Nesse sentido, a formação de um Estado Nacional independente ocorre sem a modificação da organização econômica da sociedade, ou seja, o regime estamental, ainda se mantinha intacto como base econômica que transformaria os senhores latifundiários em uma aristocracia agrária. Deste modo, a inserção do Brasil na economia mundial não passou de um “episódio do ciclo de modificações dos laços coloniais, no quadro histórico criado pela elevação da Inglaterra à condição de grande potência colonial” (Fernandes, 2008, p.24).

Dito de outra forma, ainda em consonância com o pensamento do autor, a formação do Brasil como Estado Nacional ocorre apenas com a mudança dos laços coloniais que deixam de ser jurídico-políticos para se tornarem puramente econômicos, mudando das mãos da antiga metrópole portuguesa, para o principal centro do imperialismo econômico em desenvolvimento, a Inglaterra. Para Fernandes (2008), tal modificação amarra o destino da nação ao neocolonialismo, gerando consequências nada desprezíveis para a estruturação e a evolução do capitalismo no país.

Desta forma, a sociedade nacional emergente não nasce como uma nação independente do ponto de vista econômico, além disso, a emancipação política velou os novos laços de dependência colonial, que “aos poucos, iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideias de vida da Europa para o meio brasileiro” (Fernandes, 2008, p.25).

Não obstante, é evidente que a inserção efetiva das relações capitalistas de produção típicas colocaria em crise a ordem social do mundo colonial. Como produtos históricos da expansão do mundo ocidental, as sociedades livres politicamente, mas dependentes economicamente não tem a evolução para o capitalismo avançado por conta das estruturas econômicas e sociais vinculadas à economia exportadora de matérias-primas. Reiteramos, o Brasil mesmo só ganhará *sentido capitalista interno* após a ruptura com o sistema colonial, o que ocorreu mantendo e preservando a organização e funções extra ou ditas pré-capitalistas mantenedoras do poder econômico, social e político dos grandes produtores rurais, mesmo após o fim do regime de castas e generalização do trabalho livre (Fernandes, 2008).

As análises de Prado Junior (2012) vão ao encontro das de Fernandes (2008) quando afirmam as dificuldades da economia brasileira em abandonar essa herança colonial fundamentada na monocultura e no latifúndio, constringendo, ao longo da história, o desenvolvimento de outros setores de produção de gêneros para o abastecimento interno e o desenvolvimento da indústria nacional; em geral, reféns de momentos de queda e instabilidade do setor agroexportador. Prado Junior (2012, p. 270) afirma que a “dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país” pois a formação econômica do país é organizada em torno da exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países da Europa e posteriormente aos da América, encontrando nesse ramo o seu lugar (subordinado) na divisão internacional do trabalho capitalista.

O neocolonialismo abordado por Fernandes (2008) aparece para Prado Junior (2012) como imperialismo – a integração da vida econômica dos países em posições distintas – e do domínio do capital financeiro no século XIX<sup>82</sup>. Para o autor, o imperialismo, fruto da centralização de capitais e do domínio de territórios, será determinante para a conservação dos elementos coloniais fundamentado na exportação de produtos primários, já que são essas exportações que garantiam lucros ao sistema financeiro com essa circulação internacionalizada de mercadorias.

Frank (1980) analisa que a dependência à metrópole imperialista é muito mais profunda do que a dependência exercida pela metrópole colonial portuguesa. Além de absorver terra, trabalho e produtos de trabalho em formas de taxas para o Estado que seriam convertidos em capital europeu por meio do pagamento de dívidas, o imperialismo na América Latina também utiliza o Estado para se apropriar das instituições políticas e econômicas para incorporar toda a economia em seu sistema<sup>83</sup> acarretando nesse processo, o crescimento dos latifúndios em

---

<sup>82</sup> Prado Junior (2012) evidencia a inserção do segmento financeiro inglês pelas mais diversas frentes tais como, pela política de valorização do café, com controle de toda cadeia produtiva, da produção à distribuição, ao consumo mercantil; pela especulação financeira com a inserção de grandes bancos internacionais ligados especialmente ao mercado de câmbio; pelos empreendimentos industriais, especificamente de empresas de serviços públicos vinculados a infraestrutura do país; e na indústria manufatureira, buscando espaços de mercado através do estabelecimento de indústrias subsidiárias. Frank (1980) também destaca que nesse processo, o capital público será atraído para expandir a infraestrutura necessária à exportação. No Brasil, o capital nacional é responsável pela construção das primeiras ferrovias e somente depois que o café provou ser um negócio em expansão, que o capital estrangeiro entra em cena nesse setor assumindo, inclusive a propriedade e a administração das empresas inicialmente nacionais ou domésticas.

<sup>83</sup> É relevante o debate sobre o Imperialismo no processo de dominação capitalista conforme formulação iniciada por Lênin ([1916] 2021). De forma sintética, o imperialismo é produto do desenvolvimento do capitalismo em estágio maduro no qual suas próprias características fundamentais vão se transformando em seu oposto. Economicamente, esse processo de desenvolvimento que coloca o capitalismo em um estágio de

propriedade de estrangeiros; a obtenção, pelas metrópoles dos produtos pela monopolização e comercialização dos produtos agrícolas; a acentuação do esgotamento dos recursos naturais pela extração ou produção de matérias-primas e; o estímulo ao desenvolvimento de infraestrutura para a introdução de equipamentos, insumos, tecnologia e mercadorias oriundas das metrópoles.

A internacionalização da economia brasileira, nesses fundamentos, terá particularidades destacáveis. De um lado, a exploração da riqueza nacional, e portanto, a apropriação do mais-valor gerado no Brasil por estrangeiros, agudizando a exploração e a extração desse mais-valor sem que necessariamente a acumulação nacional se desenvolva robustamente. Por outro lado, a falta de estruturação da economia brasileira, porque subordinada aos interesses imperialistas, não se organizava para as necessidades da população nacional. Além da perturbação do capital financeiro no movimento especulativo e de desequilíbrio das contas externas, especialmente, pela encruzilhada do endividamento crônico (Prado Junior, 2012)

Em nosso entendimento, acompanhando Fernandes (2008) e Prado Junior (2012), a subordinação ao imperialismo (ou ao neocolonialismo) são fundamentais para explicar a inalteração da estrutura fundiária no decorrer do desenvolvimento econômico e histórico do país, persistindo no tempo métodos tradicionais de agricultura predatória e destrutiva, sempre em expansão para terras virgens e férteis, com extração voraz de recursos naturais, como será prolongado na cultura do café, repetindo em grande medida, outras agriculturas do país até esse momento, responsável pela sobrevivência econômica do país e ao mesmo tempo, demolidora da natureza e das necessidades humanas.

Como já observado, esse período é marcado pelo ciclo da produção do café e as rachaduras do sistema colonial, frente à internalização da economia, aparecem nesse ciclo materializadas, principalmente, pela crise do regime de trabalho escravo. Logo, a pesquisa apurou que com a Independência começa o declínio do trabalho escravo, com a generalização e enaltecimento do regime de trabalho livre, e essas são as bases da constituição da formação social capitalista no Brasil (Ianni, 2004; Prado Junior, 2012).

---

desenvolvimento particular e mais elevado, tem como aspecto fundamental a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas. Isto significa afirmar que o próprio desenvolvimento capitalista, transforma uma de suas características fundamentais, a livre concorrência, em monopólio a partir de suas próprias leis iminentes. Lênin (2021, p. 114) define o imperialismo a partir de cinco aspectos fundamentais: i) concentração de produção elevada permitindo a concentração de monopólios que desempenham papel decisivo na vida econômica, ii) fusão do capital bancário com o capital industrial que resultam na criação do capital financeiro; iii) a exportação de capitais em substituição a exportação de mercadorias; iv) formação de associações internacionais que partilham o território mundial entre si e; v) fim da partilha do mundo entre grandes potências mundiais.

Antes de entrarmos na crise do regime de trabalho escravo, precisamos abordar alguns aspectos e características fundamentais desse período econômico. No século XIX, findo o ciclo do ouro e a retomada das atividades agrícolas, há um deslocamento da relevância econômica das regiões do país, provocado pela decadência das velhas regiões agrícolas produtoras de cana-de-açúcar<sup>84</sup>, algodão e tabaco do Nordeste e a ascensão do Centro-Sul com Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, pela proeminência do desenvolvimento paralelo do café.

Veremos isso com mais detalhes adiante, mas é importante mencionar que o banimento do tráfico<sup>85</sup> e o fim da fartura de mão-de-obra fácil e barata também influenciará a economia da cana-de-açúcar, enquanto a região Sudeste já em progresso contornará essa limitação pelo tráfico interno de escravos dessas regiões enfraquecidas, jogando o problema para o futuro. Mais tarde, a solução será a imigração europeia, o que o Nordeste não pôde fazer porque nem as condições econômicas, nem seu clima acentuadamente tropical ofereciam atrativos suficientes para essa nova corrente de colonos (Prado Junior, 2012).

O favorecimento dos Estados do Sudeste nesse período também são produto das próprias vantagens naturais do solo para a produção do café. Apesar de já produzido para consumo doméstico desde o século XVIII, sua importância no comércio exterior, a independência dos Estados Unidos e sua confirmação como potência internacional, colocam a produção brasileira em lugar privilegiado, tornando o café, produzido com fins comerciais já no século XIX como o grande artigo de exportação no século XX, sendo os Estados Unidos seu maior consumidor (Prado Junior, 2012)

Não só a produção, mas a comercialização do café começa no Rio de Janeiro, e na divisa com Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Tornando essa área geográfica, no século XIX, a mais rica do país, pela concentração da maior parte das atividades econômicas. Em pouco tempo, o auge do desenvolvimento tomará rumos de declínio, pois “repetia-se mais uma vez o

---

<sup>84</sup> A Europa e os Estados Unidos, grandes consumidores no açúcar brasileiro, passam a substituí-lo pela utilização da beterraba e tornam-se produtores e exportadores, com grandes incentivos aos produtores e taxas à importação do açúcar. A crise será geral nos países produtores de cana. Especialmente para os produtores e já independentes, como é o caso do Brasil que contava ainda com a desvantagem da posição geográfica e sobretudo o nível rudimentar de sua técnica de produção. O Nordeste do país sentirá mais as consequências dessas transformações para além dos efeitos já sentidos pelo achaque da natureza, ininterruptamente, por séculos. O algodão também será desbancado pela produção concorrente norte americana e oriental. O tabaco já sofria a repercussão das restrições ao tráfico africano, seu principal mercado (Prado Junior, 2012).

<sup>85</sup> Como se sabe, Inglaterra será agente fundamental para a abolição do regime de trabalho escravo no Brasil. Será sob sua influência por meio de acordos, bloqueios e pressões diplomáticas desde a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil que se extinguirá o tráfico de escravos que terá como produto a implosão deste regime de trabalho e economia (Prado Junior, 2012).

ciclo normal das atividades produtivas no Brasil: uma fase de intensa e rápida prosperidade segue outra de estagnação e decadência. Como com o pau-brasil, a cana de açúcar, o algodão o ouro e os diamantes” (Prado Junior, 2012, p.162).

A causa da ruína dessa região é velha conhecida da história do uso da terra no Brasil: a exploração até o esgotamento. Os terrenos íngremes dedicados às plantações sofreram um grande processo de erosão devido ao desmatamento inconsequente, com o único objetivo de plantar buscando rendimento imediato. Com isso, a solução foi o abandono das culturas e o resultado o empobrecimento da região (Prado Junior, 2012).

O Oeste Paulista se ocupará da produção de café, com condições climáticas, físicas e topográficas menos montanhosas, ainda mais vantajosas. Essas condições resultarão em maior concentração de riqueza e densidade econômica superior. Além disso, as condições topográficas implicarão que mesmo plantados com o mesmo descuido, os cafezais dessa nova região sofreram menos com as ações da natureza. Deslocamento para o oeste das culturas de café maior e quase única fonte de riqueza do país naquele momento que também reorientara as atividades econômicas. A orientação geográfica do Oeste Paulista passa a ser a capital da província e o porto da cidade de Santos (Prado Junior, 2012).

De outro lado, as comunicações, os transportes serão mais fáceis dessa zona de topográfica regular e riqueza mais concentrada. enquanto no primeiro setor estabelecer-se-ão a muito custo algumas deficientes e onerosas vias férreas, o novo contará muito cedo com uma boa rede de estradas; São vantagens apreciáveis, a quem vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil, particularmente para o cultivo do café. (Caio Prado Junior, p.164)

Em termos internacionais, o café marca a evolução econômica do país, concentrando na produção e exportação do grão quase a totalidade de riqueza do país como grande produtor mundial. Internamente, social e politicamente, esse período marca de forma cronológica, a última das três grandes aristocracias do país, tornando os fazendeiros de café uma elite social brasileira, o que logrou o poder político ao Estado de São Paulo na preservação dos interesses de seus fazendeiros em âmbito nacional.

Já é evidente que a produção e exportação do café também reforçará à cultura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação e reforçará diferentes elementos coloniais perpetuados no país: a grande propriedade e a monocultura por exaustão dos recursos naturais, além do trabalho escravo.

O regime de trabalhado escravo como fissura do sistema colonial merece ser abordado de acordo com Caio Prado Junior (2012) em dois momentos no século XIX e em duas

dimensões interligadas. Na primeira metade do século XIX, o regime é combatido, principalmente por forças externas. Dito de outro modo, por pressões diplomáticas e militares da Inglaterra tem-se a limitação do tráfico humano da África, configurando a primeira etapa da questão escravista no Brasil, que permitiu que a segunda, a escravidão em si, fosse atacada. As forças conservadoras da época, preferiam se calar diante do assunto para não tornar o debate público, visto que a questão da escravidão era extremamente delicada e podia desencadear graves repercussões. Para o autor, a ausência de debate sobre o tema significou muitas vezes um excesso de preocupação sobre os aportes da dominação interna. O debate só se torna explícito depois da repressão ao tráfico em 1850 e sua extinção pouco tempo depois.

Nos anos seguintes, o problema foi amadurecendo ao se fazerem sentir os efeitos da extinção do tráfico, que cessava a chegada até então ininterrupta de pessoas escravizadas no Brasil sem que houvesse substitutos equivalentes.

A lavoura sentirá a falta de mão-de-obra e seu agravamento com o passar do tempo, especialmente, no período em que se dava a expansão do café e das forças produtivas, pois o crescimento vegetativo da população trabalhadora não atendia às necessidades crescentes. Surgem neste cenário algumas medidas para assegurar a conservação e estimular o aumento da escravatura existente como as leis de proteção à saúde física dos escravos, incentivo aos casamentos e defesa das famílias. Outra medida foi o desvio de escravos para as regiões mais prósperas como já vimos anteriormente, *o tráfico interprovincial de escravos* (Prado Junior, 2012).

A extinção do tráfico de forma brusca acentuou e aprofundou contradições do regime de trabalho escravo. A escassez de braços e o desequilíbrio demográfico entre as regiões do país acrescentavam-se aos problemas que antes já derivavam dele. A solução encontrada foi a imigração europeia. A corrente imigratória se intensifica depois de 1850 e passam a coexistir nas lavouras de café trabalhadores escravos e europeus livres.

Internamente, a emergência da indústria manufatureira no país também exerceu influência na demarcação da obsolescência desse regime de trabalho, pois já surge integrada ao modo típico de produção especificamente capitalista, demarcado pelo assalariamento. Esse aspecto não está nem de longe vinculado a questões morais, mas sim às relações sociais econômicas de produção que o capitalismo requer, em que o trabalhador assalariado fornecesse sobretrabalho sem adiantamento prévio do capitalista, enquanto o escravo correspondia a um capital imobilizado, com vida útil preestabelecida, representando um adiantamento a longo prazo para a produção de valor (Prado Junior, 2012).

Abstraindo os pormenores da discussão da questão da época, é somente a partir de 1860 que o debate sobre a abolição da escravidão se instaura de forma plena na política brasileira. Inicialmente, as medidas adotadas terão caráter mais conciliatórios aos interesses em disputa, prevalecendo um projeto de abolição gradual e sem maiores choques econômicos e sociais no país. Inclusive, sem possibilitar maior espaço para as rebeliões das pessoas negras e os movimentos abolicionistas, no espaço político. Nesse sentido temos a lei do ventre livre de 1871<sup>86</sup> com poucos efeitos concretos, e dez anos depois – com a intensificação do movimento libertador e as contradições do regime em seu auge pela diminuição da população escrava produzida por trinta anos sem abastecimento do tráfico –, a abolição volta ao centro das discussões, com a ampliação do debate e conquista da opinião pública e a entrada em cena dos escravos, que avançam com fugas e abandonos em massa das fazendas. Apesar da resistência conservadora escravocrata, a instabilidade política e as forças abolicionistas fazem com que a luta empurre a história para um novo ciclo que resulta na Lei Áurea, em 1888.

A mudança desse regime de trabalho implicará, inicialmente, no rechaço da população negra como força de trabalho e a solução adotada será a imigração de trabalhadores europeus, especialmente entre 1886 e 1914, estimulada por forte política oficial de povoamento do Estado, além da participação da iniciativa privada. Isto em certa medida se explica pela dificuldade objetiva de transformar as relações entre senhor e escravo, colocando a necessidade de que o ser humano livre viesse de outro lugar, e tivesse outro sentido. Trata-se ao mesmo tempo de um novo papel para o país na divisão internacional do trabalho, como plataforma para o escoamento da superpopulação relativa europeia em desemprego, no contexto do amadurecimento do capitalismo no fim do século XIX, com forte presença da organização operária questionadora dos destinos sociais da classe trabalhadora. Mas, é importante retomarmos a discussão já iniciada neste capítulo acerca da relação da economia com o escravo e a terra, na medida em que modificadas as relações com o trabalho servil, terão de ser modificadas as relações sociais com a terra (Martins, 2010; Prado Junior, 2012)<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> Como conhecido, essa lei declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas provocou pouco efeitos concretos, pois apenas atenuou a intensidade das forças emancipatórias. Além disso, esclarece Prado Junior (2012) que a lei estabelecia que os filhos de escravos, até atingirem a maioridade, ficariam sob a tutela do proprietário de seus pais que tinham a obrigação de sustentá-los, podendo utilizarem-se de seus serviços. Para estudiosos do tema, esses filhos continuaram quase-escravos de fato, e, a legislação redundou numa vitória da própria reação escravista.

<sup>87</sup> Sublinhamos que, no que tange ao debate racial, a imigração europeia alimentava ainda a estratégia de branqueamento da população brasileira, o que servia para, paradoxalmente, apaziguar a revolta social dos libertos e justificar a não-integração deles na nova dinâmica econômica. A solução racial baseava-se no

Enquanto o escravo aparece expropriado de qualquer propriedade, inclusive a propriedade de sua força de trabalho (seu próprio corpo), quando a produção passa a ser organizada pelo capital - e não pela mediação da renda -, o trabalhador livre emerge como proprietário de sua força de trabalho. Com a emergência do trabalho livre, o escravo recupera a propriedade de sua força de trabalho, permanecendo expropriado de todas as outras propriedades, inclusive a terra. Já o trabalhador livre, expropriado em sua terra natal, já desprovido de toda e qualquer propriedade, o que lhe resta é sua força de trabalho.

As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram a transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica e moral. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois, se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem (Martins, 2010, p. 33).

Um ponto teórico-analítico importante nos é evidenciado por Martins (2010) que afirma que a substituição do regime escravo se dá pelo trabalho livre e não-assalariado. Esse aspecto é essencial pois reafirma aspectos já abordados anteriormente referentes à manutenção de aspectos pré-capitalistas na produção agrícola, devido as formas de remuneração empregadas pelo fazendeiro ao trabalhador livre que buscavam essencialmente a manutenção da economia de exportação do café baseada na grande propriedade e para onde, fundamentalmente, seguiram os imigrantes europeus.

Trata-se do colonato, um regime de trabalho que não é exatamente um regime de trabalho assalariado, pois o salário em dinheiro é, no modo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. O colonato envolvia um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos – como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. O colono também não era um trabalhador individual, mas envolvia os membros da família, sendo, por isso, um trabalhador familiar. E, é essa produção direta dos

---

argumento de que com a miscigenação entre brancos e negros, a população branca se tornaria superior à população negra.

meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita, para Martins (2010), a definição dessas relações como propriamente capitalistas de produção.

Portanto,

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter (Martins, 2010, p.28)

Isto deriva da contradição inerente às próprias relações capitalistas de produção que ao alargar e ampliar a reprodução do capital, também alastra suas próprias contradições, conforme abordamos no capítulo 2, por meio da categoria reprodução ampliada do capital. Ainda que, contraditoriamente, a criação e a subordinação de relações pré-capitalistas criam as condições para sua expansão, incorporando áreas e populações às relações comerciais (Martins, 2010).

Essa transição de regime de trabalho implicará no que Martins (2010) denomina metamorfose da renda capitalizada, porque a terra e a mão-de-obra passarão a ganhar outro sentido nas relações de produção. Enquanto no regime de trabalho escravo, a terra não era mercadoria, a partir da Lei de Terras de 1850, e da crise deste regime de trabalho, opera-se a transição do objeto da renda capitalizada da propriedade do escravo para a propriedade da terra. Essa é a solução encontrada para que os fazendeiros garantissem crédito para o custeio de suas produções, evidentemente, de forma a garantir que os colonos recém-chegados não tivessem condição de adquirir a propriedade da terra.

Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver (Martins, 2010, p. 49).

Para além de uma simples transmutação, ao ser liberado do trabalhador, o capital também é liberado, o que provoca transformações na dinâmica da produção. Quando a renda capitalizada tinha como objeto o escravo, as atividades se concentravam especialmente na produção e na colheita do café, de modo que a abertura de novas fazendas e o beneficiamento do café foram feitos com pouco desenvolvimento técnico, tanto de capital variável como capital constante. Quando essa renda é transferida para a terra, transformada em renda territorial

capitalizada, as atividades se concentram especificamente na formação da fazenda, já que agora se torna fundamental para a materialização do trabalho nas plantações. O valor da fazenda, entendido como propriedade, passa a estar vinculado à sua produtividade (Martins, 2010) como de resto ocorre na economia tipicamente capitalista, conforme tratamos no segundo capítulo.

Fica evidente, pela análise de Martins (2010) de que forma a renda da terra vai ganhando concretude neste período. A busca por novas terras, diga-se solos virgens e não desgastados, passa a ter uma importância maior à produção visto que garantiriam uma maior produtividade. A partir da Lei de Terras, o dinheiro antes empregado no tráfico de escravos passa a desaguar nas companhias imobiliárias e para os grileiros que garantiam a posse – por vezes ilícita – de terras. Nesse sentido, a renda diferencial da terra pela sua maior fertilidade, e independente do capital nela investido, foi a fonte de lucro do fazendeiro do Oeste Paulista que passou a puxar a economia. Também incrementava renda diferencial da terra por meio das construções de ferrovias, para o escoamento da produção ao Porto de Santos, de início financiada pelos próprios fazendeiros (Martins, 2010)<sup>88</sup>.

Ianni (2004) também observa esse movimento de reorganização e dinamização das forças produtivas em São Paulo pelo regime de trabalho livre e pela concentração de propriedade fundiária formada principalmente pela compra ou anexação de fazendas existentes ou na apropriação de terras devolutas<sup>89</sup>.

Martins (2010) também destaca que essa transmutação do objeto da renda capitalizada possibilitou a conversão de parte dessa renda em capital constante e capital variável, já que provocou o incremento em equipamentos para o beneficiamento do café – o que explica em certa medida a industrialização precoce desse ciclo produtivo em relação aos marcos históricos da industrialização da agricultura que ocorrem somente em 1965. Esse investimento foi realizado, sobretudo, pela concessão de empréstimos, agora hipotecários, além de começar a desenvolver-se de forma mais ampla o pagamento em dinheiro aos colonos, permitindo que parte dessa renda fosse convertida em capital variável e constante.

É significativo que a modernização do equipamento de benefício de café tivesse início mais ou menos em 1870, quase ao mesmo tempo que os empréstimos hipotecários eram liberados para os municípios vizinhos da província do Rio de Janeiro. Pouco depois, o escravo foi substituído pela fazenda como garantia das hipotecas. Quase simultaneamente tem início a

---

<sup>88</sup> Para melhor compreender a questão da renda da terra, recomendamos a leitura de Monerat (2024) ou voltar à explicitação acerca da Renda da Terra realizada no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>89</sup>Essas transformações, reiteramos, são decisivas para entender a produção de alimentos no país, a conformação de uma suntuosa superpopulação relativa e o tamanho do problema de a abundância produzir a escassez de alimentos para uma parte da população trabalhadora, como apontado no primeiro capítulo desta dissertação.

imigração em massa subvencionada pelo governo, que libera o fazendeiro de imobilizar recursos, sob forma de renda capitalizada, na pessoa do cativo. Tudo isso ocorreu no curto prazo de 18 anos, entre 1870 e 1888. São indicações de mudanças objetivas nas condições de produção do café, que deram um significativo suporte à transformação da mentalidade do fazendeiro, de modo a liberá-la da peia representada pelo escravo na sua lógica econômica. A transformação da renda capitalizada recriou as condições de sujeição do trabalho ao capital, engendrando ao mesmo tempo um sucedâneo ideológico para a coerção física do trabalhador, o do imaginário da ascensão social pelo trabalho, na sua conversão de colono em proprietário de terra (Martins, 2010, p.52).

Para o autor, a *humanização da terra* – aqui discutida nos termos de sua transformação pelo trabalho – no âmbito das relações de produção capitalistas, transforma-a em relação social de produção e a transforma em propriedade privada. Esse processo se conforma a partir de determinado momento, pela formulação de leis, especialmente quando o uso privado da força deixa de ser suficiente ou se coloque ameaçado. Neste sentido, é que Ianni (2004) destaca que a Lei de Terras assina esses aspectos das tensões e dos conflitos agrários e indicam o sentido do poder do Estado em favorecer os interesses de determinadas camadas sociais envolvidas na luta pela terra.

A Lei de Terras de 1850 garantiu os interesses dos fazendeiros e comerciantes ao instituir as bases legais que garantiram o mesmo padrão de exploração da força de trabalho, abonando a sujeição do trabalho na produção do café. Nesse momento, para o Martins (2010), tinha mais importância a oferta compulsória de força de trabalho do que o monopólio da terra, entretanto, a defesa dos interesses dos fazendeiros pelo Estado pela instrumentalidade jurídica objetivamente dificultou o acesso dos trabalhadores à terra e criou artificialmente uma superpopulação relativa nas produções de café, necessária para que esses trabalhadores se sujeitassem ao trabalho feito, até então, pelo escravo. A ideologia do trabalho terá um importante papel nesse momento, pois o trabalho seria aquilo que possibilitaria o sonho do colono de vir a ser proprietário (Martins, 2010).

O estudo de Ianni (2004) evidencia esse mesmo caráter da intervenção do Império sobre as terras devolutas em favor da concentração fundiária, demonstrando que isso será decisivo para a sua não disponibilização aos trabalhadores, tanto para os ex-escravos quanto para os colonos. Esse aspecto atua também no aumento do preço da terra, ou seja, na especulação especialmente daquelas que possibilitassem a extração de uma maior renda diferencial. Por outro lado, no novo regime de trabalho, se demandava massas despossuídas e de acordo com Ianni (2004) a política imigratória, em um primeiro momento privada e posteriormente subvencionada pelo Estado, tinha como objetivo fim atender essa requisição, incrementando as lavouras com força de trabalho. O imigrante se tornará colono, uma forma singular de organização social e técnica das relações de produção que, como vimos antes, combinaria a

provisão de gêneros alimentícios com a garantia de certo nível de oferta de mão-de-obra, pela permissão de que o imigrante e sua família cultivassem uma parcela de terra, emprestada pelo fazendeiro para seu autoconsumo.

Assim como Martins (2010), Ianni (2004) reconhece que este imigrante era expropriado das condições de sua reprodução e de sua família desde o seu país de origem. Os meios e instrumentos de trabalho cedidos pelo proprietário das terras para dar início ao trabalho, conformavam-se como dívida a ser quitada por esses trabalhadores, para assegurar seu vínculo com a fazenda.<sup>90</sup> Demonstrando a perversa condição de vida dos trabalhadores nesse trânsito da economia capitalista no país.

Era comum, nas relações de produção da cafeicultura que o fazendeiro fornecesse gratuitamente ao colono e sua família moradia, terreno para culturas alimentares e pasto para animais. Não adiantava dinheiro, mas fornecia, para pagamento posterior, os gêneros alimentícios para o sustento da família nos primeiros tempos. O colono comprometia-se a cuidar dos pés de café, conservá-los, plantar e replantar e colher o café. Obstáculos eram criados de modo a impedir o abandono da fazenda, como perda do pagamento já anotado e aviso prévio. Essas características gerais apresentavam variações de acordo com regiões, fazendas e municípios (Ianni, 2004).

A relação entre colonos e fazendeiros durante a formalização dessas relações foi marcada por tensões, dada a submissão exacerbada dos colonos, provocando, contraditoriamente, as primeiras reivindicações e conquistas desses trabalhadores contra os maus tratos.

De um lado, a luta social será diplomática – com a interrupção do fluxo migratório entre Itália e Brasil pelos maus-tratos e péssimas condições de trabalho –, e, será interna, tratada pelo Estado, especialmente pelo Governo de São Paulo, resultando na formalização dos contratos, por meio de diversos decretos e leis estaduais, a fim de proteger os interesses dos colonos. Mesmo assim, essa proteção, na maioria das vezes, não superou o plano jurídico-formal, especialmente em momentos de crise da cafeicultura, ou quando o fazendeiro fazia exercer seu poder político, calando o protagonismo governamental nessa matéria (Ianni, 2004).

Toda grande fazenda de café tendia a ser um mundo social, isto é, político-econômico, à parte do mundo social centrado no núcleo urbano. Em certos casos, o fazendeiro de café tendia ter sua autoridade aumentada pelo exercício de funções públicas [...] nessas ocasiões, o poder

---

<sup>90</sup> O registro era realizado numa caderneta que era utilizada para o controle de crédito (trabalho fornecido pelo colono e sua família ao fazendeiro além de produtos de animais, e venda de produtos que tinha licença para plantar) no débito (aquilo que lhe era fornecido em alimentação e vestimenta).

político-econômico da burguesia cafeeira era exercido de forma quase monolítica. A interpretação dos direitos do proletário agrícola – pelo fazendeiro ou representantes do poder público – era realizada segundo interesses e a oposição de força da burguesia agrária (Ianni, 2004, p.30)

A exposição realizada até aqui sistematiza a pesquisa sobre a forma social do Brasil como nação tipicamente capitalista, sem romper com a sua subordinação a outros países na divisão internacional do trabalho, mas apenas a modificando. Transforma a colônia, subordinada jurídica e politicamente à Portugal em uma nação subordinada economicamente à Inglaterra, conformando um novo tipo de colonização, o neocolonialismo, um filho desdobrado da fase superior do capitalismo maduro, o imperialismo. No seio dessas modificações, a classe dominante dos latifundiários protagonizará a manutenção de velhos aspectos ditos pré-capitalistas que garantem a perpetuação do modelo de produção baseado na grande propriedade fundiária, na monocultura de exportação. As modificações no regime de trabalho do escravo para o trabalho livre, se expressam como forma de preservar esse modelo colonial de exportação e ao mesmo tempo disseminar o padrão de desenvolvimento do capitalismo no país. Isso vai se dar preterindo as necessidades humanas da lógica social, de modo que a alimentação será restringida, especialmente pela dificuldade de acesso à terra, transformada em propriedade privada. Os trabalhadores recém-libertos e livres, além daqueles que chegam de além-mar para o colonato dependerão, para se alimentar, do sistema de exploração e domínio dos grandes proprietários de terras ou se dissociados da engrenagem econômica central, dependerão da incerta filantropia ou de pequenos serviços urbanos informais e instáveis.

### **3.3 A questão agrária reproduzida no ciclo da industrialização brasileira**

O ciclo do café, de acordo com os estudos consultados, é o divisor de águas para a economia e a política do país. Ianni (2004) destaca que o estabelecimento da monocultura cafeeira, todavia, gerou, contraditoriamente, os elementos de sua própria crise e, por consequência, a exigência da diversificação das atividades agrárias e, posteriormente, a heterogeneização das atividades econômicas do país. Dentre esses elementos temos os vinculados à natureza e a própria exploração predatória e desenfreada do solo com as geadas (1918) e as secas (1924 e 1926), além dos curtos-circuitos inerentes à própria dinâmica específica do capital, como as crises de superprodução do café e a crise sistêmica mundial de 1929.

O desenvolvimento dessas crises e o conseqüente abandono de fazendas endividadas, possibilitou certo rearranjo na estrutura fundiária, aumentando o número de pequenas propriedades comandadas em sua maioria por ex-colonos e camaradas<sup>91</sup> que compravam parcelas de terras ou as obtinham como forma de pagamento de dívidas dos fazendeiros. Esse processo possibilitou ainda, a diversificação das atividades agrícolas, juntamente com a urbanização e a ainda germinal industrialização do país que implicavam no crescimento do mercado interno. Tem-se nesse período o aumento da produção de culturas agrícolas para o mercado interno, que inclusive, supera as culturas de exportação. No final dos anos de 1930 e principalmente em 1940, essa supremacia, estendia-se também à participação no valor da produção e área cultivada. O Brasil neste período se tornou progressivamente menos dependente de mercados externos para cuidar da alimentação e o alimento migrou de produto de uma atividade de subsistência para um negócio capitalista, conforme avançou a urbanização (Ianni, 2004).

A grande depressão econômica iniciada em 1929 precipitou acontecimentos políticos importantes no Brasil, descortinando as limitações da política econômica primária exportadora e gerando uma crise no Estado Oligárquico<sup>92</sup> em vigor. Com relação ao contexto histórico da época, o mundo vivia um ciclo de prosperidade, no período de reconstrução após a Primeira Guerra Mundial, provocando uma onda de otimismo devido à expansão econômica, com os Estados Unidos avançando para se constituir como potência econômica hegemônica das relações capitalistas. Esse período é marcado pelo surgimento de novas modalidades de negócios e expansão da centralização de capital, quando as bolsas passam a desempenhar um papel importante no sistema econômico (Ianni, 2004).

Notadamente, com a emergência da crise, reveladora das contradições do sistema de mercado e dos princípios liberais, a queda das ações da bolsa, provocou no mundo o aumento

---

<sup>91</sup> Ianni (2004) faz questão de identificar em seu texto de forma frequente essas diversas categorias que englobam os trabalhadores. Deixamos aqui, uma breve caracterização a partir de seu trabalho: o sítante/pequeno proprietário que trabalha diretamente com a terra, geralmente com seus familiares, vizinhos e camaradas; os arrendatários/foreiros que trabalham pessoalmente ou com membros da família e assalariados, pagando aluguel pelo uso da terra, que em alguns casos podem ser arrendatários capitalistas; o parceiro, aquele que também paga pela utilização da terra, mas de acordo com oscilação da produção, o proprietário da terra recebe parcela variável do produto do trabalho; o empreiteiro, comprometido em realizar tarefa específica, seja em ciclos de produção agrícolas ou perenes; o camarada, aquele que vende sua força de trabalho recebendo salários, podendo ser permanentes ou temporários, mensalistas, ou diaristas.

<sup>92</sup> Entende-se o Estado Oligárquico, como o governo de poucos, período entre os anos de 1884 e 1930, durante a Primeira República, caracterizado pelo revezamento de poder entre as oligarquias do café de São Paulo e Minas Gerais.

do desemprego, o fechamento de bancos, e a contração do mercado internacional frente a superprodução de produtos primários. Houve queda no volume e no valor das exportações dos países primário-exportadores, além da exigência de divisão dos custos da crise dos países centrais com os dependentes e um dos movimentos dramáticos da época foi o abandono do livre comércio e a adoção do protecionismo alfandegário, claro, com adoção de tarifas preferenciais, fortalecendo os vínculos imperialistas (Ianni, 2004).

Como os Estados Unidos, após a Primeira Guerra, superaram a Inglaterra como compradores dos produtos exportáveis do Brasil, em especial o café, esses mecanismos de transferência do ônus da crise afetaram diretamente o país, provocando o acúmulo de estoques de café e a conhecida política de queima da produção subvencionada pelo Estado, com o pagamento ao produtor de parte do valor da produção, como forma de proteção da principal atividade econômica brasileira em colapso. Ainda na defesa dos interesses econômicos e financeiros dos fazendeiros, a taxa cambial foi alterada de forma a garantir a redução de suas rendas em moeda nacional, devido ao encarecimento da moeda estrangeira. Em certo nível, essas medidas do Estado garantiram a manutenção e continuidade da produção cafeeira, evitando o total abandono das plantações, amparando o setor privado, portanto, afiançando o capital (Ianni, 2004).

A queda nas exportações de café implicou em uma crise política interna de grande envergadura que resultou no fim do chamado Estado Oligárquico, pois reduziu pouco a pouco o financiamento dos produtores. Tanto produtores como exportadores de café movimentaram-se procurando suporte em governos estaduais e estes procuravam suporte no governo federal em busca da reformulação da política de defesa do café dadas as alterações do mercado. Os produtores – que muitas vezes eram também políticos – dos estados cafeeiros em especial São Paulo e Minas rompem, então, com o governo federal. Concomitantemente, a opinião pública também foi levada a responsabilizar o governo federal pelas dificuldades crescentes que os grupos sociais urbanos estavam enfrentando, como a fome, pois apesar do desenvolvimento de outras culturas agrícolas pelas pequenas propriedades, a conservação do modelo agroexportador ainda colocava dificuldades à produção de alimentos para o abastecimento interno, redundando em carestia e escassez, junto à outros aspectos vinculados ao modelo de produção predatório provocador de secas, entendida como escassez de recursos hídricos (Ianni, 2004).<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> Aqui cabe trazer à memória o tratamento cruel dados aos famélicos do Nordeste entre o final do século XIX, em 1877, e início do século XX, em 1915 e 1932. Por exemplo, na década de 1930, as secas no Ceará

É nesse contexto que a oposição representada pelo Partido Democrático de São Paulo e pela aliança liberal de âmbito interestadual adquiriu uma nova significação e mesclaram-se à crise econômica e a crise política. A política vinha gestando dessabores desde 1917, quando houve uma grande greve operária em São Paulo; e 1922 quando ocorrem as primeiras manifestações políticas do tenentismo que emerge como expressão das camadas médias urbanas. As forças políticas que se sentiam afastadas do poder, devido às sucessivas vitórias dos candidatos governamentais da oligarquia cafeeira, preconizavam a reforma eleitoral, o enfrentamento da questão social, a anistia aos presos políticos, entre outras pautas. No plano econômico, essas mesmas forças da oposição, representada pela aliança liberal lançam, como candidato à Presidência da República Getúlio Vargas, preconizando uma política cafeeira mais adequada às exigências da situação crítica em que todos se encontravam, defendendo um papel mais ativo no Estado na valorização do café. A condução das eleições pela máquina eleitoral do Estado que elege Júlio Prestes para substituir o, então, Presidente Washington Reis, não foi aceita pela oposição, que é deposto pela “Revolução de 1930” (Ianni, 2004).

Essa consideração ao conflito da época é importante porque nos mostra a tênue estrutura de poder capitalista que se constituía, o que terá seus desdobramentos sobre a questão agrária, e, portanto, sobre a produção e o consumo de alimentos. Por esse motivo vale a pena nos determos mais um pouco nesse embate político, entre o horizonte capitalista típico e a estrutura oligárquica que não queria desvanecer.

Na análise de Fernandes (2020, p.207), a revolução burguesa, se constitui por um “conjunto de transformações, tecnológicas sociais, psicoculturais, e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” sendo difícil localizar o exato momento histórico de maturação e consolidação desse poder. No Brasil, esse processo começa a germinar ainda no Império e no começo da República, no entanto, sem que se rompa com o poder oligárquico, mas sim com uma recomposição das estruturas de poder das elites, que sem perder seu poder, enfrentam a transição da era senhorial para a era burguesa (do

---

provocaram um deslocamento massivo de retirantes em direção à Fortaleza buscando auxílio ou melhores condições de vida. A solução foi a criação de campos de concentração para conter o exército de famélicos antes que chegassem à capital do estado. Em 1932 foram contidos 73 mil retirantes nesses campos. Para maiores informações sobre estes campos, ver: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghtml> acesso em: jul. 2024.

O livro *O quinze* de Raquel de Queiroz retrata esse período de seca, especialmente a de 1915 contando a história de sofrimento marcada pela miséria, pela sede e pela fome de uma família de retirantes em busca de melhores condições de vida.

antigo regime estamental para a sociedade de classes) se modernizando. Assim, este processo é marcado como brando por conta da justaposição entre as burguesias e não pela fusão em torno de seus interesses comuns, diz Fernandes (2020, p.208).

Neste sentido, é importante destacar que a burguesia no Brasil, como país de capitalismo dependente, não assume um papel revolucionário, como em outros países do centro capitalista. Ao contrário, conserva as estruturas sociais, políticas e econômicas, pois o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira era favorável aos interesses do capital. Assim,

ela [a burguesia] se compromete por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando vantagens que decorriam tanto do atraso quanto do ‘adiantamento’ das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo uma mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (Fernandes, 2020, p.208).

Além disso, a essência e origem dessa burguesia era rural, o que a tornava reprodutora do “mandonismo oligárquico”. Assim, ainda que existissem conflitos internos, esses eram de acomodação aos interesses comuns, o que não implicava na necessidade de grandes transformações históricas (Fernandes, 2020, p.209). A modernização produzida pela burguesia, nesse sentido, ficava restrita às condições econômicas diretas e articulando e reatualizando métodos autocráticos, sem grandes rumos revolucionários ao conjunto do país e com a convergência entre os interesses burgueses internos e externos (Fernandes, 2020).

Neste sentido, desde o capitalismo comercial e posteriormente no capitalismo industrial, o caráter autocrático e repressivo da burguesia se manifesta no sentido de deter as classes subalternas e preservar as condições ditas pré-capitalistas ou arcaicas do período colonial e neocolonial, combinando-as com as condições de acumulação tipicamente capitalistas. O que foi feito conservando o poder oligárquico e definindo os antagonistas comuns do conjunto das frações das classes dominantes, em um primeiro momento, o escravo e, posteriormente, o trabalhador assalariado ou semi-assalariado da cidade e do campo. Esse esquema social servia para continuar dinamizando “o persistente esquema neocolonial de exportação-importação” quanto para alavancar a revolução urbano-industrial (Fernandes, 2020, p.214). As consequências dessa acomodação serão notadas nos entraves às reformas estruturais fundamentais que tiveram assento em outros países, como ante-sala das relações tipicamente capitalistas, como a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma escolar. A ausência de reformas sociais que debelassem as estruturas arcaicas – e a sua reprodução no contexto de

modernização urbano-industrial – marcarão negativamente sobremaneira o acesso à alimentação como direito fundamental, tanto na formulação Constitucional quanto na realidade concreta, conforme mostramos em dados no primeiro capítulo desta dissertação.

Dessa maneira, “o modo pelo qual se constitui a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da ‘velha’ e da ‘nova’ oligarquia, converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária” (Fernandes, 2020, p. 216). O caráter autocrático e violento se coloca no desempenho capilarizado de seu papel, que é o de viabilizar a revolução das relações sociais de produção, nas condições específicas de um país dependente e sob domínio de economias centrais, garantindo a necessária estabilidade política e econômica - “portanto, a dominação burguesa se associava no presente a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos que deveriam ser instituídos” (Fernandes, 2020, p. 210).

A redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como uma conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar a sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente (Florestan, 2020, p.217)

A revolução burguesa no Brasil foi impulsionada pela potencialidade de absorção de práticas financeiras, de produção e de consumo do desenvolvimento do capital monopolista, o que a classe burguesa interna aproveita, associando-se ao imperialismo. Portanto, a heteronomia está entranhada em seu fundamento, o que a faz se distanciar de proposições de autonomia da concertação de interesses internos. Inclusive, na década de 1930, a burguesia é pressionada pelo capital monopolista mundial por maiores garantias econômicas, sociais e políticas, o que organizou a “contrarrevolução autodefensiva” alterando a forma e as funções da dominação burguesa, incluindo a violência sobre o proletariado quando em manifestação na cena política, o que levou aos fúnebres fechamentos do regime.

Assim garantiu a aceleração de crescimento econômico e da modernização tecnológica, estabelecendo uma relação mais íntima com o capital internacional; que lhe permitiu reprimir pela violência ou intimidação qualquer ameaça de subversão da ordem; possibilitou transformar o Estado em um instrumento exclusivo do poder burguês (Fernandes, 2020 p.219).

Pensando esta fase de consolidação da economia urbano-industrial, Fernandes (2020) analisa que a existência de um grande número de despossuídos foi um aspecto facilitador da

economia capitalista, junto com a imigração de trabalhadores pobres e expropriados, pois permitiu a articulação entre as economias centrais - com modificações pontuais - e manutenção do poder senhorial, o que impulsionou - com a permanência de estruturas arcaicas do modelo agroexportador do café - o desenvolvimento de um parque industrial e a irradiação para o campo de relações capitalistas de trabalho, sem ruptura com o padrão da estrutura agrária.

Para Ianni (2004) a “Revolução de 30” representa em certa medida a vitória da cidade sobre o campo, e de forma mais geral, significou a repartição do poder político dos produtores e exportadores de café com outros grupos sociais, sendo isso fundamental para o desenvolvimento da legislação trabalhista e a emergência de uma política robusta para a industrialização e o relativo nacionalismo econômico brasileiro. A valorização do café, desde o final do século anterior, produziu efeitos no setor manufatureiro ainda nascente no país, e atuou de forma a proporcionar o desenvolvimento de novas atividades produtivas e retendo excedentes econômicos produzidos no país.

As medidas adotadas para preservar o fluxo da renda no setor cafeeiro tiveram consequências muito importantes para a economia como um todo. Assim, a elevação da taxa cambial (o encarecimento do dólar) destinada precipuamente a manter os rendimentos dos plantadores de café, teve efeitos dinâmicos provavelmente inesperados para os autores da medida. Ao elevar-se a taxa cambial, o governo brasileiro encareceria a moeda estrangeira. Em consequência, encareciam as importações, que eram em maior parte manufaturados. Essa situação levou parte da demanda interna a satisfazer-se com os similares nacionais. Na prática, estava ocorrendo o estímulo da produção manufatureira no país. Em síntese, ao desvalorizar a moeda nacional, o governo desencadeou uma sequência de reações, as quais se transformaram (numa das pontas do processo) em aumento da demanda de manufaturados nacionais (Ianni, 2004, p.202)

Surgirá nesse período um setor da indústria vinculado à agricultura, articulado à produção de insumos agrícolas e ao beneficiamento de produtos agrícolas. Começa a emergir também a burguesia agrária, de grandes proprietários que procuravam modernizar sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno. Os camponeses nesse período, são induzidos a se vincularem às regras mercantis capitalistas e se integrem à indústria, tanto servindo como força de trabalho barata para a indústria- como superpopulação latente - ou cumprindo função de produzir alimentos e vendê-los a baixos preços – como superpopulação estagnada - para alimentar a classe operária urbana, garantindo a queda do valor da força de trabalho e, portanto, proporcionando razoáveis taxas de lucro à classe burguesa. Esse processo dá início ao desenvolvimento contraditório e complementar da reprodução dos camponeses enquanto classe no campo, ainda que parte de seus membros migrassem para as cidades e se transformassem em operários, enquanto a tendência capitalista reinante encobria o aprofundamento maior da concentração de terras (Stédile, 2012).

A crise política e econômica vivenciada nesse período não poderia deixar de ser marcada pela fome, e com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização começam a surgir, ainda na década de 1930, as primeiras ações do Estado em seu gerenciamento<sup>94</sup>. Essas intervenções estatais resultarão no processo de implementação do salário-mínimo – que considerava apenas necessidades nutricionais dos trabalhadores, mas será essa a régua orientadora do preço da força de trabalho, regulando a exploração e a concorrência entre capitalistas. Mas, outras iniciativas governamentais ganham à cena. A criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), voltado aos segurados da previdência social, por meio de restaurantes, de fornecimento de alimentos básicos, da seleção de produtos e do barateamento de preços; o Serviço Técnico de Alimentação Social (STAS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) – responsável pelo primeiro Plano Nacional de Alimentação (PNA) em 1953 - que seguia orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ampliam as orientações sobre o problema da fome no contexto da *Guerra Fria* e das iniciativas do Estado social de matiz fordista-keynesiano, mesmo que restrito. Em 1955, também pela CNA é institucionalizado o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), posteriormente transformado em Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) (SILVA, 2006) que associa a escola ao cuidado com a alimentação de crianças e jovens.

Apesar da importância histórica dessas ações, quando pensamos no perfil populacional brasileiro neste período – majoritariamente rural – elas se revelam extremamente limitadas e orientadas ao benefício da vida urbana e da indústria em ascensão, já que a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que engloba de modo geral a intervenção estatal da época, não incluía os trabalhadores rurais na normativa e nem, globalmente, os trabalhadores informais da cidade. A nova configuração política e econômica brasileira, em desenvolvimento, implicará na reprodução e intensificação de elementos pré-capitalistas de superexploração da força de trabalho bem como a ampliação estrutural da expropriação social da terra de forma a manter os lucros das atividades agrícolas.

É necessário abrimos um parêntese para reivindicar atenção à categoria da superexploração do trabalho neste ponto da pesquisa. À luz de Rui Mauro Marini, Luce (2018, p.178) considera a superexploração da força de trabalho como característica essencial à negação

---

<sup>94</sup> E a fome e a insuficiência alimentar acometiam também trabalhadores assalariados integrados no mercado formal de trabalho, significando, outrossim, que o salário não cobria as necessidades de reprodução da força de trabalho.

ao trabalhador das condições necessárias de reposição do desgaste de sua força de trabalho, por aumento da intensidade do trabalho e em razão do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Diz ele: “o prolongamento da jornada além dos limites normais; o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais”, ou ainda, por um “hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada” (Luce, 2018, p. 178)<sup>95</sup>. Medidas que redundam na apropriação e deslocamento do fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação, ou pela retirada de anos futuros de vida do trabalhador (seu fundo de vida) para alimentar a fome da acumulação.<sup>96</sup>

A superexploração do trabalho é condição do desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes como o Brasil, manifestando desde a economia agroexportadora do Estado Oligárquico. Entre os anos do impulso de industrialização de 1930-1950, a superexploração perde um pouco de intensidade devido às forças reivindicatórias da classe trabalhadora, que se materializam na CLT. Entretanto, a alteração da correlação de forças entre capital e trabalho nos ciclos da ditadura empresarial-militar e do capitalismo neoliberal, a superexploração impera como tendência da acumulação nos países dependentes (Luce, 2018).

A extração de sobretrabalho ocorre de forma regular e reiterada, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho, sem necessariamente possibilitar a sua restauração em condições adequadas<sup>97</sup>. Isto é resultado da busca por compensação das transferências de valor

---

<sup>95</sup> Sinteticamente, de acordo com Luce (2018, pp.188-193) as formas de superexploração se expressam com o salário pago abaixo de seu valor é perceptível na realidade quando sua quantia monetária é insuficiente para repor o desgaste da força de trabalho pelo acesso de valores de uso, como por exemplo os alimentos (a discussão do DIESSE sobre salário necessário e salário real também está inscrita nesses aspectos); já o prolongamento da jornada de trabalho não é apenas esporádico, mas se coloca com relação à jornada de trabalho de outros países, como os países do centro capitalistas, de modo estrutural, atingindo efeito que nem mesmo o acesso à uma maior quantia de bens de consumo é suficiente para a recomposição do desgaste físico e mental do trabalhador, como é possível através de estratégias como a flexibilização da consolidação das leis trabalhistas; o aumento da intensidade pode aparecer de diversas formas, dependendo do trabalho útil executado, sendo sua evidência os acidentes de trabalho e doenças laborais; e por fim, o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração estabelecida, pela não ampliação, nos países dependentes, da cesta de consumo da classe trabalhadora concomitante ao avanço tecnológico. Esses bens são acessados nos países dependentes pelo endividamento ou pela submissão à carga extra de trabalho.

<sup>96</sup> Explicamos de acordo com Luce (2018, p.159) que fundo de consumo e fundo de vida “expressam dialeticamente, a transubstanciação do valor diário e do valor total da força de trabalho”. Insuficiências no fundo de consumo reverberam de forma negativa no fundo de vida, colocando a necessidade de aumento do consumo de meios de subsistências (valores de uso) para sua restauração. Em certos graus, a insuficiência no fundo de consumo e o conseqüente desgaste físico e mental da força de trabalho só pode ser recuperado com a associação de valores de uso e o repouso.

<sup>97</sup> Ferreira (2018) ao analisar, de acordo com Marx, que o sobretrabalho – que provoca maior desgaste - é anterior ao capitalismo, configurando-se pela apropriação do excedente do trabalho por uma pequena parcela da sociedade. Na especificidade das relações de produção capitalista, no entanto, assume a forma de extração de um volume maior de mais-trabalho, possuindo uma dimensão expropriatória, em meio a abundância deste sistema violando o fundo de vida do trabalhador, com o conseqüente desgaste prematuro. O sobretrabalho está vinculado

nas relações desiguais da divisão internacional do trabalho pelas economias primário-exportadoras, na qual a burguesia nacional se apropria de uma massa de mais-valor menor do que a que é produzida. A formação do salário abaixo dos níveis necessários para a reprodução de seu trabalhador se manifesta justamente pela orientação da economia para a exportação, pois nesse tipo específico de produção e realização do valor, o trabalhador não exerce função determinante na realização do valor, o que não cria tantas barreiras para o capital impor a redução dos salários, muito pelo contrário (Luce, 2018; Ferreira, 2018).

É neste sentido que a superexploração assume a característica essencial da negação ao trabalhador das condições necessárias à reposição do desgaste de sua força de trabalho, mediante o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; contribuem a favor do capital, em grande medida, além das tendências supracitadas, o engrossamento do exército industrial de reserva, como mencionado no capítulo anterior, influenciando negativamente sobre os salários e na extração intensiva e/ou extensiva de sobretrabalho (Luce, 2018; Ferreira, 2018) o que em muito é resultado da própria dinâmica de expropriação no campo.

Fechado o parêntese sobre essa categoria de análise das formações econômicas dependentes, ressaltamos que Ianni (2004) realiza uma leitura parecida com a de Florestan Fernandes (2008) e Frank (1980), a respeito da integração das áreas pré-capitalistas na dinâmica capitalista nacional e internacional. Isso se dá porque é imanente à personificação do capital transformar ou destruir aquilo é estranho ao valor (direta ou indiretamente), por isso, acreditamos quando Ianni (2004) diz que dessas transformações resultam da incorporação de certas ‘racionalidades’ na administração e organização da economia que incidem tanto no modo de exploração da força de trabalho e na adoção de novos e mais modernos meios de comunicação, de incorporação de mudanças na composição orgânica do capital e de agregação de tecnologia ao solo. Processos que revelam a expansão também da mentalidade capitalista no campo – como já vimos também em Martins (2010) – que irão contribuir para o êxodo rural como uma expressão demográfica e ecológica desse processo. Esse ponto merece um pouco mais de atenção, pois, além de uma possível ‘atração’ para os centros urbanos e outros setores da economia, é preciso considerar as transformações no campo que expulsam parcelas desses

---

ao desenvolvimento das forças produtivas do capital com diminuição da ocupação de trabalhadores, assumindo um caráter mais violento na extração de trabalho excedente pela intensificação e/ou extensão do trabalho, mesmo quando a força de trabalho é paga pelo seu valor, pois progride sobre o tempo de trabalho socialmente necessário, como tratado no capítulo anterior.

trabalhadores agrícolas, sendo a expulsão e a atração processos distintos, ainda que complementares.

Para Ianni (2004), a economia baseada na subsistência foi destruída e desorganizada pelo capital provocando a transformação da economia agrária. Modificaram-se as relações econômicas, sociais e culturais desses espaços e a população desses locais foram expulsas, desencadeando o processo de proletarização, com integração do assalariado sazonal nas fazendas ou nas indústrias, quando não, engrossando a massa de trabalhadores em reserva, seja rural ou urbano<sup>98</sup>.

Para o autor, essa dinâmica expressa claramente uma expansão das relações capitalistas de produção no campo, que paulatinamente alteram as formas exploração da força de trabalho. Os colonos e arrendatários de outros períodos que integravam a estrutura patrimonial do latifúndio, vão se tornando camaradas, volantes, diaristas. As relações no campo são transformadas e

enquanto determinadas regiões predominam formas ‘tradicional’ de exploração do trabalho, como a economia de subsistência, o colonato ou os regimes tradicionais de arrendamento e parceria, em outras, conta é o trabalho do camarada assalariado em dinheiro. Num extremo encontramos o complexo rural tradicional, enquanto no outro, temos o sistema capitalista, em graus diversos, o complexo rural herdado do passado vem sendo destruído em algumas regiões do país (Ianni, 2004, p.104-105).

Esse processo reiterado de expropriação social e conseqüente proletarização no campo foi acompanhado de resistência por parte de arrendatários e sitiantes frente a perda de seus meios de produção. A causa das maiores pilhagens dos modos de vida foi a especulação de terras promovida pela chegada do mercado gerando conflito entre posseiros – aqueles sem instrumentos legais de posse de terra – e aqueles que possuem a posse ou então, entre os grileiros – falsificadores de escrituras, além da perda de capacidade dos pequenos proprietários sem a assistência técnica ou o financiamento reservados para os latifundiários. Portanto, impedidos de continuarem suas atividades como proprietários dos meios de produção são integrados, agora como assalariados (Ianni, 2004), de modo que a solução é imanente à chegada do mercado, transformando as relações sociais, profundamente.

A transformação da estrutura agrária brasileira não resulta apenas no processo de proletarização dos trabalhadores do campo. Também atua concomitantemente nas economias

---

<sup>98</sup> O modo diversificado de sobrevivência no campo na transição entre os regimes de trabalho, leva o autor a afirmar que a proletarização está presente nas diferentes formas de combinação de trabalho quando desvelados o conteúdo e as formas de contrato e de pagamento, pois aí se percebe que as mais diferentes categorias (camarada, sitiante, posseiro, parceiro, empreiteiro, boia-fria) recebem, em troca do seu trabalho dinheiro ou produtos, cristalizando o fenômeno básico das relações capitalistas de compra e venda de força de trabalho.

de subsistência destruindo-as, transformando-as em economias de mercado, as complexificando socialmente, como necessidade da consolidação das relações de produção capitalista. Isto ocorre pelo processo da divisão social do trabalho, como já vimos no capítulo anterior, possibilitando não só o aumento da produtividade do trabalho, mas também a especialização da produção, alterando as culturas e criando especializações para a satisfação de necessidades, no mercado. O fragmento abaixo detalha esse processo:

a força de trabalho assume as configurações que o sistema econômico-social impõe. Há um sistema que produz o escravo, que é mantido no interior da fazenda, consumindo apenas alimento, vestuário e senzala. Outro sistema vai gerar o colono, cuja remuneração será em espécie ou dinheiro, mas que continuará no interior da fazenda, onde terá habitação e lote de terra para a culturas de subsistência. Esta será uma forma intermediária do desenvolvimento da unidade no sentido de uma empresa organizada em bases 'racionais'. Mas essa evolução somente se completa com a expulsão do trabalhador do interior da fazenda [...]. Nesse caso, o empresário não terá unidade estruturada de forma híbrida, onde coexistam elementos dos sistemas patrimonial e capitalista. Agora a fazenda é definida como uma empresa organizada 'racionalmente'. E do trabalhador, que deve habitar fora da unidade, compra-se força de trabalho avaliado em dinheiro. No bairro, patrimônio, vila ou cidade onde habitar, ele comprará os seus sapatos, a sua roupa, os medicamentos, o arroz e o feijão. Da fazenda, de onde o trabalhador extraía anteriormente os seus meios de subsistência, levará somente o salário (diário, semanal ou mensal), como o operário da indústria". (Ianni, 2004, p.113)

Sinaliza o autor que como a industrialização se ancora na oferta abundante de força de trabalho, esse processo exerce atração da população do campo os centros industriais. Concomitantemente, o estímulo é provocado também pelo mercado consumidor urbano e industrial estimulam modificações a fim do ajustamento às demandas coma introdução de tecnologias, o que também provoca a expulsão dos trabalhadores para os centros industriais. O entrelace entre agricultura e indústria se estreita ainda mais, pois com o crescimento do assalariamento no campo, cresce o consumo das mercadorias industriais e modos de vida são destruídos ou transferidos, inclusive, a subsistência alimentar.

Essa interação entre os dois setores da realidade socioeconômica brasileira, para Ianni (2004), provoca mudanças constantes na economia de subsistência pela economia de mercado, que por sua vez é estimulada pela economia internacional e pelo Estado. Isso significa que as relações de produção são transformadas em termos qualitativos: o fazendeiro se metamorfoseia em capitalista e o lavrador em proletário. Emergindo novas dinâmicas de conflitos entre essas classes, com caráter especificamente capitalista, como níveis salariais, tipos de contratação e organização do trabalho. O alcance dessas tensões, em termos políticos, provoca mudanças na forma, até então, adotadas para as resoluções de tensões, perfilando o caráter de classe.

Essa subordinação da agricultura ao capital e ao setor urbano-industrial coloca o trabalhador agrícola como o ente mais explorado na cadeia de subordinações que é própria da sociedade brasileira. Afinal, a produção de excedentes nos centros urbanos se ancorava na

capacidade de apropriação de parte do excedente produzido no setor agrário. Ianni (2004) denomina o trabalhador rural como *vértice de uma pirâmide invertida*, pois como vendedor de sua força de trabalho, além de seguir às condições específicas do setor agrário, tem o excedente apropriado e repartido por diferentes setores do sistema econômico - o arrendatário capitalista, ou proprietário da terra, o comerciante dos produtos agrícolas (dos centros urbanos e internacionais), as indústrias e o Estado.

Além disso, o autor destaca que o trabalhador rural também está em uma situação desfavorável ao trabalhador da indústria, uma vez que o desenvolvimento desigual da divisão do trabalho resulta em uma troca desigual entre a mercantilização do produto do trabalho desses dois trabalhadores. A consequência disso é uma exploração intensiva e extensiva maior do trabalhador rural para adquirir seus bens de consumo produzidos pelos trabalhadores industriais (Ianni, 2004).

Em síntese, a industrialização brasileira como parte da diversificação das atividades econômicas do país aparece como processo inerente a própria crise da monocultura do café, causando transformações na estrutura de poder das classes dominantes. Entretanto, esses elementos não rompem com as estruturas políticas, econômicas e sociais que favoreciam tanto o capital nacional quanto o internacional, o que perpetuou a combinação entre práticas arcaicas e modernas nas relações de produção e no jogo de forças políticas entre as classes antagônicas no campo e na cidade como forma de conservar o esquema neocolonial que enquadrava o país como primário-exportador.

Apesar do aparecimento das pequenas propriedades, no momento da crise do café, a estrutura fundiária em si não se modificou, mantendo-se as grandes propriedades da terra e avançando as expropriações sociais desses pequenos produtores, combinada com o processo de sua proletarianização e, conseqüente, submissão às regras mercantis para o atendimento de suas necessidades desde as mais elementares, conforme avançam as relações tipicamente capitalistas no campo, consubstanciando a questão agrária. Contraditoriamente, na dinâmica de combinação entre o velho e novo, esse processo de proletarianização ocorre sem que se rompa definitivamente com as velhas relações de produção já conhecidas no campo, que articuladas à superexploração do trabalho, tanto no campo como na cidade, aprofundam a subordinação dos camponeses nesta etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por exemplo, pela sua não inclusão na regulamentação de leis trabalhistas, refletindo negativamente sobre as condições de reprodução tanto desses trabalhadores, quanto dos trabalhadores urbanos.

### 3.4 A questão agrária no ciclo da modernização conservadora da agricultura

O esforço dessa exposição é demonstrar como a fome vai se configurando crescentemente, menos como decorrência natural – escassez de recursos locais e fragilidade dos meios de vida – e, sobretudo como decorrência das mediações capitalistas.

A produção de alimentos e o acesso a eles tem conexão com a industrialização da agricultura e seus rebatimentos na questão agrária, o que torna fundamental tratar das determinações macrossociais que incidem sobre esse processo. A industrialização tomará em cheio a agricultura brasileira a partir da década 1960, com grande incentivo da articulação estatal materializada na criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), inclusive, quando o contexto internacional apresentava limites à rentabilidade do capital e os Estados Unidos defendiam que a fome precisaria ser combatida com o aumento da produtividade da agricultura, adotando-se os pacotes tecnológicos – o que ficou conhecido como “Revolução Verde<sup>99</sup>”. O resultado desse processo se expressa em particularidades que merecem ser evidenciadas, especialmente no contexto de regime da ditadura empresarial-militar, deflagrando um processo de modernização conservadora da agricultura, que não rompe com a concentrada estrutura fundiária e nem com as relações de superexploração do trabalho.

Mendonça (2018) argumenta que a industrialização da agricultura deve ser analisada pela *determinação crítica própria do desequilíbrio na composição orgânica do capital*. A produção agrícola capitalista é orientada para a produção de valor, e, sendo o desenvolvimento das forças produtivas determinado pela busca de valorização do valor, se estabelece uma contradição do capital com ele mesmo, pois ao buscar valorização ou aumento da taxa de lucro, é levado ao desequilíbrio de sua composição orgânica, ou seja, na relação entre trabalho vivo e trabalho morto, afirmando assim, de acordo com Mendonça (2018, p. 119) os pressupostos sistematizados por Marx de que a barreira da produção capitalista é o próprio capital, ou seja,

---

<sup>99</sup>A “Revolução Verde” iniciada mundialmente nos anos de 1950 envolve a transformação da agricultura por meio da importação, pelos países dependentes, de tecnologia e insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, além de maquinaria, especialmente dos Estados Unidos. O discurso propagado na época era que o problema da fome não poderia ser solucionado sem o aumento da produtividade no campo. Outros aspectos desse processo são identificados por diferentes autores como Alentejano (2020) que ressalta seu caráter ideológico contra a “revolução vermelha” iniciada na China em 1940; ou Teixeira (2022) que associa o incremento tecnológico na agricultura à forma de destinar o armamento químico e tecnológico desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial; já Monerato, Silva e Gomes Junior (2023) destacam a dimensão geopolítica vinculada à desvalorização do dólar no final da década de 1960 quando os Estados Unidos abandonam o controle do Estado sobre a política de preços fixos dos alimentos, entregando-o para o agronegócio e as corporações multinacionais de processamento de alimentos, o que provocou oscilações para cima no preço dos gêneros básicos de alimentação, fortalecendo o discurso em favor da “Revolução Verde”.

*“o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e chegada, como motivo e finalidade da produção”*. E nesse sentido, o processo de desenvolvimento das forças produtivas que se expressa através da concorrência entre capitais no modo capitalista de produção, ao aumentar a produtividade do trabalho estrangula, como vimos no capítulo anterior, a valorização pela diminuição do trabalho vivo, responsável único pela criação de valor.

Mendonça (2018) também evidencia que o estágio do capitalismo monopolista<sup>100</sup> é a base para a industrialização da agricultura, que se inicia justamente nesse período. Desta forma, as determinações do imperialismo e da financeirização são elementos chaves para compreender esse desenvolvimento especialmente, a partir do momento em que a financeirização se sustenta com forte ascendência na acumulação<sup>101</sup>.

O processo de expropriação e conseqüente proletarização e superexploração do trabalhador rural que esboçamos no tópico anterior, ganha adensamento conforme avança intensiva e extensivamente o capitalismo no campo, mercantilizando, inclusive, os modos de reprodução social, notadamente, a alimentação. O desencadeamento dos acontecimentos que produzem o desenvolvimento do agronegócio, entre outros fatores internos e externos, está intimamente vinculado a esse processo e a eclosão significativa da resistência por parte desses trabalhadores rurais. Vejamos primeiramente o desenvolvimento das lutas sociais no campo e a emergência do debate da questão agrária.

O proletariado rural, já separado de seus meios de produção<sup>102</sup>, também estava liberto dos vínculos jurídicos, políticos culturais, sociais e morais inerentes ao sistema social da fazenda, o que produziu a modificação da cultura e dos padrões de comportamento, provocando

---

<sup>100</sup> Essa fase do capitalismo é marcada pelo desenvolvimento de monopólios, que já era perceptível na análise de Marx (2017) no capítulo XXIII sobre a lei geral de acumulação capitalista, que ao evidenciar que a concorrência tende a gerar processos de concentração – aumento do mais-valor pela exploração intensiva de trabalho – e centralização, diretamente alavancada pela concorrência e pelo crédito. Capitalistas com maior concentração de capital ao mesmo tempo são menos afetados pela concorrência no mercado enquanto os outros, pela concorrência são derrotados e/ou absorvidos, produzindo a centralização de capitais em grandes corporações monopolistas. Além disso, para dar início ao processo de produção capitalista, o capital inicial necessário passa a ser cada vez maior, o que movimenta o crédito, sendo seu acesso direcionado, principalmente, ao capital centralizado. Importa destacar ainda, que a centralização por reforçar e acelerar os efeitos compulsórios da acumulação, também incide na composição de capital, aumentando os níveis de desigualdade relativa entre capital constante e capital variável e por conseqüência, diminuindo a demanda relativa por força de trabalho.

<sup>101</sup> Neste sentido, a problematização realizada no próximo capítulo a partir dos processos de concentração e centralização são chaves para a compreender a industrialização da agricultura não só no Brasil, mas nos países dependentes de modo de geral, como inerente ao movimento de expansão do capital em seus impulsos de valorização do valor

<sup>102</sup> Mesmo que essa propriedade fosse apenas imaginária e não efetiva em termos jurídicos-legais na maioria das vezes, por conta da relação direta com a terra como era o caso dos colonos, sítiantes, arrendatários e posseiros (Ianni, 2004).

um paulatino amadurecimento da organização política desses trabalhadores, com fenômenos como, por exemplo, messianismo, cangaço, liga camponesa e sindicatos (Ianni, 2004). Podemos compreender que essas expressões políticas em suas mais diversas formas, estão intimamente ligadas à luta e resistência por melhores condições de vida.

O messianismo surgiu como um fenômeno religioso ligado diretamente com as transformações das relações de produção, representando formas de descontentamento frente às condições de vida enfrentadas pelos trabalhadores, cuja expressão mais acabada pode ser localizada no levante de Canudos<sup>103</sup>; já o cangaço decorre do próprio sistema de violência estabelecido pelo latifúndio, das relações de dominação política dos coronéis, sem presença ou pela omissão do poder público, expressando as tensões e os conflitos entre os próprios fazendeiros, no processo de concentração da propriedade e das áreas de influência e mando neste período de avanço do capital sobre o meio agrário.

As ligas camponesas e os sindicatos rurais são mais contemporâneos ao período de industrialização da agricultura e demarcam a separação efetiva entre o pequeno produtor rural e a terra. A liga camponesa expressa politicamente as reivindicações do trabalhador rural incluindo camponês e operário, sob influência do PCB. É caracterizada pela reação desses trabalhadores às condições econômicas e sociais em que se encontravam, como produtores expropriados, revelando-se como reação à forma como se reparte o produto do trabalho. Surge em 1955 como Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, e é resultado de movimentos organizados desde a década de 1940. À medida que trabalhadores lutam para que suas reivindicações sejam atendidas, desenvolvem-se os antagonismos entre esses mesmos trabalhadores e os latifundiários, fazendeiros, empresários e seus representantes. Portanto, emergem da mistura entre o campo e a cidade, adensando as relações políticas geradas com as transformações das relações sociais de produção (Ianni, 2004).

Já os sindicatos rurais são mais o resultado combinado das reivindicações do trabalhador rural e das respostas institucionais dadas pelo Estado, como forma de organização das relações de produção capitalistas, e da formalização do mercado de trabalho do setor agrícola, a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural – legislação sobre as condições de contrato de trabalho - quando se permite a sindicalização junto à formalização do mercado de trabalho no setor agrícola. Somente a partir de 1963 com o Estatuto do trabalhador rural é que se

---

<sup>103</sup> A guerra dos Canudos ocorreu no século XIX, entre a queda da monarquia e emergência da República, e envolvia a luta contra miséria, a seca e a fome e a ocupação de terras improdutivas no interior da Bahia.

sistemizam as condições de contrato de trabalho e sindicalização na sociedade agrária brasileira (Ianni, 2004).

É por meio dessa insurgência e amadurecimento das lutas sociais do campo que começa a ser discutida a questão agrária, vinculada à modificação da estrutura fundiária e da luta por melhores condições de trabalho e de vida. Os trabalhadores rurais não contavam com a legislação trabalhista e tinham sido proibidos desde 1946 de formarem sindicatos rurais, como acerto político da associação entre burguesia industrial e latifundiária. As ligas camponesas ganhavam força, organizando esses trabalhadores que lutavam em busca de direitos e melhores condições de vida e trabalho, englobando melhorias salariais e de infraestrutura. Mendonça e Fontes (2004) destacam que em 1961 já figurava uma proposta de reforma agrária com desapropriação de terras para serem cedidas aos trabalhadores de forma individual ou associada, o que beneficiaria também os trabalhadores urbanos pela possibilidade de ampliação da produção de gêneros alimentares.

É bom destacar que a legislação trabalhista do campo, de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), é fruto da correlação de forças entre as classes sociais com a particularidade de que os agentes não se restringem apenas à igualdade jurídica e à desigualdade de poder econômico entre compradores e vendedores de força de trabalho. Essa legislação também sacramenta a supremacia da cidade sobre o campo com o crescente predomínio do capital industrial sobre a agricultura. Isso explica o atraso da consolidação jurídica dessas relações, frente às relações urbano-industriais em âmbito nacional, enquanto a consolidação das leis trabalhistas é promulgada já em 1943, portanto, vinte anos antes. Essa falta de regulamentação das formas de contratação do trabalho contribuiu para a exploração exacerbada do trabalhador rural garantindo a extração de excedente produzido por esses trabalhadores e apropriado nos mais diversos setores econômicos, à custa do vilipêndio das condições de vida dessa fração da classe trabalhadora.

Neste sentido, devemos sublinhar que o espírito reformista coube aos subalternos, de modo que as parcas conquistas, ao longo da nossa história, são resultado da luta de indígenas, camponeses e trabalhadores rurais. Na disputa de forças, a burguesia agrária sempre se impôs, mantendo a autoridade de forma crônica e persistente, quase sempre pelo uso da força e da violência. Essa situação só começa a se modificar com o desenvolvimento das lutas econômicas

e políticas dos segmentos subjugados por melhores condições de vida e de trabalho (Ianni, 2004)<sup>104</sup>.

O estreitamento das relações entre campo e cidade não permitem que seja discutida a questão agrária sem desenvolvermos alguns aspectos referentes à acelerada industrialização ocorrida a partir dos anos, especialmente, entre as décadas de 1940 e 1950, pois concomitante à crise social e política no mundo agrário, organizava-se outra agrura na cidade. Na verdade, organizava-se uma crise generalizada, que de acordo com Mendonça e Fontes (2004) era produto da concentração de capitais e da internacionalização da economia em processo no Brasil – o que criaria as disputas e tensionamentos acerca das funções assumidas pelo Estado que conduzissem ao favorecimento de um ou outro segmento da economia<sup>105</sup> que, por fim, deflagram o golpe e a instituição do regime empresarial-militar em 1964.

Para as autoras, a crise que se colocava nesse período tinha motivações mais sociais e políticas que se sobrepunham às motivações de uma crise econômica, visto que esse período é marcado pela emergência da mobilização dos trabalhadores contra o avanço do capital sobre seus salários e contra a inflação. Isso porque, muitos estudos desse período afirmam que a questão englobava a queda da taxa de lucros vinculada ao pequeno crescimento do consumo dos bens produzidos, implicando a não realização do valor produzido. As autoras contestam essa leitura já que nesse período, apesar de haver queda da taxa de lucros, essa não ocorreu fora da normalidade, especialmente considerando o volume de investimento no processo de industrialização, além da inflação do período atuar em favor do capital, incidindo principalmente sobre os salários dos trabalhadores, e, nesse sentido, somente o segmento da indústria que destinava sua produção aos bens de consumo da classe trabalhadora teria enfrentado uma crise de realização de capital.

Portanto, a partir da leitura de Mendonça e Fontes (2004, p.13) verifica-se que o avanço da mobilização popular junto ao desequilíbrio político-partidário, marcado pelo esgotamento do “pacto populista e a emergência da participação popular não tutelada” – movimentos que

---

<sup>104</sup> Nesse aspecto, Ianni (2004) faz questão de referenciar a luta contra a ditadura empresarial-militar colocada em prática pelo campesinato, pelo operário rural e pelo indígena contra os alicerces da base agrárias desse regime fundamentada na agenda de luta pela terra, por condições dignas de trabalho e vida, por créditos aos pequenos produtores, contra a superexploração do trabalho e a violência perpetradas, e contra a grilagem de terras.

<sup>105</sup> Mendonça e Fontes, (2004) dão destaque a como essa tensão se apresenta na cena político-partidária para mais, ver História do Brasil Recente: 1964-1992, capítulo 1, item 2 “da crise político-partidária à nova ordem institucional” (pp.7-11).

se expressam especialmente nas lutas pelas reformas de base incluindo a reforma agrária – são alguns dos determinantes dessa crise social e política que começa a se delinear com o avanço da industrialização da agricultura, acelerando a expulsão da população do campo para as cidades.

Esse massivo deslocamento populacional não foi imediatamente absorvido pela indústria, e adensou o subemprego reforçando a superexploração e a precarização do trabalho por meio da informalidade e de remunerações abaixo do salário-mínimo. A problemática das péssimas condições de reprodução do trabalhador expropriado dos meios de trabalho se alastra como uma centelha entravando o acesso à alimentação, agora mercantilizada. Destacamos ainda, junto com Mendonça e Fontes (2004), que a consequência dramática desse contexto para os trabalhadores, frente ao favorecimento para a expansão capitalista pela ampliação do exército industrial de reserva que, como vimos no capítulo anterior, é um mecanismo pressiona o rebaixamento dos salários e diminui a força política da organização dos trabalhadores.

A situação do campo e da estrutura agrária já vinha sendo discutida por diferentes intelectuais que sob diferentes perspectivas diversas buscavam soluções para o relativo atraso do campo em relação ao meio urbano. Em resumo, o debate sobre a questão agrária, surge em paralelo às mobilizações camponesas de luta pela terra na década de 1950, sendo a década de 1960 o período em que a discussão intelectual sobre o tema desabrochará. Delgado (2004; 2010) destaca que essa discussão se orientou por quatro vertentes: a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a de setores reformistas da Igreja Católica; a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e de um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP).

O debate interno no PCB e no campo marxista, neste período, ocorria entre Caio Prado Junior, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães. Prado Junior concentrava-se na discussão das relações fundiárias e de trabalho no campo, o que Alberto Passos Guimarães considerava como “resquícios feudais” na agricultura que precisavam ser superados. Nessas divergências, os autores enxergavam diferentes soluções para a reforma agrária. Prado Junior acreditava na tendência do assalariamento da força de trabalho rural e na defesa de uma legislação trabalhista que os incluísse, tendo a reforma agrária um papel de segundo plano. Enquanto Alberto Passos Guimarães acreditava na superação do “feudalismo agrário” por meio da reforma agrária. Ignácio Rangel se concentrava na superpopulação rural, e que a questão agrária estaria vinculada à liberação de mão-de-obra para outros setores (Delgado, 2004).

A CEPAL orientava suas preocupações para a oferta e a demanda de alimentos nos centros urbanos, diagnosticando que a dificuldade da oferta acompanhar a demanda se configurava como um problema estrutural a ser solucionado pela mudança da estrutura fundiária e das relações de trabalho, ampliando o acesso à pequena propriedade no campo. (Delgado, 2004).

De acordo com Delgado (2004), o pensamento católico foi de grande influência nesse período, mas é o menos estruturado em termos teóricos, sendo abordado especialmente em Cartas Pastorais e manifestações do episcopado nas décadas de 1950 e 1960, que buscava a aplicação da doutrina social da Igreja em contraste com a realidade agrária e a indústria com a qual se defrontavam. Ainda de acordo com o autor, a Igreja assumirá um papel de disputa de espaço com a esquerda, em especial com o PCB na organização dos trabalhadores rurais. E terá um papel importante na luta política e de organização do sindicalismo rural brasileiro, exercendo influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, especialmente, o princípio de sua função social que aparece no Estatuto da Terra de 1964<sup>106</sup>.

Apesar de divergências analíticas, os três primeiros compreendiam a necessidade de uma reforma agrária, baseada na revisão da estrutura agrária, enquanto o grupo de economistas da USP problematizavam a realização da reforma, e defendiam a ideia de sua modernização técnica. Delfim Neto<sup>107</sup>, representante desse grupo econômico conservador, nega a existência da questão agrária negando a estrutura agrária e as relações de trabalho no campo como um problema econômico relevante, pois com essa estrutura foram cumpridas as funções que este considera essencial para o desenvolvimento, como liberação de mão-de-obra para o setor industrial sem implicar na redução da produção de alimentos, criação de mercado para os produtos industriais, expansão de exportação e financiamento de capitalização da economia. Nesse sentido, para o economista, a reforma é irrelevante dado o papel que a agricultura ocupa

---

<sup>106</sup>A Função Social da Terra foi estabelecida em primeiro momento no Estatuto Social da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964). Posteriormente, será estabelecida na *política agrícola e fundiária e da reforma agrária* da Constituição Federal de 1988 mantendo-se os mesmos preceitos. Está vinculada à desapropriação, realizada pelo Estado, para atender ao interesse social para fins da reforma agrária de imóveis rurais que não cumprem sua função social, estabelecida pelo atendimento simultâneos dos seguintes critérios, de acordo com o artigo nº 186 da CF: “i) aproveitamento racional e adequado; ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; iii) observância das disposições que regulam as relações de trabalho e; iv) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (BRASIL, 1998).

<sup>107</sup> Importante expoente desse pensamento que será Ministro da Fazenda da ditadura empresarial-militar a partir de 1967 e colocará em prática suas teses e implementando o Sistema de Crédito Rural.

no desenvolvimento econômico, e propõe a modernização sem reforma, caminho que será escolhido pelo regime militar, estancando o debate agrário pela força (Delgado, 2004).

Assim, a partir de 1964 o pensamento conservador<sup>108</sup> se impõe sobre os demais e o debate relativo à questão agrária se volta para as questões agrícolas, especificamente entendida como: oferta e demanda de alimentos, efeitos sobre os preços, sobre o emprego e o comércio exterior, prescindindo da discussão sobre a estrutura fundiária (Delgado, 2004).

Importa destacar ainda que é ainda em 1964 que Josué de Castro publica seu pioneiro estudo sobre a fome no Brasil. Em *Geografia da Fome*, revela a fome crônica e coletiva que assolava quase a totalidade das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, e que de maneira mais discreta com tendências à subnutrição, afetava as demais regiões. Castro ([1964] 2022) como já demonstramos, impõe total recusa à ideia da fome como um fenômeno natural, evidenciando que, neste período, sua pesquisa revela o Brasil como um país de fome de seu tempo, demarcando a severidade desse flagelo como produto histórico do passado colonizador não superado, da manutenção dos privilégios e do poder econômico e político dos grupos oligárquicos junto ao interesse imperialista dos países centrais aos quais às elites brasileiras se subordinavam, sempre objetivando atividades cada vez mais lucrativas.

Para Castro (2022) o que se construiu ao longo do ciclo de industrialização, na década de 1950 concomitante ao abandono das regiões mais empobrecidas do país, foi um “progresso de fachada”, no qual não desapareceram “o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo e a fome” (2022, p. 290)

Castro (2022) percebia um enorme abismo entre a vida urbana de algumas cidades e a vida agrária, o que para o autor, era produto do atraso de uma agricultura que conservava aspectos compreendidos pelo médico como servis, com uma industrialização desacompanhada do desenvolvimento de uma agricultura com maior capacidade produtiva. Para o autor, ao final da década de 1950, o relativo atraso da agricultura em relação à indústria deveria ser superado para que se pudesse superar a fome pela oferta de alimentos, que estrangulava o crescimento econômico e industrial do país, pela escassez de matérias-primas para o setor industrial, pelo valor dos alimentos e o baixo poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores urbanos e pela

---

<sup>108</sup> Delgado (2004) observa que esse pensamento tem forte vinculação com o pensamento funcionalista norte-americano e as cinco funções da agricultura e os assinala: liberação de mão de obra para a indústria, geração de oferta adequada de alimentos; suprimento de matérias-primas para as indústrias; elevação das exportações agrícolas; transferência de renda para o setor urbano.

marginalização econômica do povo do campo – aspectos que remontam a dinâmica de expropriação e exploração que viemos construindo ao longo desse trabalho. A reforma agrária, concebida com a revisão da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo, aparece como uma necessidade histórica para corrigir o contraste entre os setores industrial e agrário, o que não ocorre com a deflagração do golpe de 1964.

É nesse sentido que as Mendonça e Fontes (2004) alegam que o golpe de 1964 foi organizado em torno da destruição das conquistas que vinham sendo alcançadas pelos trabalhadores, fossem do campo ou da cidade; pela sistematização da repressão e da violência às forças sociais opostas ao regime para firmar a hegemonia do capital monopolista.

O golpe de 1964 sob o ponto de vista estreitamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955. Bastava, para tanto, recriar as bases do financiamento das inversões necessárias a retomada da expansão e institucionalizar o processo de concentração oligopolista que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro desse quadro, o favorecimento da grande empresa era seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O milagre econômico<sup>109</sup>, veio a ser seu resultado. (Mendonça e Fontes, 2004, p. 21)

As autoras destacam que o financiamento interno para o grande capital seguiu às custas das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, pelo arrocho salarial urbano, resultando na intensificação da exploração do trabalho, como já vimos acima, e na maior concentração de empresas e capital. Para tanto, foram utilizados inúmeros instrumentos legais, como contrarreformas na legislação trabalhista para submeter ainda mais às classes subalternas aos ditames do capital. Resultam daí a reestruturação dos sindicatos, fortalecidos por um viés assistencialista e estendendo-o pela primeira vez ao meio rural. Para Ianni (2004) essa instrumentalização política levou ao enfraquecimento das Ligas Camponesas, combativas dos anos de 1950 a 1960.

Mendonça e Fontes (2004) destacam que enquanto a política salarial buscava controlar a inflação custando o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores e na limitação violenta das possibilidades de resistência e reação, crescia a disponibilidade de créditos e benefícios a outras classes e frações sociais. As autoras destacam (2004) que a forma de resistência encontrada foi a criação de estratégias de sobrevivência pelas classes subalternas diante desta drástica conjuntura, como aumento da jornada de trabalho – verificável pelo aumento de horas extras trabalhadas – e a incorporação do trabalho familiar – pela inserção da

---

<sup>109</sup> Entendido como garantia de lucros exorbitantes para os oligopólios nacionais e estrangeiros (Mendonça e Fontes (2004)

força de trabalho feminina e infantil no mercado. Contraditoriamente, como verificado no capítulo primeiro desta dissertação, o aumento da oferta de força de trabalho, representou o rebaixamento de seu preço, contribuindo para o aumento da exploração do trabalho e aumentando as possibilidades de valorização do valor.

O efeito devastador dessa conjuntura pode ser observado, de acordo com as autoras (2004) na elevação do número de acidentes de trabalho, na desnutrição crônica que assolou a população, causando altos índices de mortalidade infantil e expansão das doenças epidêmicas. Nesse contexto, podemos ver que esse período é, contraditoriamente, marcado pela retração das ações do Estado no gerenciamento da fome – assunto proibido durante a vigência da ditadura empresarial-militar - e pela substituição da discussão proibida pelo conceito nutricional de subalimentação, levando a seu gerenciamento numa perspectiva biológica<sup>110</sup>.

No que se refere à relação da economia brasileira com o mercado internacional, as autoras evidenciam o crescimento da dependência sistêmica - “as empresas multinacionais pressionavam as importações, comprando equipamentos no exterior, enquanto as remessas de lucros, o pagamento de direitos e assistência técnica enviados às matrizes contribuíam para uma sangria de recursos continua” (Mendonça e Fontes, 2004 p. 33). Nesse sentido, para manter o equilíbrio entre importações e exportações, sem alteração do padrão de acumulação, foram adotadas duas medidas: acelerar as exportações, especialmente as primárias e vinculadas ao setor agrícola – o que gerava divisas – ou tomar emprestado no exterior – o que constituiu a longo prazo um crescente fluxo de saídas (Mendonça & Fontes, 2004).

Como já expusemos, essas duas alternativas não se configuram como novidade alguma nas relações econômicas internacionais do Brasil, e as duas foram adotadas. A ampliação das exportações foi acompanhada com o favorecimento dos grandes exportadores com a isenção de impostos e acesso a recursos do Estado como crédito e financiamento, o que também

---

<sup>110</sup> Com exceção da Campanha de Merenda escolar, todos os programas existentes foram descontinuados. Sob a perspectiva biológica, é criado em 1972 o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) ligado ao Ministério da Saúde, que elaboraria e coordenaria uma política nacional de alimentação e nutrição articulando subprogramas vinculados a diferentes ministérios que resultam nos I e II Programa Nacional de Alimentação (Pronan I e II). O Pronan II (1976-1985), único a ser institucionalizado, era composto por programas destinados a alimentar grupos materno-infantis, escolares e trabalhadores (SILVA, 2006). O INAN desenvolveu articulação intersetorial em três linhas de atuação: suplementação alimentar/oferta de refeições para grupos específicos produção e comercialização de alimentos e educação alimentar. O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) criado em 1976, que oferecia subsídios do Estado e empresas privadas às refeições em forma de vales ou cesta de alimentos, focalizados nos trabalhadores que ganhavam até cinco salários-mínimos (SILVA, 2006). Vimos assim, que, mesmo encoberta, a fome ia sendo reproduzida e pairava como um destino ou uma sombra na vida dos trabalhadores.

proporcionou a penetração do grande capital na agricultura e o incremento de novos cultivos como a soja e o beneficiamento (Mendonça & Fontes, 2004).

Será sob essas bases estruturais do capitalismo e de sua expressão na economia brasileira que será realizada a industrialização da agricultura. Delgado (2012) analisa a industrialização da agricultura e a conformação do agronegócio a partir de 1965, como um processo de modernização conservadora das relações de produção agrárias fortemente vinculada ao processo de urbanização e industrialização acelerados e o desenvolvimento do capital monopolista já brevemente abordados neste capítulo.

Convém destacar, ainda de acordo com o autor, que, além de heterogêneo no que se refere aos produtos agrícolas e agroindustriais, o caráter dessa modernização não ocorre em totalidade, visto que o processo se dá de forma desigual, privilegiando inicialmente as regiões Sudeste e Sul, propagando-se para o Centro-Oeste apenas nos anos 1980. Isso é explicado pelo caráter histórico do próprio desenvolvimento das regiões monoprodutoras como já vimos ao longo do capítulo e sua concentração produtiva, de poder e de capital, nessas regiões especialmente desde o café em São Paulo.

Outra característica importante do ponto de vista técnico-produtivo que o autor evidencia é que uma agricultura capitalista configurada, no âmbito das relações sociais de produção no campo, a *maturidade* – em termos de relações de produção especificamente capitalistas – ainda se configura nesse período como um horizonte distante. Ou seja, no sistema social agrário do capitalismo dependente se produz valor conservando as relações sociais no âmbito da estrutura agrária e no mundo do trabalho, já superados em outras partes do mundo (Delgado, 2012).

Isto fica explícito no estudo de Ianni (2004), já abordado ao longo do texto, quando destaca a heterogeneidade nas formas de exploração da força de trabalho e elas que não anulam a extração de valor. É neste sentido, que o autor evidencia que a agricultura foi um dos principais alicerces do regime da ditadura empresarial-militar. A burguesia rural, formada por latifundiários, empresários nacionais e estrangeiros foi um elemento ativo na preparação e na execução do golpe, especialmente como forma de combater a luta pela reforma agrária que avançava nas vésperas da sublevação empresarial-militar.

Com o firmamento do regime, se rebusca e se fortalece estas mesmas bases com a expansão dos empreendimentos capitalistas no campo a partir dos incentivos fiscais e creditícios, alargando a fronteira agrícola na Amazônia para o capital e utilizando a força do Estado contra posseiros e sitiantes que são expropriados e levados à proletarização ou a

*lupenização* e contra populações indígenas sem interrupção no processo de expropriação desses ao mesmo tempo em que é impulsionada a exportação de produtos agrícolas, extrativos e pecuários e de mineração para o atendimento do modelo econômico imposto pelo capital monopolista (Ianni, 2004).

Dado o contexto econômico, político e social em que se concretiza, a modernização conservadora da agricultura é caracterizada por Delgado (2012), como explicitação de derrota do movimento pela reforma agrária da década de 1960 e como resposta à política de valorização do café da década de 1950 e aos desafios da industrialização e urbanização combinando a diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais que se faziam necessárias. Também é evidente, nesse processo, a construção de um aparelho de Estado - desde Vargas até o fim do regime militar - com a predominância da associação entre capital agrário e a grande propriedade que são ancorados por favores fiscais e financeiros do governo federal. Ainda de acordo com o autor (2012, p.20)

este estilo de política econômica e de mediação social sustentou-se sob várias condições gerais da economia e da sociedade neste período. Requereu uma industrialização e urbanização rápidas, demandando mão de obra não especializada. Solicitou construção de um gigantesco aparato fiscal e financeiro regulador da distribuição da renda e da riqueza intraelites agrárias, e destas em relação ao empresariado industrial emergente. Apoiou-se na fragilidade social e na política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da modernização conservadora

A modernização conservadora no regime da ditadura empresarial-militar entre 1965 e 1982, além da perseguição à estabilidade de preços, do salário real e do superávit comercial externo, teve como um de seus objetivos fundamentais o aprofundamento das relações técnicas entre agricultura e indústria e destes dois setores com o mercado internacional, apoiado pela política agrícola do período (Delgado, 2004).

A época é, de fato, marcada pela transformação na base técnica dos meios de produção da agricultura, com crescente utilização de insumos industriais, fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, sementes geneticamente modificadas e máquinas como tratores, colhedoras e implementos. De outro lado, pela integração entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais, como o têxtil, o fumo, as indústrias de cana e álcool, entre outros. Para Delgado (2004, 2010, 2012), essa é a época doutorada do desenvolvimento da agricultura capitalista, sustentada na ampliação da concentração da propriedade da terra, das expropriações sociais e da superexploração do trabalho atrelada à diminuição de trabalho vivo na produção agrária.

No que diz respeito à questão agrária que marca este período, os estudos de Martins (1982) e Silva (1981) ilustram bem a dinâmica acentuada da expropriação e da superexploração do trabalho neste período, com a pauperização dos pequenos produtores, posseiros e arrendatários, impactando diretamente a produção e o consumo de alimentos no país, processo que deve ser compreendido dentro do contexto da repressão violenta contra as lutas camponesas, como já evidenciamos, característico do regime da ditadura empresarial-militar, mas incapaz de obscurecer a acentuada discrepância entre a pequena e grande produção.

Além do progresso tecnológico e do avanço das forças produtivas descolado do trabalho vivo, a modernização da agricultura brasileira – entendida como a modernização das grandes produções de exportação não estendida às pequenas produções – foi marcada pelo aumento da concentração da propriedade de terras, especialmente nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, pelo processo de grilagem de terras, desdobrando-se em conflitos pela terra entre o grande capital e os povos indígenas e posseiros, marcada pela violência perpetrada contra aqueles que tentavam resistir às expulsões, além da subvenção do Estado, por meio de seus aparelhos legais a favor do capital. Essa dinâmica conforma um amplo processo de expropriação dos pequenos produtores e afeta conseqüentemente a produção de alimentos (Martins, 1982). E, esse processo continua ocorrendo no presente, como veremos mais adiante.

O resultado é a proletarianização dos produtores, no campo e na cidade com largos níveis de precarização do trabalho manifestados pelo trabalho sazonal, informal e de superexploração do trabalho como é caso dos bóias-frias ou volantes, incluindo casos dramáticos de trabalho escravo<sup>111</sup> (Martins, 1982; Ianni, 2004). Como característica estrutural da realidade brasileira, a modernização da agricultura também não abandona as relações ditas pré-capitalistas, orientando-as à valorização do valor. Assim, em concomitância com a proletarianização, não há estabelecimento de relações típicas de assalariamento, prevalecendo relações de parceria e

---

<sup>111</sup> Martins (1982) destaca o papel do “gato”, uma espécie de agenciador intermediário entre os empreendimentos de desmatamento e os trabalhadores, revelando a extrema violência e submissão desses trabalhadores às péssimas condições de trabalho em regimes análogos à escravidão. Os trabalhadores submetidos a esse tipo de emprego, contraem dívidas que garantem sua exploração. “Quando o trabalhador tenta fugir, é quase sempre castigado ou executado em nome do princípio de que se trata de um ladrão – está fugindo com o que já pertence ao empreiteiro que o comprou: sua força de trabalho (p.53). Não podemos diante de tamanha semelhança com a exposição, deixar de mencionar a série jornalística e investigativa do Joio e o Trigo e, especialmente o episódio do Podcast Prato Cheio “No Rastro das Frutas de Exportação” que escancara as aviltantes condições de vida e trabalho de trabalhadores nordestinos nas grandes fazendas do setor, com baixíssima remuneração e grande exploração, além de conflitos por água e terra na região do semiárido entre grandes produtores/exportadores e comunidades tradicionais e pequenos agricultores, comprometendo as condições de reprodução desses trabalhadores seja daqueles que vendem sua força de trabalho e que não conseguem satisfazer suas necessidades elementares no mercado e aqueles que são impedidos de produzirem alguns itens de sua subsistência. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/05/especial-no-rastro-das-frutas-de-exportacao/>. Acesso em: jul. 2024.

arrendamento (Silva, 1981). Esse é um aspecto importante para compreender o caráter conservador da industrialização da agricultura e a sua combinação particular entre o “velho” e “novo”, o arcaico e o moderno.

A expulsão de massas de populações para as cidades foi acompanhada da baixa oferta de empregos, fruto da modernização e das mudanças na composição técnica do capital seja no campo ou na cidade, processo que já discutimos no capítulo anterior. A expropriação é base social para a exploração do trabalho e conforme se adensa a fileira dos expropriados e desempregados, maiores pressões são exercidas sobre o trabalho, resultando em queda de salários à níveis inferiores à própria reprodução de necessidades vitais, como a alimentação. Assim, os posseiros e arrendatários, parceiros expulsos de suas terras, em grande parte, se dirigiam às cidades em busca de trabalho, assim se defrontando com condições de vida também degradantes nos centros urbanos ou avançavam para o interior do país em busca de terras desocupadas, o que durava até a chegada de nova onda de grilagem de terras (Martins, 1982).

A pesquisa de Silva (1981) na cidade de São Paulo corrobora essa análise. O autor aponta para uma redução do autoconsumo como produto da expulsão em massa da população rural para as cidades. Essa massa populacional fora direcionada principalmente para bairros mais afastados e para o subúrbio, o que significa um distanciamento dos serviços básicos como escolas, hospitais e de melhores possibilidades de consumo alimentar, visto que nesse período entre 1960-1970, os mercados varejistas, responsáveis principais pelo abastecimento da periferia, praticavam preços mais elevados e com oferta restrita de produtos. Esse quadro demonstra a violenta submissão das classes subalternas ao capital pela restrição de suas possibilidades de reprodução e atendimento das necessidades humanas básicas agora mercadorizadas.

Nesse quadro, como já adiantamos, no campo, quando havia trabalho assalariado, sua maior expressão era via trabalho temporário, especialmente nas grandes propriedades, em períodos determinantes da produção agrícola como a colheita. O trabalho temporário, por sua vez, não era executado apenas por trabalhadores totalmente expropriados de seus meios de produção e subsistência, mas também por pequenos proprietários, parceiros, arrendatários com suas possibilidades de reprodução minguadas em suas pequenas posses (Silva, 1981).

A pequena produção caracterizada pelo tamanho das propriedades e pelo regime de trabalho familiar já era a maior responsável pela produção de alimentos no Brasil. Silva (1981) destaca que “quanto menor é a produção em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar” (1981, p. 36). A produção baseada no trabalho familiar nessas

condições não era capaz de garantir nem mesmo o autossustento dos produtores, o que alavanca as expropriações e a superexploração do trabalho. Isto porque

a pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação a grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido (Silva, 1981, p.38).

Portanto, já que as grandes propriedades estavam orientadas às atividades extrativistas - com participação mínima na produção de alimentos, pois buscavam produzir aquilo que era mais lucrativo -, a produção de alimentos foi desempenhada por pequenos excedentes da produção para a subsistência enviados ao mercado, mas intermediado por terceiros, distanciando produtores e consumidor final.

Silva (1981, p.27) demonstra que em certa medida, o *milagre econômico* possibilitou confirmar a manutenção da estrutura agrária não foi impedimento para a “formação de um capitalismo industrial no país, seja pela rigidez da oferta de alimentos, seja pela retenção da mão-de-obra, seja pela não-expansão do mercado interno” ressaltando a importância da produção agrícola assume neste período para o país, como já buscamos demonstrar, com os resultados alcançados especialmente pela modernização da produção subsidiada pelo Estado. No entanto, esse processo ocorre mantendo a renda da maioria dos agricultores à níveis baixos - o que junto com o crescimento do desemprego -, materializa a lógica perversa que limita o acesso da classe trabalhadora à alimentação.

Martins (1982) também evidencia que o processo expropriatório, quando não se dava diretamente pela terra, se dava pelo produto do trabalho dos pequenos produtores pelas grandes empresas capitalistas, especialmente, neste caso, as de processamento de produtos alimentícios. O desdobramento dessa apropriação é a elevação dos preços dos produtos alimentícios no mercado, sem que isso se refletisse em ganhos para os produtores diretos que recebiam cada vez menos por seus produtos. Esse processo também se verifica pelo aumento do preço dos insumos necessários à produção, subordinando ainda mais a pequena produção ao grande capital, o que aumentam as possibilidades de expropriação pela dificuldade de manutenção das terras por falta de recursos.

Nos anos de 1974 e 1975, O IBGE realizou uma pesquisa denominada de Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), no qual eram registrados hábitos de alimentação e consumo das famílias e aspectos acerca de sua condição de vida com objetivo de levantar “informações que permitissem, a partir do tratamento estatístico, a construção de um retrato e a efetuação de uma profunda análise da realidade brasileira, considerando as suas mais variadas dimensões” (IBGE, 2014, p.7). A pesquisa possuía um espaço para que os pesquisadores registrassem a experiência sob suas perspectivas. Esses relatórios realizados semestralmente pelos pesquisadores nos ajudam a compreender o cenário devastador da miséria e da fome no regime da ditadura empresarial-militar. Estes documentos apesar da ausência de metodologia específica e bastante heterogêneo na forma de registro das impressões das equipes, tem como aspecto comum o confronto dos pesquisadores com o horror da fome e da miséria de um sem-número de famílias, especialmente no campo e em regiões de periferia<sup>112</sup>.

Os relatos de campo escritos à mão expõem a brutalidade das condições de vida da população brasileira pauperizada apresentando com bastante frequência, falta de infraestrutura básica, como acesso à esgoto e água. As famílias famélicas eram desnutridas e doentes com pouquíssimas ou nulas capacidades de atendimento de suas necessidades mais elementares, inseridos em quadros com altos índices de desemprego ou exploração do trabalho. Nos debruçar sobre este documento com rigor investigativo afasta os objetivos desta pesquisa, entretanto, consideramos importante reproduzir alguns desses relatos como forma de ilustrar a realidade cruel e desumana que enfrentavam as classes subalternas no período do chamado *milagre econômico*, sob o regime da ditadura empresarial-militar.

*A alimentação não satisfaz as necessidades, ficando sempre um vazio para ser preenchido porque o que havia não foi suficiente para todos.”* (IBGE, 2014, p.38 [Relatório de Supervisão 1º Semestre - Roraima]) [...]

*“Vivendo como vivem ao dispor das intemperias, só Deus consegue na maioria dos casos, mantê-los de pé com a enxada na mão, com a alimentação que tem, desprovidos de qualquer medida higiênica, sem assistência médica ou social; bebendo todo tipo de água e comendo o que estiver mais perto da boca, inclusive rato. Vivendo em casas que não tem ‘dentro nem fora’* (IBGE, 2014, p.55 [Relatório de Supervisão 1º Semestre - Maranhão]) [...]

*O trabalhador rural que passa o dia todo lutando no campo, com uma péssima alimentação, muitas vezes não encontrando nada para se alimentar, a não ser o café,*

---

<sup>112</sup> A matéria de Mariana Schreiber para a BBC publicada em 2024 também retoma alguns trechos dos relatórios revelando que esse material não foi divulgado ao público na época, entre outros motivos, devido ao cariz brutal dos relatos que decerto comprometeria a imagem do regime. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0z199k8n3o> Acesso em: jul. 2024.

*puro, muitas vezes sem açúcar. Nestas condições a única alternativa é dormir: (IBGE, 2014, p.73 [Relatório de Supervisão 1º Semestre - Rio Grande do Norte]) [...]*

*O alto custo de materiais necessários à formação de uma lavoura, as dificuldades no setor de financiamento, principalmente no que toca ao pequeno proprietário, faz com que, vendam suas terras, as quais são incorporadas às grandes fazendas, e grande número de famílias venham a tentar a sorte na cidade grande. [...] é cada vez maior o fluxo de lavradores que, com famílias compostas por mais de 6 pessoas, que é a média geral, abandonam a lavoura para tentar uma vida melhor na cidade. Isso deve-se ao fato de não haver condições de vida, ou melhor, de uma melhoria de vida na atual situação. [...]*

*[bóia-fria] [...] muitas vezes para um chefe de família conseguir trabalhar assim, tem que penhorar também, e de graça, o trabalho de seus filhos e mulher se o dono das terras onde vai trabalhar, o achar fraco ou velho. A assistência social e trabalhista é praticamente inexistente [...] o trabalho dessa classe é incerto, está condicionado a uma lei básica de oferta e procura. Não há trabalho quando chove, ou quando não é época. Resultado: fome, doença [...] nesta classe ronda diariamente, a fome.*

*[parceiros, meeiros e arrendatários] tudo aquilo que plantam, após pagar a parte que cabe ao patrão, mal dá para pagarem as dívidas efetuadas. O alto custo para formar a lavoura e colher, e o baixo preço conseguido por ocasião da venda faz com que esta classe também, aos poucos, abandonem os campos, ou fiquem apenas para sustentar necessidades primárias de vida [...]*

*[pequenos proprietários] [...] sua produção é pouca e quando sobra alguma coisa para venderem e pagar as dívidas efetuadas, já se considera uma vitória. [...] dependem quase que exclusivamente do seu trabalho e dos membros de sua família, pois não há condições de empregarem maquinário em suas terras e nem condições de colocarem gente para trabalhar [...] (IBGE, 2014 p.177-9 [Relatório 1º Semestre - Paraná])*

Esse breve conjunto de relatos, em sua crueza, vai ao encontro das análises de Silva (1981) e Martins (1982), escancarando o horror da fome escondido pelas cortinas do *milagre econômico* do regime da ditadura, em especial o sofrimento dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, subsumidos à violência expropriatória e exploradora do grande capital, impondo a descartabilidade ou uma reprodução precária, brutal e desumana àquelas populações rurais e dos subúrbios urbanos, sem acesso às necessidades mais elementares, nas quais se incluem a alimentação, conflagrando um grande teatro de horrores.

O processo de modernização conservadora da agricultura brasileira em curso desde a meados da década de 1960 entra em crise nos anos de 1980, principalmente pela diminuição dos créditos públicos para o setor agroexportador, devido ao fim do período conhecido como milagre econômico, detonando um expressivo endividamento externo e o esgotamento do próprio regime da ditadura empresarial-militar. Nesse período serão revitalizadas as reivindicações em prol da reforma agrária (1985-1988) abafadas pelo regime ditatorial, tendo como importante resultado a legitimação da função social da terra na Constituição Federal de 1988. Por outro lado, a gestão da crise de endividamento externo promovida pelas classes dominantes não abandona a reiterada estratégia da geração de saldos para o comércio exterior

pela agricultura (Delgado, 2010) no período de inserção do Brasil à mundialização financeira e neoliberal, como veremos a seguir.

A exposição realizada até aqui evidencia que o trágico percurso da agricultura brasileira conservando, mesmo no ápice de sua modernização e industrialização, aspectos arcaicos no mundo do trabalho, expressos em relações diversas e distintas da típica relação entre capital e trabalho assalariado, mantendo um processo de expropriação quase permanente sempre em avanço por novas terras. Dito de outra forma, sem realizar a expropriação de todos os pequenos produtores ou realizando certo tipo de expropriação parcial.

Com a alteração na composição técnica do capital com o incremento tecnológico e insumos, – que aprofunda a dependência do país às economias centrais, em especial, os Estados Unidos – a diminuição de trabalho vivo, e o avanço da concentração de terras, as condições de vida da população rural e urbana são extremamente aviltantes, especialmente no momento histórico em que tal processo se realiza, de extremo recrudescimento da violência e da repressão próprios do regime da ditadura empresarial-militar, mingando as possibilidades de resistência das classes subalternas.

O capital em seus mais diversos estágios na realidade brasileira, na formação social dependente, se desenvolveu às expensas da classe trabalhadora, sobretudo do segmento rural, violentamente expropriado e superexplorado, sem direitos sociais e do trabalho, colocando sua reprodução e a produção de alimentos em benefício das produções de exportação e do grande capital nacional, urbano ou rural e internacional.

A dor dos tantos sem-terra para trabalhar e garantir sua sobrevivência e seu ímpeto de revolta e por justiça retratada por Patativa do Assaré que trouxemos na epígrafe deste capítulo, que durante o ciclo de modernização foi violentamente constrangido, foi somado ao sofrimento e ao medo da fome, também retratados pelo poeta nordestino em Triste Partida, de 1965, que retrata o processo de abandono da terra na esperança de melhores condições de sobrevivência: *“Setembro passou/ Outubro e Novembro/ Já tamo em Dezembro/ Meu Deus, que é de nós,/ Meu Deus, meu Deus/ Assim fala o pobre/ Do seco Nordeste/ Com medo da peste/ Da fome feroz”*.

A negligência com o a produção de alimentos para consumo interno em benefício da valorização do valor via monoproduções para a exportação e sobretudo a forma degradante de tratamento aos pequenos produtores e trabalhadores do campo, contribuíram para a conformação do Brasil em um país marcado estruturalmente pelo flagelo da fome, com históricas e permanentes zonas famélicas como as regiões Norte e Nordeste, além das periferias urbanas das grandes cidades. Os mais empobrecidos, os mais explorados, sem-terra, sem

direitos, e sem-trabalho são aqueles que engrossam historicamente o horrído e persistente exército de famélicos do país.

#### 4 A SOBRE-INCINDÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E DO AGRONEGÓCIO NO ENRAIZAMENTO DA FOME

*Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade.*

*Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”.*

*Mas quem passa fome há de dizer:*

*— Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos.*

– Carolina Maria de Jesus

Essa dissertação teve início com a exposição de alarmantes dados sobre a fome e a insegurança alimentar, na contemporaneidade, e, nos capítulos seguintes tivemos a oportunidade de expor dimensões das determinações sociais que levam a esse universo civilizatório degradante, por meio da exposição das categorias lógicas do capitalismo e das linhas mestras da formação social brasileira. No desfecho deste trabalho não poderíamos deixar de alcançar a potencialização dos limites para realização do valor, a partir dos anos de 1970, provocando uma crise estrutural sistêmica, com profundas repercussões sobre a questão agrária.

A crise inaugurada há cinquenta anos, após uma longa onda de crescimento, estabeleceu uma longa onda recessiva implicando no estabelecimento de processos regressivos e de aprofundamento da barbárie para superar as barreiras inerentes ao próprio processo de valorização do valor, com consequências dramáticas para o conjunto da classe trabalhadora tendo ao leme o aprofundamento da centralização de capitais.

Desta forma neste último capítulo, buscamos apresentar elementos teóricos e históricos do desenvolvimento do capital e de sua dinâmica de centralização e concentração que se se desdobram em crise e no regime de acumulação financeirizado com tonalidade neoliberal, buscando evidenciar que, concomitante a este processo as expropriações sociais além de reiteradas, ganham novos contornos, revelando o caráter atroz deste novo estágio das relações capitalistas de produção sob o conjunto da classe trabalhadora. Também abordamos de que maneira se dá a inserção do Brasil nesta nova dinâmica, dando destaque ao fortalecimento do agronegócio, aprofundando a subalternidade do país às economias centrais, acirrando as tensões da questão agrária e fortalecendo a monstruosidade da fome. Desta forma, o capítulo segue a seguinte estrutura, em cinco itens: *a financeirização como mais impulso à abstração do valor; a centralidade do dinheiro e a fome hoje; a inserção do Brasil na mundialização: financeirização e questão agrária; a hegemonia do agronegócio na era financeirizada e*

*neoliberal do capital; e o agro é valorização de valor: a dramática reprodução da fome no Brasil.*

#### **4.1 A financeirização como mais impulso à abstração do valor**

Apreender as determinações da fome no quadro social atual significa inseri-la na totalidade social do capital e no seu estágio atual de desenvolvimento enfraquecido em valor, que se desenrola nos últimos cinquenta anos, por meio do regime de acumulação com regência da financeirização. Neste sentido, é necessário resgatar os aspectos teóricos e históricos que o determinam e que irão se revelar na crise que deflagra o aprofundamento das relações mercantilizadas, das expropriações sociais e da exploração dos trabalhadores, com um rebaixamento ainda maior de suas condições de vida. A voracidade dessa dinâmica coloca na ordem do dia a ampliação do exército de famélicos à nível mundial.

Portanto, o objetivo deste item é apresentar como a expansão do capital e das contradições que lhes são imanentes o colocam diante dos limites históricos de sua manutenção como relação social organizadora do processo de produção e reprodução social, conduzindo-o para a brutalização e a violência social, provocando condições de vida e trabalho ainda mais degradantes.

De acordo com Fontes (2020) no século XX, a centralização e a concentração de capitais avançam qualitativamente deslocando-se da propriedade de empresas monopólicas para a pura propriedade do capital, em grandes massas de recursos monetários (dinheiro), o que denomina de - *mega propriedade* - resultando num controle das condições sociais de produção, da reprodução e da apropriação de valor. Isto não significa dizer que monopólios desaparecem, mas sim que a mega propriedade, expressa não só a mera propriedade dos meios e condições de produção, mas a propriedade agigantada de dinheiro, sem que se elimine a dinâmica da concorrência, ainda que essa transformação provoque ainda mais concentração e centralização de capitais.

É neste sentido que a autora (Fontes, 2010; 2020) explica a partir da teoria marxiana, especialmente do livro III d'O Capital, que esses dois processos impulsionam a separação entre a propriedade dos meios de produção e as condições de produção, e, portanto, a cisão entre capitalistas detentores de capital monetário e os capitalistas funcionantes (industriais). Este

último, subordinado ao primeiro, coloca em ação a extração de mais-valor, mas é o primeiro que detém os recursos sociais de produção.

Essa cisão expõe tensões entre os próprios proprietários de capital, nos processos de reprodução e apropriação que caberá a cada segmento – portador de juros (ou monetário) e funcionante (industrial, extrator de mais-valor). A injeção de capital monetário para impulsionar a extração de mais-valor de forma sempre ampliada cria a falsa ideia de que o capital se autovaloriza por meio da dinâmica monetária, distanciada do trabalho. No entanto, exerce uma força sobre o capitalista funcionante que tem de repor o capital adiantado/emprestado, os juros e seu próprio lucro, fundamentando a necessidade de uma maior exploração sobre a força de trabalho para extração de mais-valor, o que desnuda o caráter destrutivo do capital em sua própria dinâmica de reprodução crítica em relação com a força de trabalho e a natureza (Fontes, 2010; 2020).

A reconstrução deste processo é feita por Fontes (2010) e Lapyda (2023), em acordo com a análise de Marx, do movimento histórico da conversão do capital em mercadoria, cuja valorização pode ser resumida na fórmula  $D-D'$ , mas que se desdobra fundamentalmente em  $D-d-m-d-D'$ . Fontes (2010), tratando dessa ascendência financeira, explica que  $D$ , convertido em mercadoria-capital, é vendido ou tomado emprestado, necessariamente para ser investido em força de trabalho e meios de produção, no circuito  $d-M-d'$  para a extração de sobretrabalho.

Do ponto de vista do possuidor do capital portador de juros ( $D$ ), esse processo se resume apenas ao tempo que medeia o empréstimo e o retorno, resumindo o processo a  $D-D'$  o que corresponde aos seus interesses diretos de valorização, como detentor dos recursos sociais da produção em forma monetária. Não há, portanto, interesse no processo subsequente, isto implica uma potencialização do fetiche da mercadoria, pois “dissemina a suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como um puro produto da multiplicação do capital” (Fontes, 2010 p.26). Desta forma,

O predomínio atual do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, ambos resultantes de sua percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social (Fontes, 2010, p. 22).

A desmitificação do dinheiro que gera dinheiro reside no fato de o capital como mercadoria ter como valor de uso o poder de impulsionar a produção de valor pelo capitalista funcionante, o que é exigido em crescente eficácia pelo capitalista monetário ao capitalista

funcionante. O capital funcionante, que toma o empréstimo o faz sempre com a imposição de transformá-lo em capital ativo, ou seja, atuando socialmente como extrator de mais-valor, o que necessariamente impõe ao conjunto da vida social à sua extração acelerada, conformando o movimento D-d-m-d-D’.

Os juros, nesse sentido, correspondem a uma parcela do mais-valor extraído por outros capitalistas – aqueles que orientam suas atividades à extração de mais-trabalho, e com parte daquilo que extrai, paga o proprietário de capital monetário (Fontes, 2010). A taxa de juros, por sua vez, além de se configurar como um produto entre oferta e demanda de capital monetário, também assume função de sinalizar o confronto intracapitalista na definição de apropriação do mais-valor apropriado como lucro ou juro, estruturalmente expressa na contraposição entre capital-propriedade e capital-função.

No entanto, esse processo é algo que ultrapassa a compreensão dos capitalistas monetários e do conseqüente domínio da esfera financeira no processo de produção e apropriação do valor produzido. Assim, para Lapyda (2023) há nesse processo uma inversão na forma de se enxergar o processo produtivo: o juro que depende materialmente da existência do lucro, por ser uma fração deste, aparece como algo que o precede. E o lucro aparece como aquilo que resta após o pagamento dos juros. Dessa inversão e da sacralização do juro, surge a capitalização, processo em que qualquer tipo de renda passa a ser tomada como juro de um capital, cujo montante pode ser calculado a partir da taxa de juros vigente, são exemplos disso os títulos financeiros, ações, papéis de dívida<sup>113</sup>.

É neste sentido que Fontes (2020) afirma que a “*pura propriedade*”, se torna expressão do domínio do capital, em suas palavras:

A “*pura propriedade*” do capital, expressa no capital portador de juros, ao se tornar a expressão do domínio social do capital *tout court*, controla o conjunto do processo como propriedade da capacidade de produzir, ou “*propriedade dos recursos sociais de produção*”. A “*pura propriedade*” do capital não se limita meramente a propriedade imediata de meios de produção específicos, mas expressa a capacidade de reunir meios de produção e força de trabalho em diferentes espaços sociais, simultaneamente (Fontes, 2020, p.5).

---

<sup>113</sup> Importa destacar que esses exemplos funcionam como capital para o indivíduo que o possui, mas não o são. São esses títulos que circulam como capital sem o serem que serão denominados de capital fictício. O capital fictício é produto da generalização do capital portador de juros e da consolidação da taxa de juros como princípio regulador da economia na forma fetichista D-D’. Se por um lado pode operar como impulsionador da economia por ser uma forma de crédito, por outro, sua proliferação desmedida e agigantada que vem assumindo, aumenta o potencial de crises ao provocar o deslocamento entre os valores em circulação e a capacidade de produzi-los na economia real, pela extração de mais-valor (Lapyda, 2023).

Como já demonstramos, centralização e concentração da pura propriedade, contraditoriamente, mantêm e expande as demais formas de propriedade capitalista ao mesmo tempo em que as ameaça permanentemente pela expropriação por dinâmicas como aquisições, fusões e dívidas. Essa pressão se expressa de imediato no trabalho, dada a necessidade de intensificar a exploração da força de trabalho. Em outros termos,

o capital portador de juros detém as condições sociais para ampliar o monopólio social do capital e impor os modos de funcionamento dos meios de produção. Sua existência, entretanto, antes como depois, depende da atividade – cada dia mais frenética – de extração de mais-valor (Fontes, 2020, p.5).

Fontes (2010) destaca que a peculiaridade fundamental do capital portador de juros é sua transfiguração em mercadoria e seu papel social de impor a transformação de massas crescentes de dinheiro em capital. Dessa forma, adquire um valor de uso, alienado pelo capitalista monetário por meio do empréstimo ao capitalista produtivo/funcionante. Assim, adquire o poder de transformar e funcionar como capital e produzir, nesse movimento, mais-valor conservando seu valor original em grandeza. Ou seja, quando consumido seu valor de uso, a mercadoria capital conserva e expande seu valor.

A autora ainda faz outras considerações importantes sobre este tema, quando afirma que mesmo que a propriedade dos recursos sociais de produção se distancie do processo de produção imediato, não implica que o capital tenha sua funcionalidade reduzida enquanto capital, “ao contrário, é também o momento de sua maior expansão e maior controle sobre a extração de mais-valor” (Fontes, 2010, p.32) Um segundo ponto é que os capitalistas funcionantes não precisam mais de grandes propriedades e de deterem meios de produção, apenas precisam deter o *controle* dos meios de produção, nos mostra a nova fase do capitalismo operando o alargamento da separação entre a propriedade e a gestão das empresas.

Assim, nessa dinâmica para salvar as dificuldades de valorização iniciadas nos anos de 1970, o capital monetário é apresentado como a principal mercadoria no capitalismo e deslocando-se de forma fictícia das condições reais da vida social. Seu caráter fictício tem duplo sentido, primeiro expressando a existência de massa de capitais especulativos e segundo ao exercer de forma cada vez mais intensa coação sobre o trabalho mesmo se apresentando descolado dele (Fontes, 2010). Como veremos adiante, a especulação e a pressão sobre os trabalhadores e a natureza atingirão sobremaneira a questão agrária, com repercussão decisiva sobre a produção de alimentos e o acesso à alimentação.

O capital monetário ou capital portador de juros tende a se tornar predominante e a impulsionar dinâmicas de capital fictício, resultando em consequências drásticas para o

conjunto da vida social para viabilizar a reprodução de capital, intensificando a subsunção dos trabalhadores ao capital, aprofundando e intensificando as expropriações, pois exige uma extração de sobretrabalho cada vez maior e mais acelerada. No entanto, ao passo que expandem formas e intensidade de exploração sem freios, também abrem o caminho para crises ao acelerarem as condições de concentração e acumulação do capital, pois com a aceleração dessas condições, aciona-se estimuladores daquelas contradições inerentes ao capital, de modo cada vez mais incontrolláveis (Fontes, 2010). Explica-se: quanto mais fomenta-se a produção, mais massa monetária está disponível e em busca de aplicações rentáveis. As crises são abertas - tanto pela superprodução de bens que não são realizáveis no mercado quanto pela superacumulação de capitais carente de novas ampliações - e sua reconstrução sempre implicará consequências catastróficas nas esferas social e ambiental, como temos acompanhado nos últimos cinquenta anos (Fontes, 2010).

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital (Fontes, 2010. p.42).

Para assegurar a continuidade da reprodução expandida do capital, inevitavelmente envolve-se o Estado como parceiro, garantidor e protetor da expansão e da propriedade do capital contra tudo e todos que a ameacem.

Apropriados os elementos centrais da dinâmica atual da produção, realização e apropriação do valor, é preciso dizer que eles alcançam efeitos devastadores no processo histórico da crise aberta nos anos de 1970, que de acordo com Mészáros (2015), concretiza o confronto do capital com seus limites expansivos e, sobretudo, com a sua capacidade de se manter como relação social coesa que organiza a produção e reprodução material e social, aprofundando, a partir desse contexto, seu caráter destrutivo contra o trabalho e contra a natureza sendo essas suas últimas possibilidades de aumentar a extração de valor e assim alimentar, mesmo que não o suficiente, às necessidades de valorização do valor.

Neste ponto, as expropriações sociais, como parte do processo de acumulação do capital, ganham fundamental importância como possibilidade interpretativa da dinâmica do capital, envolvendo a crise e seus limites autoexpansivos e a violência da financeirização, como uma das características mais relevantes do estágio avançado do capitalismo atual, caracterizado pelos imperativos da propriedade que se associa com a reprodução do capital fictício, como vemos a partir das lentes de Fontes (2010).

Sendo a expropriação social *inerente à ordem capitalista* com caráter violento e bárbaro - não é algo que se limita ao momento prévio da chamada acumulação primitiva, ao contrário, a expropriação social se constitui como processo permanente, condição de constituição e expansão da base social capitalista, se aprofundando e se generalizando conforme a expansão do capital e de suas contradições (Fontes, 2010). Deste modo, as expropriações resultam também de condições quantitativa e qualitativamente novas da dinâmica da reprodução ampliada do capital, conferindo-lhes aspectos de envergadura não conhecida, em sua forma contemporânea<sup>114</sup>.

A autora é fiel à crítica de Marx à economia política e à aparente autonomização da economia enfatizando sua dimensão fetichista. Dando destaque ao livro I d' *O capital* e seu eixo analítico, reafirma a produção material como o conjunto de relações sociais dominantes, “nas quais se embebem todas as cores e que marcam, objetiva e subjetivamente, o conjunto dos seres sociais para os quais tais práticas, muitas vezes, aparecem como se fossem naturais ou como se derivassem das coisas” (Fontes, 2010, p.40).

Assim, como vimos tratando ao longo dessa dissertação, o modo de produção capitalista não se limita à atividade econômica imediata, mas envolve a produção da totalidade da vida social e neste sentido, Fontes (2010) defendendo a importância do processo de expropriação, assinala que a conversão de dinheiro em capital se torna incompreensível se limitada à análise da atividade de *exploração imediata* dos trabalhadores, explicando que por mais que o lucro de cada capital parcial resulte da exploração do trabalho *livre* pelo proprietário de meios de produção,

a conversão de dinheiro em capital envolve toda a vida social numa relação complexa repousando sobre a produção generalizada e reiterada de trabalhadores cada vez mais livres, e, portanto, cada vez mais expropriados e subordinados ao capital (Fontes, 2010, p.42).

Esta condição fundamental para transformar o conjunto da vida social subordinada ao capital, segundo a autora (2010), vem se tornando cada vez mais exacerbada, ou seja, tem se ampliado a produção desta base social já que os meios de vida expropriados se tornam meios de produção, meios de extorsão de sobretrabalho, extratores de mais-valor.

---

<sup>114</sup> A discussão teórica sobre este ponto é vasta. Recomendamos, para quem deseja se aprofundar a leitura o primeiro capítulo de Fontes (2010) no qual a autora aponta as suas discordâncias com o pensamento de Rosa Luxemburgo e David Harvey.

Fontes (2010), nos deixa ver, em seus estudos, que as múltiplas variedades concretas de trabalho passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista. Primeiro, pela aparente naturalidade da necessidade de venda da força de trabalho pelos trabalhadores no mercado e segundo, pelo fato de a lógica capitalista socialmente dominante passar a determinar quem é ou não trabalhador, sem deixar que se perca de vista que a produção não mais se volta para o atendimento de necessidades sociais, e sim de uma economia aparentemente autônoma que também tende a apagar a vida social que a constitui, conduzida apenas para a produção de valor em favor da acumulação ampliada a qualquer custo. Portanto, produzir trabalhadores livres/expropriados “*é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais capitalistas*” (Fontes, 2010, p.43).

Em outro estudo, Fontes (2018) destaca a necessidade da lógica do capital em *conservar e reproduzir* a separação originária de trabalhadores e seus meios de vida, de modo que é fundamental impedir que as populações controlem os meios de trabalho singular ou coletivamente; isso implica em ultrapassar os limites geográficos já expropriados, dominados pelo capital. Assim, qualquer atividade que possibilite conexão entre ser social e meios de vida pode sofrer expropriação, pois este processo é simultaneamente a transformação de tais meios em capital, em meios de exploração do trabalho, impondo uma única forma de propriedade, a do capital. Assim, Fontes (2010; 2018) em sua análise, separa as expropriações entre primárias ou originárias e secundárias, caracterizando-as.

Nesse sentido, a expansão das relações capitalistas expande também as condições que exacerbam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, de forma permanente. Ou seja, a expropriação primária, original, de grandes massas camponesas que chegam às cidades como “livres”. A dinâmica compulsiva em concentração de capital passa a dar novas e diversas qualidades às expropriações que incidem também sobre os trabalhadores já expropriados. Trata-se de uma nova e fundamental forma de disponibilização dos trabalhadores para as novas exigências do mercado, nomeadas pela autora como expropriações secundárias, que abrem novas dinâmicas para a extração de mais-valor (Fontes, 2010).<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Fontes (2010) reconhece que de certo modo, esse processo se assemelha com a extinção dos direitos comuns consuetudinários ocorridos na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, com a redefinição do significado da propriedade que consolidaria o predomínio da propriedade especificamente capitalista. Num primeiro momento, ocorrida por meio do cercamento violento dos campos, no século XVI e já no século XVII com a intervenção dos cercamentos parlamentares com a extinção da propriedade camponesa, realizada através de decretos.

Fontes (2010) se refere a extensa destruição de direitos sociais e trabalhistas iniciada no final do século XX, sempre contando com apoio parlamentar de forma consistente, mantendo direitos sociais e instituições democráticas e processos eleitorais com uma forte sustentação midiática e parlamentar, que, num duplo processo coercitivo - por ameaça e ações concretas - dirigido às resistências, evidenciam a imposição de políticas formuladas por setores capitalistas dominantes<sup>116</sup>.

A exigência imanente da subsunção real do trabalho ao capital impele a dinâmica abstrata do valor a destruir toda e qualquer barreira que interponha limites a sua reprodução ampliada, que, inclusive, envolve a expropriação contratual, com o fim de viabilizar a exploração da força de trabalho sem vínculos geradores de direitos, o que resulta na contundente dissolução da resistência dos trabalhadores e em vínculos flexibilizados e precarizados.<sup>117</sup>

Esse quadro teórico nos ajuda a compreender como as expropriações sociais ganham sentido fundamental na reprodução capitalista entravada como condição e resultado social do avanço capitalista seja sobre meios de vida, sobre a natureza e sobre os direitos duramente conquistados, alargando ainda mais as possibilidades de mercadorização da vida e de extração de mais-valor, por meio de atos brutalizados, violentos e desumanos. A fome na sociedade capitalista é fruto desta dinâmica imanente à economia capitalista, e, que nesse estágio de desenvolvimento do capital exacerba os processos de concentração e centralização de capitais e a subsunção da classe trabalhadora, cada vez mais despossuída e livre de condições de reprodução que não sejam vinculadas ao mercado. O horror da fome se entranha na vida social em decorrência desse modo de produção e de seus curtos-circuitos críticos que provocam respostas detonadoras de maiores expropriações primárias e secundárias, sob os auspícios da financeirização.

Esclarecido os aspectos teóricos da financeirização e o caráter fundamental das expropriações sociais na expansão das relações capitalistas e o caráter violento de submissão

---

<sup>116</sup> Sobre esse aspecto é relevante mencionar o trabalho de Mota *Cultura da Crise e Seguridade Social* ([1995] 2015) no qual diz que a reestruturação da acumulação teve como alavanca a 'barbárie modernizada' e a destruição das conquistas das classes subalternas e dos direitos sociais a partir da construção de uma nova hegemonia, fundamentada na cultura da crise e da socialização de seus custos; processo resultante da necessidade da realização da reestruturação técnica da base produtiva do capital e de seu caráter ideológico, ao fazê-la com o consentimento das classes trabalhadoras, neutralizando processos de resistência e criando estratégias de persuasão.

<sup>117</sup> Aqui, destacamos o relevante trabalho do sociólogo Ricardo Antunes *O privilégio da servidão* (2020) – em especial o nono capítulo, no qual apresenta a precarização, a terceirização e a desregulamentação do trabalho que vêm se tornando a regra para as relações de trabalho.

de todo o conjunto da vida social às suas necessidades expansivas, buscaremos demonstrar sua materialidade na dinâmica da crise estrutural do capital e seus desdobramentos históricos, frente ao estágio atual de desenvolvimento do capitalismo.

#### **4.2 A centralidade do dinheiro e a fome hoje**

Nas últimas cinco décadas, a financeirização e o neoliberalismo aparecem contraditoriamente como resultados e meios de superação dos limites impostos ao capital à sua ampliação em escala global. Durante a pesquisa, percebemos a necessidade de entendermos alguns elementos históricos que nos aproximassem um pouco mais da realidade concreta do processo de deflagração do regime de acumulação financeirizado a partir da crise estrutural do capital que asseveram a disposição barbarizante e destrutiva do modo de produção capitalista, manifestas nas duras consequências para o conjunto da vida social, em especial, para a classe trabalhadora, mais sujeitada aos imperativos do capital e lançada à miséria e a monstruosidade da fome.

A crise estrutural do capital se apresenta como ferramenta imprescindível para pensar a *questão social* nos últimos decênios – e aqui, nos damos a liberdade de pensar a interface com as manifestações da *questão agrária* – e suas conformações no tempo e no espaço. Para Barbosa (2018, p.247) -a crise aberta nos anos 1970 e a onda longa recessiva desse período implicou a *necessidade de “ações regressivas” de sociabilidade* devido à dificuldade de produção e realização de valor, iniciando uma agenda de barbarismos que marca a busca de saídas contra as barreiras limitantes à expansão capitalista, trazendo consequências dramáticas ao conjunto da classe trabalhadora como desemprego, precarização das condições de trabalho e desmantelamento dos direitos sociais.

Reiteramos com Mézáros (2015) que não se trata de uma crise cíclica periódica ou conjuntural, mas de uma crise estrutural e profunda inerente ao sistema do capital, que repercute no conjunto da humanidade. A imanente necessidade de expansão do valor coloca *uma intransponível limitação histórica* a todo o sistema do capital em geral. Esta limitação tem produzido efeitos deletérios para o conjunto da vida social conforme avança o caráter destrutivo do capital em busca de superação de seus limites de acumulação, sendo a fome, um desdobramento nefasto, não só vinculada à perda da capacidade dos indivíduos viverem a vida em sua humanidade plena, mas também na versão limitada da sociedade capitalista, para

venderem a força de trabalho. Nesse sentido, quando focalizamos a fome estamos tratando também da descartabilidade dos indivíduos que excedem às necessidades do capital.

A ofensiva do capital por meio de mecanismos contratendências à sua expansão que marca este período que se materializa num processo de esgotamento do chamado Estado Social Capitalista<sup>118</sup> do Pós-Segunda Guerra Mundial, com a renovação e aprofundamento do dogmatismo liberal, como veremos mais adiante, abrindo um novo estágio no desenvolvimento do capital, caracterizado pela mundialização da financeirização e do neoliberalismo. De acordo com Barbosa (2018) esta fase, altamente destrutiva, possui características específicas, eleva ainda mais a fúria por valorização do valor, sem pesar as consequências para o conjunto da natureza e da humanidade, o que irremediavelmente repercute na degradação das condições de vida dos trabalhadores, tendo como uma das consequências a fome.

Em seus estudos d'*O Capital*, Marx mostra que as crises são inerentes à dinâmica cíclica da acumulação capitalista, pelo processo de sobreacumulação, que significa que o reinvestimento do capital parcial oportuniza *lucros decrescentes relativos*, deflagrando limites à valorização (Marx, 2017).

As crises, explicadas a partir da tendência da taxa média de lucros é explicada por Tonelo (2021) e Barbosa (2023), sendo possível entender que elas brotam da contradição germinal entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação que se desdobra em outras contradições. Como dito anteriormente, a dinâmica da concorrência inerente a esse modo de produção coloca possibilidades de valorização cada vez menores justamente porque os impulsos de valorização ocorrem pelo aumento da composição orgânica (incremento de maquinário e tecnologia, trabalho morto em relação ao trabalho vivo) o que possibilita aumento da quantidade de mercadorias produzidas ao mesmo tempo que diminui cada vez mais seus valores individuais. No entanto, a própria dinâmica desse processo de enxugamento de capital variável que redundando no aumento do desemprego, diminuindo o próprio mercado, cria em um primeiro momento uma crise de superprodução, o que pode resultar no não reinvestimento de capital acumulado no mesmo processo produtivo, pela dificuldade de fazer girar a reprodução ampliada do capital, resultando numa crise de sobreacumulação.

---

<sup>118</sup> Compartilhamos a compreensão de Estado social capitalista dada por Boschetti (2016, p.28) que, na era do capital monopolista, tem como papel a regulação das relações econômicas e sociais baseados na “constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista”. O termo busca outra alternativa ao de ‘*Estado de bem-estar social*’ em tom crítico às possibilidades da reprodução capitalista em promover efetivamente bem-estar social à classe trabalhadora.

Irrracionalmente, o capital se estrutura sobre sua própria negação, provocando em sua fase madura uma *crise estrutural de dificuldade de valorização*, se sustentando por contratendências que respondem de forma limitada, ou seja, deslocando suas contradições enquanto as potencializada para o futuro.

A autovalorização do capital exige a presença do seu par antagônico, a força de trabalho, para produção de valor, mas ao mesmo tempo o nega para expandir a produtividade, substituindo capital variável por capital constante, motivo da diminuição do valor por mercadoria, dependendo de ampla circulação de massa de valor para poder viabilizar a acumulação, o que não tem se desdobrado como realidade quando tomamos o capital como um todo, desde os anos de 1970. E o fio da meada desse imbróglio está nessa contradição, pois o capital em seu movimento de ampliação desmedida de valor nega a substância do valor, o trabalho vivo, ainda que seja dependente dela (Barbosa, 2023, p.164-165).

Chesnais (2005), Paulani (2008) e Lapyda (2023) destacam a emergência da crise ainda nos anos 1960, com o esgotamento das possibilidades de crescimento aos níveis altíssimos e intensos de acumulação em todo mundo, como no período anterior de reconstrução do pós-guerra – incluindo na América Latina e na Ásia. O primeiro momento de ascendência da financeirização emerge nos primeiros sinais de crise de sobreacumulação já na década de 1960 com a formação de uma massa expressiva de capital monetário em busca de valorização, ou dito de outra forma, massas de dinheiro, fruto da apropriação passada de trabalho não pago. Esta massa, apesar de se constituir da renda de famílias mais abastadas e da própria massa de salários da classe trabalhadora era principalmente decorrente de lucros não reinvestidos no processo produtivo especialmente na forma de dólares derivados da venda decorrente de petróleo – que estava em alta –, que passam a encontrar refúgio na City londrina<sup>119</sup> – espaço offshore<sup>120</sup>. Esse destino da massa de capital se acentuou com a deflagração da crise e o esgotamento do fordismo-keynesianismo, em seguida.

Neste contexto, a própria dinâmica do pós-guerra, que propiciou o reestabelecimento da economia dos países da Europa patrocinada em grande medida pelos Estados Unidos, de estabilidade monetária e crescimento do capital multinacional, começa a ameaçar sua posição hegemônica econômica e política. Diminuíam-se os excedentes comerciais deste líder

---

<sup>119</sup> Chesnais (2005) destaca que a própria criação da city londrina é produto já da retomada, nos moldes atuais, da acumulação financeira, que se inicia ainda nos anos 1950 nos Estados Unidos e na Europa em 1960 já ainda como uma espécie de subproduto da acumulação industrial dos anos de ouro do capitalismo, e também com o investimento em títulos de vida por famílias com rendas maiores e pelo pagamento de salários na forma mensal que colocou uma massa de dinheiro líquido em direção aos bancos, aumentando aplicações de curto e muito curto prazo, o que seria somente acelerado nos anos 1970.

<sup>120</sup> Entidade jurídica no exterior, espécie de paraíso fiscal legal que permite benefícios fiscais e facilidade de movimentação financeira.

capitalista em razão da concorrência reestabelecida, que ameaçava as reservas do país no contexto geopolítico – em razão do movimento de trocas do dólar por ouro, o que afetaria suas reservas. Além, evidentemente, do impacto das inovações tecnológicas sobre o encurtamento do trabalho vivo sobre o valor.

Assim, podemos entender que a consolidação da era das finanças e do neoliberalismo contraditoriamente, resulta das contradições do desenvolvimento do capital, mas também da ação política da classe capitalista para o enfrentamento das dificuldades de valorização acarretando o processo de mundialização financeira<sup>121</sup> amparado pela doutrina político econômica do neoliberalismo com o objetivo de reestabelecer as condições de acumulação e de restauração do poder da burguesia que tinham sido relativamente restringidos durante o regime fordista-keynesiano, (Harvey, 1993; Paulani, 2008; Lapyda, 2023). Esse processo de reestabelecimento, inequivocamente, coloca a necessidade de aprofundamento da conservação e da reprodução da base social do capital, colocando em cena a severidade das expropriações sociais, nos termos abordados anteriormente.

Em 1971, como medida de enfrentamento a essa situação, Nixon – presidente americano na época, rompe unilateralmente com o sistema Bretton Woods, desvinculando o dólar do ouro e adotando o mercado de câmbio em 1973 (Paulani, 2008; Lapyda, 2023). A manutenção da hegemonia do dólar como meio de pagamento, explica Paulani (2008), vem com a elevação dos juros norte-americanos em 1979, exercendo hegemonia de forma muito mais poderosa, já que no padrão dólar-dólar, a moeda norte-americana manteve as vantagens que antes gozava, mas agora se beneficia disso sem ter de pagar o preço de sua vinculação a um lastro – papel desempenhado pelo ouro no padrão monetário anterior.

Com a desregulamentação do mercado de câmbio, a liberalização avança para os demais mercados ligados ao setor financeiro até a década de 1990. Neste processo, foi de fundamental importância o que Chesnais (2005) chama de *ditadura dos credores*, com um grande arsenal de medidas para a liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros impostas pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos e Margaret Thatcher, colocando fim à

---

<sup>121</sup> Lapyda (2023) a partir das considerações de Chesnais reconstrói a cronologia desse processo e seus elementos mais fundamentais dos anos de 1960 que marcam a internacionalização financeira, até a crise financeira de 2008, aborda aspectos do capitalismo contemporâneo e da financeirização a partir das considerações de Harvey acerca de sua relação com o imperialismo, a pós-modernidade no que se refere a acumulação flexível e ao neoliberalismo e ainda analisa o desenvolvimento da financeirização no Brasil. Neste momento nos concentraremos naquilo que acreditamos ser mais fundamental para a compreensão dos nexos entre a financeirização e o agronegócio.

regulação dos movimentos de capitais interna e externamente, o que resultou na perda da autonomia dos demais países sobre suas decisões econômicas.

Como resultado dessas transformações e de seu aprofundamento ao longo do tempo, assistiu-se a perda de controle dos países sobre parte de suas decisões econômicas. Os bancos centrais não conseguiam mais controlar como antes as taxas de câmbio, que ficaram nas mãos dos operadores financeiros mais poderosos; multiplicaram-se os produtos e serviços financeiros (e suas taxas); e houve a expansão dos mercados de título da dívida pública e a sua interligação em âmbito mundial (Lapyda, 2023, p.30-1)

A elevação das taxas de juros em quase 20 vezes pelos Estados Unidos foi um dispositivo corrosivo sem precedentes. O *golpe de Estado* dos credores (Chesnais, 2005) elevou sua rentabilidade criando a elevação exacerbada da dívida pública de diversos países, sobretudo, na América Latina. Como grande parte do volume de dólares em busca de valorização tinha sido dirigida à esses países, com taxas de juros americanas, a consequência foi o crescimento generalizado dos juros, tornando a dívida impagável e dando origem à crise da dívida da América Latina nos anos de 1980, o que permitiu e, ainda permite, o aprofundamento da dominação econômica e política dos países centrais sobre o capitalismo dependente, um dos efeitos foi o processo de desindustrialização (Chesnais, 2005; Lapyda, 2023) provocado por essa reconversão, tendo o Brasil assumido um novo (velho) lugar na divisão internacional do trabalho, com desdobramentos sobre a questão agrária, com o aprofundamento ou resgate do modelo agroexportador<sup>122</sup>.

De acordo com os autores consultados, a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira, sendo quase-correntes que açoitam os povos hoje. Quase é possível dizer que a dívida possui um caráter perpétuo, pois, de acordo com Chesnais (2005), um pequeno aumento das taxas de juros superior ao crescimento da produção de um país e ao seu PIB, já produzem sobre ela um efeito de bola de neve. Assim, o serviço da dívida está sempre maior do que o orçamento do Estado, de suas receitas, de exportação e das reservas do país, o que impulsiona a tomada de outros empréstimos para honrar esse compromisso. Mas, essa dinâmica esconde também o paralelo socorro do Estado ao capital. Vejamos.

A necessidade de recorrer ao financiamento mediante empréstimos torna-se permanente por causa da exoneração do capital e das rendas elevadas, a qual foi ainda facilitada pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais. Deu-se um duplo presente as rendas elevadas:

---

<sup>122</sup> Essa dinâmica, como veremos mais adiante na dissertação, terá impactos significativos na reconfiguração da organização política e econômica brasileira que refundam o pacto da economia política do agronegócio.

beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas. A riqueza transferida começa a assumir a forma de salários, de rendas agrícolas e de trabalho por conta própria, parcialmente a forma de lucros antes de se transformar em impostos diretos e indiretos e outras “contribuições especiais” que são dirigidas ao setor financeiro mediante a parte do orçamento do Estado alocado para o serviço da dívida (Chesnais 2005, p.41)

É neste sentido também que a crise abre espaço e as condições históricas sociais e políticas para o ressurgimento dos preceitos liberais de forma mais incisiva e a sacralização do mercado pela doutrina e da ideologia neoliberal<sup>123</sup> à serviço do capital, pois é a partir da premissa de se honrar os compromissos da dívida pública que se justifica medidas de austeridade fiscal, (cortes de despesas estatais) sobretudo àquelas que incidem sobre gastos sociais, reforçando premissas de enxugamento do Estado e das privatizações. Tão logo tais medidas são complementadas pela inserção da lógica financeira no interior das empresas para maior rentabilidade, exigindo medidas da chamada *governança corporativa*, que nada mais são do que imposição de seus interesses de aceleração e desregulação laboral no processo produtivo. Tais medidas atacam diretamente os trabalhadores, por meio de expropriações secundárias que atingem seus salários, pela flexibilização e reorganização do processo de trabalho que permitam aumentar a produtividade e conseqüentemente, a extração de valor.

Assim, percebemos a imbricação da financeirização e do neoliberalismo, que Tonelo (2021) aborda como justamente marcado pelo processo de hiperfinanceirização, já tratado aqui, em decorrência de ofensiva ao mundo do trabalho, especialmente, pela reestruturação produtiva e pelas políticas fiscais e monetárias que minguam o Estado no tocante aos seus serviços públicos protetivos. No espaço da América Latina isso significa uma forma mais agressiva de submissão imperialista dos países dependentes no contexto de reestruturação da acumulação capitalista.

Assim, sob a *lógica financeira de caráter rentista e especulativo*, o capital opera em prazos mais curtos requerendo os princípios da governança corporativa e da organização flexível do processo produtivo operando com, relativamente, menos força de trabalho e por relações precarizadas. O sistema passa a ser definido pela lógica rentista de mercado, que antes

---

<sup>123</sup> A doutrina neoliberal também se espalha em diversos níveis de vida social em favor do individualismo, empreendedorismo, da competitividade pela disseminação desses valores por instituições religiosas, meios de comunicação e educação (Harvey, 1993; Paulani 2008; Lapyda, 2023)

disputava a distribuição de mais-valor com o paradigma de maior proteção social do Estado, no regime de acumulação anterior<sup>124</sup> (Lapyda, 2023).

A característica rentista e, também, o fato da mera propriedade de algo, aqui, de capital monetário, ser capaz de gerar renda na forma de juros modifica a dinâmica capitalista. O rentista se configura, portanto, como aquele que obtém direito a parcelas do valor socialmente produzido, por simplesmente ser proprietário de algo<sup>125</sup> (Paulani, 2016). A questão que se coloca é que com a dominação da finança no processo de reprodução ampliada do capital, o rentismo se alarga e junto com ele a exploração dos recursos naturais e as exigências de produtividade. Esses aspectos atingem de forma brutal aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho e a própria natureza.

O abandono do pleno emprego como objetivo gerou uma situação em que há uma espécie de estado permanente de crise, as vezes interrompido por espasmos de crescimento mundial. Ora, como previu Marx, é justamente nas crises que se acentuam os processos de centralização do capital, uma vez que a maior dificuldade de engrenar os processos de reprodução ampliada fazem que muitos pequenos capitais sejam absorvidos por capitais menores. Junte-se a essa condição natural do capital o fato de tal processo acontecer num contexto de absoluta desregulamentação por parte dos Estados nacionais e temos o maior processo de concentração de capital da história capitalista, como uma série de setores econômicos dominados mundialmente, na maior parte dos casos, por não ter mais de uma dezena de grupos empresariais. (Paulani, 2008, p.124)

Tais determinações implicam no reordenamento da divisão internacional do trabalho pela desindustrialização dos países dependentes e no processo de transnacionalização do capital, impulsionado pelo movimento inerente, mas sem precedentes históricos anteriores, de centralização e concentração de capitais. O que ocorre é a dominação de diversos setores da produção de bens e serviços pelo processo de fusões, aquisições e fechamento de ramos produtivos, sendo este processo para Chesnais (2005) a característica mais facilmente identificável da organização capitalista de nossos tempos. É dela o encargo maior de organização da produção e da apropriação de valores bem como da dominação direta política e social do capital sobre o trabalho.

A transnacionalização opera ainda numa maior subsunção do trabalho ao capital por meio de relações extremamente precarizadas, visto que o capital transnacional é dotado de

---

<sup>124</sup> Nesse aspecto, o próprio processo de transnacionalização de empresas – externalização de processos produtivos ou partes deles - também limita a regulação já que estas passam a atuar por normas e agentes que não se limitam a um só Estado.

<sup>125</sup> Entendemos que a mera propriedade de capital monetário aqui não deve ser desarticulada do entendimento que a propriedade de capital, por si só, é uma relação social e não uma simples posse. O que o termo busca evidenciar é que apenas a propriedade de capital, sem que seja necessário, de seu possuidor, aplicá-lo pessoalmente no processo produtivo, lhe garantirá renda.

liberdade decisória no processo de produção e realização do valor, sobreimpulsionado pela externalidade da finança (Paulani, 2008).

A transnacionalização do capital, ao fazer que os grandes grupos econômicos considerem o mundo como um espaço relevante para suas decisões de produção e investimento, aparece como outro lado da moeda da mundialização financeira e constitui um dos traços mais marcantes da configuração do capital produtivo nesta etapa da história capitalista [...] entre os anos 1950 e 1970, o que as empresas multinacionais pretendiam, porque precisavam disso (buscavam novos mercados) era a internacionalização de duplicatas de suas plantas industriais na periferia do capitalismo. Já nos anos 1990, o que marca a estratégia dos grupos transnacionais é a busca permanente de se livrar dos investimentos de longa duração, ganhando flexibilidade para explorar oportunidades lucrativas. Isso faz com que grandes corporações, num movimento desenfreado, operem deslocalizações de suas atividades, inclusive de sua capacidade produtiva, para qualquer lugar do planeta, sempre que isso for visto como uma possibilidade de redução de custos (Paulani, 2008, p. 127).

Em síntese, o que se materializa frente às relações assimétricas entre capitais e dentro da lógica da valorização financeira é a necessidade insuperável de dividir os riscos capitalistas com os trabalhadores, consumidores e com o pequeno capital (Paulani, 2008), aprofundando os movimentos de expropriações sociais direcionadas ao capital enfraquecido, e, sobretudo, aos trabalhadores que permitam uma maior extração de valor absoluto e relativo (Paulani, 2008).

Neste sentido, os países que se colocam como potenciais recebedores de investimento buscam, a qualquer custo, oferecer condições favoráveis à acumulação, o que implica não só em subsídios de recursos públicos, mas na desregulamentação do mercado de trabalho. Isto fica ainda mais evidente quando Chesnais (2005) destaca que o interesse das deslocalizações está, sobretudo, nos preços de compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos possíveis, pela ausência da regulação de seu mercado e de dispositivos de proteção social.

O produto dessas transformações que abrem e consolidam a nova fase do capital mundializado, financeiro-rentista e neoliberal é o endurecimento brutal no trato da classe trabalhadora, com reiterados ataques às conquistas sociais pela redução de salários, enfraquecimento dos sindicatos como forma de encarar o esgotamento do Estado Social capitalista e as propostas keynesianas. Além do controle de gastos estatais que se desdobrou em um no processo de privatizações.

Era preciso restringir o Estado a suas funções mínimas: diligenciar pela manutenção das regras que permitem o jogo capitalista e produzir os bens públicos por excelência, ou seja, justiça e segurança. Finalmente, a crise que comprimia as margens do de lucro tinha de ser amenizada com a redução dos gastos com pessoal e a flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última se tornavam agora um curso insuportável e inadmissível. (Paulani, 2008 p.118)

Diz a autora que a doutrina neoliberal e seu discurso de eficiência e austeridade objetivam transformar o Estado em um negócio, que defende o capital, abandonando os interesses maiores, socialmente, como o emprego, a proteção social e a renda. No entanto, a autora também destaca que o resultado dessa condução empresarial do Estado é oposto ao resultado no setor privado. “Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução ampliada do capital público, temos dilapidação dos recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público” (Paulani, 2008, p.122).

Ao invés disso representar o enfraquecimento do Estado, expressa-se no oposto: Estado forte e violento na condução dos interesses do capital, depenando cada vez mais as possibilidades de um regime democrático. Tal aspecto, para Lapyda (2023) também opera no sentido de tornar o Estado mais vulnerável a crises e submisso ao dinheiro mundial, em especial ao dólar. Além disso, contrariando as prerrogativas neoliberais por um Estado minimamente interventor, o Estado é sempre chamado a compensar e auxiliar monetariamente instituições financeiras privadas e a compensar o caráter destrutivo deste sistema intervindo sobre os danos sociais e ambientais ainda que de forma emergencial ou oferecendo bens sociais que ainda não são ofertados pelo mercado.

Uma última etapa de desdobramento do atual estágio do capital ainda precisa ser recuperada aqui: a crise de 2008, iniciada pelo endividamento das famílias e empresas pelos juros baixos e aumento do uso de imóveis como ativos financeiros (Lapyda, 2023). De acordo com Tonelo (2021, p.61) a grande crise de recessão aberta neste período exprime a falência da dinâmica financeira e neoliberal, assim o “crash de 2008 está relacionado com as ‘antinomias’ gestadas nos anos neoliberais como respostas às crises de superprodução, sobreacumulação e da queda nas taxas de lucro da crise dos anos 1970”. Dito de outra forma, a dinâmica de reprodução crítica promovidas pelas medidas contratendências neoliberais chegam num limite neste período. A diferença deste cenário para a crise anterior, ainda de acordo com o autor, é que não ocorre neste uma mudança de padrão e acumulação. Ao contrário, buscou-se aprofundá-las nas novas condições econômicas, o que evidencia a irracionalidade para lidar com a crise. Vejamos alguns elementos do estouro da bolha de 2008 ainda na perspectiva do autor.

Depois dos anos 2000, com a crise anterior das chamadas empresas *ponto.com*, o capital passou a buscar por negócios mais seguros de valorização, como o ramo imobiliário, o que levou a elevação do preço dos imóveis, aumento de empréstimos e comercialização de hipotecas, gerando a bolha imobiliária. De acordo com Tonelo (2021, p. 19) a bolha possui dois

elementos centrais: “1) a expansão sem precedentes de financiamentos imobiliários, altamente desregulamentada (com empréstimos a famílias sem capacidade de pagamento comprovado que deu origem os empréstimos conhecidos como *subprimes* e 2) *inovação financeira* pela via da securitização dos ativos e seguros”.

Pensando o primeiro aspecto, o autor evidencia que é fundamental nesse processo a participação dos bancos de investimento para a aceleração inflação do mercado imobiliário, pela grande concessão de crédito, com novas condições de hipotecas, o que resultou no endividamento extremo de famílias e a disseminação da crise. Pois, este processo se deu pela ampla desregulamentação e flexibilização das concessões de crédito, tanto na avaliação quanto na forma de financiamento oferecidas pelos bancos (Tonelo, 2021).

Concomitante a isso, desenvolveu-se o processo que permitia aos bancos transformarem esses empréstimos e em especial os subprimes, em pacotes vendáveis, os *securities*. “A securitização era uma forma de agrupar uma série e tipos de passivos financeiros (de diferentes rentabilidades e riscos) e convertê-los em pacotes vendáveis e comerciáveis no mercado”. (Tonelo, 2021, p.20) capilarizando pacotes de hipotecas consideradas de alto risco junto com outras de menores riscos de inadimplência. Assim, temporariamente os ganhos vieram de parte dos juros produzidos pelo crédito inicial, possibilitando outra rentabilidade pela venda dos títulos aos investidores. Em contrapartida, os investidores ganhavam com a maior rentabilidade desses ativos, na medida em que assumiam o contrato junto a todas as famílias alocadas no pacote-contrato financeiro que aceitaram comprar do banco.

Neste sentido, a securitização é que causou a explosão da bolha, visto que a sanha rentista promoveu uma desregulamentação financeira muito maior, assim como os riscos repassados aos investidores.

A situação de 2008 foi desencadeada a partir da inadimplência cada vez maior dos subprimes, que, em termos gerais, desenvolveu-se de acordo com o seguinte processo: ao não serem efetuados os pagamentos das hipotecas, o banco retirava a casa das famílias e a colocava a venda. Uma vez que o processo se desencadeava em uma escala crescente, o efeito concreto foi o aumento de casas à venda, o que levou necessariamente à queda cada vez mais abrupta do interesse dos investidores na compra de novas hipotecas (Tonelo, 2021, p.24)

A queda do preço das casas fez com que famílias adimplentes abandonassem suas primeiras hipotecas (com valor mais caro) e buscassem outras mais baratas, o que conseqüentemente fez o valor dos pacotes financeiros despencarem resultando numa corrida pela sua liquidez, afetando não só os títulos já vendidos, como outros que ainda eram

preparados, pois os investidores recusavam a compra destes títulos podres, o que levou bancos ao colapso.

Num primeiro momento, a explosão da bolha, marcou a recessão da economia mundial e das potências, mas, como próprio da dinâmica capitalista e das relações desiguais entre os países, as iniciativas capitalistas contra à crise deslocaram-na para os países de capitalismo dependente, fazendo valer os dogmas neoliberais vinculadas à submissão à dívida pública que já mencionamos neste trabalho (Tonelo, 2021). Ou seja, viabilizou-se a socialização dos custos da crise com a classe trabalhadora, num contexto já expandido de expropriações sociais e as formas mais brutais de exploração do trabalho pela extração de mais valor absoluto.

o desafio da implementação dos pacotes de austeridade, uma política fiscal agressiva, não era pequeno: não porque a resistência operaria se expressasse com força no ano de 2010, mas porque a virulência dos ataques neoliberais ao mundo do trabalho, que levou à retomada das taxas de lucro de empresas em nível internacional, já havia exaurido bastante os direitos e implementando uma dinâmica feroz de exploração. Isso significa que a real solução do capital era reciclar uma ‘solução’ que parecia já ter encontrado alguns limites no pré-crise, haja vista a massa de trabalho precário, desemprego, aumento da desigualdade, endividamento e redução da capacidade de consumo das famílias (Tonelo, 2021, p.35).

Processo que será desenvolvido nos países centrais entre 2010 e 2011 e especialmente a partir de 2012, nos países dependentes, tendo como um de seus fatores de acentuação a queda do preço das *commodities*, como veremos mais adiante. Além de outros desdobramentos como o avanço da extrema direita conservadora em diversas partes do mundo a partir de 2016, elemento muito essencial, de acordo com Tonelo (2021) para a compreensão do avanço do capital na extração de mais-valor pela exploração de determinados segmentos da classe trabalhadora submetidas as condições mais degradantes, como imigrantes, mulheres e pessoas negras. Importa ainda fazer menção que com a crise sanitária da Pandemia da Covid-19, esses efeitos são aprofundados.

As medidas contratendências ao esgotamento das possibilidades das relações sociais capitalistas em regerem a produção e reprodução humana elevam o grau de destrutibilidade à níveis catastróficos ao conjunto da humanidade como um todo, ganhando centralidade o esgotamento das possibilidades civilizatórias deste regime de produção, reforçando a própria violência que lhe constitui desde sua germinação.

Sinteticamente, a abertura da crise em 1970 e o seu próprio desdobramento em 2008, tem no conjunto da classe trabalhadora a maior vítima da mundialização financeira e neoliberal que impõe um regime de propriedade baseado no patrimônio, que “cria direitos a renda da forma

de aluguéis, de rendas do solo (urbano ou rural) e de fluxo de rendas relacionadas as aplicações em bolsa. A finalidade dela não é nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o rendimento” (Chesnais, 2005, p.50) ao passo que modificam ainda mais, em detrimento da classe trabalhadora a distribuição da riqueza produzida, agora entre salários, lucros e renda financeira.

Desta forma, é possível compreender que sob a dominância financeiro-rentista, o capital opera em punções cada vez maiores da esfera produtiva, alimentando-se do fundo de consumo, seja por meio do caráter regressivo que assumem os impostos especialmente em países dependentes, ou pelo aumento da extração de mais-valor relativo no processo produtivo e da redução dos salários e conseqüentemente, do fundo de vida dos trabalhadores, já que a extração de valor tem sido levada ao limite, forjando tenebroso desgaste da força de trabalho<sup>126</sup>.

A flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados, o avanço das forças produtivas e do avanço tecnológico que impulsionam e são impulsionados pela concorrência e atingem diretamente o emprego e gestão da força de trabalho, reascendendo ou acentuando o uso de práticas regressivas de contratação - parcial, temporária ou subcontratada -, além da redução de postos de trabalho, além de propiciar o enfraquecimento político da classe trabalhadora, que passa a ter de se submeter à qualquer emprego por qualquer preço. A reprodução de suas vidas no mercado, já impostos desde o final do século retrasado, são agora, neste novo desdobramento da crise, são ainda mais radicalizados pelo capital: planos de austeridade ainda mais agressivos, intensificação da flexibilização e desenvolvimento de novas tecnologias, em especial as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e inteligência artificial da indústria 4.0 que afetam as relações de trabalho em benefício do capital (Tonelo, 2021).

Desnuda-se a barbárie das expropriações secundárias, nos termos de Fontes (2010), fundamentais na reprodução entravada do capital, pela necessária e fundamental reprodução de sua base social em condições novas, com trabalhadores *cada vez mais livres* e subordinados ao capital.

---

<sup>126</sup> Lembramos que Luce (2018) explica que fundo de consumo e fundo de vida, são dialeticamente a substância do valor diário e do valor total da força de trabalho. Afetado o fundo de consumo do trabalhador, que representa acesso aos valores de uso necessários e ao repouso para restauração de suas energias físicas, pelo rebaixamento dos salários, afeta-se seu fundo de vida, o que implicaria num aumento dos meios de subsistência para restaurá-lo. É interessante que o autor, pontua que isto existe um limite, e portanto, só pode ser regenerado mediante repouso.

É neste sentido que concordamos quando Barbosa (2018, p. 254) afirma que *“a questão social precisa ser pensada na dinâmica da pujante crise civilizatória que amplifica o barbarismo, como a violência da expropriação social e ambiental”*. O que, para a autora, significa a necessidade de sua compreensão dentro do processo de realização do valor, compreendendo a contradição entre economia de trabalho vivo enquanto a generalização da subsunção do trabalho assalariado e subordinado se coloca para todo o conjunto da vida social, *“tornando todos dependentes e reprodutores do fetiche da mercadoria, operando a viabilização do valor”* (idem, p.255).

Desta forma, o caráter destrutivo do capital é reafirmado conforme avança sua insistência em permanecer como modo de produção. Sua evolução é, nas palavras de Tonello (2021) catastrófica. Importa-nos retomar que todo esse processo deve ser compreendido sem que se perca de vista a dinâmica inerente à própria reprodução ampliada do capital, na produção e reprodução e controle brutal da população supérflua às necessidades do valor, que remontam de forma inescapável a produção simultânea, relativamente, da pauperização, da degradação moral e humana no avanço, mesmo que entravado da acumulação do capital.

Até aqui, buscamos examinar alguns elementos teóricos, históricos, e político-econômicos que se inserem na dinâmica da crise estrutural do capital a partir da evidenciação e compreensão dos principais elementos e desdobramentos da formação e desenvolvimento da acumulação capitalista de predominância financeira.

Pelo exposto, e em acordo com as reflexões de Macedo (2019) que abordamos no primeiro capítulo, é possível afirmar que sob a dinâmica de reprodução entravada que tem por base a economia do trabalho vivo e sua substituição pelo trabalho morto, na busca por uma valorização do valor insaciável, a elevação da potencialidade violenta da fome se apresenta como uma tendência inerente à dinâmica destrutiva do capital. Entretanto, não só a população excedentária parece entrar no círculo de fogo da fome, as expropriações sociais secundárias que se expressam no rebaixamento dos salários, no recrudescimento da precarização das relações de trabalho e na retirada de direitos sociais e trabalhistas impõem condições de vida cada vez mais precarizadas ao conjunto da classe trabalhadora, ao passo que continua a expansão da base social necessária a extração de valor, tornando possível um exército de famélicos constituído também por aqueles que ainda conseguem vender sua força de trabalho, o que desnuda ainda mais o caráter destrutivo desse modelo de produção que suprime as condições mínimas de reprodução dos despossuídos, expropriados e explorados em nome do mercado, especialmente sob as determinações da crise estrutural, e também na influência dessas determinações sobre a

produção de alimentos, o que veremos, particularmente no caso do Brasil e, evidenciando, seus impactos na questão agrária.

### 4.3 A inserção do Brasil na mundialização: financeirização e questão agrária

Assim como o desenvolvimento da financeirização nos países centrais não ocorre de um momento de cisão ou de ruptura abrupta, a inserção do Brasil neste circuito de reprodução do capital financeiro também se desenvolve como um processo, vinculado ao desenvolvimento desse novo estágio do capital e consoante às particularidades da sua posição como país de capitalismo dependente que conforma um cenário de acirramento das expropriações sociais, primárias e secundárias e da superexploração do trabalho concomitante ao avanço do agronegócio como força econômica e política.

É neste sentido que Lavinias, Araújo e Bruno (2017) demonstram a financeirização da economia brasileira já nos anos de setenta, ainda no período conhecido como milagre econômico durante o regime da ditadura empresarial-militar, produto de grande endividamento externo, e seu avanço na década seguinte com as crises fiscal e de dívida pública possibilitando a expansão financeira e a concentração bancária a níveis desconhecidos até então promovidos por um *processo inflacionário inercial*, o que nos parece contundente se levarmos em conta o próprio desenvolvimento do circuito financeiro nos países centrais já abordados e, em especial e o direcionamento de capital monetário em forma de empréstimo para os países da América Latina neste período<sup>127</sup>.

Com o desenrolar desses traços da financeirização e as particularidades de nosso país no circuito do capitalismo mundial, já é possível perceber que este novo padrão de inserção internacional coloca entraves à acumulação industrial e às exportações de bens de maior valor adicionado, expondo os fundamentos de nosso processo de desindustrialização que se desenvolveu e intensificou nas últimas décadas (Lavinias, Araújo & Bruno, 2017). Entendemos

---

<sup>127</sup> Segundo os autores (2017) aspectos identificados pela literatura em período posterior sobre o tema como específicos do avanço da financeirização já eram aqui identificados entre eles estão, aumento da concentração de renda e da desigualdade social, queda da taxa em investimento produtivo e consequente estagnação, perda da autonomia do Estado em formulação da política econômica e demais intervenções públicas e comportamentos rentistas em empresas não-financeiras e famílias de alta renda pela redução do capital investido no setor produtivo, o que permitirá ao setor bancário a consolidação de seu poder hegemônico capaz de traçar as transformações necessárias a liberalização financeira que ocorreria na década de noventa (Lavinias, Araújo & Bruno, 2017).

que nessa conjuntura mundial, o lugar particular do Brasil no circuito mundial da financeirização ganha sentido com a projeção econômico-política do agronegócio brasileiro, pois, neste mesmo período, os discursos acerca da importância do segmento para a balança de pagamentos do país ganharam proeminência, junto com as próprias determinações endógenas, como logo poderemos examinar.

Como vimos, os dogmas neoliberais abriram os caminhos necessários para o novo padrão de acumulação financeiro-rentista. No Brasil, a difusão deste discurso se inicia com a eleição de Fernando Collor (1990-1992) para Presidente da República. Mas as primeiras inflexões são percebidas no governo de Itamar Franco (1992-1995) com a desregulamentação dos mercados financeiros, internacionalização de títulos públicos e a securitização da dívida externa. Também já demonstramos que a dívida pública possui um caráter fundamental tanto para a acumulação na esfera rentista, quanto para a manutenção das relações de dominação entre países centrais e dependentes justamente pelo seu efeito bola de neve. No caso dos países periféricos como o Brasil, é fundamental para sua inserção no circuito mundial financeiro, pois garante o envio de recursos para o exterior dentro desta esfera de forma ininterrupta (Paulani, 2008). No entanto, importa destacar que a apropriação rentista em cima da dívida pública se dá sob a oneração da classe trabalhadora, afinal nosso sistema tributário tem um caráter regressivo, de tal modo que os salários representam parte importante do volume de recursos arrecadados que formam o fundo público sob o qual a dívida pública vem avançando através das medidas de austeridade (Brettas, 2017).

Isto porque, as relações de poder econômico entre os países e o domínio do mercado colocam a necessidade de demonstração de um certo tipo de *credibilidade*, melhor dizendo, de submissão às suas regras que sustentam a primazia da valorização de capitais – que neste estágio do desenvolvimento do capital operam predominantemente na esfera financeira, em benefício do capital especulativo (Paulani, 2008; Brettas, 2017).

Neste sentido, Paulani (2008) observa que a adoção da política econômica neoliberal se inicia no Brasil, na década de 1990, pela apologia e prática efetiva das prescrições do consenso de Washington<sup>128</sup>, no governo de Fernando Henrique Cardoso, como medidas indispensáveis

---

<sup>128</sup> Como conhecido, esse chamado consenso se formou na reunião realizada nos Estados Unidos em 1989 para o estabelecimento de um conjunto de “recomendações” dos países centrais aos países latino-americanos para adoção e/ou aprofundamento dos princípios neoliberais. Entre as principais recomendações estão: abertura e desregulamentação de mercados nacionais, diminuição das atribuições estatais e privatizações de empresas e serviços (LAPYDA, 2023). A agenda draconiana assumida pelos países endividados ficou conhecida pela rígida

para crescimento econômico do país. No entanto, ainda de acordo com a autora, não tardou para que se efetivasse um cenário total oposto, conflagrando a estagnação econômica, o crescimento da pobreza absoluta, da violência e da barbárie; aspectos que inevitavelmente contribuíram para avolumar o permanente exército de famélicos em nosso país, que no início desta mesma década, era composto por 32 milhões de homens e mulheres<sup>129</sup>.

Importa destacar alguns acenos importante no sentido de atrair capitais externos em busca de valorização, entre eles, o Plano Real, por Fernando Henrique Cardoso, em 1994, como processo de superação da alta inflacionária. De acordo com Paulani (2008, p.96)

[o plano real] resolveu o problema que impedia praticamente o funcionamento do país como plataforma de valorização financeira internacional. Mesmo com a abertura financeira já tivesse sido formalmente operada, ela permaneceria letra morta, do ponto de vista de suas potencialidades em termos de atração de capitais externos de curto prazo, se o processo inflacionário não tivesse sido domado.

Outros acenos importantes, foram a Lei de Responsabilidade Fiscal – cuja edição em 2000 colocou os credores financeiros em primeiro lugar na hierarquia de gastos públicos, em diversas instâncias do poder executivo, em lugar dos investimentos em políticas públicas e sociais e isenção de impostos de renda sobre lucros e aplicações; o aumento da Desvinculação de Recursos da União (DRU)<sup>130</sup> – que buscou a superação dos obstáculos impostos pela Constituição Federal de 1988 à destinação de recursos públicos; a Nova Lei de Falências – que demarca o privilegiamento do credor financeiro nos casos de bancarrota privada; a autonomia do Banco Central, afim de garantir a condução de uma política econômica orientada ao pagamento do serviço da dívida; e, não menos importante, as contrarreformas da previdência já operadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e que serão mantidas e aprofundadas nos governos de Lula (2003-2011) (Paulani, 2008).

As contrarreformas da previdência social de 1998, atingindo majoritariamente trabalhadores de empresas privadas e, em 2003, especialmente direcionada ao funcionalismo público, merece uma breve consideração porque ao abrir espaço para a previdência privada e

---

disciplina e reforma fiscal, redução e reorientação de gastos com políticas sociais, flexibilização da taxa de juros, câmbio competitivo e ambiente favorável aos investimentos externos.

<sup>129</sup> De acordo com relatório *Mapa da Fome*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 1993.

<sup>130</sup> Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi a renomeação nos anos 2000 do Fundo Social de Emergência (FSE) como medida de estabilização econômica após o Plano Real. Objetivamente, significa que destinados originalmente a áreas sociais sejam alocados em outras despesas que se considerem mais prioritárias e na formação de superávit-primário, além do pagamento da dívida pública.

de mercado impulsiona a classe trabalhadora para o circuito da acumulação financeira e rentista, de forma contraditória e perversa. Baseadas no discurso de déficits orçamentários, para impor maiores entraves ao acesso à direitos, estabelecendo idade mínima e tetos ao benefício, a primeira reforma operou no sentido de empurrar a classe trabalhadora, em especial, àqueles trabalhadores com melhor remuneração, à contratação de fundos complementares privados, viabilizando recursos para o setor financeiro-rentista (Paulani, 2008; Lavinias, Araújo & Bruno, 2017; Brettas, 2017; Lapyda, 2023).

Para além da cristalização de um direito vinculado ao trabalho transmutado em mercadoria, Paulani (2008) explica que os regimes privados operam por capitalização, definida como rentista que, ao contrário da repartição simples – diretamente vinculada ao emprego com a contribuição dos trabalhadores ativos tomando a base do pagamento dos aposentados – viabiliza que se receba no futuro o equivalente à capacidade individual de pagamento.

A lógica dessas importantes instituições financeiras que são os fundos de pensão é reveladora de sua violência contra o trabalho, pois esses fundos subsistem garantindo o recebimento da previdência aos assegurados no futuro, e, com isso, buscam sempre maior liquidez, menores prazos e menos riscos, o que coloca a dívida pública como uma excelente opção, e, incide sobre a classe trabalhadora em razão da pressão pelo aumento de suas taxas de juros. Quando essas instituições optam pela compra de ações, escolhem entre aquelas que já operam em altos níveis de flexibilização e terceirização do trabalho pois são estas as que garantem maior extração de mais-valor e, conseqüentemente, maiores rendimentos. Ou seja, apostando em títulos públicos ou ações, a condição é sempre perversa aos trabalhadores já que operam contra o crescimento do emprego e da renda dos trabalhadores empregados, influenciando diretamente no engrossamento do exército da superpopulação relativa, na dinâmica da elevação da composição orgânica do capital, mas no aminguamento das possibilidades de investimentos na esfera produtiva (Paulani, 2008; Lavinias, Araújo & Bruno, 2017; Brettas, 2017; Lapyda, 2023).

Dito de outra forma, os fundos privados de pensão e aposentadoria encobrem o desenvolvimento de processos de expropriação social e exploração do trabalho, com baixos direitos do trabalho, pois sua lógica perversa possibilita que trabalhadores mesmo que indiretamente e inconscientemente, com seus próprios recursos, apostem na superexploração de sua própria classe (Brettas, 2017).

Ainda que as transformações operadas pela adoção da política macroeconômica neoliberal se deem em especial na década de 1990, ela será mantida e aprofundada nos governos

petistas<sup>131</sup>. Vale aqui destacar que não só a previdência social foi afetada pela sanha do mercado financeiro e rentista. Ainda que este exemplo seja o mais evidente e perceptível, alguns autores vêm discutindo a integração da financeirização com outras políticas sociais e, conseqüentemente sua integração às massas ou à classe trabalhadora em seus segmentos mais empobrecidos, inclusive àqueles desempregados, como Brettas (2017) e Lavinias, Araújo e Bruno (2017).

Já vimos que o esgotamento das medidas contratendências do neoliberalismo que se desdobram em um novo momento da crise estrutural em 2008 e que esse processo seria sentido com mais intensidade nos países periféricos a partir de 2015. Esse evento se desdobra no Brasil como uma crise econômica, política e institucional de 2015-2016, que elevam o controle da finança sobre o Estado à níveis ainda mais estratosféricos que redundam num aprofundamento das expropriações de direitos sociais e trabalhistas, com novas contrarreformas tanto trabalhista, em 2017, e previdenciária 2019 que aprofundam a flexibilização do trabalho e entravam ainda mais o acesso ao direito à aposentadoria, além de uma nova investida financeira no fundo público pela PEC do teto de gastos.

Se, ao longo dos anos 1990 e 2000, este cenário já tinha suas bases estruturadas, criando imensos impedimentos para a universalização das políticas sociais, em 2017, a Emenda Constitucional (EC) 95 representa um substancial salto de qualidade. Ao definir um teto para os gastos primários por um período de 20 anos, esta Emenda constitucionaliza o estrangulamento com os gastos sociais, abrindo um potencial regressivo na garantia dos direitos sem precedentes na história do país (Brettas, 2017, p73).

A inserção do Brasil no circuito hegemônico da valorização financeira, operado pela adesão dos preceitos econômicos neoliberais, ou seja, pela redução da atuação estatal especialmente em espaços de interesse do capital internacional que podem ser convertidos em mercadorias, junto à medidas que potencializam a valorização do valor. Tal implicação eleva o grau de mercantilização da reprodução da vida humana, em que parte maioritárias das necessidades humanas devem ser atendidas intermediado pelo mercado. No atual estágio de desenvolvimento do capital, a primazia da valorização operada pela esfera financeira se dá pelo mecanismo da dívida pública, que aprofunda a submissão do país às economias centrais, como também pela integração ao mercado, dos segmentos da classe trabalhadora antes excluídos do

---

<sup>131</sup> Ainda que não seja objeto de nosso trabalho a análise de governo, a esse respeito Paulani (2008) realiza importantes considerações e críticas acerca dessa escolha pelos governos petistas, tangenciando as contradições entre os discursos e a realidade concreta e conjuntural deste período por um partido de raízes trabalhadoras. Para maior aprofundamento consultar a mesma referência em seus quatro primeiros capítulos.

mercado. A tendência dessa inclusão desmedida é a de extração dos rendimentos desta classe, sejam eles quais forem, pelo endividamento por adesão ao crédito, contratação de serviços e seguros. Neste sentido, as expropriações sociais se desnudam tanto na supressão de direitos vinculados ao trabalho ou não, quanto financeira, vinculada à captura dos rendimentos que perpetuam o processo de acumulação financeira.

Como já exposto, por mais que a esfera financeira pareça desvinculada da esfera produtiva, todo esse processo expropriatório ocorre com a precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego e diminuição do salário real, rebaixando ainda mais as condições de vida e de reprodução da classe trabalhadora, o que repercute na permanência e avanço sistemático do fenômeno da fome.

Não é coincidência que justamente neste período que vivenciamos um recrudescimento do cenário da fome. A precariedade das condições de vida e de trabalho que vão se impondo neste cenário transformam as classes subalternas em vítimas da caçada brutal da fome, como assistimos, a partir de 2018, conforme os dados apresentados no primeiro capítulo deste trabalho. A dimensão da mundialização do capital financeiro e neoliberal e a inserção do Brasil neste circuito é determinante na ampliação do exército de famélicos. Não descolado de todo esse processo, outras particularidades da formação social do Brasil que se perpetuam ao avançar a história também concorrem para a conformação da fome como um elemento estrutural e se vinculam essencialmente ao desenvolvimento do agronegócio, sua retomada de hegemonia econômica e política e sua repercussão sobre a questão agrária.

#### **4.4 A hegemonia do agronegócio na era financeirizada e neoliberal do capital**

Como vimos mostrando a inserção do Brasil nesse circuito mundializado toma o campo em cheio, especialmente, pela função que o país irá retomar na divisão internacional do trabalho como país primário-exportador e, o conseqüente, refluxo da industrialização do país. É neste período que se intensificam em escala cada vez mais exacerbada os processos de expropriação da terra, de superexploração do trabalho e de domínio do capital sobre a natureza, conforme se aprofunda o pacto da economia política do agronegócio. Por isso, nesta altura da exposição da pesquisa, buscaremos analisar de que forma a reorganização macroeconômica do país e o

fortalecimento político e econômico do agronegócio passam a se relacionar e os impactos dessa relação ao conjunto da vida social que são inseparáveis do fenômeno social da fome<sup>132</sup>.

Importa ter em mente que por mais que esta conjuntura que engloba a crise e a reestruturação do capital de forma geral e que força essa regressão da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, reafirmando seu papel primário-exportador, as bases para essa regressão são também internas, já que a política agro-exportadora, como buscamos demonstrar ao longo deste trabalho atravessa os séculos da história econômica de nosso país, tendo influência até mesmo no surto de industrialização que ocorre a partir da década de trinta, como bem observa Octavio Ianni e Caio Prado Junior, como já exposto no terceiro capítulo.

Delgado (2010; 2012), Scoleso (2022) e Pompeia (2023) evidenciam que ao final da década de 1990, após grande desestruturação das políticas agrícolas, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, busca-se novamente a estratégia agroexportadora como forma de gerar saldos para suprir o déficit da conta corrente, já exacerbado pela saída de capital especulativo que também financiava os déficits. Esse processo traz de volta a agricultura capitalista para as prioridades da política externa de geração de saldo da política agrícola interna por meio de diversas iniciativas.

Pompeia (2021) analisa em detalhe esse processo destacando em especial a organização política do agronegócio durante este período em busca de reestruturação das políticas e do incentivo estatal que vinham sendo diminuídos desde a década de oitenta. Desde o final do regime da ditadura empresarial-militar empresas e latifundiários passam a se organizar de forma mais contundente em busca de resgatar seu poder político e econômico ameaçado pela redemocratização do país e pelo adensamento dos movimentos sociais da luta pela terra e pela reforma agrária. A mira da mobilização também enfocava a redução significativa de crédito e incentivos estatais resultantes do momento de reconfiguração das relações econômicas e sociais em âmbito mundial e nacional que ocorrem pela crise fiscal de 1980 - dívidas em parte provenientes do próprio incentivo à modernização e industrialização da agricultura - e em 1990, quando a desestruturação dos incentivos se aprofunda, como resultado de decisão política a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

---

<sup>132</sup> Dentro das particularidades de cada país, é importante tomar nota de que a América Latina como um todo, depois da crise de 1970 se ancorou na exportação de *commodities*. De acordo com Alentejano (2020) esse processo ficou conhecido como consenso de *commodities*, um consenso político e ideológico baseado na premissa de que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.” (Alentejano, 2020 p.254)

Essa organização política do setor, mesmo que marcada por disputas internas convergiam na busca pela reconstrução da hegemonia na fração de classe, especialmente pela organização política em associações, desenvolvimento de pesquisas acadêmicas envolvendo o tema do agronegócio/*agribusiness* e dos complexos agroindustriais e anúncios em veículos da imprensa acerca de seus vultosos números macroeconômicos relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB) e criação de divisas como forma de criar legitimidade e construir reconhecimento positivo, ou seja, compreendidos como um projeto econômico e político bem estruturado, na esfera pública (Pompeia, 2021).

Aqui vale destacar que a fome e a segurança alimentar já apareciam como temas sensíveis e de destaque público neste período, graças às crescentes mobilizações sociais em torno da segurança alimentar que vinham ganhando destaque, o que se tornou, contraditoriamente, uma ótima oportunidade para a criação de mais uma narrativa em favor do agronegócio.

Pompeia (2021) destaca que a criação de uma associação intersetorial do agronegócio foi um momento decisivo neste processo. A ABAG (em um primeiro momento Associação Brasileira de Agribusiness, que depois passaria pela substituição do termo estrangeiro para o nacional agronegócio), criada em 1993, conseguiu atrair atenção pública para o agronegócio capturando o tema da *segurança alimentar* – que vinha ganhando destaque na esfera pública internacional e nacional neste mesmo período, à sua narrativa legitimadora vinculando a temática com o desenvolvimento econômico do país, ou seja, vinculando a política de segurança alimentar com a produção de alimentos sendo a implementação de melhor infraestrutura, especialmente no escoamento da produção e o volume diminuto de crédito, componentes das reivindicações da associação na época. O autor também indica que no ano seguinte, essas reivindicações foram expressas durante o período eleitoral para a Presidência da República do país.

A entidade propunha o revigoramento da política agrícola, com solicitações de mais recursos para custeio e comercialização de safras, melhorias nas taxas de juros, aumento das possibilidades de financiamento privado, além de avanços nas políticas de preços mínimos, de informações de safras, de pesquisa e de seguro agrícola. Outro aspecto era a ênfase no comércio exterior, com proposições como a desvalorização da moeda e a extinção de tributos para itens exportados (Pompeia, 2021, p.154).

Tal organização política começa a surtir efeito no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995 também como resultado dos desequilíbrios econômicos na balança comercial que o país enfrentava, enquanto se observava a participação crescente do setor nas exportações. Pompeia (2021, p.167) destaca que nos anos seguintes, Fernando

Henrique Cardoso deu inúmeras declarações que destacavam o potencial econômico do setor orientado, nas palavras do próprio presidente a tornar o *Brasil um grande celeiro para o mundo*.

De acordo com o Delgado (2010; 2012), o pacote de medidas adotadas pelo governo federal afim de atender o setor da economia envolveu o direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa) para operar com as empresas multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial tornando a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional à estratégia de ajustamento macroeconômico e reativação da provisão do crédito rural nos Planos Safra. Além disso, Pompeia (2021) também destaca outras materializações das reivindicações do setor que se objetivaram na Lei Kandir<sup>133</sup>, na desvalorização do real e na renegociação de dívidas. Em síntese,

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa (Delgado, 2010, p.81)

Portanto, a hegemonia desse projeto político, econômico e ideológico que começa a se consolidar nos anos 1990 passa a ser compreendida como uma política de Estado e não meramente governamental ainda que, repleta de impasses políticos. O termo agronegócio surge no Brasil como tradução da palavra inglesa *agribusiness*<sup>134</sup>. E se apresenta como estratégia de

---

<sup>133</sup> Lei complementar nº 87 de 13 setembro de 1996. Estabeleceu o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em exportações de produtos primários, desonerando o agronegócio na exportação de commodities e atrair dólares para o país necessários ao equilíbrio da balança comercial). A lei implica na redução de arrecadação do Estado, o governo federal previa compensação para os Estados que era negociada anualmente, mas que possuía um teto bem abaixo do que poderia ser arrecadado em impostos, no entanto, a emenda constitucional 109 de 2016, conhecida como PEC Emergencial, revogou a obrigação de compensação das perdas da Lei Kandir prejudicando o orçamento de estados e municípios. (Mitidiero Junior & Goldfarb, 2021)

<sup>134</sup> Até mesmo a noção de agribusiness foi originalmente cunhada nos Estados Unidos trata apenas aspectos descritivos decolados de conceitos científicos. De acordo com Delgado, “O agribusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial

ideológica para popularizar a noção do agronegócio por meio do signo americanizado (Mitiediero Junior e Goldfarb, 2021; Alentejano, 2020; Pompeia, 2021).

Para Delgado (2012, p. 109), o novo pacto da economia do agronegócio diz respeito à “*articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra*”. Neste sentido, se coloca como um modelo de produção específico, que resulta da articulação de capitais nacionais e internacionais com a propriedade fundiária, com o envolvimento cada vez maior do capital bancário e financeiro, da tecnologia que impõem um tipo específico de uso da terra e de produção de alimentos orientado pelos novos ímpetus de valorização do capital (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021).

Toda essa reorientação interna em torno do agronegócio aparecem como os ovos de ouro da política macroeconômica do Brasil, se conformando às demandas do comércio mundial favorável e receptivo às *commodities*, como as carnes de boi e de frango, a soja, o milho e o açúcar, na virada para os 2000, com destaque para as demandas da China – depois que se abriu ao mercado capitalista, em torno dos anos de 1980/1990 –, especialmente por um esgotamento da produção de outros países exportadores tradicionais, o que significa um avanço e incremento da produção no Brasil (Delgado, 2010; Pompeia, 2021). Uma vez reestabelecida as bases de acumulação do setor, apoiada nos incentivos e subsídios fiscais e creditícios do Estado, dada a conjuntura internacional e as próprias determinações históricas de nosso país, essa estratégia só se fortaleceu nos anos seguintes, nos governos petistas (2003-2016).

Em função (i) do grande reordenamento no comércio global de commodities agropecuárias, (ii) da capacidade - fundamentada em estratégia privada-estatal – de aumento da produção no Brasil, (iii) das potencialidades das exportações daqueles produtos para o balanço de pagamentos do país e (iv) da consolidação de um aparato de legitimação, entre outros fatores, agentes do agronegócio passaram a contar com situação crescentemente favorável ao atendimento de pleitos caros aos principais complexos agroindustriais (Pompeia, 2021 p.192-3)

Pompeia (2021) explica que esse quadro que conforma o setor do agronegócio como grande força política e econômica do país, nos anos 2000, permite o setor avançar no atendimento de seus mais diversos interesses no campo político em temas sensíveis e impulsionando tensões no campo. Muitas dessas tensões foram impulsionadas pelo próprio caráter volúvel do governo, que ora defendia o setor do agronegócio e ora se colocava a favor das resistências no campo, por mais que este governo tenha sido mais eficiente em defender o

---

realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica” (DELGADO, 2012, p.89).

agronegócio no campo das questões que envolvem a questão agrária: reforma agrária, políticas agrícolas, ambientais e questões indígenas e, ainda, referentes à exploração do trabalho.

Por mais que esse caráter volúvel apresentado por Pompeia (2021) seja mais simbólico do que objetivo e que, em grande parte, os interesses do setor agro-capitalista tenham sido atendidos, o setor não abandona sua histórica insaciabilidade predatória e exploradora e conduz uma reorientação política estratégica à direita e à extrema direita do país, o que o vincula tanto ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, quanto a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que de forma muito mais aberta e transparente demonstrou seu apoio ao setor e a este pacto de economia política (Pompeia, 2021).

a despeito de as sucessivas gestões petistas terem aprofundado, por um lado, o pacto de economia política com tais núcleos – considerem-se por exemplo, a retomada vigorosa de instrumentos fundamentais da política agrícola e o esmaecimento da política de reforma agrária, além da paralisação das demarcações de terras indígenas –, nelas se organizavam, por outro lado, alianças de atores progressistas da Esplanada com a sociedade civil [...] esses agentes avançavam iniciativas que confrontavam as representações dominantes do campo do agronegócio (Pompeia, 2021, p.299)

É importante sublinhar que esse quadro social interno não aparece descolado das determinações do desenvolvimento do capital e sua reprodução entravada já abordados neste trabalho e dos rebatimentos da crise estrutural do capital, em especial após a crise de 2008, no país e neste setor refletindo no fim do ciclo das *commodities* a partir de 2014, como elementos determinantes dessas características que são estruturais do meio rural brasileiro.

Esses apontamentos mais gerais já indicam que o avanço da lógica neoliberal e financeira para o campo aprofunda a sujeição dos camponeses e pequenos produtores e de populações tradicionais e indígenas ao grande capital vinculado ao agronegócio, por meio de expropriações primárias largamente violentas. Sobre seus incontroláveis impulsos expansivos de acumulação, o agronegócio logo passa a reivindicar além de maiores vias de financiamento, o avanço sob novas terras garantidos pelo Estado, além de melhores condições de extração de valor. Dito de outra forma, o segmento do agronegócio busca meios e aparatos legais para expropriar terras garantindo o estancamento de reivindicações a favor da reforma agrária e buscam meios de contestar a legislação trabalhista, acabando por tensionar a relação entre o setor e o governo na primeira década dos anos 2000 em momentos em que este tendeu mais para as reivindicações sociais, que se materializaram em sanções e infrações por danos ambientais, reconhecimento de territórios tradicionais, propostas de confisco em fazendas com trabalho análogo a escravidão, entre outros (Pompeia, 2021).

Esses fatos convergiam com mais três elementos importantes: o crescimento da exigência internacional em defesa do meio ambiente, a procura internacional por terras, e

sobretudo a queda do preço das *commodities*. Esse é o pano de fundo que aprofunda o descontentamento do setor com os governos petistas de Lula e Dilma que convergem em sua organização para a retirada de cena dos, então, seus maiores *inimigos políticos*, com a maioria esmagadora dos deputados da bancada ruralista (ou Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) como se autodenominam) apoiando seu pedido de impedimento e desde então, o que se verifica é um aprofundamento do pacto de economia política do agronegócio. (Pompeia, 2021).

Antes de verificarmos algumas expressões desse aprofundamento, como o adensamento da concentração de terras, acentuação da violência no campo e a hiper-produção de *commodities* como produção de valor, é necessário desmitificar a virtuosidade do agronegócio.

A peça publicitária “*o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo*”, extremamente difundida no país, é um exemplo de como o setor do agronegócio vem construindo consensos na sociedade baseado na ideia de que representa a maior força econômica e a salvação econômica do país. Como *celeiro do mundo*, o Brasil é difundido como possível de avançar liderado pela agropecuária (e a mineração), com uma produção moderna, alinhada com preceitos da responsabilidade social e ambiental.

As iniciativas de positivação do agronegócio se estendem na construção de poder nas esferas públicas e na conquista de espaço nos aparatos de produção de conhecimentos, como nas universidades, ao passo que ocultam a essência destrutiva à vida humana e à natureza. Quando o modelo agroexportador se nutre da dependência nacional às economias centrais, da reprimarização, da conservação da superexploração do trabalho e da estrutura fundiária, conservando e aprofundando a barbárie das relações sociais capitalistas<sup>135</sup>.

Na contramarcha dessa dinâmica, Fatorelli (2021) mostra, a partir da análise dos orçamentos públicos em todas as esferas governamentais, que a participação do agronegócio no financiamento do Estado é negativa, justamente pelo expressivo conjunto de benefícios que o setor coleciona entre isenções, subsídios e incentivos fiscais<sup>136</sup>, que colocam os tributos arrecadados próximos de zero, beneficiando somente o grande capital vinculado à cadeia

---

<sup>135</sup> O estudo de Pompeia (2021) sistematiza o crescimento da produção de conhecimento e aparecimento acerca do agronegócio e do aparecimento do assunto em veículos de informação.

<sup>136</sup> Explica-se que incentivos e subsídios fiscais são um conjunto de ações econômicas que facilitam o financiamento de capitais, com diminuição de impostos ou juros cobrados, oferta de crédito com recursos públicos e, ainda, pela isenção ou desobrigação total do pagamento de impostos.

produtiva de valor do agronegócio, grandes latifundiários e grandes grupos do capital transnacional que se apropriam de grandes lucros<sup>137</sup>.

Outros autores que seguem este caminho de questionamento à economia portentosa do agronegócio e buscam desmontar a imagem do setor como fundamental para a economia e desenvolvimento do país são Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) que a partir de dados empíricos do PIB, da balança comercial, dos incentivos fiscais e creditícios ofertados ao setor mostram como são limitados para o desenvolvimento do capitalismo nacional, pela própria natureza da produção quase-*in natura*. No que tange à balança comercial, os autores evidenciam que a pauta exportadora ancorada numa produção como *commodities* é dominada pela venda de matérias-primas brutas, sem nenhuma elaboração e com a participação tímida dos produtos semi-elaborados e quase nenhuma participação de produtos de maior valor agregado, o que recoloca o caráter reprimarizador, contribuindo diretamente para o aumento do desemprego.

Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) focalizam que o Estado não cumpre a função social da terra para efetivação da reforma agrária<sup>138</sup>, redundando em ação para a financeirização, permitindo que os lucros não tenham prazos para internalização<sup>139</sup>, concomitante à internacionalização da agricultura operacionalizada pelo controle de transnacionais do agronegócio, na determinação do padrão tecnológico, na compra e transformação da produção agropecuária e na compra de terras por empresas e grupos estrangeiros.<sup>140</sup>

---

<sup>137</sup> Maria Lucia Fatorelli é auditora fiscal aposentada da Receita federal e fundadora da Organização Auditoria Cidadã da dívida. Cabe destacar que a análise dessa questão pela auditora passa pelo não reconhecimento da legitimidade da dívida pública. Devido aos limites deste trabalho, não poderemos avançar com profundidade no tema. Recomendamos a leitura deste pequeno artigo para um maior aprofundamento no tema. Disponível em: [https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/#\\_edn1](https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/#_edn1)

<sup>138</sup> A função social da terra estabelecida na *política agrícola e fundiária e da reforma agrária* da Constituição Federal de 1988 está vinculada à desapropriação, realizada pelo Estado, para atender o interesse social para fins da reforma agrária de imóveis rurais que não cumprem sua função social, estabelecida pelo atendimento simultâneos dos seguintes critérios, de acordo com o artigo nº 186 da CF: “i) aproveitamento racional e adequado; ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; iii) observância das disposições que regulam as relações de trabalho e; iv) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (BRASIL, 1998).

<sup>139</sup> Os autores explicam que desde 2008 o Conselho Monetário Nacional permite que exportadores brasileiros deixem todos os recursos referentes às exportações realizadas fora do país por tempo indeterminado, de modo que o dinheiro passa a ser movimentado de acordo com a conveniência e a especulação com as taxas de câmbio. Isto atrelado com a comercialização de *commodities* por transnacionais estrangeiras também permite que grande parte dos recursos produzidos nacionalmente sejam enviados para os países de origem dessas empresas ou para paraísos fiscais.

<sup>140</sup> Alentejano (2020) destaca esse domínio das transnacionais especialmente na difusão de sementes transgênicas e sua venda casada com agrotóxicos que nos torna o maior consumidor mundial de agrotóxicos, desde 2008, de empresas como: Monsanto, Bayer e Syngenta. É importante destacar também as relações que mantém com grupos estrangeiros como: ABCD – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus que dominavam 50% do

O portfólio de exportações do país consiste em poucos itens de baixíssima elaboração e com pouco valor agregado como soja, petróleo, minério de ferro e milho. Além disso, verificamos também a existência de outros produtos, mas com pouca manufatura e conectados ao agronegócio, como pastas químicas de madeira e carnes congeladas bovinas e aviárias. Outros fatos que preocupam os referidos autores é a dependência econômica fundamentada em poucos produtos e com compras basicamente da China o que torna a economia brasileira quase-refém da dinâmica econômica de um país e suas possibilidades econômicas (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021).

Para se ter ideia da atuação do Estado na criação das condições dessa produção vejamos o acesso ao crédito rural. Esse financiamento subsidiado se dá através da divisão em categorias de produtores rurais e seu enquadramento em programas distintos: pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e *demais produtores*. Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) também destacam que tanto em relação ao montante de crédito, quanto ao número de contratos<sup>141</sup>, os *demais produtores* (ou seja, os grandes proprietários) são os maiores beneficiários resultando na concentração de recursos para os representantes do agronegócio.

O Plano Safra 2023/2024<sup>142</sup> materializa essa argumentativa. O financiamento de grandes e médios produtores, na ordem de R\$ 364 bilhões, é mais de cinco vezes maior do que o oferecido aos pequenos produtores de R\$ 71,6 bilhões, mesmo que seja o maior volume já oferecido na série histórica do programa. É importante destacar que a oferta de crédito para os pequenos agricultores fomenta a aquisição de implementos e máquinas agrícolas, o que beneficia o segmento de máquinas agrícolas, especificamente.

Esses dados confirmam o sucesso do projeto agrário-capitalista no país, levado à frente pelo projeto de hegemonia política e econômica do agronegócio, que vimos mencionando, construído ao longo da história da formação social brasileira, mas sobretudo, no quadro da expansão do capitalismo monopolista com a ditadura empresarial-militar e da rearrumação da divisão internacional do trabalho nos anos de 1990. Uma expansão profundamente subsidiada

---

esmagamento, 80 % do financiamento da produção e 85% da comercialização de grãos no Brasil junto a Amaggi em 2020.

<sup>141</sup> O número de contratos é inversamente proporcional ao montante de recursos ofertados. Enquanto a menor fatia de crédito, destinada à agricultura familiar, é repartida por um número maior de contratos, o montante maior, oferecido aos grandes produtores resulta, em número de contratos menor.

<sup>142</sup> Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5052-governo-lanca-plano-safra-da-agricultura-familiar-com-reducao-de-juros-para-producao-de-alimentos>. Acesso em jul. 2023.

pelo orçamento público, desvinculada da promoção de segurança alimentar e da proeminência da economia do país, como faz crer.

Observemos isto agora, do ponto de relações de produção de valor no campo a partir da relação do capital com a terra e com o trabalho.

#### **4.5 O agro é valorização de valor: a dramática reprodução da fome no Brasil**

A reorientação do atendimento às necessidades humanas imposta pelas relações sociais expressas no valor, faz com que o alimento-mercadoria, além de atender as necessidades, também seja valor, asfixiando o atendimento concreto a todos os indivíduos, tendo em vista, que a expansão do agronegócio tem impulsionado a dinâmica da valorização do valor a níveis cada vez mais profundos e destrutivos. Para isso, concorre a firme aliança de uma agricultura extensiva e intensiva altamente tecnológica com práticas de expropriação de bens naturais, com altos níveis de exploração do trabalho e aumento do desemprego.

Neste sentido, nos concentraremos neste momento em apontar alguns elementos da relação produção de *commodities* e fome no Brasil – dada a desvinculação dessa economia do atendimento à necessidade humana básica de alimentar-se, por nós compreendida no âmbito da *questão agrária*.

Essa pesquisa entende, reiteramos, a *questão agrária* como um desdobramento da questão social, naquilo que se refere às contradições engendradas pelo aprofundamento e expansão das relações sociais capitalistas no campo. A forma como a terra - meio de trabalho - se transforma em propriedade privada e em monopólio de grandes proprietários, instrumentaliza à produção agropecuária de mercado, fundando a questão agrária<sup>143</sup>. Em adição, a alimentação ganha interesse especial do capital, aprofundando monoculturas para exportação e elevando o custo de vida, com o aumento do preço dos alimentos, no pior dos momentos,

---

<sup>143</sup> De acordo com Girardi (2009) há dois paradigmas de análise para o campo: o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário. O paradigma da questão agrária se fundamenta na teoria marxista e possui como eixo central a renda da terra e o movimento de diferenciação e recriação do campesinato, considerando os conflitos e resultados negativos sobre o campesinato ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Para este paradigma, o desenvolvimento da agricultura camponesa pressupõe a supressão do capitalismo, pois entende que as problemáticas que envolvem a questão agrária são produtos relacionados à estrutura do modo de produção capitalista. Já o paradigma do capitalismo agrário, acredita na superação dos conflitos gerados pelo capitalismo por uma maior integração dos camponeses ao sistema capitalista, sendo inútil lutar contra ele, entendendo os problemas da questão agrária como conjunturais.

junto ao processo maior de desvalorização da força de trabalho com a queda da renda do trabalho e o desemprego. Por isso, aqui, a perspectiva analítica adotada sobre a fome é a do paradigma da questão agrária, no qual se percebe duas concepções ideológicas antagônicas e concorrentes na disputa por diferentes modelos de desenvolvimento, da produção e da vida no e para o campo: o latifúndio junto ao agronegócio e o campesinato (Girardi, 2009; Neves, 2017).

A produção de valor no campo, segundo Scoleso (2022), é dominada pelo capital transnacional, com o suporte dos organismos internacionais como o Banco mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As políticas de austeridade fiscal dos Estados associados à financeirização e à flexibilidade produtiva desencadeadas por esses organismos, promovem a legitimação da subordinação de homens e mulheres à relação capital via expropriações de terras e de direitos sociais, além da exploração do trabalho, que em conjunto atendem à valorização e realização de valor. Acompanhando o desenvolvimento do capital em geral, a produção de valor no campo vem assumindo altos níveis de destrutibilidade no século XXI, com implicações severas sobre a natureza, especialmente na América Latina<sup>144</sup>.

Transnacionais controlam o circuito da produção primária de alimentos, matérias primas, insumos, transporte e comercialização de commodities em escala global. Preços de *commodities*, terras agricultáveis, empresas agroalimentares, máquinas e equipamentos, sementes e agrotóxicos são os derivativos financeiros utilizados como formas proeminentes de investimentos no setor e que são cada vez mais populares entre os especuladores financeiros. Investimentos que afetam sobremaneira o preço dos alimentos e fornece capital para que empresas façam novos investimentos no setor produtivo, a agricultura 4.0<sup>145</sup>. Os efeitos colaterais além do já mencionado aumento no valor do preço dos alimentos, estão também marcados pelas questões ambientais, ameaças territoriais e mudanças no regime de aquisição de terras e reestruturação produtiva no setor (Scoleso, 2022, p.31).

De acordo com Scoleso (2022), o aprofundamento das relações capitalistas no âmbito agrícola está intimamente vinculado à crise de 2008, em que as possibilidades de investimento em terras ampliaram as oportunidades do capital portador de juros como possibilidade de valorização, que migra da crise do estouro da bolha das hipotecas imobiliárias.

as implicações da intensificação da financeirização, dos investimentos transnacionais no sistema produtivo e agroalimentar global representam um modo de

---

<sup>144</sup> O Atlas de Sistemas Alimentares do Cone Sul (2024) vai ao encontro desta afirmativa e revela dados acerca do domínio transnacional nas cadeias de produção de alimentos, e da fome em toda América Latina. Disponível em: [https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Atlas\\_da\\_fome-e.pdf](https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf)

<sup>145</sup> A agricultura 4.0 é a forma que assume a produção agrícola atrelada ao desenvolvimento da tecnológica similar ao da indústria 4.0 pela inserção no processo produtivo de tecnologias de ponta, das TICs, da robótica e da inteligência artificial, ou seja, um novo salto de incremento de trabalho morto desde o processo de industrialização, que a serviço do capital que tem sido atrelado às facetas mais desumanas de exploração do trabalho (Scoleso, 2022).

superacumulação que influencia a economia política de alimentação global. Os diversos atores que correspondem a cadeia de valor do agronegócio abstraem os alimentos de sua forma física transformando-os em derivados complexos de *commodities*. O encarecimento do preço médio dos alimentos no âmbito nacional e internacional e as formas mais severas de miséria, fome, conflitos territoriais e destruição ambiental são resultados proeminentes da ordem do capital na produção agrícola (Scoleso, 2022, p. 37).

Essa dinâmica por incremento da economia agroexportadora provoca a corrida por terra para esse fim, movimentando os investidores para estarem onde o valor pode ser extraído. Pensando o acesso à terras, diversos estudiosos, entre eles Alentejano (2020), Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), Teixeira (2022) e Scoleso (2022) apontam que o crescimento do Brasil como produtor-líder e exportador contumaz de soja, à nível mundial, se deve especialmente ao alargamento da fronteira agrícola do país, expandindo as áreas de cultivo no Cerrado Brasileiro e na Amazonia Legal. O desmatamento nessas áreas segundo Alentejano (2020) já consumiu 20% da Floresta original da Amazônia e quase 50% do Cerrado Brasileiro, destacando-se aqui que são essas regiões, os atuais epicentros de conflitos agrários – visando o acesso à terra, ao seu cultivo e à transformação-manutenção das tradições locais -, segundo o Atlas de Sistemas Alimentares (2024), que redundam nos famigerados índices de pobreza, mortalidade e fome.

Esse avanço sobre a fronteira agrícola, vem perpetuando a desigualdade de acesso a terras e impulsionando sua maior concentração. Observa-se pelo índice de Gini<sup>146</sup> que a estrutura fundiária brasileira que historicamente apresenta alto grau de concentração apresentou crescimento no último levantamento. Apresentava alto grau de concentração já antes, o que se manteve, praticamente, inalterado entre 1985 e 2006, e cresceu no último levantamento. O Censo Agropecuário 2017 registra 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985).

No que se refere à distribuição de terras, de acordo com o tamanho dos estabelecimentos rurais, o que se observa é que, em 2017, os estabelecimentos com menos de 50 hectares<sup>147</sup> representavam 81,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área. Enquanto os estabelecimentos com mais de 2 500 hectares representavam 0,3% do total de estabelecimentos e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do País (IBGE, 2020). Alentejano (2020) observando dados similares também destaca que de 2006 a 2017 houve incorporação de mais

---

<sup>146</sup> O índice ou coeficiente de Gini mensura a desigualdade, como a distribuição e concentração de renda e terra, de países, estados e municípios, pelo cálculo da diferença entre os rendimentos entre os mais ricos e mais pobres. Cabe observar que quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração de riquezas, ou de terras (IBGE, 2020).

<sup>147</sup> Resta conhecido que 1 hectare equivale a 10.000m<sup>2</sup>, ou aproximadamente um campo de futebol.

16,5 milhões de hectares por grandes produtores. Isso se conforma, segundo o autor, pelo alto grau de disponibilidade de terra e recursos naturais favoráveis à produtividade, o que vira foco de atração de capital interessados na renda da terra.

Esses dados alertam para o processo de encolhimento de território, estabelecimentos e pessoal ocupado nos últimos anos, na agricultura familiar. Ainda que a agricultura familiar represente 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, possui apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2020), e ainda assim é a maior responsável pelo abastecimento interno de alimentos, conforme destaca o IBGE (2019), sobre os dados do próprio Censo Agropecuário de 2017, em especial, pela sua produção de hortícolas e espécies frutíferas.

Essa dinâmica de expansão do agronegócio e encolhimento da agricultura familiar vinculada à internacionalização e transnacionalização da agricultura tem consequências severas à segurança alimentar no que tange à produção de alimentos, já que o modelo de produção de *commodities* ocorre em detrimento da produção de alimentos necessária à reprodução humana *per se*. De acordo com Alentejano (2020, p.264), a partir de dados do IBGE, entre 1990 e 2018, as lavouras aumentaram de 53.152.446 hectares para 78.502.422 hectares, mas o fizeram concentrando a produção em *commodities*, especialmente soja, cana e milho, enquanto a produção de arroz, feijão e mandioca, alimentos básicos da população brasileira sofreu encolhimento, diminuindo de 11,4 milhões de hectares para 6,04 milhões<sup>148</sup>.

A concentração de terras ao longo do tempo e seu aprofundamento se manifesta pela permanência de grandes latifúndios monocultores destinados à exportação, forjando o adensamento secular de outras características de nossa história: as expropriações sociais decorrentes de práticas ilícitas, violentas e predatórias do avanço sobre terras e de extração de sobretrabalho. É neste sentido, de acordo com Alentejano (2020), que a luta pela terra vem sendo reconfigurada desde a década de 1990 por camponeses, indígenas, quilombolas contra o agronegócio. Os movimentos sociais do campo rebelam-se contra este modelo de produção destrutivo e concentrador de riquezas, aquecendo os conflitos sociais agrários.

Não é de hoje que a dinâmica do avanço do capital sobre o campo produz também resistências antagônicas, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

---

<sup>148</sup> Em 2023, de acordo com matéria publicada pelo Estadão a partir da divulgação de dados do IBGE aponta para a produção de arroz, que foi a menor em 25 anos, e para a estagnação da produção de feijão, dificultando o abastecimento interno. mudanças climáticas e encolhimento da área plantada são apontadas como principais causas. E a importação como uma possível solução. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/producao-de-arroz-e-feijao-cai-e-chega-ao-limite-do-consumo/>

(MST). Pompeia (2021) destaca que até o início dos anos 2000 as críticas do movimento eram direcionadas às áreas improdutivas ou apropriadas de forma ilegal, posteriormente, passaram a ser direcionadas ao agronegócio, destacando o modelo agrícola, a concentração de riquezas e o fetiche de que o setor produziria alimentos para atender à demanda interna e a promoção do emprego no campo. O que colocava uma disputa de direção da produção de alimentos no campo entre dois modelos: o das grandes corporações e grandes fazendeiros representados pelo agronegócio, interessados na valorização de valor e o da agricultura familiar e camponesa, interessado na produção de alimentos mais justa e orientada ao mercado interno<sup>149</sup>.

Este ponto é extremamente interessante, pois marca no âmbito da questão agrária, a resistência dos movimentos sociais do campo contra o agronegócio, defendendo a *soberania alimentar* e não apenas a *segurança alimentar*. Afinal, a *soberania alimentar* é mais do que um conceito desenvolvido pelos movimentos sociais do campo em oposição ao conceito de segurança alimentar. Consiste em uma bandeira de luta pelo direito às formações sociais produzirem seus alimentos básicos, com respeito à diversidade cultural e produtiva, no registro da negação do alimento-mercadoria, e, portanto, pela supressão da propriedade privada da terra, da forma de organizar a produção e a distribuição de alimentos <sup>150</sup>.

Importa destacar que com a efervescência da luta pela terra, a política da reforma agrária elaborada como prescrição do Banco Mundial a diversos países e adotada pelo Brasil, em 1996,

---

<sup>149</sup> Vale destacar que, a partir da década de 1980, surgem diversos movimentos sociais no campo, como é o caso do MST, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) A história do MST é longa e ultrapassa os limites de nossa pesquisa, mas importa fazer menção à sua luta pela justiça social no campo, marcada pelo sangue derramado dos trabalhadores brutalmente assassinados em massacres como o de Eldorado dos Carajás em 1996 e o conseqüente protagonismo que exerce passando a incorporar outras lutas às suas reivindicações como luta pela educação e apoio financeiro à produção, a perspectiva da agroecologia e estreitamento da relação com as cidades através da criação de feiras e espaços de comercialização de sua produção. (Alentejano, 2020 Teixeira, 2022). Apesar dos anos 1990 e 2000 marcarem um período de recrudescimento da violência contra esses movimentos, dadas o abandono da reforma agrária pelo Estado e a ascensão de governos de direita e extrema direita, a violência se intensificou, crescendo 1000% em 2021 como demonstra a reportagem do Correio Brasiliense disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/12/4969969-conflitos-por-terras-mortes-aumentaram-mais-de-1000-em-2021-aponta-relatorio.html>

<sup>150</sup> Outro embate sob essa disputa de projetos ocorre com a categoria “agricultura familiar”. Pompeia (2021) destaca que a categoria passa a ser utilizada com maior frequência também a partir dos anos 1990 em contraste com o agronegócio, representando a produção de alimentos realizada pelos pequenos produtores, caracterizada por uma maior diversificação e diferente organização do trabalho e relação com a terra. A partir de então, houve uma tendência por parte do governo em colocar os dois modelos de produção como complementares, enquanto o setor do agronegócio buscava criar a falta perspectiva de que ambos eram a mesma coisa, sendo a agricultura familiar parte do agronegócio. Apesar da agricultura familiar e agronegócio partirem de entendimentos totalmente opostos em relação às suas classificações, o caráter conciliatório e complementar que o governo buscou construir, ainda vigora em certa medida pois busca demonstrar que ambos são prioritários na atenção governamental (Pompeia, 2021), mesmo que isso não se expresse incentivos à produção das políticas agrícolas tenha servido para a uma maior inserção da agricultura familiar às regras capitalistas.

objetivava tão somente minorar as tensões da luta pela terra no final da década de 1990, atrelada à criação de alguns assentamentos. Já nos marcos da organização de políticas orientadas aos interesses financeiros rentistas e neoliberais, opera-se uma mudança e passa-se a uma política que previa concessão de financiamento aos pequenos produtores para compra e venda voluntária de terras direto com os proprietários, uma alternativa que nitidamente cumpria o papel de defesa da propriedade privada e das relações de troca mercantis. Contraditoriamente, a prevalência da reforma agrária de mercado estimulou um aumento do preço da terra aprofundando a questão agrária (Alentejano, 2020; Scoleso, 2022; Monerato, 2022).

Já expusemos que os processos de expropriação social ocorrem de forma reiterada neste modo de produção como mecanismo de expandir a base da social relação capital. A sujeição da natureza incluindo o gênero humano e, especialmente, da população rural é reforçada por mecanismos de expropriações sociais do processo de mercadorização intensiva da terra que provoca a destruição de meios e modos de vida no campo, de seus patrimônios culturais, sociais e naturais. A subsequente inserção de grandes massas de homens e mulheres do campo, no mercado, pela mercantilização da força de trabalho, ocorre sob condições cada vez mais deletérias de extração de valor, se houver emprego na medida em que o sistema produtivo depende, crescentemente, de menos postos de trabalho vivo (Neves, 2017; Alentejano, 2020; Scoleso, 2021).

As grandes massas de expulsos das terras, caminham em direção às áreas urbanas, ampliando a densidade populacional nos crescentes centros urbanos – expropriação social que crescentemente ocorre descolada de um processo de industrialização, haja vista a longa desindustrialização que esse mesmo modelo político-econômico impõe -, provocando a hipertrofia da concentração da superpopulação relativa nos centros urbanos, cada vez mais entregue à pobreza e à fome.

Se na história do Brasil as relações de produção capitalistas em meio agrário historicamente exerceram avanço sobre novas terras não ocupadas, a partir da década de 1990, sob a dominância financeira isto ganha novas dimensões, criando-se ainda mais obstáculos às possibilidades de acesso às terras. Scoleso (2022) e Alentejano (2020) destacam o processo de *estrangeirização* das terras nacionais, afirmando, de acordo com dados da Grain<sup>151</sup>, que o país

---

<sup>151</sup> A Grain é uma organização internacional sem fins lucrativos de apoio à pequenos agricultores e movimentos sociais que lutam por sistemas alimentares mais justos. Os dados mencionados por Scoleso (2022) podem ser consultados na íntegra em <https://grain.org/es/article/entries/5607-el-acapamiento-global-de-tierras-en-el-2016-sigue-cresciendo-y-sigue-siendo-malo> e a análise dos grupos transnacionais no capítulo 8 do livro referenciado.

hoje conta com 2,74 milhões de hectares sob domínio de vinte grupos estrangeiros<sup>152</sup>. Com efeito, a propriedade da terra ganhou ainda mais importância na era financeira e rentista, pois se tornou um ativo financeiro cobiçado, sem que se abandone as práticas predatórias e de rapina que envolvem o processo de grilagem e a expulsão de massas de populações de territórios<sup>153</sup>.

A pilhagem de terras se reproduz, no atual contexto, através da viva presença da violência que é a marca historicamente estruturante deste segmento capitalista, com a contribuição da “liberdade” da força de trabalho através das expropriações sociais primárias, seja pela especulação de fundos financeiros que investem em terras como ativos financeiros, seja pela ampliação da produção de *commodities* (extrativismo predatório) ou instalações de infraestrutura como as hidrelétricas. De modo geral, evidenciam-se processos violentos de expulsão de povos indígenas, de comunidades tradicionais e do campesinato, que se tornam verdadeiras expressões da camada latente da superpopulação relativa. A dinâmica compulsiva por valor impulsiona o uso desenfreado da terra e seus recursos, provocando a devastação da natureza<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> Scoleso (2022, pp.166-9) lista os grupos mencionados pela Grain em 2016: BrasilAgro da Argentina, produzindo cana, grãos e pecuária; Brookfiel Asset Management (Fundo Canadense) para a produção de soja e cana de açúcar; Universo Verde Agronegócios ou Chongqing Grain Group (maior Estatal Chinesa do ramo de Grãos); Cofco também chinesa; Louis Dreyfus Commodities (França) para a produção de cana, arroz, laranja e laticínios; Renuka Sugars/Renuka Brasil (Índia) para o cultivo de cana; Mitsubishi/Agrex Brasil (Japão) produzindo soja; Sojitz Corporation/ Contagalo, também japonesa com produção em soja, milho e trigo; mais uma japonesa, a Mitsui & Co/ SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas também do ramo de grãos; o Grupo Iowa/BXR Group (Holanda) no ramo de grãos; Dairy Partners (Nova Zelândia) e Nestlé (Suíça) no ramo de produtos lácteos; Nutre/Prio Foods (Portugal); O fundo de investimentos do Reino Unido Altima Partners; Adecoagro (Estados Unidos) em parceria com um fundo de pensão holandês na produção de café, cana, grãos e pecuária; e mais seis grupos estadunidenses: Archer Daniel Midland, com produção de óleo de palma; Bunge, produzindo cana de açúcar; o fundo de investimentos Galtere, produzindo arroz e soja; Cargill com a produção de soja; o fundo de pensão de professores Teacher Insurance and Annuity Association em parceria com a brasileira Cosan e a YBY Agro.

<sup>153</sup> A incompatibilidade crônica da expansão do capital representado pelo agronegócio é amplamente detalhada em relatórios recém divulgados acerca dos conflitos no campo pela Comissão Pastoral da Terra (2024) e da violência contra povos indígenas, pelo Conselho Missionário Indigenista (2021), desnudam o aprofundamento da violência intrínseca a esse setor que vem impedindo a reprodução dessas populações em seus territórios, com o aumento da expulsão de famílias camponeses e a destruição de suas casas e roçados, e, também, o crescimento da grilagem e assassinatos. Os documentos estão disponíveis em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41> e <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf> Acesso em: jul. 2024.

<sup>154</sup> Compreender o processo de transformação da terra em um ativo financeiro com maior aprofundamento teórico e histórico vai além das possibilidades de nossa pesquisa. Envolveria avançar mais no estudo da forma de capital portador de juros, por meio de ativos, nos quais a terra representa *estoque de riqueza*, pela possibilidade de apropriação de parte do valor excedente ali produzido, em forma de renda da terra. Algumas leituras são fundamentais nessa direção, indicamos: Monerat (2024) Fix e Paulani (2019), Monerato (2022) e Pitta, Boechat e Mendonça (2017) para compreender respectivamente, a importância da categoria da renda da terra nesta discussão; aspectos teóricos do funcionamento da terra como ativo de capital de caráter especial pelas especificidades da terra que a tornam uma mercadoria fictícia; e o desenvolvimento histórico da terra em ativo

Voltando nossa atenção para o processo de produção e comercialização de alimentos, seguindo as tendências do capital no século XXI, observamos o aprofundamento da concentração e centralização de capital, a partir de processos de fusões e aquisições de empresas agrícolas, mantendo a hegemonia de empresas dos países centrais - como Estados Unidos e Alemanha -, mas com inserção também da China – tanto a nível de investidores, como com empresas matrizes. São exemplos dessas empresas transnacionais, a Cargil (entre outras já mencionadas) cuja verba está na casa dos 120 bilhões em negócios operados no controle monopólico mundial de produção e distribuição alimentar<sup>155</sup> (Scoleso, 2020).

Apesar disso, anacronicamente, as grandes empresas transnacionais atreladas ao agronegócio continuam apelando ao escândalo da fome para justificar a necessidade do avanço sobre as terras e sobre o fundo público. Discursos como os propagados pela *Revolução Verde* são reatualizados e o aumento da produtividade agrícola é sempre posto como a melhor saída para o combate à fome. O constante revolucionamento tecnológico da produção da chamada agricultura de precisão ou 4.0 (Ziegler 2012; Scoleso, 2021) é a base da argumentação sobre a importância do segmento agropecuário para enfrentar a fome, quando na verdade ele é um dos causadores do quadro endêmico de insegurança alimentar, conforme apresentado nesta dissertação.

Pensando essa nova etapa da utilização da tecnologia a serviço do capital e os desdobramentos nefastos, Monerat (2021) evidencia que o avanço do capital sobre a natureza implica no constrangimento da temporalidade natural aos ritmos industriais que produzem a

---

financeiro no Brasil a partir da década de 1990 e sobretudo a partir da crise de sobreacumulação de 2008 e seus possíveis desdobramentos.

<sup>155</sup> Ziegler (2012) aponta dados importantes a respeito do domínio das transnacionais no ramo agroalimentar. Os dados publicados em seu livro há mais de dez anos ainda podem ilustrar o monopólio de poucas empresas em toda a cadeia produtiva desde a produção passando pela transformação e comercialização e distribuição varejista. Este controle envolve setores essenciais da agroindústria como as sementes, adubos fertilizantes e o transporte e armazenamento. O caso da Cargil, maior comerciante de grãos do mundo é emblemático pela sua ameaça à alimentação e aos pequenos produtores. A Cargil em 2007 foi não só a maior comerciante de grãos, como de carne, o segundo maior proprietário de empresas de pecuária intensiva e segundo maior comerciante de carne de porco, o terceiro maior produtor de peru e o segundo maior produtor de alimentos para animais. Todo o poder econômico e as tecnologias empregadas pela transnacional bilionária não significam a produção de alimentação segura ou saudável; ao contrário a empresa está associada a mecanismos fraudulentos e prejudiciais à saúde humana de adulteração de mercadorias para a venda; além de indícios de exploração de trabalho infantil. Além disso, a Cargil mantém uma organização financeira, a Financial Services and Commodity-Trading Subsidiary, que opera nas principais bolsas de matérias-primas agrícolas, cumprindo o papel de operar na explosão de preços dos alimentos. Outro aspecto importante dessas empresas, que envolve o controle do mercado mundial de alimentos direcionado ao aumento dos preços é a prática de eliminação de concorrência pela redução brusca e temporária dos preços de bens e serviços destinado a exportação, o que estrangula a produção e o mercado local destruindo produções menores como a agricultura familiar, quando depois da expropriação, os preços aumentam novamente (Ziegler, 2012)

reiterada e crescente artificialização da natureza, por meio de técnicas de viabilização da cultura transplantada e de elevação da produtividade. Num movimento quase-suicida na medida em que o uso desses artificios tecnológicos busca a adequação do meio ambiente e da força de trabalho aos ritmos e necessidades da autoexpansão, o que é articulado com nossas heranças históricas da grande propriedade latifundiária e as formas desumanas e degradantes de trabalho no meio rural.<sup>156</sup>

São exemplos desse processo antinatural para o atendimento das necessidades impulsivas de valorização do valor, o uso de agrotóxicos, de fertilizantes e de sementes geneticamente modificadas, que colocam em risco o conjunto da natureza incluindo a vida humana não só daqueles trabalhadores que manejam esses insumos de forma intensiva e sem equipamentos de segurança adequada - que têm a saúde comprometida quando não a morte precoce<sup>157</sup>-, como também dos consumidores de produtos e alimentos, na medida em que restam suspeitas da vinculação ao desenvolvimento de câncer, agravos neurológicos, alergias e intolerâncias alimentares. Além disso, como esse modelo produtivo é acompanhado da concentração em determinados produtos – os mais vendáveis, e exportáveis – ele provoca a destruição irreparável da biodiversidade do planeta (Teixeira, 2022)<sup>158</sup>.

Isto porque, os alimentos, sob a forma da mercadoria, passam por um processo de artificialização, pois com o avanço das expropriações sociais, a transformação do alimento em uma coisa comercializável no mercado, modifica seus significados sociais e culturais,

---

<sup>156</sup> Neste trabalho, Monerat (2021) faz uma perspicaz crítica à ecologização do capital, pensando os obstáculos que a natureza impõe à dinâmica de reprodução do capital e como o capital lida com esses obstáculos negligenciando os custos ambientais e sociais e/ou adotando práticas ainda mais destrutivas frente às necessidades exógenas crescentes de adoção de padrões mais sustentáveis de produção. Recomendamos a leitura para aqueles que desejam pensar a incompatibilidade deste modo de produção com a sustentabilidade.

<sup>157</sup> Entre milhares de situações, pensemos aqui no caso de Vanderlei Matos da Silva, morto por uma doença no fígado devido contato com substâncias tóxicas. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/12/multinacional-e-condenada-por-morte-de-trabalhador-contaminado-por-agrotoxicos-em-fazenda-de-abacaxis/> Acesso em: nov. 2023.

<sup>158</sup> O Atlas dos Agrotóxicos (2023) destaca o controle oligopólico das transnacionais sobre esses produtos. Grande parte dos agrotóxicos são proibidos nos países de origem dessas corporações, mas livremente comercializados nos países do sul global, como é o caso do Brasil, em grande parte subvencionado pelo lobby do agronegócio. O documento também revela que entre 2010 e 2019 mais de 56 mil pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos no Brasil, com uma média de 5687 por ano, mas há uma tendência a subnotificação, o que pode fazer com que esses números sejam ainda maiores. Na natureza, os agrotóxicos têm sido encontrados nas águas e tem chegado à territórios de área de preservação ou territórios comuns como os indígenas, e causado alto índice de letalidade à biodiversidade, o que pode ser exemplificado pela morte de 300 milhões de abelhas entre 2022 e 2023. A letalidade dessas substâncias é patrocinada pelo Estado, que desde 1970 recebem uma série de incentivos e isenções fiscais. Disponível em: <https://contraosagrotoxicos.org/wp-content/uploads/2023/12/atlas-do-agrotoxico-2023.pdf> acesso em jul. 2024.

incluindo, a memória e a tradição de povos e países inteiros envergados à homogeneização capitalista do consumo de alimentos.

Pensando justamente o percurso da produção do alimento-mercadoria, realizado por Teixeira (2022), vemos que, as sementes também são um ponto importante, pois as sementes geneticamente modificadas (ou transgênicas), representam um importante ganho para o capital, pois são vendidas conjuntamente aos agrotóxicos e adubos necessários à sua produção. Neste sentido, de acordo com a autora, o alimento perde sua referência social e passa a ser um código de patente. “Ainda na fazenda industrial, em torno da agricultura, o capital já movimentou a renda da terra, o mercado de sementes, o mercado de adubos, o mercado de agrotóxicos. Há também todo um mercado de máquinas e implementos agrícolas” (Teixeira, 2022, p.453).

O mesmo se aplica à produção industrial de carnes. Tendo como fundamento o confinamento de bois, frangos e peixes, alimentados por meio de ração, o segmento agropecuário exportador submete também os animais à péssimas condições de vida, o que é, contraditoriamente, amenizado pelo uso intensivo de medicações, entre elas, antibióticos que chegam, inclusive, ao consumo humano diretamente pela ingestão da carne ou pela contaminação do solo e da água (Teixeira, 2022), provocando um alarmante problema de saúde pública encoberto pelo bem sucedido *marketing* sobre as maravilhas do agronegócio.

Por outro lado, Scoleso (2022) evidencia que a produção de valor no campo tem se pautado numa *reestruturação produtiva permanente*. Seguindo as tendências da produção capitalista, em geral, o autor sublinha que os sistemas digitais altamente tecnológicos da agricultura vêm reorganizando o trabalho em toda a cadeia de produção do agronegócio, que a partir da implementação ininterrupta de maquinaria – ou seja, trabalho morto – em formas cada vez mais tecnológicas e avançadas vem produzindo condições para provocar maior alcance à rentabilidade do segmento econômico, ganhando com a alta produtividade na relação cambial da exportação, não só restrito à exploração direta do trabalho na produção, mas com os processos expropriatórios em curso por transformações legais e políticas que beneficiam o capital, como já abordamos, de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e no avanço sobre novas terras.

Evidentemente que a redução de incorporação de trabalho vivo implica em extinção de empregos formais, o que é uma realidade pulsante no campo brasileiro ao longo dessas últimas décadas. De acordo com Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), o setor é o que menos gera postos de trabalho tanto formais quanto informais, além de pagar os mais baixos salários e acompanhar outras atrocidades laborais que se reproduzem na história de nosso país. Da quantidade de

trabalhadores em condições análogas à trabalho escravo no Brasil – que saltou de 943 em 2020 para 1959 em 2021 e chegou a 2577 em 2022 – grande parte desses trabalhadores são trabalhadores rurais: em 2020 731 trabalhadores rurais; 1739 em 2021, e, 2239 em 2022 <sup>159</sup>. Mostrando como é importante pensar a pulsação da questão agrária na formação social brasileira e nas suas mais duras perversidades, incluindo a fome.

Ou seja, o uso intensivo das tecnológicas de informação e comunicação na chamada agricultura de precisão, atrelado à adoção de processos de gestão empresarial semelhantes às exercidas nas indústrias, reiteram a exploração da força de trabalho no campo a níveis cada vez mais altos ao passo que diminuem os postos de emprego formal em favor do uso das *agrotechs*, que são ferramentas automatizadas, robotizadas e controladas remotamente por meio de drones ou veículos polivalentes e digitalizados (Scoleso, 2022).

Uma celebre passagem de Josué de Castro em geografia da fome ([1964] 2022, p.312 nos parece muito atual:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta para os seus planos de aventura mercantil. A aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da ‘lavoura nômade, o do café, o de extração a borracha e, finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riquezas no país. [...] é a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas galinhas de ovos de ouro. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. (p.286)

Apesar das transformações e de uma conformação histórica oposta entre a realidade analisada por Josué de Castro, em que a reprodução da fome aparecia vinculada à subordinação da agricultura à industrialização crescente, a fome continua sendo fruto da nossa herança colonial, reiterada nas relações de dependência e subordinação na divisão internacional do trabalho, da depreciação irracional da natureza e da submissão de todas as formas e modos de vida ao mercado de forma brutal e desumana já sentida há tempos entre os famintos como bem revela Carolina Maria de Jesus.

---

<sup>159</sup> Dados disponíveis em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: mai. 2023.

A exposição realizada nos conduz para a compreensão que toda a abundância proporcionada pelo avanço das forças produtivas sob domínio do capital no campo, lançam no mundo uma enorme coleção de mercadorias em forma de alimento, mas essas mercadorias estão cada vez mais vazias de seu valor de uso – atender as necessidades humanas, sociais e culturais de alimentação, e, sobretudo, matar à fome daqueles são mortos dia a dia por ela, pois vivemos sob o império cruel da valorização do valor. Ou seja, sob esse regime de produção, se produz muito, mas só se alimenta o capital e a monstruosidade da fome.

## CONCLUSÃO

Nossa pesquisa pretendeu investigar o fenômeno da fome e sua relação com o desenvolvimento do agronegócio, a partir da crítica da economia política e da teoria do valor, buscando evidenciar as implicações do desenvolvimento do capitalismo e de seu atual regime de acumulação financeirizado, a partir dos anos 1970 e seus desdobramentos sobre a questão agrária.

Partimos dos dados da *insegurança alimentar* no Brasil nos últimos vinte anos, podendo observar que a fome faz suas vítimas nas camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, entre aqueles que já são vítimas das piores condições de vida e trabalho, sem acesso a serviços públicos. A fome captura historicamente as populações rurais, as populações das Regiões Norte e Nordeste, constituindo um exército de famélicos, principalmente formado por pessoas do sexo feminino e pessoas negras.

A partir do levantamento acerca da produção do conhecimento do Serviço Social sobre a temática da fome, especialmente nos artigos acadêmicos expomos a incipiência do debate, enquanto nas dissertações e teses, apesar da qualidade dos trabalhos o número de textos acadêmicos é muito pequeno. A presente pesquisa colabora com o preenchimento de parte dessa lacuna, especificamente apresentando a crítica da economia política da fome.

Com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção as necessidades úteis são atendidas por meio do mercado e pela forma social da mercadoria, com a prevalência do trabalho abstrato sob o trabalho útil, da propriedade privada da terra e da reorientação da relação entre o ser humano e a natureza.

A base da sociedade capitalista, fundamentada na valorização do valor, é a existência, de um lado, de trabalhadores livres, despossuídos de tudo que não seja sua própria força de trabalho, e, de um lado, os possuidores de dinheiro, os meios de produção em busca de valorização. Essa polarização é o que garante as condições fundamentais para a produção capitalista, que por sua vez é produto de um amplo e violento processo de ruptura com modos de vida e produção, por meio de expropriações sociais que separaram os produtores diretos do principal meio de produção, a terra. Esse processo também fundamenta a transformação do alimento em mercadoria, e da terra em propriedade privada redundando no monopólio dos recursos naturais necessários à produção e a reprodução social. Assim, um sem-número de despossuídos, se veem encurralados à submissão da exploração capitalista.

Com o desenvolvimento do capital e das contradições que lhes são inerentes, desenvolvem-se formas que possibilitem a maior exploração do trabalho e expropriação da natureza. A concorrência, além de possibilitar o aumento da concentração e da centralização de capitais, impulsiona a elevação da composição orgânica, ampliando o exército industrial de reserva, subsumindo ainda mais a força de trabalho à dinâmica da acumulação, no passo do avanço da degradação moral, do rebaixamento material do consumo, que no extremo, confirmam a fome como produto direto desta economia.

Nesse sentido, pensamos a fome no Brasil no quadro da dinâmica internacional do capital, do lugar subordinado e dependente de nossa economia e da função assumida historicamente pelo país na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas nos mais diversos ciclos econômicos nacionais. As relações de produção baseadas na superexploração do trabalho não fugiram de nossa atenção, sobretudo dos trabalhadores do campo que sempre amargaram a convivência com formas arcaicas de exploração. Percebemos, então, a conservação e aprofundamento da estrutura agrária e da relação predatória com os recursos naturais, como partes da perversa questão agrária brasileira. O resultado principal do estudo mostra que a sociedade, de estrutura capitalista, não se volta às necessidades humanas, como a alimentação, especialmente, pelas dificuldades de acesso à terra e pela mercadorização do alimento.

A exploração colonial, vinculada às necessidades do modo de produção capitalista ainda nascente, em seu estágio mercantil, provocou a exaustão brutal da população negra – traficada e açoitada - e assim também a degradação da natureza, com a terra dividida em grandes latifúndios voltados para mercantilização de monoculturas de alimentos de exportação, ligando à população local à limitada subsistência.

A constituição do país como nação juridicamente independente apenas reorienta a subordinação aos ditames imperialistas da Inglaterra e não mais aos princípios colonizadores portugueses, conservando, em grande medida, elementos coloniais que possibilitavam a manutenção do modelo de produção baseado na exportação de poucos gêneros de monocultura cultivados por latifúndios.

Nem mesmo no ciclo da industrialização brasileira se rompe com as estruturas econômicas, políticas e sociais de favorecimento do capital nacional e internacional interessados na manutenção do país como economia primário-exportadora no esquema neocolonial estabelecido. A crise da monocultura do café possibilitou o aparecimento de pequenas propriedades pela desvalorização da terra, mas não rompeu com a estrutura fundiária

estabelecida, ao contrário, no campo, logo avançaram as expropriações sociais contra esses pequenos produtores combinada com sua proletarização e submissão as regras da produção mercantil. A industrialização por cinquenta anos promoveu a constituição de infraestrutura e de relações de produção coerentes com a economia tipicamente capitalista, forjando um parque industrial importante em associação com o capital internacional. A reprodução social da vida pela via do mercado se tornou uma realidade pujante.

A chegada da industrialização da agricultura foi operada no regime da ditadura empresarial- militar, evidenciando o trágico percurso da agricultura brasileira, que conserva as relações arcaicas de exploração, com a expansão violenta das expropriações de terras. O aumento da composição orgânica do capital e a conseqüente elevação das forças produtivas no campo pelo incremento tecnológico e de insumos importados influiu e resultou do aumento da concentração de terras, impondo o desemprego, a expropriação e o alargamento da forma mercadoria do alimento, provocando condições de vida e trabalho extremamente degradantes ao conjunto da classe trabalhadora, especialmente pelo momento histórico em que se realiza, de recrudescimento da repressão e da violência contra qualquer tipo de resistência.

A preservação dos interesses do capital nacional e internacional, na compulsão por autovalorização, relega a produção de alimentos à segundo plano, em favor das monoproduções de exportação. A negligência do uso da terra para produção de alimentos para consumo interno, em benefício da valorização do valor realizada pelas exportações, fundamentada no tratamento degradante aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, tornaram o flagelo da fome uma realidade persistente e incontornável, dando origem às zonas famélicas como são as Regiões Norte, Nordeste e as periferias dos centros urbanos do país, onde a fome fez ( e ainda faz) dos mais pobres, sem-terra, sem-emprego suas principais vítimas, como buscamos evidenciar a partir dos estudos de Josué de Castro e do acervo memorial do IBGE.

Também apresentamos elementos teóricos e históricos do desenvolvimento do capital e de sua dinâmica de centralização e concentração e seus desdobramentos na crise estrutural aberta em 1970 e no regime de acumulação financeirizado e neoliberal, que foi articulado buscando evidenciar que, concomitante a este processo, as expropriações sociais além de reiteradas, ganham novos contornos, revelando o caráter atroz deste novo estágio das relações sociais capitalistas de produção sob o conjunto da classe trabalhadora e a natureza. Enfocamos de que maneira se dá a inserção do Brasil nesta nova dinâmica mundializada, dando destaque ao fortalecimento do agronegócio como vedete da economia, aprofundando a subalternidade do país às economias centrais, com agudas tensões na questão agrária e no acesso à alimentação,

o que fortalece a monstruosidade da fome e da insegurança alimentar, pois além da inanição emerge, nesse contexto, a incerteza da compra de alimentos e o consumo de alimentos-mercadorias artificiais.

No que tange à apreensão das determinações da fome no regime de acumulação financeirizado e neoliberal, apresentamos uma súpula dos aspectos teóricos e históricos, a partir da deflagração da crise em 1970, sublinhando o quadro social que se revelou, junto à exacerbação do caráter destrutivo do capital, com o acirramento da subsunção da classe trabalhadora e das relações mercadorizadas, com ênfase nas expropriações sociais (primárias e secundárias) e nas formas aviltantes de extração de mais-valor. Em adição, situamos o rebaixamento ainda maior das condições de vida e a tendência à ampliação do exército de famélicos à nível mundial, dadas as imposições da dinâmica de acumulação de capital, com desemprego estrutural, diminuição da terra para subsistência e a ampliação da centralização da alimentação industrializada.

A inserção do Brasil no circuito mundializado financeiro e neoliberal foi possível pela adesão ao receituário neoliberal, com o aprofundamento da intermediação do mercado para o atendimento das necessidades humanas, induzindo as expropriações sociais secundárias - supressão dos direitos do trabalho e sociais - e integrando cada vez mais a classe trabalhadora na dinâmica financeira, via bancarização e captura de seus parques rendimentos. O episódio crítico de 2008 colocou mais fogo nessa fogueira porque revelou que a agenda para contrarrestar a crise iniciada em 1970 aprofunda o curto-circuito do valor.

Ainda que a fome fosse um fenômeno presente desde a colônia – fruto do capitalismo extrativista da era mercantil – atravessou a história como parte do desdobramento da questão agrária do capitalismo dependente, encontrando seu auge a partir da retomada da hegemonia política e econômica com o chamado agronegócio e com a reorganização da divisão internacional do trabalho na década de 1990. Condizente com a expansão já em curso desde o avanço do capitalismo monopolista no país desde a ditadura empresarial-militar, mostramos serem eles dois momentos expansivos altamente subsidiados pelo Estado, por meio do fetiche da cobertura alimentar no país, a promoção da segurança alimentar.

A inversão entre valor de uso e valor presente na dinâmica da mercadoria se reproduz na alimentação. Sob o domínio do capital, a produção de alimentos ocorre orientada à produção e realização do valor, de modo que a necessidade de se alimentar é relegada a segundo plano, pois a forma mercadoria assume como função primeira a realização do valor. Neste sentido, a expansão da forma capitalista de produção no campo, por meio do agronegócio se realiza de

modo predatório e destrutivo. Esse é um fundamento da forma valor em si, mas também de seu adensamento no atual estágio do capital. No entanto, é também uma questão historicamente estabelecida, recebe influência da peculiar forma social do capitalismo dependente, envolto em violência de toda sorte. Em nossa formação social, a dinâmica capitalista avança de forma brutal sobre terras em benefício da produção e exportação de *commodities*, aliando uma agricultura extensiva e intensiva altamente tecnológica com práticas expropriatórias e altos níveis de exploração do trabalho.

Ao nos aproximarmos da realidade da produção de valor no campo fomos refletindo sobre aqueles números da fome e da insegurança alimentar, evidenciando a herança maldita do país, como produtor de grandiosas monoculturas para a exportação altamente concentrada em poucos gêneros, de interesse internacional, que avançam sobre a terra negligenciando o cultivo de alimentos de subsistência.

A produção de *commodities* revelou-se altamente predatória à natureza e brutal à vida humana, pelo avanço violento das grilagens de terras, que impõe o movimento de expropriações de populações tradicionais, indígenas e de pequenos produtores. Paralelamente, esse quadro é priorado com o uso inconsequente de agrotóxicos e fertilizantes que promovem o aumento de produtividade. Fundamentando uma produção totalmente descolada do atendimento da necessidade do alimentar bem, lançando no mundo uma coleção de mercadorias que figuram como alimento, mas que não extirpam de fato a fome, ao contrário, a fortalecem, conforme avança a predação da natureza e a submissão de todas as formas e modos de vida ao mercado.

Acreditamos que nossa pesquisa contribuiu para a compreensão do fenômeno da fome nas relações sociais capitalistas junto ao desenvolvimento do agronegócio no quadro destrutivo do capital. No entanto, também ressaltamos, que como nenhuma pesquisa é capaz de capturar a totalidade das dinâmicas que encerram um fenômeno, se impõe a necessidade de avançar na investigação da fome como manifestação da questão agrária, aprofundando as determinações da produção de valor no campo considerando as particularidades de nossa formação social, tendo em vista que nesta pesquisa, dados os limites dessa investigação, não se pôde aprofundar os diversos elementos que a compõem, tendo em vista a complexidade que assume a questão agrária em nosso país. O leque que se abre para pesquisas futuras é amplo e envolve a rapina de terras na dinâmica da acumulação financeira, a exploração desmedida dos recursos naturais, a superexploração trabalho e os rebatimentos sobre a agricultura familiar, e evidentemente sobre a produção de alimentos, tendo como horizonte a soberania alimentar, a negação do alimento-mercadoria, da propriedade privada da terra e dos meios de produção.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e a reforma agrária no Brasil. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763/5871>. Acesso em: set. 2023

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A crítica à precariedade. In: BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; TEIXEIRA, Ney Luiz (orgs). *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV, 2023. Pp. 149-174

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. *Revista Sociedade em Debate*, v. 24, n. 2, mai-ago. Pelotas; UCP, 2018. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1893>. Acesso em: ago. 2023.

BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 25, p. 1. 5 fev. 2010. Disponível em: <http://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=64&ano=2010&ato=491ETQ61EMVpWTf2d>. Acesso em: mai. 2023

CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. 3ª ed. São Paulo: Livraria- Editora CEB, 1995.

CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. o dilema: pão ou aço. São Paulo: Todavia, 2022.

CHESNAIS, François. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo: 2005. pp.35-67

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010 pp. 81-112.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. UFRGS. Porto Alegre. 2012.

DIEESE, Nota à imprensa: Custo da cesta aumenta em 14 capitais. São Paulo: 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2024/202402cestabasica.pdf>. Acesso em mai. 2024.

DURAN, Francisco de Paula Dominguez .; SOUSA, João Lucas Coimbra .; SILVA, José de Ribamar Sá. Racismo, fome e política: um diálogo sobre África e América na conjuntura da pandemia . *Revista de Políticas Públicas*. v. 26, n. Especial, p. 603–622, 2022. Disponível

em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20304> . Acesso em: jul. 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. Fome, Pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade. *Ser Social*, Brasília, n.13 p. 109-130 jul-dez 2003.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018 pp.211-231.

FIX, Mariana; Paulani, Leda Maria. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*. vol. 39, n. 4 pp. 638-657, out. – dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/skzsvNGRmRTNTN3wKsCzRNB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. 2024.

FLORES, Consuelo. Silva. Para superar o flagelo da fome: uma integração regional baseada na soberania alimentar. *Textos & Contextos*. 19, n. 2, p. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/38934> . Acesso em: jul. 2023.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. pp. 17-62.

FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. In: CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael (org.) *Dimensões do empresariado brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 259-277. Disponível em: [http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/capitulos-livros/O-capital-fracoes-tensoes-composicoes.pdf](http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/O-capital-fracoes-tensoes-composicoes.pdf). Acesso em: fev. 2024.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. Ed. Brasiliense, 1980.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Altas, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A questão agrária, 2009. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/a-questao-agraria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/a-questao-agraria). Acesso em: nov. 2023.

GOMES JR, Newton Narciso.; RAMOS, Erica Andrade Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. *Textos & Contextos*. v. 12, n. 2, p. 392–402, 2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14327>. Acesso em: 3 jul. 2023.

GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. *Segurança Alimentar e Nutricional como Princípio Orientador de Políticas Públicas no Marco das necessidades Humanas Básicas*. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p.339. 2007

GOMES, Renata Mainenti. *Reforma Agrária e Segurança Alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais*. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, p.288. 2012.

GONÇALVES, Guilherme Leite & COSTA, Sérgio. Da acumulação primitiva à acumulação entrelaçada: desenvolvimentos da teoria marxista da expansão capitalista. In: \_\_\_\_\_. Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUIMARÃES, Livia Marília Barbosa; SILVA Sidney Jard da. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 74-94, jan./abr. 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.202> Acesso em jul. de 2023

HIRAI, Wanda Griep. *Segurança Alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 161. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Ano II, n.3. jan-jun-2001. pp.9-31.

IANNI, Otávio. *As origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE, Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: mai. 2024.

IBGE. Nossa experiência na pesquisa da Balança: o Brasil sob a ótica dos pesquisadores do Estudo Nacional da Despesa Familiar. Documentos para Disseminação: memória institucional 19. IBGE: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv89079.pdf> . Acesso em: jul. 2024.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios 2004-2009: segurança alimentar. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios 2013: segurança alimentar. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha\\_148.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha_148.pdf). Acesso em: mai. 2023;

IBGE. Segurança alimentar: 2023. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102084>. Acesso em: mai. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios 2004 segurança alimentar. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv29775.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

LAPYDA, Ilan. Introdução à financeirização: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: CEFA editorial. 2023.

LAVINAS, Lena; ARAUJO, Elaine; BRUNO, Miguel. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. *Texto para discussão*, nº 032. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2017. p. 02-40. Disponível em: [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD\\_IE\\_032\\_2017\\_LAVINAS\\_ARA%C3%9AJOBRUNO.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%9AJOBRUNO.pdf). Acesso em mai. 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilhich. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018, pp.135-196

MACEDO, Rogério. Mundialização, crise estrutural do capital, a destruição em massa dos trabalhadores: o complexo da fome. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís (org.) *Questão Agrária, cooperação e agroecologia*. 3. ed. Marília: Lutas anticapital, 2019. pp. 275-293

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, [1979] 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, 2011 pp.54-95.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 61-78

MARX, Karl. *O capital: crítica à economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDONÇA, Maria Luisa. Economia política do agronegócio. São Paulo: Annablume

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. História do Brasil Recente 1964-1992. São Paulo: Ática, 2004.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. Revista Outubro. Ed. 04. 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em set. 2023

MICHELLOTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e a economia do agronegócio no Brasil: Notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. *Semestre Econômico*, jan-mar, 2019, pp.87-106. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-87.pdf> Acesso em: set. 2023

MICHELLOTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e a economia do agronegócio no Brasil: Notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. *Semestre Econômico*, jan-mar, 2019, pp.87-106. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v22n50/0120-6346-seec-22-50-87.pdf> Acesso em: set. 2023.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social In: DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25 ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MONERAT, Julio Cesar Pereira Questão ambiental e dinâmica expansiva do capital: renda fundiária e a determinação social das condições naturais. [S. l.], v. 22, n. 55, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/79863>. Acesso em: ago. 2024.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v.31 n.1 p.14-38 jan-jun/2021.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. *Para a crítica da ecologização do capital*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. 367p. 2022

MONERATO, Leandro Renato. Terra Fictícia: Capital Financeiro e renda fundiária. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

MONERATO, Leandro Renato; SILVA, Leopoldo Fernandes da; GOMES JÚNIOR, Newton. Geopolítica da fome: a armadilha das commodities. In: SILVA, João Nunes; CARIAGA; Maria Helena; BORGES, Mariléa (Orgs). *Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. Palmas: EDUFT, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/issue/view/718/446> Acesso em: out. 2023

MONERATO, Leandro Renato; SILVA, Leopoldo Fernandes da; GOMES JÚNIOR, Newton. Geopolítica da fome: a armadilha das commodities. In: SILVA, João Nunes; CARIAGA; Maria Helena; BORGES, Mariléa (Orgs). *Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. Palmas: EDUFT, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/issue/view/718/446> Acesso em: out. 2023

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. Um Estudo sobre as Tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos Anos 80 e 90. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, Delma Pessanha. Questão agrária: projeções societais em confronto. Textos e Debates. Boa Vista, n. 31, p.79-106, jan-jun, 2017. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4258>. Acesso em: set. 2023.

OLIVEIRA, Meimei Alessandra; ALCÂNTARA Luciene Burlandy Campos de. Direito à alimentação da população em situação de rua e a pandemia da Covid-19. *Ser Social*. Brasília, v.23 n. 48, jan-jun 2021. P.78-93. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/32305/28785](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32305/28785) Acesso em: jul. 2023

PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política* 36 (3), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa; BOECHAT, Cássio. Arruda. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 5, n. 2, pp. 155-179, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p155> . Acesso em: jul. 2023.

POMPEIA, Caio. *Formação Política do agronegócio*. São Paulo: Elefante. 2022

PRADO JUNIOR, CAIO. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012

REDE PENSSAN. II VIGISAN: inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022 Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

REDE PENSSAN. II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento II: insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2023/06/OLHERacaEGenero-Diag-v7-R05-26-06-2023.pdf>. Acesso em: mai. 2024.

REDE PENSSAN. VIGISAN: inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2021 Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: mai. 2023.

SANTOS, José Elson da Silva. *FAO, Fome e o direito à alimentação no Brasil: movimentos e contradições*. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo. Santos, p. 120. 2020.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. *Ser social*. Brasília, v. 23. n.48, jan-jun 2021 p. 28-51. Disponível em <<https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i48.32423>> Acesso em jul. 2023

SCOLESO, Fabiana. *Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4,0: nova acumulação sob novo modo de produção – a natureza, os territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital*. Marília: Lutas Anticapital, 2022

SILVA FILHO, Olivio Jose da. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. *R. Katálysis*. Florianópolis, v.25, n. 3 p.469-477. set.-dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86245>. Acesso em: set. 2022.

SILVA, José Graziano. *Modernização dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Robson Roberto da. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–19, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1014>. Acesso em: jul. 2023.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo. Algumas considerações sobre a contribuição de Malthus ao Pensamento Econômico. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência de História de Empresas, 15p. 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/8%20Algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Malthus%20ao%20Pensamento%20Econ%C3%B4mico.pdf>. Acesso em: set. 2024

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, Leile Silva Candido. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. *R. Katálysis*. Florianópolis, v.25, n. 3 p.449-458. set-dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86274> Acesso em: set. 2022.

TEIXEIRA, LEILE. *O valor da fome no Brasil: entre as necessidades humanas e a reprodução do capital*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: UFRJ/ESS. 253 p. 2015

TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021. Pp.17-96.

WOOD, Ellen Meikins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZIGLER. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

## ANEXO A – Quadros de Perguntas da EBIA utilizados pelo IBGE e pela Rede PENSSAN

**Figura 1:** Quadro de Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar utilizado pelo IBGE, 2020.

Numeração	Pergunta
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem</b> antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, <b>os alimentos acabaram</b> antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>ficaram sem dinheiro</b> para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio <b>comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham</b> porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>comeu menos do que achou que devia</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>deixou de ter uma alimentação saudável e variada</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, <b>comeu menos do que deveria</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, <b>foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições</b> de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>deixou de fazer alguma refeição</b> , porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>sentiu fome, mas não comeu</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, <b>fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro</b> porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Refinement of the brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. Revista de Nutrição, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, Mar./Apr. 2014.

Fonte: IBGE, Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

**Figura 2:** Quadro de Perguntas utilizado pela Rede PENSSAN adaptado da Ebia.

<b>Perguntas</b>	<b>Opções de respostas</b>		
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
5. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
6. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
7. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
8. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu

Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022

**APÊNDICE A** – Relação de artigos, dissertações e teses selecionados para a leitura no levantamento bibliográfico

**Quadro 1.** Artigos Selecionados da Revista Katálysis em julho de 2023.

<b>Revista Katálysis</b>			<b>Resultados: 17 Selecionados: 10 Área do Serviço Social: 6</b>	
<i>Autor(es)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>AZEVEDO, Darana Carvalho</i>	Vamos, sim, falar de fome	2022	Serviço Social – UFF	Sudeste
<i>LUCIANO, Christiane dos Santos; CORREA, Pamela Barreto</i>	A fome como projeto político da burguesa antinacional brasileira	2022	Serviço Social – UFSC	Sul
<i>SILVA FILHO, Olivio Jose da</i>	Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo	2022	Gastronomia/ Política Social – UnB	Centro-oeste
<i>LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE Jáder Ferreira.</i>	(In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome	2022	Psicologia – UFRN	Nordeste
<i>NOGUEIRA, Mariana Brito Horta; PEREIRA, Simone Cardoso Lisboa; CARRARA, Virgínia Alves</i>	Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares	2022	Serviço Social – PUC- Rio	Sudeste
<i>TEIXEIRA, Leile Candido</i>	A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria.	2022	Serviço Social – UFRJ	Sudeste

<i>LÖSCH, Edaciano Leandro; BRICARELLO Patrizia Ana; GAIA, Marília Carla de Mello</i>	Agroecologia e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19	2022	Agrossistemas/ Agroecologia – UEMA	Nordeste
<i>ACOSTA, Ana Rojas et. al.</i>	Diagnóstico situacional de seguridad alimentaria en Argentina, Brazil, Colômbia e Inglaterra post Covid-19	2022	Serviço Social – UNIFESP	Sudeste
<i>MOTA, Ana Elizabete; LARA; Ricardo</i>	Desigualdade, Fome e produção de alimentos (editorial)	2022	Serviço Social – UFPE	Nordeste
<i>MARQUES, Felipe Jabali; PONZILACQUA Márcio Henrique Pereira</i>	Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural e sustentável e segurança alimentar e nutricional	2022	Direito – USP	Sudeste

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Katálysis, 2023.

**Quadro 2.** Artigos selecionados da Revista de Políticas Públicas, em julho de 2023.

<b>Revista de Políticas Públicas</b>			<b>Resultado: 66</b>	
			<b>Selecionados: 10</b>	
			<b>Área do Serviço Social: 2</b>	
<i>Autor(es)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>ARAÚJO, Fábio Resende; SANTOS, Diego Fiel; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de.</i>	O direito Humano à alimentação adequada promovido por políticas de acesso à alimentos: o caso da unidade Natal-RN do projeto café do trabalhador	2011	Nutrição – UFRN	Nordeste

<i>COSTA; Solange Maria Gayoso</i>	Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina	2016	Serviço Social – UFPA	Norte
<i>D'AVILA, Claudia Aparecida Romeiro; SILVA; Sandro Pereira</i>	Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais	2011	Economia Doméstica - MDA	Centro- Oeste
<i>DURAN, Francisco de Paula Dominguez; SOUZA, João Lucas Coimbra; SILVA, José de Ribamar Sá</i>	Racismo, Fome e Política: um diálogo sobre África e América na conjuntura da pandemia	2022	Economia – Universidade de Middlesex	Reino Unido
<i>FLORES, Tânia Mara Colle; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta</i>	Programa Nacional de alimentação Escolar no Município de Araraquara	2014	Desenvolvimento Regional e Meio ambiente – UNIARA	Sudeste
<i>GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa; SILVA, Rodrigo Barbalho Desterro e;</i>	Estado de insegurança alimentar e o direito humano à alimentação adequada	2022	Direito - UFMA	Nordeste

<i>REIS, Rosalva de Jesus dos</i>				
<i>LEITE; Acácio Zuniga; RIBEIRO, Marina Bustamante; GOMER JR, Newton Narciso</i>	Agricultura, necessidades do capital e captura da ideia de comida	2020	Meio ambiente e desenvolvimento Rural – UnB	Centro-Oeste
<i>MELO, Licemar Vieira; PAESE, Cláudia Regina</i>	O combate à fome no Brasil: uma análise da implementação do programa fome zero	2013	Ciências Sociais Aplicadas / Administração – UNIRONDON	Centro-Oeste
<i>NOGUEIRA, Jéferson Gomes</i>	Segurança alimentar: abrangência do Programa Bolsa Família no município de Vila Velha- ES	2008	Sociologia/Desenvolvimento regional – UFES	Sudeste
<i>TELES, Heloísa; ANDRIGHETTI, Isadora Rech; CORREA, Laís Duarte</i>	O retrato do Brasil que passa fome: a fome como expressão do subdesenvolvimento	2022	Serviço Social – UFSC	Sul

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista de Políticas Públicas, 2023.

**Quadro 3.** Artigos selecionados da Revista Serviço Social & Sociedade em julho de 2023.

<b>Revista Serviço Social &amp; Sociedade</b>			<b>Resultado: 5</b> <b>Selecionados: 3</b> <b>Área do Serviço Social: 1</b>	
<i>Autor(es)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO Susana Moreira</i>	Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais	2022	Saúde Coletiva/Nutrição – UERJ	Sudeste
<i>BOVOLENTA, Gisele</i>	Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação	2007	Serviço Social – PUC-SP	Sudeste
<i>GUIMARÃES; Livia Marília Barbosa; SILVA; Sidney Jard da</i>	I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial	2020	Ciências Humanas e Sociais – UFABC	Sudeste

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Serviço Social & Sociedade, 2023.

**Quadro 4.** Artigos selecionados da Revista Textos & Contextos em julho de 2023.

<b>Revista Textos &amp; Contextos</b>			<b>Resultado: 11</b>	
			<b>Selecionados: 6</b>	
			<b>Área do Serviço Social: 2</b>	
<i>Auto(res)</i>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Área do 1º autor e Instituição</b>	<b>Região</b>
<i>ANJOS; Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda</i>	Ventos do Sul Movem Moinhos: a experiência brasileira no combate à fome na última década	2017	Ciências Agrárias/Desenvolvimento Territorial – UFPel	Sul
<i>FLORES; Consuelo Silva</i>	Para superar el flagelo del hambre: una integracion regional basada en la soberania alimentaria	2020	Economia – CLACSO/DEDEM.	Chile
<i>GOMES JR, Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos</i>	Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar	2013	Economia/Política Social – UnB	Centro-Oeste
<i>HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos</i>	Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil	2007	Serviço Social – UCPEL	Sul
<i>SANTOS, Andreia Mendes dos; SCHERER, Patricia Teresinha</i>	Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências	2012	Psicologia/Serviço Social – PUCRS	Sul
<i>SILVA, Robson Roberto</i>	Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil	2006	Serviço Social – UFF	Sudeste

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Textos & Contextos, 2023.

**Quadro 5.** Artigos selecionados da Revista Ser Social em julho de 2023.

Revista Ser Social			Resultado: 9 Selecionados: 4 Área do Serviço Social: 3	
<i>Auto(res)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>FALEIROS, Vicente de Paula</i>	Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e sociedade	2003	Serviço Social/ Sociologia – UnB	Centro-oeste
<i>JUNQUEIRA; Antônio Hélio</i>	Circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar na pandemia: protocolo de pesquisa	2021	Engenharia Agrônoma – USP	Sudeste
<i>OLIVEIRA; Meimei Alessandra de; ALCÂNTARA, Luciene Burlandy Campos</i>	Direito à alimentação da população em situação de rua e a pandemia da Covid 19	2021	Serviço Social – UFF	Sudeste
<i>SHAPPO, Sirlândia</i>	Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19	2021	Serviço Social/ Sociologia – UFSC	Sul

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Ser Social, 2023.

**Quadro 6.** Artigo selecionado da Revista O Social em Questão em julho de 2023.

<b>Revista O Social em Questão</b>			<b>Resultados:7</b>	
			<b>Selecionado: 1</b>	
			<b>Área do Serviço Social: 1</b>	
<i>Auto(res)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>SILVA, Alan Maia</i>	Da fome à seguridade alimentar	2005	Serviço Social – PUC-Rio	Sudeste

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista O Social em Questão, 2023.

**Quadro 7.** Artigos selecionados da Revista Praia Vermelha em julho de 2023.

<b>Revista Praia Vermelha</b>			<b>Resultado: 5</b>	
			<b>Selecionados: 3</b>	
			<b>Área do Serviço Social: 1</b>	
<i>Auto(res)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>ALMEIDA, Layssa Ramos Maia de. et.al</i>	Experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no Rio de Janeiro: uma proposta de tipologia	2021	Tecnologia para o Desenvolvimento Social – UFRJ	Sudeste
<i>SANT'ANA; Raquel Santos; PALMA, Gabriel Okubo Awazu; GUSMINI Julia</i>	Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional	2021	Ciências Humanas e Sociais – UNESP	Sudeste
<i>RIBEIRO, Cristiane Jaques; ÁVILA, Jéssica Silva</i>	Alimentação enquanto direito humano: o plano camponês no município de pelotas	2015	Serviço Social – PUCRS	Sul

<i>de;</i> <i>MARQUES,</i> <i>Francine</i>				
--	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Praia Vermelha, 2023.

**Quadro 8.** Artigos selecionados da Revista Temporalis em julho de 2023.

<b>Revista Temporalis</b>			<b>Resultado: 7</b> <b>Selecionado: 1</b> <b>Área do Serviço Social: 1</b>	
<i>Auto(res)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>
<i>SHAPPO, Sirlândia</i>	Agricultura de Sustentação sob os olhares de Josué de Castro	2012	Serviço Social – UFSC	Sul

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos da Revista Temporalis, 2023.

**Quadro 9.** Publicações da Área do Serviço Social

<i>Autor(es)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área do 1º autor e Instituição</i>	<i>Região</i>	<i>Revista</i>
<i>FALEIROS, Vicente de Paula</i>	Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e sociedade	2003	Serviço Social/ Sociologia – UnB	Centro-oeste	Ser Social
<i>SILVA, Alan Maia</i>	Da fome à segurança alimentar	2005	Serviço Social – PUC-Rio	Sudeste	O Social em Questão
<i>SILVA, Robson Roberto</i>	Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil	2006	Serviço Social – UFF	Sudeste	Textos e Contextos
<i>BOVOLENTA, Gisele</i>	Cesta básica e assistência social:	2007	Serviço Social – PUC-SP	Sudeste	Serviço Social &

	notas de uma antiga relação				Sociedade
<i>HIRAI, Wanda Griep;</i> <i>ANJOS, Flávio Saccos</i>	Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil	2007	Serviço Social – UCPEL	Sul	Textos e Contextos
<i>SANTOS, Andreia Mendes dos;</i> <i>SCHERER, Patricia Teresinha</i>	Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências	2012	Psicologia/Serviço Social – PUCRS	Sul	Textos e Contextos
<i>SHAPPO, Sirlândia</i>	Agricultura de Sustentação sob os olhares de Josué de Castro	2012	Serviço Social – UFSC	Sul	Temporalis
<i>RIBEIRO, Cristiane Jaques;</i> <i>ÁVILA, Jéssica Silva de;</i> <i>MARQUES, Francine</i>	Alimentação enquanto direito humano: o plano camponês no município de pelotas	2015	Serviço Social – PUCRS	Sul	Praia Vermelha
<i>COSTA; Solange Maria Gayoso</i>	Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina	2016	Serviço Social – UFPA	Norte	Políticas Públicas
<i>OLIVEIRA; Meimei Alessandra de;</i> <i>ALCÂNTARA, Luciene Burlandy Campos</i>	Direito à alimentação da população em situação de rua e a pandemia da Covid 19	2021	Serviço Social – UFF	Sudeste	Ser Social
<i>SHAPPO, Sirlândia</i>	Fome e insegurança alimentar em	2021	Serviço Social/	Sul	Ser Social

	tempos de pandemia da Covid-19		Sociologia – UFSC		
<i>ACOSTA, Ana Rojas et. al.</i>	Diagnóstico situacional de seguridad alimentaria en Argentina, Brazil, Colômbia e Inglaterra post Covid-19	2022	Serviço Social – UNIFESP	Sudeste	Katálysis
<i>AZEVEDO, Darana Carvalho</i>	Vamos, sim, falar de fome	2022	Serviço Social – UFF	Sudeste	Katálysis
<i>LUCIANO, Christiane dos Santos; CORREA, Pamela Barreto</i>	A fome como projeto político da burguesa antinacional brasileira	2022	Serviço Social – UFSC	Sul	Katálysis
<i>MOTA, Ana Elizabete; LARA; Ricardo</i>	Desigualdade, Fome e produção de alimentos (editorial)	2022	Serviço Social – UFPE	Nordeste	Katálysis
<i>NOGUEIRA, Mariana Brito Horta; PEREIRA, Simone Cardoso Lisboa; CARRARA, Virgínia Alves</i>	Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares	2022	Serviço Social – PUC- Rio	Sudeste	Katálysis
<i>TEIXEIRA, Leile Candido</i>	A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria.	2022	Serviço Social – UFRJ	Sudeste	Katálysis

<i>TELES, Heloísa; ANDRIGHETTI, Isadora Rech; CORREA, Laís Duarte</i>	O retrato do Brasil que passa fome: a fome como expressão do subdesenvolvimento	2022	Serviço Social – UFSC	Sul	Políticas Públicas
---	---	------	-----------------------	-----	--------------------

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa nos arquivos das revistas *Katálaysys*, *Políticas Públicas*, *Praia Vermelha*, *O Social em Questão*, *Ser Social*, *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis* e *Textos & Contextos*, 2023.

**Quadro 10:** Dissertações e Teses selecionadas sem informações disponíveis no catálogo da CAPES

<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Instituição e Região</i>	<i>Tipo</i>	<i>Programa</i>	<i>Ano</i>
<i>KONNO, Cristiane Carla</i>	Terra em Movimento: a organização da produção na Agrovila III do Assentamento Rural da Fazenda Pirituba/SP	UEL – Sul	Dissertação/Mestrado	Serviço Social e Política Social	2003
<i>MIRANDA, George Bernardo Sousa</i>	O programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo	UFF – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Política Social	2005
<i>SILVA, Alan Maia</i>	Da planície para o planalto: a década de combate à fome no Brasil	PUC-Rio – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2005
<i>GAMBARDELLA, Alice Dianezi</i>	Doação de alimentos: fetiche ou política de segurança alimentar	PUCSP – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2005
<i>ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de</i>	Fome de pão e de beleza: filantropia e direitos sociais no Fome Zero	UFMA – Nordeste	Tese/Doutorado	Políticas Públicas	2007

<i>SILVA, José De Ribamar Sá</i>	Segurança Alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão	UFMA – Nordeste	Tese/Doutorado	Políticas Públicas	2007
<i>GOMES JÚNIOR, Newton Narciso</i>	Segurança Alimentar e Nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas	UnB – Centro-Oeste	Tese/Doutorado	Política Social	2007
<i>SANTOS, Meire Cristina de Souza</i>	Açúcar amargo: condições de vida e trabalho nas famílias de cortadores de cana atendidas pela política pública de assistência social no município de Pitangueiras-SP	UNESP-FHDSS – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2007
<i>HIRAI, Wanda Griep</i>	Segurança Alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas	PUCRS – Sul	Tese/Doutorado	Serviço Social	2009
<i>SANTOS, Kátia Haledos</i>	Josué de Castro: fome e repercussões sociais	PUCSP – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2009
<i>GUERRA, Iara Raquel do Carmo Nunes</i>	A fragilidade da implementação das políticas estatais de assistência social frente às demandas de segurança alimentar	UFPE – Nordeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2009
<i>GUERRA, Janáina da Silva</i>	O programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Programa Fome Zero: emancipação ou compensação?	UCPel – Sul	Dissertação/Mestrado	Política Social	2010

<i>ROCHA, Brizabel Müller</i>	Política de Segurança Alimentar Nutricional e sua inserção ao Sistema Único de Assistência Social	PUCRS – Sul	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2011
<i>PODESTÁ, Olivia Perim Galvão de</i>	Programa Bolsa Família e Segurança Alimentar e Nutricional: o caso do município de Anchieta-ES	EMESCAM – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	2011
<i>PEREIRA, Celiana Barbosa</i>	Direito Humano à Alimentação Adequada: uma aproximação do programa de regionalização da Merenda Escolar, Preme, no município de Presidente Figueiredo, AM, a luz da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Losan	PUC-Rio – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2011
<i>GOMES, Renata Mainenti</i>	Reforma agrária e Segurança Alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais	UnB – Centro-Oeste	Tese/Doutorado	Política Social	2012
<i>SILVA Denise Ely e</i>	Restaurante Popular: uma forma de acesso à alimentação adequada	UCPel – Sul	Dissertação/Mestrado	Política Social	2012
<i>SCHUBACH, Tiago Correia</i>	A Institucionalidade Jurídica do Direito à alimentação: Novas relações entre os cidadãos e o Estado	UCSal – Nordeste	Dissertação/Mestrado	Políticas Sociais e Cidadania	2012

<i>SANTOS, Michela Katuscia Calaça Alves dos</i>	Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero	UFPE – Nordeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2012
<i>COELHO, Maria do Socorro Martinho</i>	Inter-Relações entre Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Machado - MG	UFF – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Política Social	2012

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa na plataforma Sucupira/CAPES, 2023.

**Quadro 11.** Dissertações e Teses selecionadas com informações disponíveis no catálogo da CAPES.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição e Região</b>	<b>Tipo</b>	<b>Programa</b>	<b>Ano</b>
<i>JACQUES, Ines Terezinha Oliveira</i>	A constitucionalização da alimentação: um direito a ser implementado adequadamente no Brasil	PUCRS – Sul	Tese/Doutorado	Serviço Social	2013
<i>GRAEFF, Augusto Alves</i>	O Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus impactos para os agricultores assentados	PUCRS – Sul	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2015
<i>TEIXEIRA, Leile Silvia Cândido</i>	O valor da fome no Brasil: entre as necessidades humanas e a reprodução do capital	UFRJ – Sudeste	Tese/Doutorado	Serviço Social	2015
<i>MELO, Zieli Marcolino de</i>	Identificação de políticas públicas através da avaliação dos níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de famílias	EMESCAM – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	2016

	inseridas em Nova Canaã, Região de Grande Flexal, Cariacica -ES				
<i>OLIVEIRA, Meimei Alessandra de</i>	Políticas de Assistência Social e a Segurança Alimentar e Nutricional e Acesso à Alimentação de Pessoas em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro	UFF – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Política Social	2017
<i>CARVALHOSA, Clarice Soares</i>	Alimentação Escolar como processo de mediação política: análise da trajetória histórica da compra da agricultura familiar no Brasil e nos EUA	UFF – Sudeste	Tese/Doutorado	Política Social	2018
<i>PEREIRA, Bruna Tereza</i>	Aleitamento materno como um direito humano: a guerra entre o seio e a mamadeira	Unioeste – Sul	Dissertação/Mestrado	Serviço Social	2019
<i>CASTRO, Terena Peres de</i>	Direito humano à alimentação adequada (DHAA) e alimentos orgânicos no programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Distrito Federal (DF) de 2009 a 2018	UnB – Centro- Oeste	Tese/Doutorado	Política Social	2019
<i>FEDERICI, Jessica Fernandes</i>	A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Reflexões acerca da	UFMT – Centro-Oeste	Dissertação/Mestrado	Política Social	2019

	implementação realizada em Mato Grosso				
<i>SANTOS, José Elson da Silva dos</i>	FAO, fome e o direito à alimentação do Brasil: movimentos e contradições.	Unifesp – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Serviço Social e Políticas Sociais	2020
<i>SOARES, Guilherme José de Vasconcelos</i>	Controle Social: A dimensão política das compras da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar	UFMA – Nordeste	Tese/Doutorado	Políticas Públicas	2020
<i>HERNANDES, Helen Amaro Hernande</i>	Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: perspectiva histórica no Brasil e a experiência de presidente Kennedy - ES	EMESCAM – Sudeste	Dissertação/Mestrado	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	2021
<i>LEIBOVICH, Ygraine Hartmann</i>	(Des) Caminhos do Programa de Alimentação Escolar como Política de Segurança Alimentar no Distrito Federal: 2016 a 2019	UnB – Centro-Oeste	Tese/Doutorado	Política Social	2021
<i>VIEGAS, Diego Pereira</i>	Soberania, Segurança Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada: os impactos da agenda neoliberal da política de Pesquisa Agrícola na Embrapa - período 2016-2021	UCPel – Sul	Dissertação/Mestrado	Política Social e Direitos Humanos	2022

Fonte: elaborado pela autora a partir de pesquisa na plataforma Sucupira/CAPES, 2023.